Flavia Mosqueira Possato Cardoso

O ITINERÁRIO ENQUANTO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DA ESTRADA REAL

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2012

Flavia Mosqueira Possato Cardoso

O ITINERÁRIO ENQUANTO INSTRUMENTO DE PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO CULTURAL: O CASO DA ESTRADA REAL

Dissertação apresentada ao curso de Mestrado da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas gerais, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável.

Área de concentração: Bens Culturais, Tecnologia e Território.

Orientador: Prof. Dr. Leonardo Barci Castriota

Belo Horizonte
Universidade Federal de Minas Gerais
2012

AGRADECIMENTOS

Ao Deus Supremo, GrandMaster Choa Kok Sui, Master Nona, aos Anjos da Sabedoria e do Conhecimento agradeço pela *iluminação divina*. Aos meus pais pelo *amor incondicional*. Ao meu grande amor Marcelo pelo *carinho, apoio e compreensão*. Ao querido professor e orientador Leonardo Castriota. Ao núcleo de pós-graduação em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais. Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – CNPq. Á Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais – FAPEMIG. Á todos os amigos e familiares pelo *incentivo*.

"(...) desde do século XVIII a civilização ocidental se conscientizou que por meio de seu poder, de sua força, ela se espalha por toda Terra e ameaçava a existência de milhares de pequenas sociedades, cujas criações culturais, artísticas, sociais e religiosas eram essenciais para o patrimônio da humanidade. Tudo que podemos dizer ou fazer é esperar que nessa espécie de síntese que está sendo construída, aparecerão novas diferenças, novas originalidades, em formas que não podemos nem imaginar, e que ajudarão a humanidade a permanecer criativa."

(LÉVI STRAUSS, 2005)

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo refletir sobre o instrumento do itinerário cultural, recentemente introduzido no campo do patrimônio cultural, procurando compreender sua amplitude e eficácia. Para isso, tomou-se como referência principalmente a atuação da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) no reconhecimento do Patrimônio Mundial, mostrando como aquela agência internacional tem lidado com os desafios teóricos e práticos colocados por uma ideia como a de "itinerário cultural". Para se abordar os itinerários culturais, mostramos inicialmente a sua relação com outra ideia, também recentemente introduzida na área, a "paisagem cultural, que, como os itinerários, também problematiza a relação natureza e cultura. Percebeu-se que a ideia de itinerário traz à tona a importância dos valores e dos significados dos bens culturais para o desenvolvimento social e humano, mostrando-se que esse instrumento pode ser um importante mecanismo de gestão territorial na direção do desenvolvimento sustentável, ao incluir as dimensões cultural, social, ambiental, política e econômica. Para se conhecer a potencialidade desse instrumento, foi realizado ainda um estudo de caso, abordando a Estrada Real, itinerário que vai do Rio de Janeiro a Minas Gerais, envolvendo os antigos caminhos de ocupação do território brasileiro. Concluiu-se que, embora ela apresente diversos bens culturais ao longo dos Caminhos Reais, sua atual gestão torna-a incompatível com as demandas necessárias para o seu reconhecimento como um Itinerário Cultural. Por outro lado, ao se perceber, também por uma análise interdisciplinar específica, o potencial turístico da Estrada Real, a dissertação aponta para a necessidade de estudos técnicos e científicos mais aprofundados que potencializem essa proposta.

Palavras-chave: itinerário cultural, rota cultural, paisagem cultural, patrimônio cultural, turismo, Estrada Real.

ABSTRACT

This dissertation has as its goal, to think over the instrument of the Cultural Routes, recently introduced in the field of cultural heritage, searching comprehension on its amplitude and efficiency. For so, it was taken as reference mainly on Unesco actions on acknowledging the world heritage, showing how this international agency has dealt with the theoretical and practical challenges imposed by an idea such as "cultural routes". To approach the "cultural routes", we will show, to begin with, its relation with another idea, also recently introduced in the area, the cultural landscape, that is, among the itineraries, also brings the relation nature, culture. It is notorious that the idea of an itinerary brings back the importance of the values and the meaning of each one of the cultural properties to the social and human development, proving that this instrument can be an important mechanism of territorial managing towards the sustainable development, when it includes its cultural, social, environmental, political and economic dimensions. To acknowledge the high potential of this instrument, it took place a study case, about the Estrada Real, as an itinerary that goes from *Rio de Janeiro* to *Minas Gerais*, involving the old paths that were used to occupy Brazilian territory. The conclusion was, even though it presents several cultural properties throughout the *Caminhos Reais,* its actual management turns it incompatible with its needs to be acknowledge as a cultural routes. For another side, to acknowledge, through a specific multidisciplinary analysis, the touristic potential of Estrada Real, the speech points the need of deeper technical and scientific study in order to improve this proposal.

Key-words: cultural routes, cultural landscape, cultural heritage, tourism, Estrada Real.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: TERRAÇOS DE ARROZ NAS FILIPINAS 30
FIGURA 2: FOTO PANORÂMICA REPRESENTATIVA DOS TERRAÇOS. KONSO, ETIÓPIA. 39
FIGURA 3: CENÁRIO DE ENCONTRO. KONSO, ETIÓPIA. 40
FIGURA 4: EXEMPLO: TÉCNICA AGRÍCOLA LOCAL. KONSO, ETIÓPIA. 40
FIGURA 5: REPRESENTAÇÕES DO CAMINHO DE SANTIAGO DE COMPOSTELA 47
FIGURA 6: MANUAL DE PESQUISA: PREPARANDO A NOMEÇÃO PARA O PATRIMÔNIO MUNDIAL 88
FIGURA 7: PROPRIEDADES DO VALOR UNIVERSAL DE EXCEPCIONALIDADE 89
FIGURA 8: ALICERCES DA DECLARAÇÃO DO VALOR UNIVERSAL DE EXCEPCIONALIDADE 89
FIGURA 9: FOTOGRAFIAS DA ROTA DO INCENSO 97
FIGURA 10: FOTOGRAFIAS DA ROTA DO INCENSO 97
FIGURA 11: TIPOLOGIA DOS MUNICÍPIOS TURÍSTICOS 101
FIGURA 12: EXEMPLOS DE *SLOGANS* DA PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE CULTURAL 111
FIGURA 13: MAPAS DO PERCURSO DO "CAMINHO VELHO" DISPONÍVEIS PELO IER 118
FIGURA 14: VESTÍGIOS DO CAMINHO DO OURO, PARATY 120
FIGURA 15: VESTÍGIOS DO CAMINHO DO OURO, OURO PRETO 121
FIGURA 16: CROQUI ILUSTRATIVO MEIO DE TRANSPORTE ESTRADA REAL 121
FIGURA 17: CENTROS URBANOS DA ESTRADA REAL 124
FIGURA 18: MARCAS REMINISCENTES DO PASSADO DA ESTRADA REAL 125
FIGURA 19: SINALIZAÇÃO E IDENTIFICAÇÃO DA ER 125
FIGURA 20: EXEMPLO DE LOCAIS DE ABASTECIMENTO ER 126
FIGURA 21: CAPITANIA DE MINAS GERAIS NOS "FINS DA ERA COLONIAL" 127
FIGURA 22: CAMINHO DO OURO DEMARCADO NA "ERA COLONIAL" 129
FIGURA 23: REFERÊNCIAS DO PATRIMÔNIO IMATERIAL DA ER 130
FIGURA 24: ACAMPAMENTO DE VIAJANTES EM SABARÁ, 1891. 133
FIGURA 25: ROTA DE ESTUDO DO CAMINHO DO OURO 134
FIGURA 26: ESTRADA TRONCO DE OURO PRETO/MG 136
FIGURA 27: EIXO LONGITUDINAL DA VILA 136
FIGURA 28: PRAÇA TIRADENTES, OURO PRETO 137
FIGURA 29: PRAÇA TIRADENTES (A) E A IGREJA NOSSA SENHORA DAS MERCÊS (B), OURO PRETO 138
FIGURA 30: CAMINHO ILUSTRATIVO DO SETOR I - OURO PRETO 139
FIGURA 31: MARCO ZERO DA ER EM OURO PRETO 140
FIGURA 32: TRECHO ATÉ SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO 140
FIGURA 33: TRECHO ATÉ SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO 141
FIGURA 34: EXEMPLO DA ARQ. VERNACULAR NO TRECHO ATÉ SÃO BARTOLOMEU 141
FIGURA 35 - VISTA PANORÂMICA DE SÃO BARTOLOMEU, OURO PRETO 142
FIGURA 36 - IGREJA N.Sª DAS MERCÊS 142
FIGURA 37 - CONSTRUÇÕES SÉCULO XVIII 142
FIGURA 38: GLAURA, OURO PRETO 143
FIGURA 39: PONTE ANA DE SÁ 144
FIGURA 40: CASARÃO REVITALIZADO EM GLAURA 145
FIGURA 41: IMAGENS REFERENTES AO CAMINHO REAL DE TIERRA ADENTRO 151
FIGURA 42: IMAGENS REFERENTES AO CAMINHO REAL DE TIERRA ADENTRO 152
FIGURA 43: VENCEDORES DO CONCURSO 07 MARAVILHAS DA ESTRADA REAL 166
FIGURA 44: CIRCUITO DOS DIAMANTES - MG 171
FIGURA 45: LOGOMARCA DA ESTRADA REAL 179
FIGURA 46: MAPA ILUSTRATIVO DA ESTRADA REAL 181

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: CRITÉRIOS DE SELEÇÃO PARA INCLUSÃO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL 45
QUADRO 2: REUNIÕES CIENTÍFICAS INTERNACIONAIS E CONFERÊNCIAS - ICOMOS 61
QUADRO 3: RAZÕES PARA A INDEPENDÊNCIA CONCEITUAL ENTRE OS ITINERÁRIOS CULTURAIS E AS PAISAGENS CULTURAIS 65
QUADRO 4: CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA E DESCRITIVA DAS CATEGORIAS DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. 77
QUADRO 5: CONTATO COM A ESTRADA REAL 175
QUADRO 6: CONHECIMENTO SOBRE O SIGNIFICADO DA ESTRADA REAL 176
QUADRO 7: ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE OS SEGMENTOS DAS CIDADES DA ESTRADA REAL 180
QUADRO 8: ESTRUTURA DE DISTRIBUIÇÃO TURÍSTICA 206

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DA UNESCO EM SUAS REFERIDAS REGIÕES..... 75
GRÁFICO 2: LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DE ACORDO COM AS CATEGORIAS TIPOLÓGICA..... 79
GRÁFICO 3: QUADRO CRONOLÓGICO/REGIONAL NA LISTA DO PATRIMÓNIO MUNDIAL 81
GRÁFICO 4: GRÁFICO DO QUADRO TEMÁTICO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. 82
GRÁFICO 5: GRÁFICO TEMÁTICO NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL: MOVIMENTO DE PESSOAS. 83
GRÁFICO 6: GRÁFICO TEMÁTICO COMPARATIVO DA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL E DA LISTA INDICATIVA DA AMÉRICA LATINA E CARIBE 84
GRÁFICO 7: DISTRIBUIÇÃO DE BENS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL DE ACORDO COM O VALOR UNIVERSAL. 84
GRÁFICO 8: AVALIAÇÃO DO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO CAMINHO DO OURO..... 146
GRÁFICO 9: GRAU DE ENVOLVIMENTO DAS AUTORIDADES COMPETENTES NA CONSERVAÇÃO DO CAMINHO DO OURO..... 146
GRÁFICO 10: ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO CAMINHO DO OURO – MORADOR 147
GRÁFICO 11: GRAU DE ENVOLVIMENTO DAS AUTORIDADES NO ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO CAMINHO DO OURO 148
GRÁFICO 12: GRAU DE OPORTUNIDADE PARA GERIR NEGÓCIOS EM ORO PRETO DEVIDO A ER..... 148
GRÁFICO 13: ORIGEM DOS TURISTAS NA ESTRADA REAL – 2007 A 2010 164
GRÁFICO 14: MOTIVAÇÃO DOS TURISTAS NA ESTRADA REAL – 2007 A 2010..... 165
GRÁFICO 15: MOTIVO DA ESCOLHA POR OURO PRETO 191
GRÁFICO 16: OUVIU FALAR SOBRE A ESTRADA REAL 191
GRÁFICO 17: RECONHECIMENTO DO CAMINHO DO OURO..... 192
GRÁFICO 18: JÁ OUVIU FALAR DA ESTRADA REAL – MORADOR..... 193
GRÁFICO 19: CONHECE O CAMINHO DO OURO – MORADOR 193

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: ANÁLISE COMPARATIVA DA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL E DA LISTA INDICATIVA EM SUAS REFERIDAS REGIÕES..... 75
TABELA 2: ANÁLISE COMPARATIVA DA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL COM A LISTA INDICATIVA DE ACORDO COM AS CATEGORIAS TIPOLÓGICAS. 80
TABELA 3: NÚMERO DE BENS INSCRITOS NA LISTA DO PATRIMÔNIO MUNDIAL POR REGIÃO. 85
TABELA 4: ROTEIROS PLANILHADOS - CAMINHO DO OURO 123

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 14

CAPÍTULO I - ITINERÁRIO CULTURAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO 19

1.1 O CAMINHO ATÉ A PAISAGEM CULTURAL 20
1.2 A PAISAGEM CULTURAL 33
1.2.1 Dimensão imaterial da Paisagem Cultural 39
1.3 O ITINERÁRIO CULTURAL 43
1.3.1 Inclusão de rota cultural como parte do patrimônio mundial 44
1.3.2 Itinerário e sua correlação com a diversidade cultural. 50
1.3.3 O valor do patrimônio cultural para a sociedade e a relação com o itinerário 54
1.4 ITINERÁRIO X PAISAGEM CULTURAL 60
1.4.1 Carta internacional dos Itinerários Culturais - ICOMOS 70
1.5 UMA AVALIAÇÃO DO PATRIMONIO MUNDIAL: PAINEL DO ITINERARIO CULTURAL 74
1.5.1 Análise da representatividade na Lista do Patrimônio Mundial 76
1.5.2 Representatividade do Brasil no Patrimônio Mundial 84
1.5.3 Valor universal excepcional: atributos e limites 88
1.5.4 Excepcionalidade, autenticidade e integridade dos itinerários 94
1.6 TURISMO, COMUNIDADE E ITINERÁRIOS CULTURAIS 98
1.6.1 Turismo cultural 100
1.6.2 Paisagem cultural e a participação das comunidades. 104
1.6.3 Itinerários e a promoção da "diversidade cultural" 108

CAPÍTULO II - A ESTRADA REAL: UM ITINERÁRIO CULTURAL? 113

2.1 IDENTIFICAÇÃO DE UM ITINERÁRIO CULTURAL 113
2.2 METODOLOGIA INVESTIGATIVA PARA A IDENTIFICAÇÃO DA ROTA CULTURAL DO CAMINHO DO OURO 115
2.2.1 Caracterização primária 116
2.2.2 Descrição Complementar 124
2.2.3 Avaliação da Rota 133
2.3 ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO BEM 145
2.4 ROTA COMPARATIVA: "CAMINHO REAL DE TIERRA ADENTRO" 149
2.5 CONCLUSÃO 157

CAPÍTULO III - A ESTRADA "NÃO REAL": MARKETING E TURISTIFICAÇÃO 159

3.1 A ESTRADA REAL 159
3.2 O INSTITUTO E O PROJETO ESTRADA REAL 161
3.3 A DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: "*ESTRADA NÃO REAL"* 168
3.3.1 Circuitos Turísticos x Estrada Real 172
3.4 O DIAGNÓSTICO DO PRODUTO TURÍSTICO – ESTRADA REAL 173
3.4.1 Síntese do potencial turístico das cidades em relação à Estrada Real 183
3.4.2 Perfil dos turistas que frequentam a Estrada Real 186
3.5 DIAGNÓSTICO EM TRECHO 190
3.6 METODOLOGIA INVESTIGATIVA SISTUR: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL 194
3.6.1 Proposta de análise da Estrada Real pelo SISTUR 196

CONCLUSÃO 207

REFERÊNCIAS 210

APÊNDICE A 216

ANEXO A 218

ANEXO B 224

INTRODUÇÃO

Essa dissertação parte de uma reflexão no campo da conservação de bens culturais, em que se busca compreender a amplitude do conceito “itinerário Cultural” e sua interface com a preservação do patrimônio cultural.

Atualmente, estudiosos dessa área pautam a noção sobre patrimônio em parâmetros cada vez mais amplos e complexos, na tentativa de se entender quais políticas e instrumentos corresponderiam à sua preservação, valorização e proteção. Essa temática despertou o interesse da pesquisadora que considera o novo instrumento do *Itinerário Cultural*[1] uma forma notável de preservação, sobretudo por atentar aos valores atribuídos ao meio e à significação da escala territorial.

Poderá ser observado que o contexto presente nesse estudo reflete o paradoxo entre a modernidade e a tradição, apontado por Castriota (2009), na existência simultânea entre a padronização dos espaços e a valorização dos elementos tradicionais. Esses vetores que atuam no campo da conservação levam-nos ao questionamento sobre o *quê*, o *porquê* e *como* se preservar o patrimônio cultural nos dias hoje.

> Essa ampliação da abrangência do campo do patrimônio, que leva alguns a falarem até de uma “inflação patrimonial”, pode ser explicada em parte, paradoxalmente, pelo avanço da globalização, que nas últimas décadas parece conduzir a certa “padronização” do mundo, com a uniformização de valores, comportamentos e estilos de vida, e a consequente ameaça às diferenças regionais e à própria tradição; (...) Nas últimas décadas têm-se assistido, em todos os rincões do planeta, ao ressurgimento de tradições culturais aparentemente desaparecidas. (...) Na esteira da globalização avassaladora, surpreendentemente a tradição reaparece, renovada, e se reafirma como uma força viva (CASTRIOTA, 2009. p.11-12)

Dessa maneira, busca-se aqui compreender se o instrumento *itinerário cultural* seria de fato uma resposta contemporânea e eficaz no processo de preservação do patrimônio. Diante desse questionamento, propõe-se inicialmente uma reflexão sobre a atuação da UNESCO no reconhecimento dessa categoria como Patrimônio Mundial da Humanidade. Pretendendo-se, com isso, conhecer a amplitude desse instrumento e sua atuação na preservação do patrimônio cultural.

---

[1] São sinônimos: “Rotas Culturais” - *heritage routes* e “Itinerários Culturais” – *itinerarios culturales*. Os termos em destaque recebem essas variações de acordo com a origem da Língua, do inglês e do espanhol, para o português.

Para o entendimento e para construção do conceito do “itinerário cultural” fez-se necessário previamente um breve conhecimento sobre as organizações internacionais que também atuam na proteção do patrimônio natural e cultural da humanidade e que, de certa forma, influenciam nas políticas de preservação da UNESCO. Da mesma forma, considerou-se também importante ser incluída nesse estudo uma reflexão sobre algumas convenções, carta e recomendações relativas à proteção do patrimônio cultural, que possuem poder de influência na construção do conceito dos itinerários.

Essa compilação de dados já pôde demonstrar as diversas dimensões do patrimônio cultural de que tratam os itinerários, como a “social” e a “simbólica”, e mesmo a “diversidade cultural”, o que igualmente, implica no desenvolvimento de uma maior compreensão dos “valores” que envolvem os bens culturais e o seu “papel” na sociedade contemporânea.

Para se chegar a isso, abordamos outro conceito, o de “paisagem cultural”, que vai ser tratado aqui a partir do entendimento de que em um itinerário cultural existe a formação de diferentes paisagens culturais, dentre os elementos complementares ao seu reconhecimento. A nosso ver, além de demonstrar a interação do homem com o meio ambiente, o conceito de *paisagem cultural* revela-se como um importante instrumento de preservação do patrimônio imaterial, no qual os itinerários devem-se espelhar.

O primeiro capítulo, denominado *Itinerário Cultural: um conceito em construção* inicia-se trazendo à tona toda essa discussão e busca traçar o que consideramos um “caminho até a paisagem cultural” para a apresentação da ideia dos “itinerários”. Em certo momento, discute-se a diferença entre as categorias “paisagem” e “itinerário”, o que as distingue e o que elas abrangem, conceitualmente. Esse é um ponto “chave” desse estudo, pois tornar visível a importância dos itinerários culturais para a área da conservação. Isso implica no entendimento das múltiplas relações existentes entre o homem e o meio ambiente, enfatizando-se agora, o intercâmbio, o diálogo e as influências de diferentes grupos socioculturais. Com isso, valoriza-se simultaneamente a diversidade das expressões culturais, as significâncias e os valores do patrimônio para a humanidade.

O mesmo capítulo apresenta ainda a “Carta Internacional dos Itinerários Culturais” produzida pelo ICOMOS (International Council on Monuments and Sites – Conselho

Internacional de Monumentos e Sítios), em 2008. Essa Carta representa a principal referência para os itinerários, tanto a nível conceitual, quanto metodológico / investigativo. Na tentativa de se demonstrar o que a UNESCO considera enquanto *valor universal excepcional são* apontados os atributos e os limites para a inserção de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, tendo-se especial atenção para os valores de "excepcionalidade", "autenticidade" e "integridade", no que concerne a categoria "Rotas Culturais".

Finaliza-se esse capítulo, apontando o *Turismo Cultural* como uma das formas de se obter o desenvolvimento equilibrado e sustentável de um destino turístico. Percebe-se também, que os bens culturais reconhecidos pela UNESCO adquirem um potencial de atração turística, o que acaba tornando essa organização "corresponsável" pelas transformações que podem ocorrer nos bens culturais e/ou atrativos turísticos, que não possuem uma qualificação turística adequada. Com isso, retoma-se a questão norteadora dessa dissertação: se o "itinerário cultural" seria de fato um instrumento capaz de promover a preservação do patrimônio cultural frente às ameaças e fragilidades que impõem o turismo e se seria apropriado para a promoção da diversidade cultural e do desenvolvimento sustentável dos municípios e lugares que se encontram ao longo de sua via estruturadora.

Para desenvolvermos essa investigação, propôs-se uma construção metodológica que optou pela "Estrada Real" como objeto de análise. O objetivo era verificar as potencialidades e fragilidades do instrumento itinerário cultural enquanto uma forma de preservação do patrimônio cultural. Baseamo-nos aqui na hipótese de que o "Caminho do Ouro" da Estrada Real possui potencial para representar, no Brasil, um bem cultural na categoria, "Rotas Culturais".

Em defesa desse argumento, foram definidos alguns objetivos exploratórios. Em primeiro lugar, pautamos a "Carta dos Itinerários Culturais" para a identificação dos elementos definidores (físicos e substantivos) do Caminho do Ouro, em busca de um levantamento sobre os indicadores com abrangências qualitativas da Estrada Real. Também foram traçados alguns objetivos descritivos e explicativos. No primeiro, buscou-se desenvolvê-lo por meio da descrição da importância do envolvimento da comunidade local durante todo o processo de reconhecimento de um bem cultural; o reconhecimento dos atores e dos agentes envolvidos; investigação dos desafios do

desenvolvimento turístico sustentável e o reconhecimento do papel da diversidade cultural para o itinerário. Já nos objetivos explicativos, procurou-se, primeiramente, uma forma de avaliação do valor de conjunto partilhado do Caminho do Ouro; situar o turismo cultural no panorama das diretrizes do Programa Nacional do Turismo e do Programa Nacional de Municipalização do Turismo; demonstrar a necessidade dos estudos prévios de impactos e capacidade de carga dos lugares para a preservação dos bens culturais e/ou atrativos turísticos; interpretar de que forma o itinerário cultural poderá contribuir para o fomento e desenvolvimento cultural, social, político e econômico nos municípios envolvidos; revelar a correlação desse instrumento com os princípios da sustentabilidade turística e, por fim, conceber a importância da gestão territorial dos itinerários culturais.

Coloca-se aqui que um dos maiores desafios da metodologia de identificação dos itinerários culturais é o cuidado que se deve ter durante o processo investigativo, de não se perder o foco no "valor de conjunto", evitando, portanto, a desconexão do sentido e do significado histórico da Rota Cultural. Utilizou-se, para isso, a metodologia investigativa proposta por Malhotra (2001)[2], arranjada em três fases: formulação, execução e análise. A primeira desenvolveu-se a partir do estabelecimento da teoria, questões, hipóteses e um plano de estudo. A segunda, dos instrumentos de pesquisa, em que se realizou um referencial teórico e bibliográfico, seguido de um estudo de caso sobre a Estrada Real, que foi complementado por uma pesquisa de campo. A terceira fase abordou a análise dos dados coletados, interpretações e interferências, verificando se eles sustentavam, ou não, as suposições iniciais.

Complementando a proposição principal colocada sobre o instrumento itinerário cultural, no segundo capítulo, denominado *A Estrada Real: um itinerário cultural?* buscou-se, então, responder à questão: a Estrada Real teria, de fato, potencialidade para compor a categoria Rota Cultural da UNESCO e, logo, pertencer ao conjunto de bens referentes ao patrimônio da humanidade? Para essa verificação, foi proposta a identificação da "Rota do Caminho do Ouro", baseando-se, na metodologia de identificação dos itinerários culturais proposta pelo ICOMOS. A finalidade era reconhecer os princípios de *autenticidade* e *integridade* necessários

[2] MALHOTRA, Naresh K. **Pesquisa de marketing:** uma orientação aplicada. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001 719p.

para que a Estrada Real pudesse ser caracterizada como um itinerário cultural, bem como conhecer a amplitude desse método de análise.

Essa pesquisa foi subdividida em três grandes etapas. A etapa inicial fez a caracterização primária e uma descrição complementar sobre o “Caminho do Ouro”. Na etapa seguinte, por sua vez, que faz referência à avaliação da Rota, propomos um recorte no objeto para essa avaliação: o estudo de um trecho que compreende o percurso entre as cidades mineiras de Ouro Preto, São Bartolomeu e Glaura; Já no segundo, para se aferir o “estado de conservação” dos bens culturais, foi feita uma coleta de dados em campo, na cidade de Ouro Preto. Essa pesquisa foi realizada durante o feriado nacional do dia 21 de abril de 2012. Foram entrevistados 100 turistas e 50 moradores, uma amostragem que pode ser considerada favorável, uma vez que o trabalho não pretende apresentar uma pesquisa quantitativa e sim, uma análise dos dados obtidos. Finalmente, finalizando esse segundo capítulo, apresentamos, seguindo as exigências de caracterização da própria UNESCO, outra rota de natureza semelhante - o “Caminho Real de Tierra Adentro”, no México.

Em seguida, o terceiro capítulo denominado *A Estrada “Não Real”: marketing e turistificação* apresenta um panorama geral sobre a Estrada Real, seguido do entendimento a respeito do “Projeto Estrada Real” proposto na última década pelo Instituto Estrada Real, em que se incluem os “caminhos reais”. Ao mesmo tempo buscou-se apresentar um diagnóstico do “produto turístico” criado por esse Instituto.

Finalmente, embora esse trabalho se insira em um campo ainda pouco explorado da conservação, a nosso ver, o conceito de “Itinerário Cultural” apresenta-se como potencialmente rico e fértil, e traz boas contribuições para o estudo do patrimônio, permitindo que se estabeleçam diretrizes que dialoguem de forma complementar com uma abordagem plural da história e da cultura.

CAPÍTULO I - ITINERÁRIO CULTURAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO

O primeiro capítulo em busca de uma reflexão sobre a trajetória do Itinerário enquanto um instrumento de preservação do patrimônio cultural traça um recorte conceitual pertinente a essa evolução (APÊNDICE A). Esse estudo iniciou-se por meio da compreensão das dimensões que envolvem o patrimônio cultural até sua conexão com a paisagem.

É apresentada uma pequena abordagem, complementar a essa amplitude, referente às organizações internacionais de proteção do patrimônio da humanidade e algumas convenções, carta e recomendações que foram consideradas importantes para tal assimilação e proteção do patrimônio cultural.

Adentrando ao campo dos “itinerários culturais”, foram apresentadas as principais diferenças entre as categorias do patrimônio cultural: paisagem e itinerário. Revela-se aqui, que ao longo de um itinerário, podem-se incluir várias paisagens naturais ou culturais. As “paisagens” formam apenas um dos numerosos elementos compositivos dos “itinerários”, mas, que, no entanto, contribuem para enriquecer sua diversidade cultural (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008).

A discussão seguinte foi a inclusão da “rota cultural” como parte do patrimônio mundial, em que se apresentou uma avaliação do panorama mundial dessa categoria. Para tal, foi necessário avaliar a influência dos valores de excepcionalidade, integridade e autenticidade, que são indispensáveis para o reconhecimento de bens na Lista do Patrimônio Mundial. Ao mesmo tempo, foi importante o entendimento sobre os princípios de “significância” e “diversidade cultural” intrínsecos do patrimônio cultural e, logo, dos itinerários.

Essa trajetória nos conduziu a um importante ponto: de que os três elementos, turismo, comunidade e itinerário cultural, precisam interagir-se, de modo a proporcionar um desenvolvimento sustentável equilibrado e uma interlocução entre os atores e valores envolvidos.

1.1 O CAMINHO ATÉ A PAISAGEM CULTURAL

O século XX, marcado por grandes guerras e conflitos armados, proporcionou uma gama de mudanças e reflexões acerca das relações humanas, sobretudo nas condições físicas e emocionais. Neste contexto assinalado por intervenções bruscas do homem no meio ambiente, que adentrou os cenários de destruição e construção das cidades, ao mesmo tempo em que refletiu no (des)aparecimento de referenciais culturais, naturais e humanos, impulsionou os estudos no campo da preservação do patrimônio. Aguiar (2009)[3] na conferência proferida sobre "centros históricos e vida contemporânea" em 2009, iniciou suas colocações refletindo sobre algumas questões proeminentes do patrimônio, mostrando que para o entendimento da evolução dos conceitos neste campo, seria relevante apontar as contribuições de Ruskin[4] e a sua ideia da "cidade histórica como repositório memorial" das relações entre gerações, se referindo ao pensamento de que, *para sabermos quem somos e para onde vamos é imprescindível sabermos de onde viemos* (AGUIAR, 2009, *apud* RUSKIN). Assim, o conteúdo memorial das cidades preceitua nossa memória física e o patrimônio consegue, de certa forma, responder a alguns anseios humanos existenciais. Enfatizando a questão, o que importava preservar, manifesta-se no exato momento em que estas cidades desapareciam no surto transformista da Revolução Industrial (AGUIAR, 2009).

Françoise Choay explica a importância sobre a reflexão do patrimônio histórico para a humanidade ao afirmar que "ele requer um questionamento porque se constitui num elemento revelador, negligenciado, mas brilhante, de uma condição da sociedade e das questões que ela encerra" (CHOAY, 2006, p.12)[5]. A evolução dos termos e das acepções antiguidades, monumentos, monumentos históricos, cidades históricas e patrimônios urbanos e arquitetônicos mostram como as sociedades

[3] AGUIAR, José (FA-UTL/ Presidente do ICOMOS-P) Evento: Centros Históricos e Vida Contemporânea. IHRU – Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana. Conferência: Cidade antiga, problemas novos: como a conservação encara(ou) as intervenções em património urbano. Lisboa, novembro de 2009.

[4] Jonh Ruskin (1819 - 1900). Promoveu na Inglaterra, os movimentos intelectuais em prol da conservação dos monumentos históricos. Viveu em uma época de dicotomia entre os antigos costumes sociais e os emergentes decorrentes da Revolução Industrial, que devido ao seu acelerado desenvolvimento substituía de forma gradativa o sistema de produção das manufaturas. Sua luta contra os efeitos nocivos da industrialização revelou sua forte ligação com a cultura tradicional. vide literatura: O pensamento de John Ruskin, escrito por Rogério Pinto Dias de Oliveira, 2008. Disponível em: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/resenhasonline/07.074/3087> acessado março, 2012.

[5] CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 3ª edição, 2006.

ocidentais assumiram sua relação com a temporalidade e construíram suas referências e identidade.

Para Castriota (2009) a idéia tradicional de monumento histórico único vai sendo ampliada, bem como as tipologias dignas de preservação ampliam-se ao longo do séc. XX, uma vez que penetram no campo do patrimônio conjuntos arquitetônicos inteiros, arquitetura rural e vernacular, bem como etapas até então desprezadas (CASTRIOTA, 2009)[6]. O autor explica que esta mudança se dá em parte pelo avanço da globalização e a tendência para "padronização" do mundo, uniformizando valores, identidades, comportamentos e estilos de vida, ameaçando, deste modo, as diferenças regionais e a própria tradição (CASTRIOTA, 2009, p.11). Essa discussão é igualmente apresentada por Milton Santos[7] ao afirmar que

> é a partir dessa generalização e dessa coisificação da ideologia que, de um lado, se multiplicam as percepções fragmentadas e, de outro, pode estabelecer-se um discurso único do "mundo", com implicações na produção econômica e nas visões da história contemporânea, na cultura de massa e no mercado global (SANTOS, 2001. p45).

De certa forma, essa mesma "força" que poderia significar um enfraquecimento das culturas locais atua como um "contra-movimento", ao promover o reaparecimento e (re)afirmação de diversas identidades culturais locais aparentemente desaparecidas, e/ou enfraquecidas pelo sistema capitalista de consumo que não valoriza as culturas tradicionais. Essas comunidades passam a ser (re)valorizadas, evidenciando suas formas tradicionais de festas, costumes, modo de se viver, fazer, pensar e correlacionar com o seu território - espaço e tempo. Desse modo, de um discurso patrimonial baseado no "monumento histórico e artístico" do passado, passou-se nesta era para uma concepção que abarca o patrimônio como o conjunto de "bens culturais" referentes às diversas identidades coletivas (CASTRIOTA, 2009, p.12). Houve assim, uma ampliação da restrita concepção de que patrimônio seria apenas os monumentos isolados, em que Santos coloca que "uma das consequências de tal evolução é a nova significação da cultura popular, tornada capaz de rivalizar com a cultura de massas" (SANTOS, 2001.p.143).

---

[6] CASTRITOTA, Leonardo B. (a) ***Patrimônio Cultural*****:** conceitos, políticas e instrumentos. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009

[7] SANTOS, Milton. **Por uma outra globalizaçao:** do pensamento unico a consciencia universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p

Por outro lado, no entanto, o fato de a própria Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, desde sua aprovação em 1972, abordar separadamente o patrimônio cultural e o natural, limitou os parâmetros para a compreensão da unicidade resultante da interação entre natureza e cultura. Após 20 anos de reflexões sobre a composição existencial das paisagens[8], o conceito de "paisagem cultural" propõe unificar o elo entre o homem e meio ambiente, demosntrando ser um processo contínuo e indissociável de (re)construções.

Alguns instrumentos eminentes da perspectiva aberta nas últimas décadas têm cumprido um papel decisivo e inovador nas políticas de preservação do patrimônio cultural (CASTRIOTA, 2009). Para tal entendimento, o presente estudo aborda dois importantes instrumentos desenvolvidos pela UNESCO na década de 1990: a "paisagem cultural" e o "itinerário cultural[9]". Segundo Castriota, as paisagens culturais são originárias da ideia ampliada da Conservação[10] e combinam de forma inextricável os aspectos materiais e imateriais do conceito (CASTRIOTA (b), 2009, p.11)[11]. Aqui, considera-se *paisagem cultural* as interações significativas entre o homem e o meio ambiente natural, visto que esse encontro gera certos bens culturais para a humanidade. Neste sentido, a Natureza, paradoxalmente, torna-se algo que passa a depender da interferência ou da intervenção humana, pois como *objeto científico*[12], a coisa natural não é simplesmente constatada, mas é construída cientificamente (LANNA, 2005.p.4)[13].

[8] Por ocasião da 16ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Santa Fé, Novo México, em 1992, foi lançada a categoria de "paisagem cultural". Com isso, a Convenção vai ser o primeiro instrumento legal internacional a reconhecer e proteger tal tipo complexo de patrimônio – focada na interação entre natureza e cultura e, ao mesmo tempo, ligado também intimamente às maneiras tradicionais de viver (CASTRIOTA (b), 2009, p.12)

[9] O itinerário cultural pode conter várias paisagens culturais, mas são categorias distintas na UNESCO.

[10] Hoje, sabe-se que as questões envolvidas na gestão da conservação dos bens culturais se difundiram, ampliando significativamente os atores envolvidos, além de distintas áreas do conhecimento científico, campos profissionais e estamentos administrativos. Além disso, como afirma González-Varas, "aconservação dos bens culturais se compromete igualmente e de modo complementar, com a defesa da natureza e do equilíbrio ecológico e ambiental". Livro Paisagem cultural e sustentabilidade (ARAÚJO, 2009, p.25)

[11] CASTRIOTA, Leonardo Barci.(b) Paisagem cultural e sustentabilidade / organização de Leonardo Barci Castriota – Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.

[12] De fato, para as ciências contemporâneas, a Natureza não é apenas a realidade externa, dada e observada, percebida diretamente por nós, mas é um objeto de conhecimento construído pelas operações científicas, um *campo objetivo* produzido pela atividade do conhecimento, com o auxílio de instrumentos tecnológicos (LANNA, 2005.p.4).

[13] LANNA, Ana Lúcia Duarte. Meio Ambiente: patrimônio cultural da USP. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Comissão de Patrimônio Cultural, 2005.

Na mesma linha, os itinerários culturais, intrínsecos ao universo coletivo e pluralista de expressões e manifestações culturais, reverenciam a "diversidade cultural" e reforçam esse entendimento. Segundo a "carta dos itinerários culturais", eles, ainda, ilustram a concepção contemporânea dos valores do patrimônio para a sociedade e apresentam-se como um recurso do desenvolvimento social e econômico durável (ICOMOS, 2008)[14]

Organizações internacionais de proteção do patrimônio natural e cultural da humanidade

O patrimônio tem sido amplamente discutido em vários campos do conhecimento. Busca-se encontrar respostas para coibir as ameaças que impedem a preservação da herança cultural do planeta. Todavia, alguns organismos internacionais auxiliam os países associados a enfrentarem os problemas em relação à preservação, conservação e gestão do patrimônio natural e cultural da humanidade.

Com o apoio da ONU[15] – United Nations *Organization* (Organização das Nações Unidas) em 1945 foi criado a UNESCO[16] - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura), organização que discute questões relativas à Educação, Ciência e Cultura, com o objetivo de criar condições para um genuíno dialogo fundamentado no respeito pelos valores compartilhados entre as civilizações, culturas e pessoas (UNESCO 2007). Em 1946, foi criado o ICOM[17] - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus) onde as Conferências Gerais realizadas entre 1948 a 1965 nortearem o papel educativo dos museus, as exposições e a circulação internacional de bens culturais em prol da preservação e restauração de bens

[14] ICOMOS, 2008. Carta dos Itinerários Culturais. Elaborada pelo Comitê Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 4 de Outubro de 2008, Québec, Canadá.

[15] ONU - United Nations Organization. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/> acessado em setembro de 2011.

[16] UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/unesco/about-us/who-we-are/introducing-unesco/> acessado em setembro de 2011.

[17] ICOM - International Council of Museums. Disponível em <http://icom.museum/> acessado em setembro de 2011.

culturais. Em 1948, foi criada a IUCN[18] - *International Union for Conservation of Nature* (União Internacional para a Conservação da Natureza), que reúne governos, organizações não governamentais, agências das Nações Unidas, empresas e comunidades locais para desenvolver e implementar políticas, leis e melhores práticas relativas ao desenvolvimento e conservação ambiental. Em 1956, a UNESCO cria o ICCROM[19] – *International Center for the Study of the Preservations and Restoration of Cultural Property* (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais) é uma organização intergovernamental internacional dedicada à conservação do patrimônio cultural, tanto móvel quanto imóvel, que tem por objetivo melhorar a qualidade da prática de conservação, bem como a sensibilização sobre a importância da preservação do patrimônio cultural. Em 1964, foi criado o ICOMOS[20] - *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios), uma organização civil internacional ligada à UNESCO, tendo como sua atribuição a indicação / aconselhamento de bens que receberão o título de Patrimônio Cultural da Humanidade.

Convenções, Carta e Recomendações relativas à proteção do Patrimônio Cultural

Após a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, em Estocolmo, Suécia, em 1972, e do trabalho do grupo de peritos envolvendo IUCN, ICOMOS e UNESCO, essas discussões e propostas culminaram na *Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural*[21] - aprovada pela Conferência Geral da UNESCO em Paris no dia 16 de novembro de 1972. Neste momento, constataram-se as ameaças e riscos de destruição do patrimônio cultural e natural mundial, não somente pelos fenômenos tradicionais de degradação, mas

[18] IUCN - International Union for Conservation of Nature. Disponível em: <http://www.iucn.org/> acessado em setembro de 2011.

[19] International Center for the Study of the Preservations and Restoration of Cultural Property. Disponível em: <http://www.iccrom.org/> acessado em setembro de 2011.

[20] ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites*. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/> acessado em setembro de 2011.

[21] Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> acessado em setembro de 2011.

também pelas intervenções provenientes dos homens, advindas da sua própria evolução social, cultural, econômica, política, urbana e demais fatores que continuam a impulsionar o consumo e crescimento desordenado no planeta. Assim, esta Convenção atua para salvaguardar os bens patrimoniais, culturais e naturais, que resguardam um valor de *excepcionalidade*, exemplares únicos e insubstituíveis para a humanidade, independentemente do povo a que pertençam. Alem disso, delega aos Estados-membros (países que aderiram à Convenção) a responsabilidade sobre a proteção, conservação e salvaguarda dos seus bens patrimoniais e recomenda a adoção de uma política geral que vise determinar uma função social ao patrimônio, integrando-o na vida coletiva da população[22].

A Convenção aponta uma nítida distinção entre o patrimônio natural e cultural[23] que não é assumida neste trabalho, pois se entende que são elementos complementares e indissociáveis. Nela, patrimônio cultural é mencionado, essencialmente, como aos monumentos, conjuntos (isolados ou reunidos) e locais de interesse:

> *Os monumentos* – Obras arquitetônicas, de escultura ou de pintura monumentais, elementos de estruturas de caráter arqueológico, inscrições, grutas e grupos de elementos com valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
> *Os conjuntos* – Grupos de construções isoladas ou reunidos que, em virtude da sua arquitetura, unidade ou integração na paisagem tem valor universal excepcional do ponto de vista da história, da arte ou da ciência;
> *Os locais de interesse* – Obras do homem, ou obras conjugadas do homem e da natureza, e as zonas, incluindo os locais de interesse arqueológico, com um valor universal excepcional do ponto de vista histórico, estético, etnológico ou antropológico (CONVENÇÃO, 1972, p.2)

Foram também instituídos, no âmbito da Convenção, o Comitê do Patrimônio Mundial[24], um órgão intergovernamental para a proteção do patrimônio cultural e natural de valor universal excepcional, que possui uma representatividade equitativa

[22] Recomenda ainda: a instrução de serviços de proteção, conservação e valorização do patrimônio cultural; o desenvolvimento de estudos e pesquisas tecno-científicas concernentes a proteção do patrimônio; as tomadas de decisões jurídicas, científicas, técnicas, administrativas e financeiras para a identificação, proteção, conservação, restauro e valorização do patrimônio e assim, favorecer a criação ou o desenvolvimento de centros nacionais ou regionais de pesquisas científicas que compartilhem dos mesmos princípios desta Convenção.

[23] Acerca desta discussão, verificar: Paisagem Cultural: um conceito inovador (ARAÚJO, 2009)

[24] COMITÊ DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/comittee/> acessado em setembro de 2011.

de diversas regiões e culturas do mundo, e o fundo do patrimônio mundial[25] em resposta às insuficiências dos recursos financeiros, científicos e técnicos de certos países membros em cujo território se localiza o bem a ser salvaguardado. A UNESCO, em 1977, cria as Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial[26], em que o Comitê, o principal órgão responsável pela implementação da Convenção, busca desenvolver critérios para a inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial e prestação de assistência internacional pertinente ao Fundo do Patrimônio Mundial.

É interessante percebermos que, unido ao esforço pela valorização do patrimônio proposto pela UNESCO, é publicada a Carta do Turismo Cultural[27] adaptada pelo ICOMOS, em 1976. O objetivo era promover os meios para salvaguardar e garantir a conservação, melhoria e valorização dos monumentos e sítios que constituem uma parte privilegiada do patrimônio da humanidade, já compreendendo a potencialidade do desenvolvimento econômico e social gerados pela atividade turística. Embora o turismo possa gerar fatores negativos pelo desequilíbrio na exploração de consumo, a Carta recomenda o turismo cultural, uma vez que, marcado pelo seu caráter educativo, promove os monumentos e sítios histórico-artísticos por meio do conhecimento, e, assim, converge em efeitos positivos sobre os atrativos turísticos tanto quanto contribui para satisfazer seus próprios fins e para a sua manutenção e proteção. Neste momento, a UNESCO passa lidar diretamente com a temática do turismo, no sentido em que o reconhecimento na Lista do Patrimônio Mundial agrega um valor de credibilidade universal e torna esses bens importantes destinos no turismo internacional. Para Scifoni (2006)[28], o patrimônio mundial tem, nesta perspectiva, uma função importante, na medida em que o título é uma garantia de atratividade e da qualidade do bem em visitação, pois o que está em jogo é a credibilidade da UNESCO.

---

[25] FUNDO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/funding/> acessado em setembro de 2011.

[26] AS DIRETRIZES OPERACIONAIS PARA A IMPLEMENTAÇÃO DA CONVENÇÃO DO PATRIMÔNIO MUNDIAL. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/guidelines/> acessado em setembro de 2011.

[27] CARTA TURISMO CULTURAL. Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, Bruxelas (Bélgica). Disponível em: <http://www.icomos.org/docs/tourism_es.html> acessado em setembro de 2011.

[28] SCIFONI, Simone. A Unesco e o patrimônio da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais. In JACOBI, Pedro e FERREIRA, Lúcia da Costa (orgs.). *Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil*. São Paulo: Anppas/Anablume, 2006, p. 135-153.

Patrimônio cultural e sua dimensão social e simbólica

A Carta de Burra (1980)[29] constitui-se, a nosso ver, um grande marco nas políticas de preservação quando reafirma a importância da "significância cultural" na interpretação de um bem. Cabe lembrar que essa expressão já havia aparecido na Carta de Veneza[30], mas agora, por meio da Carta de Burra, passa a incluir o *valor social* do bem e a reconhece pela sua relevância simbólica para uma dada comunidade. Ali se designa que a expressão *significância cultural* deve incluir os valores estéticos, históricos, científicos ou **sociais[31]** de um bem para gerações passadas, presentes e futuras. Elucida que o termo *bem* denominará um local, uma zona, um edifício, ou outra obra construída, ou um conjunto de edificações ou outras obras que **possuam uma significação cultural[32]**, compreendidos, em cada caso, o conteúdo e o entorno a que pertence, e, assim, não deverá ser avaliado fora de seu contexto ou isoladamente, como era o caso até então.

O valor social passará, então, a conflagrar as discussões no campo da preservação do patrimônio, a ser considerado em um cenário conflitante regido pela globalização. Santos (2001,p.143) considera que "um primeiro movimento é resultado do empenho vertical unificador, homogeneizador, conduzido por um mercado cego, indiferente às heranças e às realidades atuais dos lugares e das sociedades". No entanto, a própria expansão global fará uma contraposição entre a homogeneização da cultura, posta á *mercê* do domínio da industrialização, que estimula o consumismo compulsivo e degradante, "massificação cultural das sociedades", *versus* o ressurgimento de culturas tradicionais que respondem a esta influência opressora de consumo resgatando valores, crenças, danças, costumes, linguas e diversas tradições que demonstram o seu posicionamento e relação com o mundo (CASTRIOTA, 2009). Nesse sentido, percebe-se que as questões que envolvem o patrimônio remetem-nos a um quadro cada vez mais amplo e complexo, adentrando

[29] CARTA DE BURRA. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Burra_1980.pdf> acessado em setembro de 2011.

[30] Em 1964, no II Congresso Internacional de Arquitetos, foi declarada a Carta de Veneza[30], carta internacional sobre a conservação e restauro de monumentos e sítios, que apresenta um forte parâmetro evolutivo do conceito de patrimônio cultural, quando correlaciona os monumentos históricos à sua "significância cultural", que a partir de então, torna-se um ponto fundamental de análise interpretativa sobre o significado e representatividade de um determinado Bem Patrimonial.

[31] Grifo da autora.

[32] Grifo da autora.

em um campo que compartilha múltiplos valores e envolve diferentes agentes sociais e atores.

Nesse panorama, o ICOMOS, na "Conferência Mundial sobre as políticas culturais", em 1986, produz a declaração do México[33], na qual se afirma que os avanços da ciência e da técnica têm modificado o lugar do homem no mundo e a natureza de suas relações sociais. Considera-se a cultura como o conjunto dos elementos espirituais, materiais, intelectuais e afetivos que caracterizam uma sociedade e um grupo social. Assim, reforça-se o *valor social* do bem patrimonial. Essa declaração aponta alguns princípios que deverão nortear as políticas culturais; todavia, ali me parece importante destacar dois princípios chaves para a compreensão deste estudo: a "Identidade cultural" e o "Patrimônio Cultural". O primeiro assegura que a identidade cultural e a diversidade cultural são indissociáveis, com cada cultura representando um conjunto de valores único e insubstituível em que cada identidade de um povo se renova e se enriquece em contato com as tradições e valores dos demais. O segundo aponta que o patrimônio cultural de um povo está no conjunto de significados e na rede de relações que envolvem o bem, em que o enfoque não está nos objetos em si, mas na dimensão imaterial ligado a esses objetos. De tal forma, o que se percebe a partir deste momento é o princípio de se desconcentrar o foco da preservação do objeto em si, passando-se a reconhecer o seu significado, ou seja, a dimensão imaterial que ele carrega. A concepção do conceito de patrimônio cultural expande-se para criações anônimas surgidas da alma popular para o conjunto de valores que dão sentido à vida (CURY, 2004, p.275)[34].

No Brasil, em 1987[35], ocorreu em Itaipava o primeiro seminário brasileiro sobre a preservação e revitalização de centros históricos promovido pelo ICOMOS. Dentre as recomendações pertinentes à preservação dos sítios históricos urbanos foi manifestada a necessidade da ação integrada de entidades federais, estaduais e locais, e da participação da comunidade nas decisões sobre o planejamento - como parte do completo exercício da cidadania, em busca de uma gestão democrática da cidade através de uma fortalecida participação de liderança cívica, princípios esses

[33] DECLARAÇÃO DO MÉXICO. Disponível em:<http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255> acessado em novembro de 2011.

[34] CURY, Isabelle. INSTITUTO DO PATRIMONIO HISTORICO E ARTISTICO NACIONAL (BRASIL). Cartas patrimoniais. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. 407p.

[35] ICOMOS BRASIL (1º Seminário Centros Históricos). Disponível em: <http://www.icomos.org/docs/itaipava.html> acessado em novembro de 2011.

assinalados em nossa Constituição Federal 1988 em prol da proteção do patrimônio cultural brasileiro.

A discussão sobre a questão dos valores se expande na recomendação da UNESCO sobre a "Salvaguarda da Cultura Tradicional e Popular", 1989[36], em que se define "folclore ou cultura tradicional e popular" como a totalidade da tradição - baseada em criações de uma *comunidade cultural*, expressa por um grupo ou indivíduos que são reconhecidos como reflexos das expectativas de uma comunidade, na medida em que transmitem sua identidade cultural e social, proeminentes das diversas expressões e manifestações culturais a partir do artesanato, comidas típicas, língua, danças, jogos, músicas, brincadeiras, lendas, costumes, arquitetura e demais artes.

Por sua vez, a "Carta para a conservação de sítios de valor do patrimônio cultural" da Nova Zelândia (1992)[37] ilustra a importância dos lugares. Denota o fundamental papel de se conservar um conjunto único de sítios com valor patrimonial cultural para a humanidade. Na ocasião, correlaciona-se diretamente com os seus povos indígenas e mais recentes, que são guardiões e representantes dos bens patrimoniais do país.

> Estas áreas, paisagens e elementos, edifícios, estruturas e jardins, sítios arqueológicos e tradicionais, e lugares sagrados e monumentos são tesouros com valor característico. A Nova Zelândia partilha com o resto da humanidade uma responsabilidade geral na salvaguarda do seu patrimônio cultural para as gerações atual e futura (CARTA NOVA ZELÂNDIA, 1992, p.2).

É interessante percebermos como o homem e o meio correlacionam-se (adentrando em dimensões simbólicas), e transformam-se na *paisagem cultural*[38] representativa de um lugar. Essa consideração torna a paisagem cultural um elemento, igualmente, importante a ser considerado nos "itinerários culturais".

---

[36] RECOMENDAÇÃO SALVAGUARDA DA CULTURA TRADICIONAL E POPULAR. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9> acessado em novembro de 2011.

[37] CARTA PARA A CONSERVAÇÃO DE SÍTIOS DE VALOR DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA NOVA ZELÂNDIA Disponível em: < http://quintacidade.com/biblioteca/cartas-do-patrimonio/> acessado em novembro de 2011.

[38] A expressão «paisagem cultural» abarca uma grande variedade de manifestações interativas entre o homem e o seu ambiente natural. Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, 2010.

Segundo Claval (2001, p.21)[39], “as relações que os homens tecem com seu ambiente e os problemas que nascem de sua mobilidade dependem das técnicas que dominam”. E assim, as marcas que os homens imprimem no ambiente expressam a paisgem cultural dos lugares. Um exemplo ilustrativo da colocação do autor pode ser observado na “Paisagem Cultural Evolutiva” dos Terraços de Arroz nas Filipinas, inscrita na UNESCO em 1995. Uma vez que essa paisagem cultural demonstra a *relação do povo com o seu território* e, ao mesmo tempo, expressa a diversidade cultural do mundo (FIGURA 01).

> São bens culturais e representam obras conjugadas do homem e da natureza [...]. Ilustram a evolução da sociedade humana e a sua consolidação ao longo do tempo, sob a influência das condicionantes físicas e/ou das possibilidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, externas e internas (UNESCO, Guia Operacional, p.31)

Figura 1: Terraços de Arroz nas Filipinas



Fonte: *Getty Images*, 2012.

Patrimônio cultural e sua correlação com a “diversidade cultural”

Por ocasião da 18ª sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizado em Phuket, na Tailândia, em dezembro de 1994, depois de diversas discussões acerca das diretrizes propostas pela UNESCO que regem os critérios de seleção e

[39] CLAVAL, P. A Geografia Cultural. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

reconhecimento do patrimônio mundial, foi gerado um relatório pertinente à proteção dos bens culturais e naturais[40].

Dentre outras perspectivas presentes naquele documento, foi reforçada a necessidade de um maior envolvimento intelectual em relação ao posicionamento do patrimônio cultural na sociedade, o que implicaria em discussões sobre os processos de monitoramento e o estado de conservação dos bens patrimoniais. A representatividade da Lista do Patrimônio Mundial foi contestada por representantes do ICOMOS, que afirmaram ser preciso o desenvolvimento de diretrizes para avaliar e medir a identificação dos bens patrimoniais, que deveriam revelar os valores de cada local. Assim, foi destacado que a chave para um significativo monitoramento estaria na compreensão das circunstâncias relativas ao tempo e aos impactos que esses valores tiveram. Em resposta, a UNESCO adota a "Estratégia Global" com o objetivo de alcançar melhor equilíbrio regional e maior diversidade temática na Lista do Patrimônio Mundial, incentivando a nomeação de lugares sub-representados em todas as partes do mundo, especialmente nas categorias que ainda não estão plenamente representadas na Lista.

No mesmo ano, a Conferência de Nara (1994)[41] propõe realizar o exame da "autenticidade", em que se constata um total respeito pelos valores sociais e culturais de todas as sociedades. É igualmente importante a avaliação do *valor universal* das propriedades culturais propostas para a Lista do Patrimônio Mundial, que assistem as forças da globalização e da homogeneização exercidas sobre as culturas das minorias. Percebe-se aqui, que a *autenticidade*, na prática da conservação, dará ênfase a memória coletiva da humanidade. Pretende-se, todavia, trazer algumas definições essenciais para a preservação do patrimônio cultural como os conceitos da "diversidade cultural" e "diversidade do patrimônio", "valores" e "autenticidade", correlacionando-os à promoção do desenvolvimento humano.

> A diversidade das culturas e do patrimônio no nosso mundo é uma origem insubstituível de riqueza espiritual e intelectual para toda a humanidade. A proteção e a valorização da diversidade cultural e patrimonial no nosso mundo devem ser ativamente promovidas como aspectos essenciais do desenvolvimento humano. **A diversidade do patrimônio cultural existe no tempo e no espaço, e exige o respeito pelas outras culturas e por todos os aspectos dos seus**

[40] *18th session of the Committee* (1994). Disponível em: <site http://whc.unesco.org/en/documents/2331>

[41] CONFERÊNCIA DE NARA. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Nara_1994.pdf>

> **sistemas de crenças[42].** Todas as culturas e todas as sociedades estão enraizadas em formas e em meios particulares de expressão tangível e intangível que constituem o seu patrimônio, e que devem ser respeitados.
> É importante sublinhar-se um princípio fundamental da UNESCO, por cujo efeito o **patrimônio cultural de cada um de nós é o patrimônio de todos nós[43]**. A responsabilidade pelo patrimônio cultural e pela sua gestão pertence, em primeiro lugar, à comunidade cultural que o gerou e a cujo cuidado ficou, subseqüentemente. Mas, para além destas responsabilidades, a adesão às cartas e convenções internacionais desenvolvidas para a conservação do patrimônio cultural, também obriga a consideração dos princípios e das responsabilidades delas decorrentes. É altamente desejável que cada comunidade equilibre os seus requisitos próprios com os de outras comunidades culturais, desde que consiga este equilíbrio sem minar os seus valores culturais fundamentais (CONFERÊNCIA NARA, 1994. p.1-2).

A "diversidade cultural" dos bens patrimoniais gerados por uma comunidade compete não só a estes indivíduos. A soma de todas as expressões, tradições, manifestações e valores que emanam de cada grupo, diz respeito ao legado cultural da humanidade e impulsiona o desenvolvimento civilizatório. Além disso, promove a dignidade humana, por meio do reconhecimento de que o valor da autenticidade regional é como parte de um todo, como representante da diversidade do patrimônio mundial.

> A conservação do patrimônio cultural, sob todas as suas formas e em todos os seus períodos históricos, está enraizada nos valores atribuídos ao próprio patrimônio. (...)Todos os julgamentos acerca de valores atribuídos às propriedades culturais, bem como a credibilidade das correspondentes fontes de informação, podem diferir de cultura para cultura, e mesmo dentro de cada cultura. Não é, por isso, possível basearem-se os julgamentos de valores e de autenticidade de acordo com critérios fixos. Pelo contrário, **o respeito devido a todas as culturas exige que as propriedades de patrimônio sejam consideradas e julgadas dentro dos contextos culturais a que pertencem[44]**.(...) Dependendo da natureza do patrimônio cultural, do seu contexto cultural, e da sua evolução através do tempo, os julgamentos de autenticidade podem estar ligados ao valor de uma grande variedade de fontes de informação. Entre os aspectos destas fontes, podem estar incluídos a forma e o desenho, os materiais e a substância, o uso e a função, as tradições e as técnicas, a localização e o enquadramento, o espírito e o sentimento, bem como outros fatores internos e externos. O uso destas fontes permite a elaboração das específicas dimensões

[42] Grifo da autora.

[43] Grifo da autora.

[44] Grifo da autora.

> artística, histórica, social e científica do patrimônio cultural que está a ser examinado (CONFERÊNCIA NARA, 1994.p.2-3).

Devemos perceber que vão se aglomerando fontes para um forte critério analítico do patrimônio imposto pela diversidade cultural, cuja compreensão exige esforços singulares na avaliação da autenticidade e dos seus valores. Que esses são particularmente importantes para se garantir que os valores atribuídos serão respeitados e que a sua determinação inclua a construção de, tanto quanto possível, um consenso multidisciplinar e comunitário no que se diz respeito a esses valores. (CONFERÊNCIA NARA, 1994) Logo, a sua interpretação e preservação exigirá o desenvolvimento de instrumentos capazes de abarcar as dimensões tangíveis e intangíveis representativas dos bens patrimoniais, dos lugares, monumentos, etc, assim como de expandir a sua compreensão e valores enquanto um patrimônio cultural da humanidade. É uma absoluta necessidade o aumento da consciência do público dessa dimensão fundamental do patrimônio para se conseguir chegar a medidas concretas para a salvaguarda dos vestígios do passado. Isso implica no desenvolvimento de maior compreensão dos valores representados pelos próprios bens culturais, assim como no desenvolvimento de maior respeito pelo papel que tais monumentos e sítios têm na sociedade contemporânea (CONFERÊNCIA NARA, 1994)

1.2 A PAISAGEM CULTURAL

O fato mais significativo no desenho da “paisagem cultural” para Fairclough (1999) ao longo de séculos e milênios advém das ações humanas. O mesmo autor aponta o caráter proeminente do contínuo dinamismo sociocultural das paisagens culturais, o descrevendo como o produto do resultado da mudança e da mudança da interação do homem e de processos naturais. Paisagem é tida como um complexo elemento a partir da qual podemos aprender sobre o passado e o presente; mais como uma ideia, uma projeção, do que como um objeto físico “pautável”. É um conceito construído a partir de uma mistura de conhecimento, interpretação e percepção. Isso torna ainda mais difícil o seu entendimento, já que o conhecimento é sempre parcial, a interpretação é provisória e a percepção, pessoal. O autor afirma que as

mudanças precisam ser gerenciadas, pautando a conservação como parte central do processo na direção da sustentabilidade.

A teoria da conservação segundo Fairclough (1999), ao aderir aos princípios da sustentabilidade, passou por uma reavaliação, buscando um necessário mecanismo de preservação seletiva, mas com base cada vez mais ampla, multidisciplinar, para responder e gerir as mudanças "sustentáveis" em cada parte do ambiente histórico. Este processo sugere a valorização do que seria importante ser deixado para as gerações seguintes, mas com a possibilidade delas conhecerem seu passado, avaliarem os significados e decidirem por elas mesmas, como vivenciar e correlacionar com seu próprio patrimônio, e, sobretudo, o que passarão adiante. A partir deste ponto de vista seria preciso respeitar as referências culturais e as tradições procedentes de nossos antepassados, preservando o "elo existencial histórico" que emanam no presente, e transmitem os valores e significados para as comunidades, e que são testemunhos da evolução humana. Para isto, as intervenções humanas no meio ambiente natural e cultural, precisam ser controladas, harmônicas, sustentáveis e principalmente, envolver o reconhecimento de que, onde é possível a mudança, ela deverá ser reversível, para que as comunidades tenham, ao menos, opções de escolhas no futuro.

A Convenção Européia da Paisagem - *The European Landscape Convention*, publicada e aberta para assinatura em Florença, outubro de 2000, aderiu ao contexto de desenvolvimento sustentável. Esta convenção destaca claramente a necessidade de maior cuidado com a paisagem, baseado na sua contribuição para a diversidade cultural e primordial ênfase na participação democrática. Reconhece, ainda, que a qualidade e diversidade das paisagens europeias são importantes recursos comuns de amplo interesse público, um básico componente do patrimônio Europeu e favorável para a atividade econômica e trabalho. Ali, acredita-se que o cuidado e a apreciação da paisagem criarão unidade ao longo da Europa, ressalvando o patrimônio comum, a consolidação da identidade europeia, formas de cultura locais e melhor qualidade de vida na Terra (FAIRCLOUGH, 2002 *apud* DÉJEANT-PONS).

Aquela convenção define paisagem como "uma área, como percebida pelas pessoas, cujas características são o resultado da ação e interação de fatores humanos e/ou naturais" (CONVENÇÃO EUROPEIA, 2000). As paisagens são

ilustrativas da evolução da sociedade humana e permanência ao longo do tempo, sob a influência das limitações físicas e/ou oportunidades apresentadas pelo seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto externas como internas (CONVENÇÃO EUROPEIA, 2000).

A UNESCO considera que "o termo paisagem cultural engloba uma diversidade de manifestações da interação entre o homem e seu ambiente natural" e para fins de inscrição como Patrimônio Mundial a classifica em três categorias.

As paisagens culturais estão divididas em três categorias principais. A primeira formada pelas "paisagens definidas e projetadas" - *clearly defined landscapes*, criadas intencionalmente pelo homem como os jardins e parques. A segunda categoria corresponde às "paisagens orgânicas evolutivas" - *organically evolved landscapes*, que são subdivididas em "relíquias/fósseis", ou "paisagens contínuas", sendo as primeiras paisagens representativas de um processo evolutivo que chegou ao fim em algum momento no passado, e as segundas, paisagens que conservam um papel social ativo na sociedade contemporânea, intimamente associadas ao modo de vida tradicional, e no qual o processo evolutivo ainda está em andamento. A última categoria são as "paisagens culturais associativas" - *associative cultural landscapes*, que remetem a associações artísticas, religiosas ou culturais do elemento natural. A inserção de paisagens culturais na Lista do Patrimônio Mundial faz-se balizar pelos critérios de funcionalidade e inteligibilidade. Nos três casos, a amostra selecionada deve ser suficientemente substancial para representar a totalidade da paisagem cultural que ilustra. As indicações devem ser preparadas em colaboração e aprovação plena das comunidades locais, reafirmando o valor social do seu bem patrimonial.

Neste momento, cabe uma reflexão sobre a contribuição que a categoria "Paisagem Cultural" trouxe para a preservação do patrimônio mundial, por valorizar todas as inter-relações entre homem e meio ambiente, entre o natural e o cultural. Segundo Ribeiro (2007)[45] as paisagens culturais para serem incluídas na Lista do Patrimônio Mundial devem ser selecionadas pelo seu valor universal, pela sua representatividade em termos de uma região geocultural claramente definida e pela

[45] RIBEIRO, R. W. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 2007. 151p.

sua capacidade de ilustrar elementos culturais distintos dessa região, perpetuando os conceitos de pertencimento, significado, valor e singularidade do lugar.

A inserção dos bens patrimoniais na categoria de "paisagens culturais" consolidou um valioso instrumento de preservação associado à interpretação, apresentação e gestão territorial desses lugares. O conceito também aprecia a manutenção e preservação de técnicas tradicionais de "uso da terra" em defesa da diversidade biológica.

Abordando a dimensão e *responsabilidade* sociocultural do patrimônio a "Carta de Burra Australiana" - *Australia ICOMOS Burra Charter*, (1999)[46], enfatizou a importância da análise e avaliação do significado e uso que os lugares possuem para as pessoas, incluindo os sítios naturais, indígenas e históricos com valor cultural. A Carta explicita a necessidade do envolvimento das comunidades nos processos de tomada de decisão, em que a conservação deverá ser lida como uma parte integral da gestão dos lugares com significado cultural[47]. A *conservação* passa, assim, a significar **retenção do significado cultural de um sítio[48]**, apreendido pela coexistência de valores culturais (CARTA DE BURRA, 1999)

> Os sítios com significado cultural enriquecem a vida das pessoas, proporcionando, muitas vezes, um profundo e inspirador sentido de ligação à comunidade e à paisagem, ao passado e às experiências vividas. São registros históricos que se tornam importantes como expressões tangíveis da identidade e da experiência da Austrália. Os sítios com significado cultural refletem a diversidade das nossas comunidades, dizendo-nos quem somos e qual foi o passado que nos formou, assim como se formou a paisagem Australiana. Eles são insubstituíveis e preciosos (CARTA BURRA, 1999.p.4).

Pode-se observar, com a experiência da Austrália, como comunidade, ambiente e paisagem se entrelaçam simbolizando o significado dos lugares que possuem valor cultural. O conjunto de elementos (tangível ou intangível) funde-se e denota uma unicidade, a "identidade cultural australiana", dinâmica por natureza, e em virtude do tempo e espaço.

---

[46] REVISÃO CARTA DE BURRA, Austrália, 1999. Disponível em:

<http://5cidade.files.wordpress.com/2008/03/carta-de-burra.pdf> Acessado em novembro de 2011.

[47] A expressão significado cultural é sinônima de significado patrimonial e de valor cultural. O significado cultural pode alterar-se em consequência da continuidade da história do sítio. A compreensão do significado cultural pode alterar-se em consequência de novas informações. Os significados estão, geralmente, relacionados com aspectos intangíveis tais como as qualidades simbólicas e as memórias (CARTA DE BURRA, 1999).

[48] Grifo da autora.

Essas abordagens são fundamentais na elaboração da *declaração de significância* de um bem patrimonial. Esta é uma importante ferramenta na gestão e preservação do patrimônio, por estabelecer limites para as intervenções em consonância com seus valores e significados.

Contribuições europeias no entendimento sobre as paisagens culturais

A "Recomendação sobre a conservação integrada das áreas de paisagens culturais como integrantes das políticas paisagísticas[49]", criada em 1995, foi percussora da Convenção Europeia da Paisagem, em 2000. Ali se reconhece que o meio ambiente é um sistema dinâmico que engloba elementos naturais e culturais interagindo num determinado tempo e espaço. Essa Recomendação considera a necessidade de serem desenvolvidas estratégias para integrar a evolução orientada da paisagem e a preservação das áreas de paisagem cultural como parte de uma política que abranja a totalidade da paisagem e que estabeleça a proteção unificada dos interesses culturais, estéticos, ecológicos e sociais do respectivo território (RECOMENDAÇÃO EUROPA, 1995).

Dentro dessa perspectiva, a "Convenção Europeia da Paisagem[50]", assinada na Itália, Florença, em outubro de 2000, procura responder à amplitude do conceito de patrimônio enfatizando questões que aproximam a paisagem cultural à sua dimensão regional e simbólica. A Convenção afirma que a paisagem é representativa dos gênesis de culturas locais e um componente fundamental do patrimônio cultural e natural. Ela contribui para o bem-estar humano (reconhecendo que a paisagem é em toda a parte um elemento figurativo da qualidade de vida das populações) e para a consolidação da identidade europeia. De tal modo, essa Convenção é um instrumento capaz de estabelecer parâmetros para a proteção, gestão e ordenamento das paisagens europeias. Ela procura alcançar o desenvolvimento sustentável e uma relação equilibrada e harmoniosa entre as necessidades sociais, as atividades econômicas e o ambiente. A partir dessa

[49] RECOMENDAÇÃO EUROPA. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266> acessado em novembro de 2011.

[50] CONVENÇÃO EUROPÉIA DA PAISAGEM - Decreto n.º 4/2005. Disponível em: http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionsconvention/portuguese.pdf acessado em dezembro de 2011.

dimensão, expõe-se o que considera o fator chave para sua aplicação, a *gestão da paisagem*. A gestão designa a ação visando assegurar a manutenção da paisagem numa perspectiva de desenvolvimento sustentável, de forma a orientar e harmonizar as alterações resultantes dos processos sociais, econômicos e ambientais, e por assim dizer, radicar o seu caráter dinâmico, mutável e os processos de transformações contínuas que envolvem a apreensão das paisagens (CONVENÇÃO EUROPEIA, 2000). A Convenção institui que a participação do público, das autoridades locais, regionais e demais envolvidos na definição e implementação das políticas da paisagem[51] é indispensável para o desenvolvimento do plano de gestão. Cada parte deverá se comprometer em:

> a. Identificar as paisagens no conjunto do seu território;
> b. Analisar as suas características, bem como as dinâmicas e as pressões que as modificam;
> c. Acompanhar as suas transformações;
> d. Avaliar as paisagens assim identificadas, tomando em consideração os valores específicos que lhes são atribuídos pelos intervenientes e pela população interessada (CONVENÇÃO EUROPEIA, 2000.p.4).

Assim, cada uma das partes deverá se comprometer e aumentar a sensibilização da sociedade civil, das organizações privadas e das autoridades públicas para o *valor da paisagem*. Deverá haver uma conscientização sobre o papel e a função desses agentes transformadores das paisagens. Essa ação conjunta resultará na declaração de significância da paisagem cultural.

O alcance da *paisagem cultural,* que designa uma parte do território, tal como é apreendida pelas comunidades (que atribuem valor e significado), e cujo caráter resulta da ação e da integração de fatores naturais e ou humanos, nos leva ao entendimento de que o campo do patrimônio também é posto a dialogar com a perspectiva da ecologia. Este novo enquadramento que introduz uma espécie de dimensão fundante, na qual os elementos culturais e naturais devem, necessariamente, ser pensados em conjunto, incorpora a uma leitura diligente dos processos que consolidam as paisagens (CASTRIOTA, 2011)[52]. Esse entendimento

[51] *Política da paisagem*: designa a formulação pelas autoridades públicas competentes de princípios gerais, estratégias e linhas orientadoras que permitam a adoção de medidas específicas tendo em vista a proteção, a gestão e o ordenamento da paisagem (CONVENÇÃO EUROPÉIA DA PAISAGEM, 2000)

[52] CASTRIOTA, Leonardo Barci. Seminário – Paisagem Cultural: um conceito em construção. Realizado na escola de Arquitetura UFMG, 05 de dezembro de 2011.

conflui na apreensão de como o homem interage, intervém e complementa o ambiente (natural e cultural) e, assim, (des)constrói os lugares.

1.2.1 Dimensão imaterial da Paisagem Cultural

A ampliação do conceito de patrimônio cultural, que passa a dar um destaque especial à dimensão imaterial do patrimônio, pode ser observada através da "Paisagem Cultural Konso[53]", na Etiópia. Ela foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO, em 2001, com base nos critérios culturais, de excepcionalidade (iii) e (v) (QUADRO 01). Caracteriza-se pela presença de extensos terraços de pedra seca que compõem um dos principais atributos da sua paisagem. Esses são representativos das centenas de anos de luta humana. Institui um exemplar e testemunho excepcional de uma tradição cultural que se mantém viva, mas que está à beira do desaparecimento, e, por isso, se recorreu ao critério (iii). A população conserva a função dos terraços e os utilizam conforme as instruções (re)passadas pelos povos antigos, mantendo as técnicas tradicionais construtivas e agrícolas. A pedra seca da região está presente nas construções vernaculares e no imaginário simbólico e religioso da comunidade, além de configurar um importante elemento da identidade local. Suas florestas também são usadas como espaços para ritos, sepultamentos e fins medicinais. Essas características comprovam a interação humana com o meio ambiente, e os diversos usos e atribuições ligadas à terra, que, todavia, são representativos da cultura local e os tornam pertinentes ao critério (v).

[53] PAISAGEM CULTURAL KONSO. Disponível em: http://whc.unesco.org/en/decisions/4289 acessado em dezembro de 2011.

Figura 2: Foto panorâmica representativa dos terraços. Konso, Etiópia.



Figura 3: Cenário de encontro. Konso, Etiópia.



Figura 4: Exemplo: técnica agrícola local. Konso, Etiópia.



Fonte: Nigel Pavitt, data desconhecida.

Não podemos deixar de citar os critérios de *integridade* e *autenticidade* que foram atributos para o reconhecimento dessa paisagem na Lista do Patrimônio Mundial. Sendo assim, a integridade representa a história e a junção dos elementos e fatores econômicos, naturais e socioculturais, desvendados na paisagem cultural do konso. Sustenta-se o conceito de paisagem cultural por haver interação e inter-relação do homem (comunidade) com o meio ambiente, que, por sua vez, mantêm os elementos materiais/construtivos e imateriais/simbólicos (vide Figuras: 02 03 e 04). Esses fragmentos estão demarcados tanto visualmente, quanto incorporados aos demais sentidos, nos revelando as diversas formas do homem se relacionar e posicionar nos lugares e com os lugares[54]. Por fim, a paisagem cultural do Konso apreende e representa uma singular manifestação cultural, denotando um amplo sentido à sua totalidade (processo contínuo da construção da paisagem cultural).

[54] Sobre o conceito de lugar, confira CASTELLO, Lineu (2007). A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo.

> Integridade
> O limite da Paisagem Cultural Konso é demarcada levando em conta a história visual, cultural e sócio-econômico das pessoas do Konso. A integridade da paisagem "terraço" é considerada. A paisagem é delimitada por marcadores naturais e culturais. Assim, a totalidade é mantida (traduzido pela autora)[55].

Em relação à autenticidade, a UNESCO busca reconhecer nas paisagens culturais, como no caso de Konso, os aspectos e elementos que remetem e são relativos à sua composição e forma original, que vão culminar no contínuo envolvimento da comunidade local (que atribui valores) ao uso e preservação de suas técnicas tradicionais.

> Autenticidade
> A Paisagem Cultural Konso ainda em grande parte mantêm sua forma original e design. Os materiais utilizados na construção original dos terraços e das muralhas da cidade são típicos do local e sua conservação é feita pelos membros da comunidade. Os terraços continuam com seu uso original e função. As cidades fortificadas são habitadas pelas comunidades e organizadas seguindo o sistema tradicional. As florestas ainda são tradicionalmente protegidas e usadas para rituais e sepultamentos. As lagoas ainda estão em uso e periodicamente conservadas. A conservação dos terraços, as cidades muradas, as florestas e as lagoas ainda é realizada tradicionalmente (traduzido pela autora)[56].

No mesmo ano do reconhecimento da Paisagem cultural do Konso (Etiópia), em 2011, foram reconhecidas outras paisagens culturais: Paisagem cultural do Lago do Oeste de Hangzhou (China), Paisagem cultural do café de Colômbia (Colômbia); Paisagem cultural da Serra de Tramuntana (Espanha), Paisagem cultural agropastoral mediterrâneo de Causses e Cévennes (França). Contudo, podemos apreender que a paisagem cultural para a humanidade reflete a complexidade da existência humana e a sua diversidade representa as várias formas em que os grupos sociais se posicionam e se relacionam perante o meio ambiente em que vivem (cultural e natural). Essa constatação adentra o campo da geografia humana:

---

[55] Texto na íntegra: *The boundary of the Konso Cultural Landscape is demarcated taking note of the visual, cultural and socio-economic history of the Konso people. The wholeness of the terraced landscape is considered. The landscape is bounded by natural and cultural markers. Thus the wholeness is maintained.*

[56] Texto na íntegra: *The Konso Cultural Landscape still largely retain its original form and design. The materials used for the original construction of the terraces and the town walls are local and their conservation is done by the community members. The terraces continue their original use and function. The walled towns are inhabited by the communities and organized following the traditional system. The traditionally protected forests are still protected and used for ritual and burial. The ponds are still in use and periodically conserved. The conservation of the terraces, the walled towns, the forests and the ponds is still performed traditionally*.

> a Geografia Humanística procura valorizar a experiência do indivíduo ou do grupo, visando compreender o comportamento ou as maneiras de sentir das pessoas em relação aos seus lugares. Para cada indivíduo, para cada grupo humano, existe uma visão de mundo, que expressa através de suas atividades e valores para com o quadro ambiente. É o contexto pelo qual a pessoa valoriza e organiza o seu espaço e o seu mundo, e nele se relaciona (...) o lugar não é toda e qualquer localidade, mas aquela que tem significância afetiva para uma pessoa ou grupo de pessoas (CRISTOFOLETTI, 1982, p.22)[57]

Unificando a significância afetiva, Claval (também estudioso do campo da geografia humana) correlaciona a paisagem cultural com a forma que os grupos sociais se organizam e interagem no tempo e espaço:

> (...) trata-se de compreender como a vida dos indivíduos e dos grupos se organiza no espaço, nele se imprime e nele se reflete. Ao problema fundamental da Geografia de ontem: Por que os lugares diferem? Acrescentam-se outro: Por que os indivíduos e os grupos não vivem os lugares do mesmo modo, não os percebem da mesma maneira? (CLAVAL, 2001, p.40)[58]

De forma sintética, CASTRIOTA (2011) aponta três grandes deslocamentos trazidos pela introdução do tema "paisagem cultural" no campo do patrimônio. O primeiro advém da adesão dos termos natureza *versus* cultura à paisagem, como sendo o conjunto de elementos visíveis ou sensíveis que integram e caracterizam uma determinada área ou país (CASTRIOTA *apud* ALVES, 1994). Seguida da estreita ligação que se pode aferir da paisagem cultural com os saberes tradicionais, que estão atrelados às dimensões tangíveis e intangíveis do patrimônio e que se referem ao manejo da natureza, em que as paisagens naturais seriam aqueles lugares por excelência onde se pode apreender sobre a relação entre o povo, a natureza e os ecossistemas e, com isso, conforma a cultura, identidade, e enriquece a diversidade cultural e biológica (CASTRIOTA *apud* ROSSLER). Por último, a ideia inovadora do "patrimônio genético[59]", considerando que preservar as paisagens culturais tradicionais seria, no fundo, preservar a diversidade genética do planeta.

---

[57] CRISTOFOLETTI, Antônio. As perspectivas do estudo geográfico. In: CRISTOFOLETTI, Antônio (org). **Perspectivas da Geografia.** São Paulo: Difel, 1982.

[58] CLAVAL, Paul. O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). **Matrizes da Geografia Cultural.** Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

[59] A esse respeito, confira: BRASIL. Conselho de Gestão do Patrimônio Genético. **Conselho de Gestão do patrimônio Genético:** medida provisória nº 2.186-16, de 23 de agosto de 2001, decreto nº 3.945, de 28 de setembro de 2001. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2002. 37 p.

1.3 O ITINERÁRIO CULTURAL

O conceito de “Rota Cultural” foi apresentado e debatido pela primeira vez quando a Rota dos Peregrinos para Santiago de Compostela foi incluída na Lista do Patrimônio Mundial em 1993, em Cartagena, Espanha. Esse fato “obrigou” o conselho do Comitê internacional a reunir especialistas para discutirem questões referentes às rotas culturais com mais profundidade. Por conseguinte, houve um estudo sobre as rotas culturais enquanto parte integrante do nosso patrimônio cultural realizado em Madrid, Espanha, (1994), denominado *Report on the Expert Meeting on Routes as a Part of our Cultural Heritage* (Madrid, Spain, November 1994)[60]

Por ocasião da revisão das diretrizes operacionais e definição dos critérios para a inclusão de bens culturais na Lista do Patrimônio Mundial, o Comitê do Patrimônio Mundial na 19ª sessão em Berlim, (1995)[61], dispôs que as Rotas Culturais fazem parte do nosso Patrimônio Cultural. O conceito de “Rota do Patrimônio” - *heritage routes* apresentado pelos peritos[62] mostra-se, a meu ver, como potencialmente rico e fértil, trazendo boas contribuições para o estudo do patrimônio, permitindo que se estabeleçam diretrizes que dialogam de forma complementar com uma abordagem plural da história e da cultura. Nesse sentido, sua compreensão poderá inclusive propagar uma cultura de paz, pautada no movimento da população (migratório ou espontâneo), entre os encontros e diálogos, intercâmbios e experiências culturais, enfim, em toda gama de interações, inter-relações e trocas que ocorreram e ocorrem para além dos lugares e fronteiras, que correlacionam com o espaço e tempo. A sua base conceitual foi apresentada como uma estrutura aberta, dinâmica e evocativa, sendo reconhecidas as diversas dimensões e valores que envolvem o patrimônio, econômico, social, simbólico, filosófico e os “significados”, advindos das interações e

[60] Reunião de peritos sobre «AS ROTAS DO PATRIMÔNIO ENQUANTO PARTES INTEGRANTES DO NOSSO PATRIMÔNIO CULTURAL» (Madrid, 24-25 de Novembro de 1994) (ver documento WHC-94/CONF.003/INF.13).

[61] Descrição na íntegra: *Routes as a Part of our Cultural Heritage (Spain, 24-25 November 1994)* discutido pelo Comitê do Patrimônio Mundial na sua 19ª sessão (Berlim, 1995) (ver documento WHC-95/CONF.203/16)

[62] Texto na íntegra: *The concept of heritage routes is shown to be a rich and fertile one, offering a privileged framework in which mutual understanding, a plural approach to history and a culture of peace can all operate. It is based on population movement, encounters and dialogue, cultural exchanges and cross-fertilization, taking place both in space and time. The nature of the concept is open, dynamic and evocative, bringing together the conclusions of the global strategic study striving to improve the recognition within Heritage "of the economic, social, symbolic and philosophical dimensions and constant and countless interactions with the natural environment in all its diversity"*

dos processos contínuos, dinâmicos e evolutivos, entre o homem, o ambiente natural, e toda (bio)diversidade cultural.

Naquele momento, foram apresentadas outras iniciativas baseadas na ideia de movimento e de diálogo que estavam sendo realizadas pela UNESCO, entre as quais, a "Rota da Seda" e a "Rota dos escravos". Também foram citados alguns trabalhos advindos de outros grupos e organizações como o Conselho da Europa, com o "Programa de Rotas Culturais da Europa" (*European Institute of cultural routes)*[63]. Os especialistas atestaram que estas iniciativas estavam inseridas no âmbito proposto pelo conceito de Rotas Culturais que inclui interações entre os bens patrimoniais tangíveis e intangíveis, culturais e naturais, e levam a um aprofundamento no campo do patrimônio cultural, por não promover a dicotomia, preexistente, entre essas relações.

Os mesmos evidenciaram a importância de se proteger, conservar e promover o patrimônio e a diversidade cultural existente ao longo das vias/estradas/caminhos das rotas culturais. Fizeram notória a exigência de uma gestão qualificada e o envolvimento da comunidade em todo o processo de reconhecimento e gestão das rotas. Também foi levantada a necessidade de uma política de ordenamento do território, num quadro de desenvolvimento duradouro. Por fim, recomendaram que, para a implementação da categoria "rota Cultural", os Estados Partes da UNESCO fossem informados em bases de âmbito nacional, regional e mundial.

1.3.1 Inclusão de rota cultural como parte do patrimônio mundial

A categoria de Rotas Culturais está presente dentro das atuais orientações disponíveis da UNESCO para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. Descrita no anexo sobre as Orientações Técnicas para a inscrição de tipos específicos de bens na Lista do Patrimônio Mundial, a Rota cultural encontra-se listada com as demais categorias de bens possuidores de valor cultural e/ou natural,

[63] *European Institute of cultural routes*. O Instituto Europeu dos Itinerários Culturais é uma associação sem fins lucrativos, com sede em Luxemburgo, desde 1997. Seu objetivo consiste em desenvolver o Programa de Rotas Culturais do Conselho da Europa. Esse programa é um instrumento para a leitura dos valores europeus que emergem da complexidade das culturas e sociedades que constituem a Europa. Disponível em: <http://www.culture-routes.lu/php/fo_index.php?lng=en> acessado em março de 2011.

tais como as paisagens culturais, as cidades/centros históricos e os canais do patrimônio.

Para a inclusão de um bem na categoria Rota Cultural, primeiramente, deve-se justificar o seu *valor universal excepcional*, conforme determina os princípios da UNESCO. A Rota deverá atender, portanto, ao menos um dos critérios de seleção (QUADRO 01). Esses são responsáveis pela identificação preliminar dos valores do bem que merecem a inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Periodicamente, o Comitê revisa esses critérios em busca de uma maior reflexão sobre a evolução do conceito de patrimônio mundial, pois considera relevante que outros fatores possam incidir sobre os bens indicados.

Quadro 1: Critérios de seleção para inclusão na Lista do Patrimônio Mundial

JUSTIFICATIVA DO VALOR UNIVERSAL EXCEPCIONAL

	CRITÉRIOS CULTURAL						**CRITÉRIOS NATURAL**			
Diretrizes Operacionais 2005	(i)	(ii)	(iii)	(iv)	(v)	(vi)	(vii)	(vii)	(ix)	(x)

i	Representar uma obra-prima do gênio criativo humano**;**
ii	Ser manifestação de um importante intercâmbio de valores humanos no que diz respeito a um período determinado ou uma área cultural do mundo, no desenvolvimento da arquitetura ou tecnologia, artes monumentais, planejamento urbano ou paisagismo;
iii	Ser testemunho único ou pelo menos excepcional de uma tradição cultural ou de uma civilização que está viva ou que tenha desaparecido;
iv	Ser um exemplo excepcional de um tipo de conjunto edifício, arquitetônico ou tecnológico ou de paisagem que ilustra (a) fase de significativa (s) na história da humanidade;
v	Ser um exemplo notável de um estabelecimento humano tradicional, uso da terra, ou do uso do mar, que é representante de uma cultura (ou culturas), ou interação humana com o meio ambiente, especialmente quando se tornou vulnerável sob o impacto de uma mudança irreversível;
vi	Ser direta ou indiretamente associada a acontecimentos ou tradições vivas, com ideias, ou com as crenças, com obras artísticas e literárias de significado universal excepcional;
viii	Representar fenômenos naturais ou áreas de excepcional beleza natural e importância estética;
ix	Ser exemplos excepcionais que representem grandes etapas da história da Terra, incluindo o registro de vida, significativos em curso processos geológicos no desenvolvimento de formas de relevo, ou geomórfica significativa ou características fisiográficas;
vii	Ser exemplos excepcionais que representem significativos em curso processos ecológicos e biológicos na evolução e desenvolvimento da água terrestre, fresco, ecossistemas costeiros e

	marinhos e comunidades de plantas e animais;
x	Para conter os habitats mais importantes e significativos naturais para a conservação in situ da diversidade biológica, incluindo aqueles que contêm espécies ameaçadas de valor universal excepcional do ponto de vista da ciência ou da conservação.

Fonte: UNESCO, 2010, tradução da autora.

Além disso, recomenda-se também o dinamismo da rota em relação ao espaço e tempo, aos parâmetros de intercâmbio cultural e multidimensional, a identificação de elementos testemunhos de sua importância e a pertinência aos princípios de autenticidade e integridade. Dentre os pontos que deverão ser considerados, inclui-se:

> (i) Deve-se ter presente a condição necessária de valor universal excepcional.
> (ii) O conceito de rotas do patrimônio:
> -assenta na dinâmica do movimento e na ideia de **trocas**, com **continuidade** no espaço e no tempo.
> -refere-se a um todo, no qual a rota tem um valor superior à soma dos elementos constitutivos que lhe dão a sua importância cultural;
> -realça o intercâmbio e o diálogo **entre países ou entre regiões**;
> -**multidimensional**, com aspectos diferentes que desenvolvem e completam o seu objetivo inicial, que pode ser religioso, comercial, administrativo ou outro.
> (iii) Uma rota do patrimônio pode ser considerada um tipo específico e dinâmico de paisagem cultural, no momento em que debates recentes resultaram na sua aceitação nas Orientações Técnicas.
> (iv) A identificação de uma rota do patrimônio baseia-se num conjunto de forças e de elementos materiais que são testemunho da importância da referida rota.
> (v) As condições de autenticidade devem ser aplicadas em função da importância e outros elementos constitutivos da rota do patrimônio. Deverão ter em conta a extensão da rota, e talvez a frequência atual da sua utilização, bem como as legítimas aspirações de desenvolvimento das pessoas envolvidas (UNESCO, ORIENTAÇÕES TÉCNICA, Ed: Lisboa, 2010)

Para ilustrarmos a aplicação desses critérios, tomaremos como exemplo a primeira rota cultural reconhecida como patrimônio mundial: a Rota de Peregrinação do "Caminho de Santiago de Compostela", marco importante nos estudos desta categoria. Segundo fontes da UNESCO, esta rota franco-espanhola continua sendo palco de peregrinação para Santiago de Compostela. Ao longo da rota existem cerca de 1.800 monumentos/edifícios, tanto religiosos como seculares, mas de grande interesse histórico. Esse percurso teve um papel fundamental na promoção do intercâmbio cultural entre a Península Ibérica e o resto da Europa durante a Idade Média e continua testemunhando o poder da fé cristã entre as pessoas do mundo

inteiro[64]. Tal abordagem cultural levou a inserção dessa Rota nos critérios: (II), (IV) e (VI). O primeiro, critério (II), por ter desempenhado um papel fundamental de intercâmbio e de desenvolvimento cultural; o critério (IV), pela presença dos diversos exemplares arquitetônicos do período medieval, tanto construções monumentais como as vernaculares. Esses elementos compõem a paisagem cultural da rota, em conjunto às diversificadas técnicas tradicionais e agrícolas, que, de tal modo, ilustram uma fase significativa na história da humanidade; por fim, a rota mantém uma milenar tradição de peregrinação e testemunho de fé entre pessoas de todas as classes e países, o critério (VI).

Figura 5: representações do caminho de Santiago de Compostela



Fonte: FIG.01-06 Juklestad, Silja, 2009. FIG.07-08 Dosfotos, 2011.

[64] Vide descrição, mapas, documentos, etc, no site da UNESCO em Route of Santiago de Compostela. Disponível em:<http://whc.unesco.org/en/list/669> acessado em novembro 2011.

É interessante reconhecermos nas fotografias (FIGURA 05) parte do que é a base representada pelo conceito de “Rotas Culturais” e, tão logo, os critérios que categorizaram o “Caminho de Santiago de Compostela”. As três primeiras imagens (parte superior) registram a presença da *arquitetura medieval* ao longo da rota, inclusive, a vernacular (terceira foto da esquerda para direita). As outras duas imagens seguem ilustrando como as técnicas agrícolas tradicionais compõem a paisagem do caminho. Os vinhedos e as criações pastoris eram cultivados pelos monges que habitavam os monastérios desde a época medieval. A somatória desses elementos incorporados à paisagem admitem novas dimensões e configuram diferentes cenários. Além de representar o patrimônio intangível, marcam parte do dinamismo da rota, como podemos perceber pelo depoimento da Silja Juklestad, uma amiga e peregrina da Noruega.

> A agricultura em Santiago é muito importante. Torna o caminho uma experiência visual, cheirosa e repleta de sabores. Andei no meio das plantações de uva que são usadas para se fazer o vinho da região e bebia este vinho nas vilas no fim do dia; passei por ovelhas no caminho, e comi o queijo dessas ovelhas na vila próxima; passei por árvores, oliveiras e amendoeiras, e comi estes frutos/sementes no fim do dia. Acho que Rioja é um dos lugares que produz o vinho vermelho mais famoso da Europa, ou do mundo. Fiz o caminho em abril, 2009. Tirei uma foto que mostra as plantações de uva "cut down" (podadas). Este processo é feito a cada ano. Depois, as plantas crescem de novo e ficam cheias de uvas (JUKLESTAD[65], 2011).

A próxima imagem (parte inferior, da esquerda para direita) também elucida o patrimônio imaterial do “Caminho de Santiago”. É um testemunho da religiosidade da rota, da fé cristã. Representa um ritual ocorrido na Sexta-feira da Paixão, ou Sexta-Feira Santa, um importante dia para os católicos. A outra fotografia aponta duas referências culturais simbólicas que caracterizam os peregrinos, o cajado e a concha, costumes alusivos aos povos ancestrais. Contudo, a rota declara um valor superior à soma dos elementos constitutivos que lhe dão a sua importância cultural. Pode ser percebido como o turismo se apropria do cenário e se transforma em um indutor cultural, representativo da história, cultura do lugar e participante da gestão territorial, como aponta a última imagem - placa indicativa da peregrinação do “Caminho de Santiago” encontrada em todo norte da Espanha.

[65] JUKLESTAD, Silja. Depoimento feito para a autora em novembro de 2011.

Os autores Santos Júnior e Braga (2009)[66] assinalam uma importante questão que correlaciona o turismo à função social das áreas preservadas. Advertem-nos que ambos estão diretamente interligados e que a valorização do primeiro em detrimento do segundo prejudica o equilíbrio e a sustentabilidade. Dessa forma, para que essas questões sejam contornadas, indicam a necessidade do Estado, da iniciativa privada e da população local participem da elaboração dos projetos de intervenção e da posterior gestão desses espaços, por meio de ações integradas, que visem, no entanto, uma economia pautada no bem-estar social, desenvolvimento humano e sustentável.

Esses novos atributos do patrimônio foram considerados na criação do Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC)[67] – ICOMOS em 1998. O objetivo do CIIC é promover em consonância com as finalidades do ICOMOS a cooperação internacional, identificação, estudos e aprimoramento das rotas culturais, ao mesmo tempo em que propõe uma metodologia que busque declarar o significado em relação ao seu valor principal como um todo, explicitando sua conexão com a proteção, manutenção e conservação dos monumentos, grupos de edifícios, vestígios arqueológicos, paisagens culturais e demais características referentes aos lugares, e, sobretudo, mencionando como estes elementos (tangíveis e intangíveis) estão conectados através dos valores culturais e laços históricos (ICOMOS, 2003)[68]. Tais princípios constatam na Ata da Reunião do Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC) do ICOMOS, em Xi'an, China, 18 e 19 de outubro de 2005, preponderantes da “carta internacional sobre rotas culturais” (ICOMOS, 2008). Compreende-se aqui que a evolução das ciências a respeito da conservação do patrimônio cultural tem levado a um abrangente, crescente e complexo conceito sobre patrimônio cultural, com uma mudança no foco do objeto isolado para aumentar contextos cada vez mais amplos[69].

---

[66] SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos; BRAGA, Paula Marques. O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e as lições das Cartas Patrimoniais. Arquitextos, São Paulo, 107.04, Vitruvius, abr 2009. Disponível em: <http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/09.107/59> acessado em novembro de 2011.

[67] International Scientific Committee on Cultural Routes (CIIC). 1998 (Based on the Eger Principles for the ICOMOS International Scientific Committees) Disponível em: <http://www.icomos.org/index.php/en/> acessado em agosto de 2011.

[68] ICOMOS INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTEE ON CULTURAL ROUTES (CIIC) REPORT- May, 2003.

[69] Relatório anual reunião CIIC, 2003. Anexo 2: ideias preliminares para a elaboração de um carta internacional sobre rotas culturais.

1.3.2 Itinerário e sua correlação com a diversidade cultural

A "Declaração Universal sobre diversidade cultural" (2002)[70] afirma que a cultura deverá ser considerada como o conjunto dos elementos espirituais e materiais, intelectuais e afetivos, que caracterizam uma sociedade ou um grupo social e que abrange, além das artes e das letras, os modos de vida, as maneiras de viver, os sistemas de valores, as tradições e as crenças (UNESCO *apud* MONDIACULT, 1982)[71]. Confia que por meio da valoração da diversidade cultural possa haver uma maior consciência da unidade do gênero humano e no desenvolvimento dos intercâmbios culturais, da mesma forma que indica a Conferência de Nara sobre a diversidade cultural e do patrimônio (1994). Os princípios apresentados sobre "identidade", "diversidade" e "pluralismo" se complementam na representatividade e manifesto do patrimônio comum da humanidade:

> Artigo 1 – A diversidade cultural, patrimônio comum da humanidade. A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam os grupos e as sociedades que compõem a humanidade. Fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade, a diversidade cultural é, para o gênero humano, tão necessária como a diversidade biológica para a natureza.Nesse sentido, constitui o patrimônio comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em beneficio das gerações presentes e futuras.
>
> Artigo 2 – Da diversidade cultural ao pluralismo cultural. Em nossas sociedades cada vez mais diversificadas, torna-se indispensável garantir uma interação harmoniosa entre pessoas e grupos com identidades culturais ao mesmo tempo plurais, variadas e dinâmicas, assim como sua vontade de conviver. **As políticas que favoreçam a inclusão e a participação de todos os cidadãos garantem a coesão social, a vitalidade da sociedade civil e a paz[72]**. Definido desta maneira, o pluralismo cultural constitui a resposta política à realidade da diversidade cultural. Inseparável de um contexto democrático, o pluralismo cultural é propício aos intercâmbios culturais e ao desenvolvimento das capacidades criadoras que alimentam a vida pública (DECLARAÇÃO UNIVERSAL, 2002. p.3)

---

[70] DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE DIVERSIDADE CULTURAL. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> acessado em outubro de 2011.

[71] UNESCO *apud* a definição conforme as conclusões da Conferência Mundial sobre as Políticas Culturais (MONDIACULT, México, 1982), da Comissão Mundial de Cultura e Desenvolvimento (Nossa Diversidade Criadora, 1995) e da Conferência Intergovernamental sobre Políticas Culturais para o Desenvolvimento (Estocolmo, 1998).

[72] Grifo da autora.

É importante ressaltarmos que esses princípios foram debatidos pela UNESCO na reunião de peritos do patrimônio natural e cultural, realizado em Amsterdã, em 1998. Na ocasião, foram apontados como uma forma de se equalizar a representatividade na Lista do Patrimônio Mundial. Esses especialistas discutiram a relação entre cultura e natureza atribuída às paisagens culturais. Voltaram uma especial atenção aos aspectos antropológicos que envolvem o patrimônio e propuseram a junção ao "valor universal de excepcionalidade". Como resultado, concluíram que qualquer bem patrimonial que concebe uma singularidade e valores específicos poderá, portanto, conter um valor universal excepcional. Os atributos de singularidade e valor se incorporaram nas questões que envolvem o patrimônio cultural, levando a UNESCO a formular uma nova definição sobre o que considerar acerca do valor universal de excepcionalidade. A partir de então passam a ser considerados as especificidades regionais e históricas dos sítios culturais.

> A exigência do patrimônio caracterizando o valor universal excepcional, cultural e natural, deve ser interpretada como uma resposta excepcional para questões de natureza comum universal ou dirigida por todas as culturas humanas. Em relação ao patrimônio natural, essas questões são vistas na diversidade biogeográfica; em relação à cultura na criatividade humana e cultural resultante da diversidade (WHC-98/CONF.201/INF.9 - tradução da autora[73]).

A UNESCO, em resposta, desenvolveu e propôs um "plano de ação" (2002)[74] para a aplicação da declaração universal sobre a diversidade cultural, delegando algumas responsabilidades aos Estados-membros. Dentre elas, destaco a intenção em se avançar na compreensão e no esclarecimento do conteúdo dos direitos culturais. A *Carta de Brasília* (1995) já praticava a associação da cultura como parte integrante do desenvolvimento humano:

> "(...) nenhuma delas (alusão às heranças culturais) terá o direito de considerar-se única e legítima; nenhuma terá o direito de excluir as outras. Todas, em conjunto, farão com que sejamos o que devemos ser. Enriquecerão nossa gama de valores, enquanto nos servirão como exemplo de respeito pela diversidade cultural" (CARTA BRASÍLIA, 1995.p.2)

[73] Texto na íntegra: "*The requirement of outstanding universal value characterising cultural and natural heritage should be interpreted as an outstanding response to issues of universal nature common to or addressed by all human cultures. In relation to natural heritage, such issues are seen in biogeographical diversity; in relation to culture in human creativity and resulting cultural diversity*." (WHC-98/CONF.201/INF.9).

[74] Plano de Ação descrito na própria Declaração Universal sobre Diversidade Cultural, 2002.

O Plano de Ação fez com que fosse assegurado pelos Estados Partes a diversidade cultural, entendida como raízes do desenvolvimento e dialogo humano. Outro avanço nesta direção pode ser registrado na Convenção sobre a "Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais" (2005).

No intuito de partilhar a responsabilidade e estimular o envolvimento, o Comitê do Patrimônio Mundial procurou reforçar as competências e investigação dos Estados-membros, apresentando, no mesmo ano de 2002, a "Declaração de Budapeste sobre o patrimônio mundial[75]". Ela se encontra em conformidade com os objetivos estratégicos da UNESCO, os denominados 04'Cs: reforçar a **c**redibilidade da Lista do Patrimônio Mundial; assegurar a **c**onservação eficaz dos bens do patrimônio mundial; fomentar o desenvolvimento de um reforço efetivo das **c**apacidades nos Estados Partes; desenvolver a sensibilização do público, a participação e o apoio ao patrimônio mundial pela **c**omunicação.

Diversidade cultural e o patrimônio imaterial

Esta discussão expande-se quando a UNESCO considera importante o reconhecimento do patrimônio imaterial como fonte de diversidade cultural e garantia de desenvolvimento sustentável. Acredita-se que exista uma profunda interdependência entre o patrimônio cultural imaterial e o patrimônio material cultural e natural, no sentido de sua interpretação e/ou existência. A subjetividade inerente do patrimônio imaterial exigiu formas diferenciadas, tanto em sua percepção, quanto em sua salvaguarda[76]. Essa constatação pode ser aferida na "Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial", (2003)[77].

> Reconhecendo que os processos de globalização e de transformação social, ao mesmo tempo em que criam condições propícias para um diálogo renovado entre as comunidades, geram

[75] DECLARAÇÃO DE BUDAPESTE SOBRE O PATRIMÔNIO MUNDIAL, 2002. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_docs.php> acessado em dezembro 2011.

[76] Entende-se por "salvaguarda" as medidas que visam garantir a viabilidade do patrimônio cultural imaterial, tais como a identificação, a documentação, a investigação, a preservação, a proteção, a promoção, a valorização, a transmissão – essencialmente por meio da educação formal e não-formal - e revitalização deste patrimônio em seus diversos aspectos (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003).

[77] CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIAL, 2003. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf> acessado em dezembro 2011.

> também, da mesma forma que o fenômeno da intolerância, graves riscos de deterioração, desaparecimento e destruição do patrimônio cultural imaterial, devido em particular à falta de meios para sua salvaguarda (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIA, 2003. p.3).

Todavia, a Convenção reconhece o caráter dinâmico do patrimônio cultural imaterial e sua interação direta com o meio, concebido nos seguintes campos: a) tradições e expressões orais, incluindo o idioma como veículo do patrimônio cultural imaterial; b) expressões artísticas; c) práticas sociais, rituais e atos festivos; d) conhecimentos e práticas relacionados à natureza e ao universo; e) técnicas artesanais tradicionais (CONVENÇÃO, 2003)

> Entende-se por "patrimônio cultural imaterial" as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas - junto com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados - que as comunidades, os grupos e, em alguns casos, os indivíduos reconhecem como parte integrante do seu patrimônio cultural. Este patrimônio cultural imaterial, que se transmite de geração em geração, é constantemente *recriado* pelas comunidades e grupos em função de seu ambiente, de sua interação com a natureza e de sua história, gerando um sentimento de identidade e continuidade e contribuindo assim para promover o respeito à diversidade cultural e à criatividade humana (CONVENÇÃO PARA A SALVAGUARDA DO PATRIMÔNIO CULTURAL IMATERIA, 2003, p.4).

A dimensão imaterial amplia ainda mais o conceito de patrimônio cultural: como aponta Castriota (2011) vai ser desiciva a contribuição da Antropologia, que, com sua perspectiva relativizadora, conseguiu integrar os aportes de grupos e segmentos sociais que se encontravam à margem da história e da cultura dominante. Nesse contexto, aparecem outras espécies de bens, os utensílios, procedentes, sobretudo, do saber fazer popular, tradicionais, inseridos na dinâmica viva do cotidiano. O mesmo autor expõe que, para além desta concepção, supera uma visão retificada da cultura como um "conjunto de coisas, que se tende a trabalhá-la cada vez mais como um processo, focalizando-se na questão – imaterial – da formação do significado".

Percebe-se, dessa forma, que a incorporação da dimensão imaterial trouxe novas luzes ao campo do patrimônio e que, assim, nos obriga a pensá-lo de forma multidisciplinar. Requer articulações diversas e solicitam respostas distintas, atendendo as peculiaridades de cada lugar (CASTROITA, 2011).

1.3.3 O valor do patrimônio cultural para a sociedade e a relação com o itinerário

A UNESCO (2002) reconhece que os valores culturais podem variar de uma cultura para outra e também podem evoluir e mudar ao longo do tempo, mesmo na mesma cultura.

> A cultura adquire formas diversas através do tempo e do espaço. Essa diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades dos grupos e sociedades que compõem a humanidade. Como fonte de inovação, intercâmbio e criatividade, a diversidade cultural é tão necessária para a humanidade como a biodiversidade é para a natureza. Neste sentido, é a herança comum da humanidade e deve ser reconhecida e consolidada em beneficio das gerações presentes e futuras (DECLARAÇÃO UNIVERSAL SOBRE DIVERSIDADE CULTURAL, 2002.p.3)

A "Convenção de Faro" (2005)[78] sobre o valor do patrimônio cultural para a sociedade expande a perspectiva sobre a necessidade de se inserir as pessoas e os valores humanos no centro de um conceito ampliado e interdisciplinar do patrimônio cultural. Considera o patrimônio cultural como um recurso para o desenvolvimento sustentável e suporte para melhorias na qualidade de vida de uma sociedade em constantes evoluções. Destaco dentre os objetivos daquela Convenção, os direitos relativos ao patrimônio cultural. Esses são intrínsecos ao direito e garantia de participação na *vida cultural* das pessoas. Igualmente reconhece a responsabilidade individual e coletiva da preservação da herança cultural. Reconhecendo-se o papel do patrimônio na construção de uma sociedade pacífica e democrática e nos processos de desenvolvimento sustentável e promoção da diversidade cultural. Do ponto de vista da Convenção, faz-se necessário uma maior sinergia (cooperação mútua) e definição das competências entre todos os atores, públicos, institucionais e privados, em causa do patrimônio cultural (CONVENÇÃO DE FARO, 2005)

A Convenção sobre a "proteção e promoção da diversidade das expressões culturais", (2005)[79], reafirma as propostas presentes na Declaração Universal sobre Diversidade Cultural (2002) e celebra em um único instrumento, (ratificado pelo Brasil por meio do Decreto Legislativo 485/2006), as ligações entre os conceitos de

[78] CONVENÇÃO DE FARO. Disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Treaties/Html/199.htm> acessado em dezembro de 2011.

[79] CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf> acessado em agosto de 2011.

cultura, patrimônio e desenvolvimento sustentável[80]. Sendo ali estabelecido o entendimento da cultura como elemento estratégico nas políticas de desenvolvimento nacionais e internacionais. Acredita-se que a cultura é essencial para o crescimento qualitativo, (econômico, político e social) dos lugares. Conclui- se neste instrumento, que a *diversidade cultural* é uma característica essencial da humanidade e, assim, patrimônio comum das nações.

> Considerando que a cultura assume formas diversas através do tempo e do espaço, e que esta diversidade se manifesta na originalidade e na pluralidade das identidades, assim como nas expressões culturais dos povos e das sociedades que formam a humanidade. Reconhecendo a importância dos conhecimentos tradicionais como fonte de riqueza material e imaterial, e, em particular, dos sistemas de conhecimento das populações indígenas, e sua contribuição positiva para o desenvolvimento sustentável, assim como a necessidade de assegurar sua adequada proteção e promoção, (...) Reconhecendo que a diversidade das expressões culturais, incluindo as expressões culturais tradicionais, é um fator importante, que possibilita aos indivíduos e aos povos expressarem e compartilharem com outros as suas ideias e valores, (...) (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 2005. p.2-3)

Nessa perspectiva, a UNESCO passa a pleitear instrumentos internacionais que consigam trabalhar, simultaneamente, a proteção e promoção do patrimônio cultural, pautando os princípios que submergem do conceito da diversidade das expressões culturais:

> "diversidade cultural" refere-se à multiplicidade de formas pelas quais as culturas dos grupos e sociedades encontram sua expressão. Tais expressões são transmitidas entre e dentro dos grupos e sociedades. A diversidade cultural se manifesta não apenas nas variadas formas pelas quais se expressa, se enriquece e se transmite o patrimônio cultural da humanidade mediante a variedade das expressões culturais, mas também através dos diversos modos de criação, produção, difusão, distribuição e fruição das expressões culturais, quaisquer que sejam os meios e tecnologias empregados (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 2005. p.5)

E que assim, supram os objetivos de sua concepção:

> (a) proteger e promover a diversidade das expressões culturais[81];

[80] As Partes envidarão esforços para integrar a cultura nas suas políticas de desenvolvimento, em todos os níveis, a fim de criar condições propícias ao desenvolvimento sustentável e, nesse marco, fomentar os aspectos ligados à proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (CONVENÇÃO, 2005)

[81] **Expressões culturais**: são aquelas expressões que resultam da criatividade de indivíduos, grupos e sociedades e que possuem conteúdo cultural (CONVENÇÃO, 2005)

> (b) criar condições para que as **culturas floresçam e interajam** livremente em benefício mútuo;
> (c) **encorajar o diálogo entre culturas a fim de assegurar intercâmbios culturais** mais amplos e equilibrados no mundo em favor do respeito intercultural e de uma cultura da paz;
> (d) **fomentar a interculturalidade**[82] de forma a desenvolver a interação cultural, no espírito de construir pontes entre os povos;
> (e) promover o respeito pela diversidade das expressões culturais e a **conscientização de seu valor nos planos local, nacional e internacional**;
> (f) reafirmar a **importância do vínculo entre cultura e desenvolvimento** para todos os países, especialmente para países em desenvolvimento, e encorajar as ações empreendidas no plano nacional e internacional para que se reconheça o autêntico valor desse vínculo;
> (g) reconhecer natureza específica das atividades, bens e serviços culturais[83] enquanto portadores de identidades, valores e significados;
> (h) reafirmar o direito soberano dos Estados de conservar, adotar e **implementar as políticas** e medidas que considerem apropriadas para a **proteção**[84] **e promoção da diversidade das expressões culturais** em seu território;
> (i) fortalecer a **cooperação e a solidariedade internacionais** em um espírito de parceria visando, especialmente, o aprimoramento das capacidades dos países em desenvolvimento de protegerem e de promoverem a diversidade das expressões culturais (CONVENÇÃO SOBRE A PROTEÇÃO E PROMOÇÃO DA DIVERSIDADE DAS EXPRESSÕES CULTURAIS, 2005. p.7)

Membros do ICOMOS reuniram-se na China na cidade histórica de Xi'na, em outubro de 2005, de forma a reconhecer o papel que o patrimônio cultural tem desempenhado e contribuído como parte do desenvolvimento sustentável humano. Esse encontro resultou na "Declaração de Xi'na sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural"[85]. A Declaração passa a ser um importante instrumento de preservação do patrimônio cultural quando considera os "monumentos e os sítios em seu entorno". Essa contribuição reforça o sentido de se conservar o patrimônio cultural nas cidades e as paisagens em processo de

[82] **Interculturalidade:** refere-se à existência e interação eqüitativa de diversas culturas, assim como à possibilidade de geração de expressões culturais compartilhadas por meio do diálogo e respeito mútuo. (CONVENÇÃO, 2005)

[83] **Atividades, bens e serviços culturais:** refere-se às atividades, bens e serviços que, considerados sob o ponto de vista da sua qualidade, uso ou finalidade específica, incorporam ou transmitem expressões culturais, independentemente do valor comercial que possam ter. As atividades culturais podem ser um fim em si mesmas, ou contribuir para a produção de bens e serviços culturais (CONVENÇÃO, 2005)

[84] **Proteção:** significa a adoção de medidas que visem à preservação, salvaguarda e valorização da diversidade das expressões culturais (CONVENÇÃO, 2005)

[85] DECLARAÇÃO DE XI'NA SOBRE A CONSERVAÇÃO DO ENTORNO EDIFICADO, SÍTIOS E ÁREAS DO PATRIMÔNIO CULTURAL. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf> acessado em dezembro de 2011.

mudança, em que se faz necessário à delimitação de zonas de respeito. Essas se associam ao bem patrimonial de forma em que o entorno[86] passa a garantir sua autenticidade. Considera-se uma tentativa de se conter e/ou amenizar os impactos negativos e a descaracterização da integridade, significados, valores. Busca-se, assim, valorizar a diversidade de expressões culturais presentes. Este instrumento chama atenção para a necessidade de planejamento integrado e gestão territorial para a proteção e conservação do patrimônio cultural, em que

> à transformação rápida ou gradual das cidades, das paisagens e dos itinerários do patrimônio cultural, produzida pelas mudanças nos modos de vida, na agricultura, no desenvolvimento, no turismo ou às grandes calamidades naturais ou provocadas pelo homem, assim como a necessidade de reconhecer, proteger e manter adequadamente a presença significativa das edificações, dos sítios e das áreas dos bens culturais em seus respectivos entornos, para diminuir a ameaça que representam estes processos de transformação contra o patrimônio cultural em toda a riqueza de sua autenticidade, seu significado, seus valores, sua integridade e sua diversidade (DECLARAÇÃO DE XI'NA, 2005.p.3).

Torna-se importante o reconhecimento da contribuição que a Declaração de Xi'na trouxe na identificação do entorno. Além dos aspectos físicos e visuais, supõe-se uma interação com o ambiente natural e cultural. Aqui, valorizam-se as práticas sociais ou espirituais, passadas ou presentes, costumes, conhecimentos tradicionais, usos ou atividades, e outros aspectos do patrimônio cultural intangível, que contribuem para a criação e formação dos espaço/lugares, respeitando o contexto atual e dinâmico, de natureza cultural, social, política, natural e econômica. A Declaração afirma que o significado e o caráter peculiar das áreas de patrimônio cultural advêm da percepção da polivalência dos valores que envolvem o patrimônio cultural, como os valores sociais, espirituais, históricos, artísticos, estéticos, naturais, científicos, dentre outros, que revelam a sua qualidade essencial, e sugere uma pluralista e eclética abordagem para a sua avaliação. O campo do patrimônio passa a "exigir" cada vez mais, equipes multidisciplinares, com visões complementares, que possam influir sobre a percepção dos valores e significados do patrimônio cultural. Os valores podem, portanto, somente serem compreendidos com referência em seus contextos: social, histórico e espacial, através da lente de quem está

[86] O **entorno** de uma edificação, um sítio ou uma área de patrimônio cultural se define como o meio característico seja de natureza reduzida ou extensa, que forma parte de – ou contribui para – seu significado e caráter peculiar (DECLARAÇÃO DE XI'NA, 2005)

definindo e articulando o valor: o que preservar, por que preservar e pra quem preservar? (COSTA LINO, 2010)[87]

> O significado e o caráter peculiar das edificações, dos sítios ou das áreas de patrimônio cultural com escalas diferentes, inclusive os edifícios, espaços isolados, cidades históricas, paisagens urbanas, rurais ou marinhas, os itinerários culturais ou os sítios arqueológicos advêm da percepção de seus valores sociais, espirituais, históricos, artísticos, estéticos, naturais, científicos ou de outra natureza cultural. Ainda, das relações características com seu meio cultural, físico, visual e espiritual (DECLARAÇÃO DE XI'NA, 2005. p.2).

Dessa forma, essas questões deverão abranger os planos de gestão e conservação do patrimônio. A Declaração de Xi'na aconselha a delimitação de uma zona de proteção que contribua para se manter a "declaração de significância" do patrimônio cultural. Compreende-se, então, que a **significância**[88] do patrimônio deverá ser ponto fundamental de referência nas tomadas de decisão, tanto para ações de conservação integrada, quanto para o planejamento e gestão territorial.

> A legislação, a regulamentação e as diretrizes para a conservação, a proteção e a gestão das edificações, dos sítios e das áreas do patrimônio devem prever a delimitação de uma zona de proteção ou respeito ao seu arredor que reflita e contribua para conservar o significado e o caráter diferenciado do entorno. (...) A gestão deve definir as formas e as ações necessárias para avaliar, medir, evitar ou remediar a degradação, a perda de significado, ou a banalização e propor melhorias para a conservação, a gestão e as atividades de interpretação (DECLARAÇÃO DE XI'NA, 2005. p.3)

Por fim, ela recomenda o envolvimento das comunidades locais e internacionais para a cooperação e o fomento de uma consciência social sobre a conservação e a gestão do entorno. A cooperação e o compromisso das comunidades locais, e de outras relacionadas com os bens culturais, são fundamentais para que se desenvolvam estratégias sustentáveis de conservação e gestão. A responsabilidade sobre o manejo do significado do entorno em suas diferentes dimensões cabe a todos os envolvidos (DECLARAÇÃO DE XI'NA, 2005).

Uma das principais funções sociais do patrimônio cultural é conferir identidade e personalidade própria a um povo, distinguindo-o e fornecendo-lhe referências históricas e geográficas, que reforçam a cidadania e os laços comunitários. Sendo

[87] Nesse mesmo sentido, conferir COSTA LINO, Fernanda. Tese de doutorado: **A Preservação do Patrimônio Cultural Urbano: fundamentos, agentes e práticas urbanísticas**. São Paulo, 2010.

[88] Grifo da autora.

assim, a inserção do patrimônio cultural no cotidiano das pessoas e no desenvolvimento econômico e social é tarefa importante para sua interação com os cidadãos de forma enriquecedora (IEPHA/MG, 2011). O patrimônio precisa estar incorporado à dinâmica urbana atual, em prol da sua própria permanência (sobrevivência), como declara Carsalade (2009)[89]: "o patrimônio tem função de orientação, de criação de identidade, de inclusão social e de criação de um sistema referencial para os cidadãos. Essa função social precisa ser posta em prática para que o patrimônio possa de fato ser algo muito além de uma simples lembrança do passado".

Como se observa, a função social do patrimônio contribui para o desenvolvimento humano. E assim, igualmente, os "itinerários culturais", devido a sua capacidade de fomento civilizatório e promoção de valores sociais humanísticos:

> Se através do estudo e promoção de uma rota cultural podemos fazer com que ela sirva como um espaço para reencontros, teremos dado uma contribuição fundamental para superar alguns dos grandes flagelos que continuam a atormentar a humanidade: o racismo, a segregação, a discriminação isolacionismo, falta de solidariedade, as barreiras à informação e ao conhecimento, etc. Através de rotas culturais entendida como dinamizador desses elementos da sociedade, o patrimônio histórico pode ser considerado dentro destas dimensões, como um pilar de desenvolvimento integral e sustentável (*CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT* - Anexo 2) *Traduzido pela autora, 2011*[90]*.*

Essas considerações foram preliminares para a elaboração da "Carta internacional sobre Itinerários Culturais" (2008), que buscou discutir alguns princípios básicos no intuito de diferenciá-los em relação às outras categorias da UNESCO e aprofundar em termos mais específico sobre os mecanismos para os processos de investigação, conservação e valorização do patrimônio cultural.

[89] CARSALADE, Flávio, 2009. Entrevista concedida ao IEPHA/MG em 22 de Julho de 2009.

[90] Texto na íntegra: *If through the study and promotion of a cultural route we can make that deep essence serve as a space for reencounters, we will have made a fundamental contribution to overcoming some of the great scourges that continue to plague humanity: racism, segregation, discrimination, isolationism, lack of solidarity, barriers to information and knowledge, etc. Through cultural routes understood as dynamizing elements of society, historic heritage may be considered in its living dimension, as a pillar of comprehensive and sustainable development* (CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2)

1.4 ITINERÁRIO X PAISAGEM CULTURAL

Desde a criação do Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC) – ICOMOS em 1998, diversos estudos e pesquisas foram realizadas e publicadas em diferentes regiões do mundo, no sentido do aprimoramento do conceito inerente às "Rotas Culturais" e o estabelecimento de bases científicas e metodológicas para a identificação dos "Itinerários Culturais". Este esforço de quase uma década foi incorporado na versão das Diretrizes Operacionais para Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial da UNESCO, em fevereiro de 2005, que reconheceu os itinerários culturais como uma das categorias para a inclusão de propriedades na Lista do Patrimônio mundial.

> Dada a crescente importância e complexidade dos vastos ensembles territoriais envolvidos no domínio do patrimônio cultural, esses esforços têm tomado, por um lado, uma forma de identificar e sistematizar vários critérios para os itinerários culturais, baseados em notáveis estudos (pesquisas); e por outro lado, firmar e tornar mais preciso os fatores conceituais e operacionais que são incorporados no atual projeto de desenvolvimento de uma "Carta de Rotas Culturais". (*Activities of the International Scientific Committe on Cultural Routes (CIIC) of ICOMOS* 2005)[91] *Traduzido pela autora, 2011*[92]*.*

A UNESCO trabalha em várias frentes para promover a diversidade cultural e o diálogo entre culturas e civilizações. A categoria "Rota Cultural" representa uma dessas vertentes.

O Quadro 02 reúne os estudos, conferências e reuniões científicas internacionais realizadas pelo ICOMOS (CIIC) sobre rotas culturais. Nota-se o esforço do ICOMOS (CIIC) para identificar e exemplificar os itinerários culturais e a busca pela definição conceitual do termo. O resultado de toda essa discussão foi à criação de uma *metodologia investigativa* sobre os *Itinerários Culturais,* presente hoje na "Carta Internacional sobre os Itinerários Culturais – ICOMOS, 2008".

---

[91] *This program/plan was approved in the official meeting of the CIIC held in Xi'an* (China), 18 & 19 October 2005.

[92] Texto na íntegra: *Given the increasing importance and complexity of the vast territorial ensembles involved in the field of cultural heritage, these efforts have taken, on the one hand, the form of identifying and systematically researching several Cultural Routes of notable importance; and on the other, of firming up and making more precise the* ***specific conceptual and operational factors*** *which are embodied in the current* ***project of developing a Charter for Cultural Routes*** (ACTIVITIES OF THE INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTE ON CULTURAL ROUTES (CIIC) OF ICOMOS, 2005)

Quadro 2: Reuniões Científicas Internacionais e Conferências - ICOMOS

Reuniões Científicas Internacionais e Conferências
"Rotas Culturais da área do Mediterrâneo: comércio e da civilização, um alcance intercontinental" (1997)
"*Crossroads Intercontinental Cultural* - Rotas Cultural, Legislação e Turismo Cultural". (1998)
"O vinho e as rotas de videira no Patrimônio Cultural do Mediterrâneo". (1999)
"Hispano-Português Fortificações bastiões nos cinco continentes". (1999)
"Metodologia, Definições e aspectos operacionais dos Itinerários Culturais" (1ª parte, maio de 1999.)
"Metodologia, Definições e aspectos operacionais dos Itinerários Culturais" (2ª parte, outubro de 1999.)
"Patrimônio Imaterial e Rotas Culturais no Contexto Universal. Passos para fazer um pre-inventário dos Itinerários Culturais: a)Estratégias e Equipes b)Projetos e Conteúdos". (2001)
"Independência conceitual e substantiva dos Itinerários Culturais em relação a paisagens culturais". (2002)
***Workshop* científico sobre aspectos conceituais e operacionais, com a participação de oficiais da CIIC e alguns especialistas, bem como representantes da UNESCO (2003).**
Os valores intangíveis dos Itinerários Culturais. Análise dos aspectos intangíveis na elaboração de uma Carta de Rotas Culturais (2003)
"Identificação, Promoção e Inventário dos Itinerários Culturais: Fortificações e cidades portuárias como componentes de rotas culturais, controle e uso da terra; rotas de comércio; rotas de peregrinação" (2004).
Apresentação e discussão de uma abordagem para a elaboração de uma Carta de Rotas Culturais (2005).

Fonte: ACTIVITIES OF THE INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTE ON CULTURAL ROUTES (CIIC) OF ICOMOS, 2005. *Traduzido pela autora, 2011.*

A partir desses estudos reforçou-se a necessidade da cooperação entre os países que compartilham rotas na elaboração do plano de gestão compartilhado (essencial para a conservação e preservação) e o uso de equipes multidisciplinares para a aplicação da metodologia e inventariamento das rotas culturais. Ainda que um objeto de herança cultural de valor excepcional não pode ser avaliado fora de seus contextos histórico, geográfico, de valor artístico, estilístico e social. As rotas são consideradas a partir de sua escala territorial (dimensão), envolvendo os diversos e

dinâmicos contextos, ambientais, históricos, sociais, econômicos e culturais. Sendo assim, torna-se fundamental a percepção e interpretação da significância e valores envolvidos. Em que se considera a categoria "Rota Cultural" como reflexo da evolução dos estudos que buscam responder os desafios e as necessidades da conservação do patrimônio cultural.

> O resultado desta investigação científica, rotas culturais, como elementos excepcionais da dimensão atual de conservação, constitui um novo conceito que contribui decisivamente para a compreensão da contínua evolução, os processos interativos e dinâmicos dos direitos humanos e ligações interculturais que se emanam do patrimônio cultural (CIIC 2003, ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2) *Traduzido*[93] *pela autora, 2011.*

O CIIC indicou que a proposta do termo "Rota Cultural" é inovadora e fascinante, na medida em que consegue revelar as diversas dimensões do patrimônio cultural. O conceito considera as inter-relações entre homem e o meio ambiente (natural e cultural). Essas são explicitadas em uma realidade concreta: *as vias de comunicação,* que facilitaram o fluxo e são testemunhos histórico-culturais de uma época, de uma região, de um país, de um povo, de uma cultura, do homem, por fim, da humanidade.

> A inovação proposta pelo termo "rotas culturais" é fascinante, pois revela o conteúdo do patrimônio apreendido pelo fenômeno do movimento humano e suas inter-relações (trocas com o meio). Essas influências podem ser explicadas por uma concreta realidade: as rotas de comunicação que facilitaram o seu fluxo (CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2) *Traduzido*[94] *pela autora, 2011.*

Essa expansão da escala permite, em primeiro lugar, um vínculo cultural entre as pessoas, cidades, regiões e continentes. Acomoda um rico cenário para as

[93] Texto na íntegra: The result of this scientific inquiry, cultural routes, as outstanding elements of the current dimension of conservation, constitute a new concept that contributes decisively to understanding of the continually evolving, interactive and dynamic processes of human intercultural links that are reflected in cultural heritage (CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2)

[94] Texto na íntegra: *The innovation proposed by the term "cultural routes" is fascinating because it reveals the heritage content of the phenomenon of human movement and exchange itself. The influences can be explained by a concrete reality: the communication routes that facilitated their flow. These communication routes almost have or had a life of their own: along their path rest or supply points first arose that later became cites, requiring defense mechanisms including fortresses, places of exchange that later became trading centers, areas to expand and teach the faith to travelers which are now well-known convents, places to care for the ailments of travelers that gave rise to hospitals, as well as many other properties and the route: the route itself, with its works of engineering and architecture, its designs to overcome the hazards of nature or human enemies, the knowledge of the geography gradually acquired along its path, and the drawings and maps which illustrated its path over the face of the earth* (CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2)

expressões da diversidade cultural. Ao longo de sua(s) via(s), acumulam-se fragmentos peculiares (elementos tangíveis e intangíveis) representativos do patrimônio cultural da humanidade. Ao mesmo tempo, as rotas culturais conseguem transmitir a legibilidade do(s) lugar(es) e a polivalência de valores inerentes das manifestações culturais presentes ao longo do(s) caminho(s). Com isso, torna mais compreensível a significância existencial dos seres humanos e traduzem as várias e distintas formas do homem se sentir (correlacionar) e pertencer no mundo.

> Esta amplitude de escala é importante do ponto de vista do território e de gestão global dos itens incluídos na diversidade do patrimônio, mas também constitui uma alternativa a um processo de homogeneização cultural. A partir dessa perspectiva, rotas culturais tornam-se um meio potencial para um reencontro com a história e geografia cujo conteúdo tenha sido enfraquecida, uma maneira de recuperar o tempo e os espaços característicos de cada cultura. Eles também oferecem a oportunidade de compartilhar um espaço cultural comum e que liga o território com o patrimônio imaterial para a vida tradicional das comunidades ao longo de sua rota (CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2) *Traduzido[95] pela autora, 2011.*

Adotando essas perspectivas, a Carta Internacional dos Itinerários Culturais (2008) definiu que uma "Rota Cultural" poderá ser em terra, água, misto ou por outra forma representativa de um contexto natural. Deverá revelar e ajudar a manter sua significância histórico-cultural e funcionalidade. Por meio de sua comprovação física (confirmação de sua existência), precisará revelar a interação com as pessoas (comunidades), mostrando-se inserida no processo multidimensional, dinâmico, contínuo, com reciprocidade de trocas de bens culturais, ideias, conhecimentos e valores, dentro e entre países e regiões. Ainda, deverá ser representativa de um período significativo do nosso processo civilizatório e retratará a interação do homem com o espaço e tempo. Haverá uma "narrativa" contextual assistida pelos

[95] Texto na íntegra: *The first consequence of this greater scale is a cultural linking between peoples, cities, regions and continents. This breadth of scale is important from the point of view of the territory and comprehensive management of the diverse heritage items included in it, but also constitutes an alternative to a process of cultural homogenization. From this perspective, cultural routes become a potential means for reencountering a history and geography whose content has been weakened, a way to recover the time and spaces characteristic to each culture. They also provide the opportunity of sharing a common cultural space and linking the territory with an intangible heritage dear to the traditional life of the communities along its route* (CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2)

elementos patrimoniais (tangíveis e intangíveis) existentes ao longo da “Rota Cultural” (Tradução e interpretação da autora, 2011)[96].

A Rota constitui em si um bem patrimonial e pode ser palco para diversas expressões e manifestações culturais. Ela promove, mesmo que indiretamente, a valorização dos direitos humanos. Ela deverá manter um sentido de unicidade, ao mesmo tempo em que expõe a polivalência de valores que envolvem o patrimônio cultural.

Vale ressaltar que a UNESCO distingue claramente as categorias “Paisagem Cultural” e “Rota Cultural”. Menciona que as paisagens culturais podem incluir "longas áreas lineares com representações significativas de transportes e redes de comunicação". Essas paisagens são qualquer outro tipo de formas de comunicação e/ou de transporte que pode ter servido para muitas finalidades diferentes. No entanto, elas não podem ser confundidas com os itinerários culturais, que exigem o cumprimento de algumas exigências muito específicas, como, por exemplo, ser deliberadamente criadas ou usadas para servir a um propósito concreto e peculiar[97].

> A inovação introduzida pelo conceito de “itinerários culturais" revela o teor de herança de um fenômeno específico da mobilidade humana e de troca que se desenvolveu através de vias de comunicação que facilitaram o seu fluxo e que foram utilizadas ou deliberadamente **serviu a um propósito concreto e peculiar**. A Rota Cultural pode ser uma estrada que foi expressamente criado para servir a esse propósito ou uma rota que leva vantagem ou totalmente de parte das estradas pré-existentes utilizados para fins diferentes. Mas a sua existência e importância como um Itinerário Cultural só pode ser explicado pelo seu uso para este fim específico e por ele ser fornecido com elementos funcionais expressamente criados para servirem a rota[98] (CIIC ANNUAL MEETING REPORT, 2003) *Traduzido pela autora, 2011.*

[96] Texto na íntegra: *The cultural route is a land, water, mixed or other type of route, which is physically determined and characterized by having its own specific and historic dynamics and functionality; showing interactive movements of people as well as multi-dimensional, continuous and reciprocal exchanges of goods, ideas, knowledge and values within or between countries and regions over significant periods of time; and thereby generating a cross-fertilization of the cultures in space and time, which is reflected both in its tangible and intangible heritage* (CIIC 2003 ANNUAL MEETING REPORT - Anexo 2)

[97] Com relação à categoria dos Itinerários Culturais na Lista do Patrimônio Mundial, o CIIC do ICOMOS recomenda ler as novas orientações operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial (fevereiro 2005).

[98] O CIIC do ICOMOS espera que este esclarecimento possa ajudar a evitar a confusão existente antes da implementação das novas orientações que em fim reconhecerá as Rotas Culturais como uma nova categoria na Lista do Patrimônio Mundial, a criação de sua independência em relação às Paisagens Culturais. (CIIC ANNUAL MEETING REPORT, 2003)

Carreño (2003), membro do CIIC-ICOMOS, explica a diferença conceitual entre uma "Paisagem Cultural", que retrata um ambiente natural em que o homem tem desenvolvido um trabalho com o objetivo de influenciar a sua morfologia com vários efeitos práticos como fazer o solo mais produtivo para adaptar o ambiente para a vida humana, embelezá-lo e, assim por diante, e o "Itinerário Cultural", que, por sua vez, nos fala sobre uma obra humana cuja essência está na comunicação e na transferência entre o homem e os seus bens (culturais)[99]. Nesse sentido, o itinerário cultural projeta uma vontade humana relacionada ao deslocamento e expressa as amplitudes, sensações, emoções e descobertas que isso implica.

> Quando o ser humano elabora um itinerário cultural, ele não o constrói com a intenção expressa de intervir no ambiente, mais sim, que ele permita que se chegue ao destino desejado, que poderá estar muito distante do seu ponto de partida. Ao longo da rota, surgem alguns pontos de apoio para o suprimento e descanso dos viajantes, para o se próprio controle, em que, inclusive, são estabelecidos cidades e núcleos urbanos. E, igualmente, surgem espaços que anteriormente eram improváveis de existir (CARREÑO, 2003. p.6. traduzido pela autora)[100]

O mesmo autor pontua as principais diferenças conceituais entre as categorias paisagem e itinerário cultural, trazendo uma visão da ecologia (QUADRO 03). Essa reflexão é sem dúvida uma importante contribuição para o desenvolvimento e aprimoramento dos estudos nesta área.

Quadro 3: Razões para a independência conceitual entre os itinerários culturais e as paisagens culturais

	PAISAGEM CULTURAL	**ITINERÁRIO CULTURAL**
Por sua origem	Uma obra humana que está determinada por um marco natural e incide em suas características fundamentais.	O itinerário cultural é uma obra nitidamente humana, projetada como meio de comunicação e de transporte.

[99] Traduzido e interpretado pela autora, 2011. *Texto na íntegra: Un paisaje cultural nos habla de un medio natural frente al que el hombre ha desarrollado una obra con el objetivo de incidir en su morfología con diversas finalidades prácticas como hacer el suelo más productivo, adecuar el medio a la vida humana, embellecerlo, etc. Un itinerario cultural, en cambio, nos habla básicamente de una obra humana cuya esencia es la comunicación, el traslado de hombres y bienes, con todo lo que ello implica*. (CARREÑO, Alberto Martorell, 2003)

[100] CARREÑO, Alberto Martorell. Paisajes e itinerarios culturales: conceptos independientes que enriquecen la teoría y la práctica de la conservación cultural, *Alberto Martorell Carreño.* The CIIC Cientific Magazine, 2003. Texto na íntegra: *Cuando el ser humano traza un itinerario cultural no lo hace con la intención manifiesta de incidir en el medio ambiente más que en aquello que le permita atravesarlo para llegar al destino deseado, que puede estar muy distante de su punto de partida. En medio de ese recorrido, ha adecuado también algunos puntos para su descanso y aprovisionamiento, para el control del camino, e inclusive ha establecido ciudades o núcleos dentro de la ruta. Pero también ha cruzado espacios en los que no pensaba de manera alguna establecerse.*

Por sua essência	Coloca em evidencia (e é resultado de) a relação entre o homem e seu meio natural compreendido.	É medido e testemunho de complexas relações de comunicação e intercâmbio entre grupos culturais diferentes.
Por sua função	Explica o funcionamento ecológico-cultural de um ambiente de um dado grupo de paisagens funcionalmente relacionados, em que inclusive, é componente humano se entendido pela função do seu grau de impacto para o meio ambiente natural.	O itinerário cultural é uma via de comunicação histórica.
Por sua extensão	Mesmo no caso de elementos lineares, as paisagens culturais se compreende em torno de um ecossistema. Se relacionarmos o elemento cultural para o conceito de paisagens funcionais, a escala pode abranger vários ecossistemas, comunidades e espécies, mas tendo que manter a maioria dos componentes, os principais padrões e processos ecológicos.	A extensão da Rota cultural está definida por seus alcances historicamente determinados, independentemente dos limites naturais.
Por sua estrutura	Deve ser entendido em torno de um modelo como a "mancha-corredor-matriz", incluíndo o elemento cultural em seu interior. Em um caso de uma paisagem linear o corredor, da conectividade natural, é fundamental. Do ponto de vista funcional, devem ser avaliados como os critérios acima referidos de *composição e estrutura dos objetos de conservação, regimes de perturbação ambiental e natural, área dinâmica mínima, e conectividade*.	A estrutura de modelos culturais das vias responde a vários meios de comunicação. O elenco de diversos tipos de bens culturais que compõem os itinerários culturais foi criado por meio de interações intensas ou relacionamentos, que produziram diferentes configurações estruturais das rotas, como linear, cinturões, corredores, formas cruzadas, redes, etc . (Veja IARC, 1999)
Por sua importância	Como conceitos igualmente importantes, paisagens culturais são ideais para explicar a relação entre o homem e a natureza.	Os itinerários culturais são importantes para entendermos as relações de intercâmbios e interinfluencias entre diferentes grupos culturais, que são unidos por uma via cultural establecida. Do ponto de vista da compreensão do patrimônio cultural que tem partilhado raízes e influências, é um termo fundamental.

Pelos elementos de conformação	O seu elemento chave é uma consequência natural do ambiente determinado. Dentro deste quadro são limitadas as obras humanas, que afetam principalmente as suas características.	O elemento chave é a via de comunicação em si. Ao longo de sua rota pode ser muitos outros eventos relacionados com a propriedade forma e funcionalidade: mensagens, áreas de armazenagem, portos, edifícios defensivas, cidades, paisagens culturais, etc.
Por seu estudo	Os elementos fundamentais para compreender a paisagem cultural e características ecológicas será o grau de influência da intervenção humana sobre eles. Serão elementos importantes, tais como obras de irrigação, edifícios, rituais comerciais relacionados com o valor do local, etc, em especial os elementos relativos ao uso do meio, a transformação, a protecção, etc.	Os elementos fundamentais para entender um itinerário cultural será: o caminho físico em si, propriedade associada com a sua funcionalidade, as manifestações patrimoniais tangíveis e intangíveis relacionados com o processo de comunicação e diálogo entre as pessoas envolvidas, etc.
Pela aplicação de seus indicadores	Serão indicadores fundamentais, a biodiversidade, a presença de espécies ameaçadas de extinção, os fluxos bióticos e abióticos e suas mudanças, o impacto do homem sobre essas mudanças, a incidência de criação de animais, os padrões tradicionais de uso da terra, os atividades tradicionais, materiais e tipos de construção tradicionais, o regime de água, etc.	Entre os indicadores principais são: a estrutura da rede de estradas e sua material de substrato, os dados de utilização históricos, a existência de manifestações culturais de origem ao longo partilhada (ou em pontos dados) da estrada, as estruturas associadas com a funcionalidade da estrada, usos culinários, linguísticos, etc., comum interinfluência em atividades como música, elementos da comunicação, etc.
Por sua dinâmica	A dinâmica de uma paisagem cultural deve ser entendido sobre as equações de vida que ocorrem dentro de um ecossistema com uma dada matriz ou funcionalmente ligadas aos ecossistemas. O trabalho do homem afeta essas equações. Um ecossistema (ou funcional deles) tem limites naturais, como os elementos de matriz não são mais dominante no território ou os elementos de conectividade funcionais não estão ativos. Responde às leis naturais, e as influências humanas sobre eles.	Sua dinâmica é dada pelo traçado humano de bens culturais deixados através deles. É determinado e delimitado mediante as investigações dos seus processos históricos. Mesmo quando as condições ambientais têm uma influência significativa em determinadas rotas (por exemplo, as imbarcações a vela) a dinâmica da estrada não responde às leis e processos naturais, mas o interesse puramente humana, portanto, compreensível apenas como fenômenos culturais.

Fonte: (CARREÑO, Alberto Martorell, 2003 – organiado e traduzido pela autora)

Perspectivas dos Itinerários Culturais

A importância dos itinerários culturais reside, a nosso ver, na tentativa de se compreender as múltiplas relações existentes entre o homem e o meio ambiente, enfatizando o intercâmbio, o diálogo e as influências de diferentes grupos socioculturais. Unidos por um “caminho”, reflete-se o “todo”, uma “unicidade” e um “conjunto de elementos compartilhados”. É, dessa forma, um instrumento que valoriza a diversidade das expressões culturais, as significâncias e os valores do patrimônio para a humanidade. Diagne (2001)[101] define uma rota cultural como um caminho e/ou curso que esteve em contato entre duas ou mais comunidades por várias razões e, assim, contatos e intercâmbios nascem, e o conceito de "dar" e "receber" se desenvolve. Com base nessa ideia, pode-se dizer que as vias de comunicação são usadas para transmitir o patrimônio cultural tangível e intangível de um continente, país, região e lugar para outro.

Devo mencionar a contribuição do simpósio internacional sobre "Itinerários Culturais, Legislação e Turismo Cultural - *Intercontinental Crossroads Cultural*", realizado em Tenerife, Espanha, 1998, de onde foram delimitados os princípios básicos dos Itinerários Culturais. Na ocasião, definiu-se que as rotas culturais são a soma de todos os elementos (tangíveis e intangíveis) que asseguram o seu significado, ilustram o intercâmbio e diálogo entre países e regiões, e revelam as diversas dimensões que se desenvolvem, aprimoram e mantêm sua função original, além de:

- Promover o respeito e a valorização dos diferentes tipos de herança cultural humana, tanto tangíveis quanto intangíveis, com o objetivo de reunir pessoas e culturas, independentemente da sua origem.
- Dada o atual movimento que tende a unificar as culturas, fortalece as próprias identidades culturais, para alcançar o enriquecimento cultural, e superar, ao mesmo tempo, as fronteiras das incompreensões históricas, e buscar fatores de aproximação e entendimento entre as pessoas. Isto implica, acima de tudo, o respeito pelas diferentes interpretações culturais de um mesmo bem patrimonial.
- Buscar uma abertura cultural, a relação multidisciplinar entre as chamadas ciências técnicas e ciências sociais, promovendo a capacidade de diálogo e a compreensão de que nenhuma área do conhecimento, como nenhuma cultural, é ultrapassada (inferior) em relação a outra.
- Compreender os itinerários culturais como meio de reforçar a responsabilidade coletiva dos povos em relação aos seus bens culturais.

[101] DIAGNE, Hamar Fall. Heritage Intangible et Routes Culturelles dans le contexte universel , *Hamar Fall Diagne*. El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales, 2001.

- Promover espaços para reflexões e análises dos aspectos históricos e culturais através dos itinerários culturais.
- Reconhecer que o conhecimento insere-se em um ciclo de causas e efeitos a serem explorados de forma contínua, para se entender e respeitar todos os aspectos das atividades humanas materializadas ao longo dos traçados dos itinerários culturais, e que assim, constituem parte integrante do patrimônio cultural (*Intercontinental Crossroads Cultural*, Tenerife, Espanha, 1998).

Esses princípios associados aos itinerários levaram o ICOMOS a considerá-lo um forte instrumento de preservação do patrimônio cultural. O CIIC, reforçando a amplitude que envolve os itinerários, apresentou dois interessantes estudos de casos. O primeiro foi sobre o parque *Chilkoot National Historic* no Canadá, (2001)[102], e o "Projeto Fazendo Trilhas*, The Chilkoot Trail National Historic Site of Canada"*. A abordagem canadense fortaleceu a importância da gestão cultural das rotas. Consideraram-se, nesse estudo, que os "Itinerários Culturais" são dinâmicos espaços lineares criados através do movimento das pessoas, lugares de encontros e intercâmbios e fertilização cruzada de culturas e valores. O segundo foi o "Projeto Itinerários Culturais do Sul da Europa", apresentado por representantes da Bulgária. Ali, os itinerários foram definidos como um sistema de valores culturais e objeto do turismo cultural. Fez-se ainda, uma leitura do valor universal do itinerário cultural pela composição (em diferentes linhas e pontos) dos fenômenos que ocorrem entre as conexões, comunicações, rotas históricas, monumentos, lugares, paisagens culturais, sítios históricos, concluindo-se que as ligações entre esses valores geralmente são expressos em temas unindo-os e refletindo as características comuns histórica, humanas, culturais, sociais e outras (KRESTEV, 2001)[103].

[102] Federal, provincial and territorial governments recognize the contribution historic places make to our communities. Since 2001, these jurisdictions have worked together to jointly develop core tools in heritage conservation: the Canadian Register of Historic Places (CRHP), a single source of information about historic places in Canada **recognized for their heritage value** at the local, provincial, territorial and national levels; and the Standards and Guidelines, developed to guide conservation practice in Canada. Disponível em: <http://www.pc.gc.ca/eng/index.aspx> acessado em dezembro de 2011.

[103] KRESTEV, Todor. 2001. **Une Approche des Itinéraires Culturels du Sud-Est *Européen,*** Todor Krestev. El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales, 2001.

1.4.1 Carta internacional dos Itinerários Culturais - ICOMOS

Elaborada pelo Comitê Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS e ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 04 de Outubro de 2008, em Québec, Canadá, a Carta dos Itinerários Culturais (2008)[104] atribui um lugar importante ao patrimônio intangível e ao espirito dos lugares (ANEXO A).

O "Itinerário Cultural" é tido como fruto da evolução das ideias relativas ao conceito de patrimônio cultural, instrumento que aprecia o crescente papel dos valores atribuídos ao meio e à sua significação à escala territorial. Desta forma, busca desvelar a (inter)relação entre o homem e meio ambiente (natural e cultural) por meio das "marcas patrimoniais" (elementos representativos tangíveis e intangíveis) encontradas em um caminho(s) – utilizado com fins histórico, concreto e determinado - que o classifica como um itinerário cultural. É conferido ao itinerário um ambiente característico, que o torna patrimônio cultural e representativo da humanidade. Ele manifesta, sobretudo, os processos evolutivos, interativos e dinâmicos das relações humanas interculturais, e realça a rica diversidade das contribuições dos diferentes povos para a formação do patrimônio cultural mundial, como descreve a própria Carta dos Itinerários Culturais, 2008.

> O conceito de Itinerário Cultural revela-nos o conteúdo patrimonial do fenômeno específico de mobilidade e de trocas humanas que se desenvolveu através das vias de comunicação que facilitaram a sua expansão e que foram utilizadas ou deliberadamente postas ao serviço dum objetivo concreto e determinado. (...) Portanto, os Itinerários Culturais não são simples vias históricas de comunicação que possuem elementos patrimoniais ou que servem como ligação entre si, mas fenômenos históricos singulares que não podem ser criados com a imaginação ou a vontade de estabelecer conjuntos de bens através de uma associação de elementos com características comuns (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008.p.2)

O principal objetivo da Carta dos itinerários Culturais era estabelecer os fundamentos conceituais e metodológicos para a investigação nesta categoria. Previa-se a promoção (pautado nos indicadores específicos[105]), o conhecimento e

[104] CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008. Disponível em:

<http://www.icomos.org.br/002_001.html> acessada em agosto de 2011.

[105] **Indicadores específicos**: quanto aos indicadores fundamentais e diferenciados aplicáveis à categoria de Itinerário Cultural, deve ser considerada a estrutura da rede viária e o seu substrato material assim como a informação histórica da sua utilização ao serviço do Itinerário, a existência de manifestações culturais originais, partilhadas ao longo (ou em certos pontos) da via como as práticas, tradições, os usos e costumes partilhados de

estudos, pautando a valorização, a proteção, a conservação e a gestão dos itinerários culturais.

Os Itinerários podem ser classificados de acordo com a sua dimensão territorial, cultural, pelos seus objetivos e função, pela sua duração temporal, quanto a sua configuração estrutural ou quanto ao seu enquadramento natural

> tendo em conta a sua dimensão territorial: local, nacional, regional, continental ou intercontinental. De acordo com a sua dimensão cultural: numa região cultural determinada ou ao longo de diversas zonas geográficas que partilharam ou que continuam a partilhar um processo de influências recíprocas na formação ou na evolução dos seus valores culturais. Pelo seu objetivo ou função: social, econômico, político ou cultural. Estas características podem ter uma natureza partilhada num contexto multidimensional. Pela sua duração temporal: aqueles que já não são utilizados, ou os que continuam a se desenvolver sobinfluências de trocas socioeconômicas, políticas e culturais. Quanto à sua configuração estrutural: linear, circular, cruciforme, radial, ou em rede. Quanto ao seu enquadramento natural: terrestre, aquático, misto ou de outra natureza física (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008.p.6)

A Carta ainda aponta cinco elementos definidores dos Itinerários Culturais. O primeiro seria o **contexto**, que pode ser natural e/ou cultural, desde que contribua para sua caracterização em um processo interativo com o itinerário; seguido do **conteúdo** dado pela soma dos elementos físicos (constituem os testemunhos e a confirmação física da sua existência) e substantivos (manifestações patrimoniais tangíveis relativas à sua funcionalidade enquanto rota histórica), assim como pelos elementos intangíveis que dão ao conjunto dos elementos concretos, um sentido e uma significação. O terceiro, **valor de conjunto partilhado**, é apresentado como um conjunto de valor superior à soma dos elementos que o constituem e que lhe dão sentido, onde um itinerário cultural representa um bem patrimonial enriquecido por diversas culturas às quais se acrescenta um valor de conjunto, e apresenta uma série substancial de características e de escalas de valores partilhados, com interesses comuns, plurais e participativos. Por sua vez, esta transcendência de escala permite um elo cultural entre os povos, os países, as regiões e os continentes e a diversidade das culturas que ele representa constitui uma alternativa aos processos de homogeneização cultural. O quarto elemento, o **caráter dinâmico**,

caráter religioso, ritual, linguístico, de festividade, culinário, etc, a influência recíproca em domínios como a música, a literatura, a arquitetura, as artes plásticas, o artesanato, a ciência, a técnica, a tecnologia, e outros bens materiais e imateriais cuja plena compreensão tenha uma relação com a função histórica do Itinerário. (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008)

ilustra os fenômenos culturais recíprocos que decorrem dos Itinerários, e assim, expressa o fluxo vital da cultura no manifesto do espírito do lugar (decorrente do patrimônio intangível dos itinerários culturais). Por fim, o itinerário cultural está intimamente ligado ao seu **meio** (o quinto elemento), do qual faz parte integrante. A Carta destaca que o meio geográfico contribuiu para a elaboração do traçado de um itinerário cultural, condicionando-o e influenciando-o ao longo do tempo. O meio territorial, quer seja natural ou cultural (urbano ou rural), enquadra o itinerário cultural e lhe confere um ambiente particular, caracterizado os seus elementos e valores de natureza física e imaterial. Considera-se fundamental para a sua compreensão, a sua conservação e o seu usufruto, que um itinerário cultural possa conectar e interelacionar com a geografia e os bens patrimoniais mais diversos, e assim, consolidar uma unicidade.

O Itinerário Cultural é então, uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço de um objetivo concreto e determinado, oferecendo as seguintes condições:

> ser o resultado e o reflexo de movimentos interativos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, países, regiões ou continentes; ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu patrimônio tangível como intangível. Ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008.p.3).

Para sua identificação, o primeiro passo deverá ser o reconhecimento da funcionalidade da via(s) que deverá estar a serviço de um fim concreto e determinado. Após esta constatação, devem-se apreender quais os valores e significados patrimoniais (tangíveis e intangíveis) estão expressos nas interações dinâmicas entre o homem e o meio, e que assim, representam as recíprocas influências culturais. Precisa-se, ainda, compreender sua configuração estrutural, seu contexto geográfico e histórico, seu meio natural e cultural, os valores ambientais característicos, as relações com a paisagem, a duração temporal, e sua dimensão simbólica e espiritual, que contribuirá para identificar e explicar o seu significado. Será necessário que se mantenham as relações históricas estruturais (iniciais) e os usos (funções dinâmicas ao serviço do objetivo concreto e

determinado que concebeu sua existência) que auxiliam em sua caracterização e identificação, mesmo quando os processos que lhe deram origem sofreram uma evolução integrando novos componentes que deverão ser avaliados no quadro da sua relação funcional com o itinerário cultural. Todavia, os elementos aferidos na investigação científica de um Itinerário Cultural, são àqueles que formam um elo com a sua finalidade específica e às influências surgidas da sua histórica dinâmica funcional (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, 2008).

A metodologia de investigação dos Itinerários Culturais proposta pela Carta dos Itinerários Culturais (2008) considera seis variáveis que deverão responder à sua investigação, valorização, preservação, conservação, uso e gestão que são: 1ª investigação, 2ª financiamento, 3ª valorização / proteção / conservação, 4ª utilização durável (relação com a atividade turística), 5ª gestão e 6ª participação (comunidades e cooperação internacional). A primeira variável recomenda, dentre outras questões, uma equipe multidisciplinar para a investigação dos itinerários. A segunda, mecanismos de financiamentos através de acordos de cooperação bilateral ou multilateral e o estabelecimento de parcerias / cooperações (públicas e privadas) A terceira, indica a necessidade de novos instrumentos que possam prever (prevenir) os diversos impactos sobre o seu significado e deterioração. O quarto, que se deva integrar aos itinerários uma infraestrutura complementar turística, viária, de interpretação e de apresentação. A quinta, o desenvolvimento harmonioso de todas as atividades pertinentes a promoção, valorização, preservação, conservação, uso, de forma a garantir sua autenticidade, integridade e o seu significado. Por fim, a sexta exige a sensibilização e a participação dos habitantes das zonas compreendidas no Itinerário, assim como cooperação internacional fundamental na investigação, valorização e conservação dos bens que formam os Itinerários Culturais Internacionais, o que reforça a ideia de um 5ºC (cooperação) incorporado aos objetivos estratégicos da UNESCO.

1.5 UMA AVALIAÇÃO DO PATRIMONIO MUNDIAL: PAINEL DO ITINERARIO CULTURAL

No que se refere à proteção do patrimônio, a própria Convenção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural (1972) é uma resposta à salvaguarda dos bens culturais e naturais considerados de valor excepcional de referência à humanidade. São denominados Estados-membros os países que aderiram a ela, sendo divididos em cinco regiões: África, Estados Árabes, Ásia e Pacífico, Europa e América do Norte, América Latina e Caribe. Pela Convenção, se criou um Comitê e um Fundo do Patrimônio Mundial com a responsabilidade de:

> Elaborar uma Lista do Patrimônio Mundial, compreendendo as propriedades, cultural e natural, que o Comitê considera ser de valor excepcional/universal de acordo com critérios pré-estabelecidos. Elaborar uma Lista do Patrimônio Mundial em Perigo para sua proteção, que requerem maiores medidas de conservação e para a qual tenha sido solicitado pelos Estados Partes. Determinar de que maneira e em que condições os Recursos do Fundo do patrimônio deverão ser usado e distribuído pelo mundo. Ajudar os Estados Partes, na medida do possível, na proteção das suas propriedades de valor universal excepcional (CONVENÇÃO, 1972).

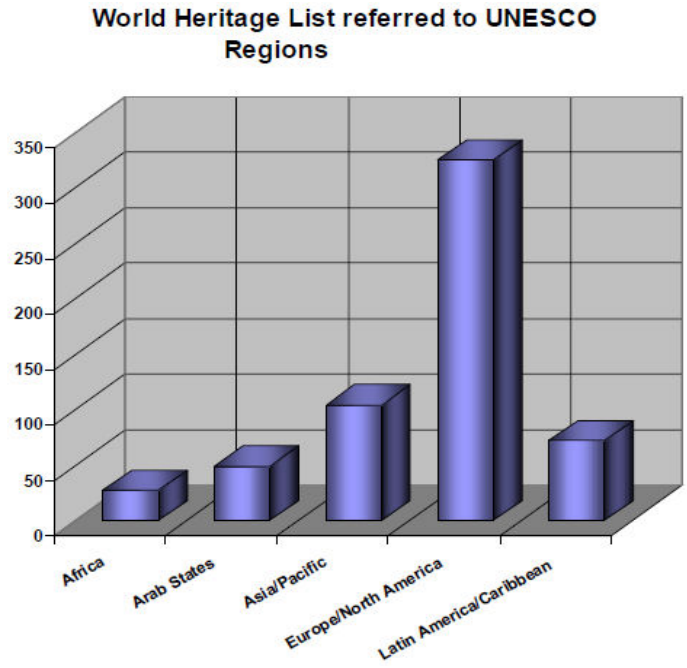
Nesse sentido, é de responsabilidade dos Estados Partes submeter ao Comitê do Patrimônio Mundial inventários sobre os seus bens patrimoniais, culturais e naturais. Ao Comitê cabe estabelecer também as *Orientações Técnica*[106] aos Estados Partes, bem como atualizar e difundir a Lista do Patrimônio Mundial. A Convenção recomenda revistas periódicas de dois em dois anos na Lista do Patrimônio Mundial. Essa revisão permite aferir e balizar, por meio das decisões do Comitê, quais os valores de caráter *universal* e *excepcional* estão sendo considerados na representação do patrimônio mundial. As reflexões sobre os representantes da Lista do Patrimônio Mundial devem ser um processo contínuo, pragmático e evolutivo, buscando identificar as lacunas de representatividade dos bens inscritos. A própria UNESCO reconhece que existe um desequilíbrio na representatividade dos bens

[106] As Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial têm por objetivo facilitar a aplicação da Convenção para a Proteção do Patrimônio Mundial, Cultural e Natural, descrevendo os procedimentos com vista à: inscrição de bens na Lista do Patrimônio Mundial e na Lista do Patrimônio Mundial em Perigo; proteção e conservação dos bens do Patrimônio Mundial; atribuição da Assistência Internacional suportada pelo Fundo do Patrimônio Mundial; mobilização de apoios aos níveis nacionais e internacionais em prol da Convenção (Orientações Técnicas para Aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, UNESCO, 2010).

patrimoniais. Justifica-se alegando que os critérios de análise estabelecidos, tipológico, cronológico-regional e temático, não são satisfatórios.

Em busca de se corrigir essa desarmonia, a UNESCO e o ICOMOS esboçaram um plano, o “Estudo Global” (1989)[107], posteriormente renomeado como "Estratégia Global para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial". É tido como uma oportunidade para se obter uma visão geral e avaliar as prioridades que serão dadas em novas nomeações. Por meio destes, constatou-se que a Europa está sobrerepresentada em relação ao resto do mundo (GRÁFICO 01).

Gráfico 1: Lista do Patrimônio Mundial da UNESCO em suas referidas regiões.



Fonte: ICOMOS, 2004.

Da mesma forma, pode-se observar na TABELA 01, a predominância da Europa sobre os demais Estados-membros. Ela apresentou 325 bens, representando 56% do total de bens inseridos na Lista do Patrimônio Mundial. Acompanhou-se de 18% da Ásia e Pacífico e 12% da América Latina e Caribe, com 104 e 72 bens, respectivamente. Igualmente, a Europa segue prevalecendo na Lista Indicativa, representando 46% da lista, seguido de aproximadamente 23% da Ásia e Pacífico e 12% da América Latina e Caribe.

Tabela 1: Análise comparativa da Lista do Patrimônio Mundial e da Lista Indicativa em suas referidas regiões.

[107] O Grupo de Estudo Global de Trabalho foi criada em 1989 reportando-se a Comissão pela primeira vez em 1990. (UNESCO, 2008).

TABLE : Comparative analysis of the World Heritage List and the Tentative Lists by region

	WHL	%	TL	%	Totals	%
Africa	**27**	4.7%	**86**	9.9%	**113**	7.8%
Arab States	**49**	8.5%	**83**	9.6%	**132**	9.1%
Asia/Pacific	**104**	18.0%	**198**	22.9%	**302**	20.9%
Europe/North America	**325**	56.3%	**399**	46.1%	**724**	50.2%
Latin America/Caribbean	**72**	12.5%	**100**	11.5%	**172**	11.9%
Totals	**577**		**866**		**1443**	

Fonte: ICOMOS, 2004.

Os dados compilados desse estudo foram importantes na medida em que o Comitê declarou que daria prioridade na análise de bens sem sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (ICOMOS, 2004)[108], assim como para bens culturais que ilustrassem as categorias não representadas ou menos representadas do patrimônio mundial. Seguindo com as análises, algumas categorias apresentaram-se distorcidas, como foi o caso da arquitetura "elitista" em relação à arquitetura vernácula, considerada com baixa expressividade representativa na Lista, observado na reunião de peritos sobre a "Estratégia Global" e “Estudos Temáticos” para uma Lista do Patrimônio Mundial representativa adotado pelo Comitê do Patrimônio Mundial na sua 18ª Sessão, em Phuket, Tailândia,1994:

> em termos mais gerais, todas as demais culturas que vivem especialmente as "tradicionais", com sua profundidade, sua riqueza, sua complexidade, e suas relações com seus diversos ambientes, é pouco percebido na Lista do Patrimônio Mundial. Mesmo os bens tradicionais só foram incluídos na Lista em termos de seus valores "arquitetônicos", sem levar em conta suas diversas dimensões econômica, social, simbólica e filosófica, sua permanência e as diversas interações nos ambientes naturais e toda sua diversidadade (COMITÊ, Tailândia, 1994)[109].

Dessa forma, uma resposta a esta perceptível desigualdade, seria, então, alterações nos critério e prioridades para a inserção de bens na Lista do Patrimônio Mundial, em busca de um maior nivelamento.

1.5.1 Análise da representatividade na Lista do Patrimônio Mundial

[108] ICOMOS, 2004. Tais abordagens foram claramente apontadas no estudo do ICOMOS em análise da Lista do Patrimônio Mundial e da Lista Indicativa na China, em 2004, que, no entanto, veio confirmar às inferências apresentadas pelo próprio Comitê já em 1994 (Tailândia). WHC-04/28.COM/INF.13A. Suzhou, China, 28 June – 7 July 2004.

[109] Reunião de peritos sobre a "Estratégia Global" e Estudos Temáticos para uma Lista do Patrimônio Mundial representativa adotado pelo Comitê do Patrimônio Mundial na sua 18ª Sessão (UNESCO, Phuket, 1994)

Os sítios inscritos na Lista do Patrimônio Mundial passam por uma análise fundamentada em três abordagens complementares à sua representatividade: o "quadro tipológico"; o "quadro cronológico-regional", e o "quadro temático", que serão detalhados a seguir:

1.5.1.1 Parâmetros para a análise do quadro tipológico

Consideram-se quatorze categorias para análise na Lista do Patrimônio Mundial (QUADRO 04). Dentre essas, destaco a classificação tipológica "rotas culturais", cuja descrição é apresentada como rotas de peregrinação, rotas comerciais, estradas, canais, ferrovias, etc; Esse entendimento é importante para a delimitação da abrangência do termo.

Quadro 4: Classificação tipológica e descritiva das categorias do Patrimônio Mundial.

CLASSIFICAÇÃO TIPOLÓGICA	DESCRIÇÃO
1. PATRIMÔNIO ARQUEOLÓGICO	Qualquer forma de sítio arqueológico ou monumento individual, incluindo terraplanagem, túmulos, cavernas, os assentamentos (cidades, vilas, fazendas, vilas), templos e outros edifícios públicos, obras defensivas, cemitérios, rotas, etc, que não são em uso ou ocupadas;
2. ARTE RUPESTRE	Cavernas, abrigos sobre rocha, superfícies abertas e sites semelhantes contendo pinturas, gravuras, esculturas, etc;
3. SÍTIOS FÓSSEIS DE HOMINÍDEOS	Sítios individuais e paisagens contendo material esquelético e / ou evidência de ocupação por hominídeos primitivos;
4. EDIFÍCIOS HISTÓRICOS E CONJUNTOS	Monumentos individuais, grupos de monumentos, obras de arte;
5. ASSENTAMENTOS URBANOS E RURAIS / VILAS E ALDEIAS HISTÓRICAS	Cidades, centros das cidades, vilas, e outros grupos comunitários de habitações;
6. ARQUITETURA VERNACULAR	O uso de tipos de edifícios tradicionalmente estabelecidos, a aplicação de sistemas de construção e ofícios tradicionais;

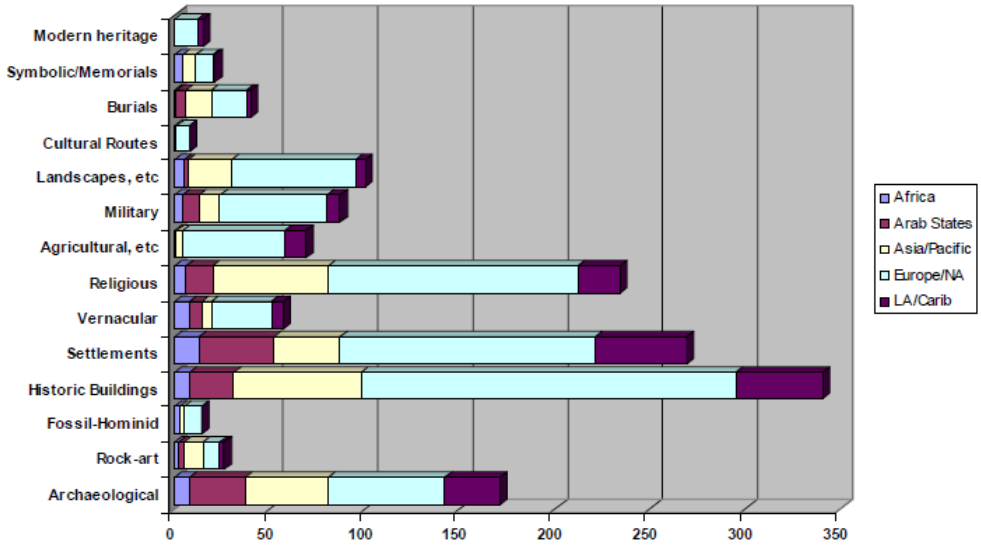
7. PROPRIEDADES RELIGIOSAS	Qualquer forma de propriedade com associações religiosas ou espirituais: igrejas, mosteiros, igrejas, santuários, mesquitas, sinagogas, templos, paisagens sagradas, bosques sagrados, e outras características da paisagem, etc;
8. PROPRIEDADES AGRÍCOLAS, INDUSTRIAIS E TECNOLÓGICAS	Sistemas campo, vinhas, paisagens agrícolas; assentamentos agrícolas, água sistemas de gestão (barragens, irrigação, etc); minas, paisagens de mineração, fábricas, pontes, canais, ferrovias; assentamentos industriais, etc;
9. PROPRIEDADES MILITAR	Castelos, fortalezas, cidadelas, etc; defesas da cidade; sistemas defensivos;
10. PAISAGENS CULTURAIS	Parques e jardins: paisagem claramente definida projetada e criada intencionalmente; paisagem evoluiu organicamente (uma relíquia ou fóssil paisagem, uma paisagem contínua); paisagem cultural associativa;
11. ROTAS CULTURAIS	**Rotas de peregrinação, rotas comerciais, estradas, canais, ferrovias, etc;**
12. MONUMENTOS E SÍTIOS SEPULTAMENTO	Túmulos, mausoléus, cenotáfios, cemitérios, etc;
13. PROPRIEDADES SIMBÓLICAS E MEMORIAIS	As propriedades de qualquer categoria nomeados ou inscrito por causa de associações com as crenças, os indivíduos, ou eventos;
14. PATRIMÔNIO MODERNO	Edifícios, grupos de edifícios, obras de arte, cidades, propriedades industriais (a partir do final do século IX em diante);

Fonte: ICOMOS, 2004 adaptado pela autora.

Em análise do GRÁFICO 02, sobre a Lista do Patrimônio Mundial de acordo com as suas categorias tipológicas, em termos gerais, os “edifícios históricos” é a categoria com maior representatividade, seguida dos denominados “assentamentos urbanos e rurais”, em que se encontram as cidades e núcleos históricos. Observa-se que a tipologia “rotas culturais” é muito pouco explorada no mundo, onde a Europa e América do Norte possuem sete propriedades inseridas na Lista do Patrimônio Mundial, seguidas da Ásia e Pacífico com apenas uma, as demais regiões como África, Estados Árabes, Ásia e Pacífico e América Latina e Caribe, não possuem

expressividades nesta categoria em relação às demais. A falta de representatividade na categoria e os desequilíbrios geográficos dificultam a aplicação de parâmetros que possam ajudar a comparar a diversidade tipológica.

Gráfico 2: Lista do Patrimônio Mundial de acordo com as categorias tipológica



Fonte: ICOMOS, 2004.

A Tabela 02 sobre a análise comparativa da Lista do Patrimônio Mundial com a Lista Indicativa em relação às categorias tipológicas permite a interpretação, pelo balanço total, de haver (mesmo que discretamente), um “decréscimo” na indicação de bens que, naquele momento, predominavam na Lista do Patrimônio Mundial. Por exemplo, os monumentos arquitetônicos que possuiam a maior representatividade (341), seguidos dos sítios históricos (269) e das propriedades religiosas (234), tiveram a suas indicações reduzidas (223), (174) e (173), respectivamente. Em contrapartida, pode-se notar certa valorização de outras categorias que estavam “subvalorizadas”, como, as rotas culturais que possuíam apenas oito bens reconhecidos, apresentaram mais que o dobro de propriedades na Lista indicativa (20 bens), assim como o patrimônio moderno que possuíam (15 bens), indicou (34 bens).

Tabela 2: Análise comparativa da Lista do Patrimônio Mundial com a Lista Indicativa de acordo com as categorias tipológicas.

Table : Comparative analysis of World Heritage List and Tentative Lists by Category and Region

	Africa		Arab States		Asia/Pacific		Europe/NA		LA/Carib.		Totals	
	WHL	TL	WHL	TL	WHL	TL	WHL	TL	WHL	TL	WHL	TL
Archaeological properties	8	46	29	66	44	84	61	115	29	40	171	351
Rock-art sites	2	11	3	0	10	12	9	12	2	9	26	44
Fossil hominid sites	3	2	0	0	2	0	9	1	0	0	14	3
Architectural monuments	8	9	23	6	67	59	197	113	46	36	341	223
Historic towns/Urban ensembles	13	10	39	12	35	30	134	96	48	26	269	174
Vernacular architecture & settlements	8	6	6	0	5	7	32	18	6	1	57	32
Religious properties	6	12	14	9	61	59	131	76	22	17	234	173
Technological & agricultural properties	1	4	0	2	3	12	54	49	11	22	69	89
Military properties	4	12	9	12	11	9	56	55	7	6	87	94
Cultural landscapes	5	12	2	1	23	7	65	59	5	9	100	88
Cultural routes	0	4	0	0	1	5	7	9	0	2	8	20
Burial sites	1	6	5	8	13	25	19	19	2	5	40	63
Symbolic properties	4	26	0	1	7	10	9	45	1	8	21	90
Modern heritage	0	1	0	0	0	0	12	27	3	6	15	34
Totals:	63	161	130	117	282	319	795	694	182	187		

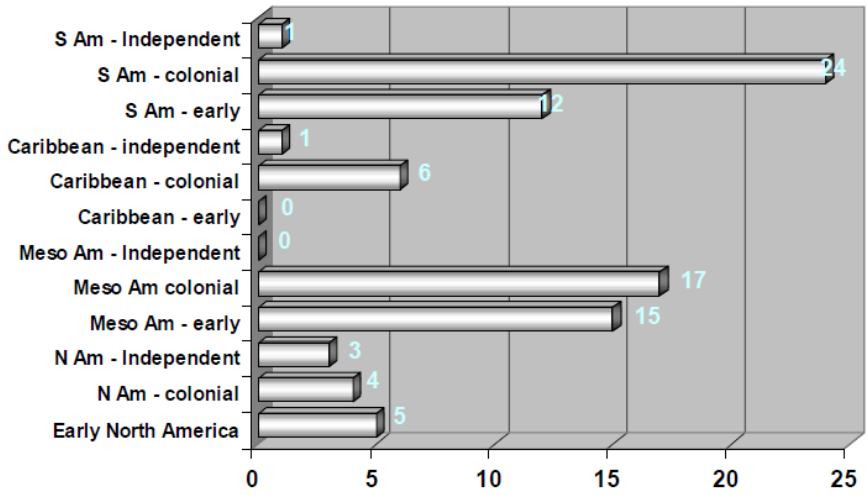
Fonte: ICOMOS, 2004.

Contudo, pode-se aferir que esses dados refletem o esforço da “Estratégia Global” apresentando novas diretrizes operacionais para a Lista do Patrimônio Mundial. É a tentativa de se buscar uma maior harmonia na representatividade dos bens patrimoniais, de forma representativa, equilibrada e credível.

1.5.1.2 Parâmetros para análise do quadro cronológico/regional

Este estudo do ICOMOS (2004) recomenda que um quadro cronológico deve levar em consideração a grande variedade da evolução cultural, e, assim, se ater as regiões culturais em vez de regiões políticas modernas. Para cada bem, deve-se ser levado em consideração os períodos mencionados na justificativa do *valor universal excepcional*, a razão pela qual foi inscrita na Lista do Patrimônio Mundial. Por exemplo, nas Américas a divisão cronológica foi: "início da evolução dos seres humanos" - que vão desde o Paleolítico, à Idade do Bronze e os períodos, “colonial” e “independência”. A maior ocorrência concentra-se ao período colonial (58%), Gráfico 03.

Gráfico 3: Quadro cronológico/regional na Lista do Património Mundial



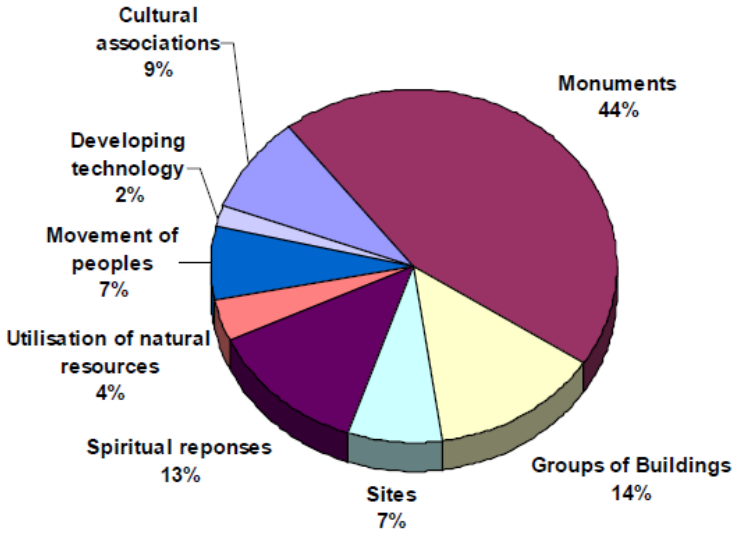
Fonte: ICOMOS, 2004.

1.5.1.3 Parâmetros para análise do quadro temático

O quadro temático desenvolveu-se a partir dos estudos da "Estratégia Global". Busca representar as novas perspectivas e valores que evoluem continuamente do patrimônio e que esses possam ser incluídos na Lista do Patrimônio Mundial. Desta forma, é concebido como uma estrutura aberta e representado por oito temas principais: "associações culturais"; "monumentos"; "respostas espirituais"; "utilização de recursos naturais"; "movimento dos povos"; "desenvolvimento de tecnologias"; "sítios" e "grupos de edificações".

Cada bem pode se relacionar a um ou mais temas, de acordo com seu *valor universal excepcional* e sua complexidade. Enquanto critério, os bens patrimoniais foram classificados de acordo com a declaração de significância e valores para o local. A maioria das propriedades inseridas na Lista advém do tema "*expressões de criatividade"*, representado por monumentos, grupos de edifícios e sítios com (65%). Os demais (35%) subdividiram-se em: *associações culturais* (9%), as *respostas espirituais* (13%), *movimento de pessoas* (7%), *desenvolvimento de tecnologias* (2%) e *utilização dos recursos naturais* (4%), conforme revela o Gráfico 04.

Gráfico 4: Gráfico do quadro temático na Lista do Patrimônio Mundial.



Fonte: ICOMOS, 2004.

O tema “associações culturais” refere-se aos valores intangíveis dos monumentos e sítios, subdivididos em três subtemas secundários: interação na sociedade - língua, tradições orais, mitos, cantigas, músicas, danças, esportes, literatura, referências artísticas, teatro e demais interações sociais; dando forma a associações culturais e simbólicas e identidade cultural e política, personalidades significativas, memoriais, e, por fim, conhecimento, instrução, filosofia e ciência, saúde humana, lei e justiça.

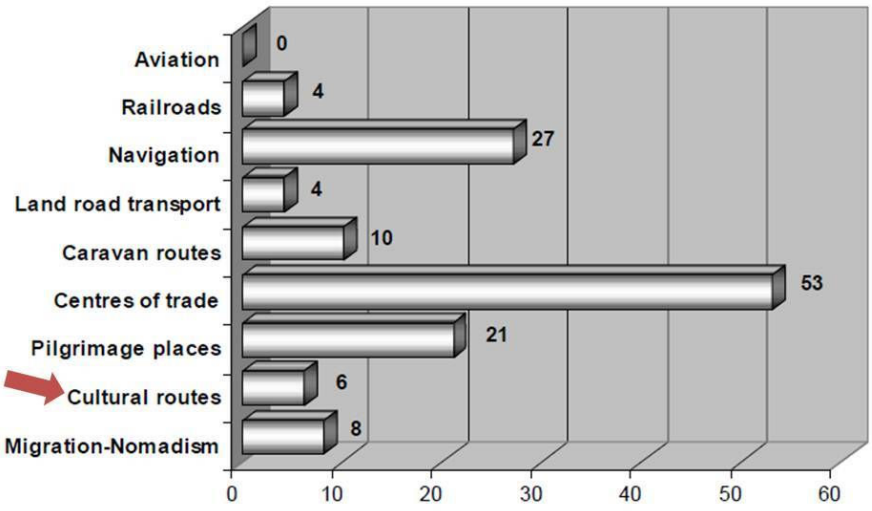
As referências desse tema identificam as festividades/eventos, os trabalhos vivos das tradições, das ideias, da opinião, os artísticos e os literários que são associados com o valor universal proeminente da propriedade cultural referida. Alguns temas possuem poucas referências, como, por exemplo, os diversos saberes, tradições, músicas, plantas medicinais, costumes regionais, etc.

Posicionamento das “rotas culturais” no quadro temático

No que se refere ao movimento dos povos (GRÁFICO 05), o tema é subdividido em duas partes principais: a) migração/nomadismo e a escravidão; b) rotas e sistemas de transporte. Esse último, por sua vez, subdivide-se em: “rotas culturais”, “lugares de peregrinação”, “centros de comércio e troca de bens” e “sistemas de transporte” - rotas de caravanas e oásis, transportes terrestres rodoviários e pontes, porto de

águas de transporte, navegação e canais, ferrovias, estações, túneis e viadutos, aviação e aeroportos.

Gráfico 5: Gráfico temático na Lista do Patrimônio Mundial: Movimento de pessoas.

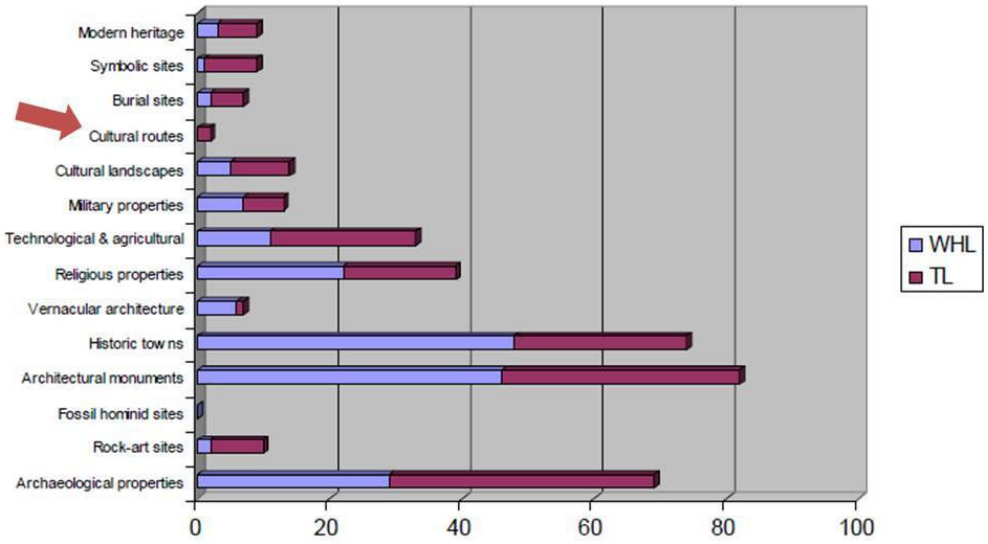


Fonte: ICOMOS, 2004.

O Gráfico 06 mostra, em relação a categoria “Rotas Culturais”, um aumento na Lista Indicativa. Esse fato percebido isoladamente induz a uma leitura positiva, mas a realidade, é que estudos nesta área ainda precisam ser fomentados. Os Estados-membros precisam de mais estímulos para inventariar[110] bens patrimoniais pertencentes às rotas culturais. A baixa representatividade dessa categoria na Lista do Patrimônio Mundial ilustra este fato. Apesar da tentativa do ICOMOS ao criar o CIIC – Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais, em 1998, de modo geral, os países demonstram pouca (ou nenhuma) familiaridade com o tema e, consequentemente, pouco interesse.

[110] O Comitê do Patrimônio Mundial solicita a cada Estado Parte a apresentar um inventário dos bens culturais e naturais situados no seu território, que considera adequado para inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, e que tenciona nomear durante os seguintes cinco a dez anos (UNESCO, 2012)

Gráfico 6: Gráfico temático comparativo da Lista do Patrimônio Mundial e da Lista Indicativa da América Latina e Caribe

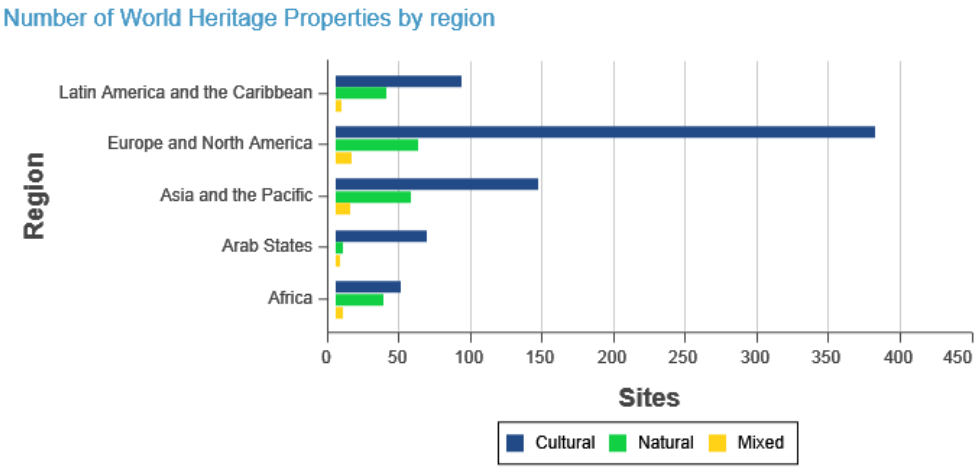


Fonte: ICOMOS, 2004.

1.5.2 Representatividade do Brasil no Patrimônio Mundial

Em 2012, 187 Estados Partes aderiram à Convenção compondo, desde então, 936 propriedades na Lista do Patrimônio Mundial. Esses bens estão distribuídos em culturais (725), naturais (183) e mistos (28). O GRÁFICO 07 revela nitidamente como o "valor cultural" predomina sobre os demais, e os bens da categoria "misto" demandam um maior esforço em termos gerais.

Gráfico 7: Distribuição de bens na Lista do Patrimônio Mundial de acordo com o valor universal.



Fonte: UNESCO, 2012.

A Europa e América do Norte apresentam a maior representatividade na Lista do Patrimônio Mundial (48% do total), com 452 bens inscritos. A América Latina e Caribe representam 14% do total referindo-se a 127 bens (TABELA 03). Dentre esses, o Brasil responde por 18 bens que estão inscritos na Lista do Patrimônio Mundial. Esse número representa um percentual aproximado de 2% em relação ao total de bens mundial reconhecidos pela UNESCO.

Tabela 3: Número de bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial por região.

Number of World Heritage Properties by region

2012 ↓						
Regions	Cultural	Natural	Mixed	Total	%	States Parties with inscribed properties
Africa	45	33	4	82	9%	30
Arab States	64	4	2	70	7%	16
Asia and the Pacific	143	53	9	205	22%	31
Europe and North America	384	58	10	452	48%	50
Latin America and the Caribbean	89	35	3	127	14%	26
Total	725	183	28	936	100%	153

Fonte: UNESCO, 2012.

Os bens do Brasil que hoje são patrimônios da humanidade: a Cidade Histórica de Ouro Preto/MG (1980), a Centro Histórico de Olinda/PE (1982), as Missões Jesuíticas Guarani, Ruínas de São Miguel das Missões/RS (1983), o Centro Histórico de Salvador/BA (1985), o Santuário do Senhor Bom Jesus de Matosinhos, em Congonhas do Campo/MG (1985), o Parque Nacional de Iguaçu, em Foz do Iguaçu/PR (1986), o Plano Piloto de Brasília/DF (1987), o Parque Nacional Serra da Capivara, em São Raimundo Nonato/PI (1991), o Centro Histórico de São Luiz do Maranhão/MA (1997), o Centro Histórico da Cidade de Diamantina / MG (1999), a Mata Atlântica - Reservas do Sudeste SP/PR (1999), a Costa do Descobrimento - Reservas da Mata Atlântica BA/ES (1999), o Complexo de Áreas Protegidas da Amazônia Central (2000), o Complexo de Áreas Protegidas do Pantanal - MS/MT (2000), o Centro Histórico da Cidade de Goiás -GO (2001), as áreas protegidas do Cerrado: Chapada dos Veadeiros e Parque Nacional das Emas - GO (2001), as Ihas Atlânticas Brasileiras: Reservas de Fernando de Noronha e Atol das Rocas - RN (2001) e a Praça de São Francisco, na cidade de São Cristóvão, SE (2010).

São representantes da Lista Indicativa do Patrimônio Mundial nove bens naturais, seis bens culturais e dois bens mistos (N – propriedade natural, C – propriedade cultural, CN – propriedade mista): Estação Ecológica Anavilhanas N; Canyon do Rio Peruaçu, Minas Gerais N; Parque Nacional da Serra da Bocaina (São Paulo - Rio de Janeiro) N; Parque Nacional do Pico da Neblina (Amazonas) N; Reserva biológica d'Atol das Rocas (Rio Grande do Norte) N; Serra Nacional do Parque da Canastra N; Parque Nacional da Serra do Divisor N; Estação Ecológica de Taim (Rio Grande do Sul) N; Estação Ecológica do Raso da Catarina (Bahia) N; Monastério Eclesiástico de São Bento, C (Rio de Janeiro); Exemplos arquitetônicos da Pampulha (Minas Gerais) C; Rota do Ouro em Parati e sua Paisagem Cultural C; Os Conventos; Paisagem Cultural do Rio de Janeiro C; Cavernas do Peruaçu Federal; Serra da Capivara (UNESCO)[111].

A UNESCO recomenda que todos os Estados-membros devam avaliar sua herança nacional e desenvolver uma lista provisória de propriedades com potencial valor excepcional universal. Em que a Lista Indicativa representa o “patrimônio mundial” em espera. Afere-se assim, que a escassez dos bens inventariados em algumas regiões do mundo pode ser uma das causas que influencia o desequilíbrio aparente da Lista do Patrimônio Mundial. Tal falta tem dois efeitos, um sobre a compreensão da representatividade da Lista do Patrimônio Mundial e o segundo sobre o fato de que os bens precisam estar na lista indicativa antes de serem considerados para a nomeação. O desenvolvimento da lista indicativa não se resume apenas ao primeiro passo para a inscrição, mas também ao fomento de uma compreensão global do patrimônio cultural, dos significados dentro de um país ou região e que impactam, assim, na identificação do patrimônio mundial em potencial (ICOMOS, 2004).

Sendo assim, o Brasil, quando não apresenta bens referentes aos itinerários culturais, faz-se notório a falta de conhecimento na área. Em maio de 2010, ocorreu uma reunião de instalação do Comitê Técnico[112] interinstitucional da candidatura de

[111] Annex 3 - *world heritage tentative lists by region. Properties accepted as meeting the requirements for Tentative Lists, and subject to the procedure requested in Decision 31 COM 8A.3*

[112] Os Presidentes do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN - e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio -, no uso de suas atribuições legais e regimentais, com fundamento na Lei N 8.029, de 12 de abril de 1990, na Lei N 8.113, de 12 de dezembro de 1990, e especialmente no disposto no inciso V, do art. 21, do Anexo I, do Decreto N 6.844, de 07 de maio de 2009, e no disposto no inciso IV, do art. 19, do Anexo I, do Decreto N 6.100, de 26 de abril de 2007, respectivamente, resolvem:

Art. 1º Criar o Comitê Técnico, com a atribuição de estabelecer as diretrizes e conceitos e a elaboração do dossiê técnico de candidatura de Paraty, como bem misto, a Patrimônio da Humanidade.

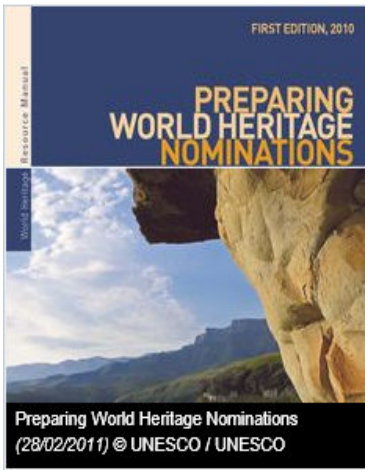
Paraty a Patrimônio Mundial, em resposta ao parecer de adiamento desse reconhecimento pela UNESCO em 2009[113]. Naquele momento, o bem intitulado "Rota do Ouro em Paraty e sua Paisagem Cultural", foi avaliado em relação a sua integridade e autenticidade. Naquele encontro, conclui-se que a Rota do Ouro descrita corresponde a somente uma pequena parte – interrupção entre Paraty e as minas – e afeta a integridade em relação ao todo; que Paraty representa bem o impacto da prosperidade da indústria do café no sec XIX, mas não reflete bem o período anterior de prosperidade do ouro; que as justificativas apresentadas da inscrição não fornecem razões claras do bem como obra conjugada do homem e da natureza; por fim, considerou-se que não se justifica o porquê de somente três elementos no sítio e 1% da extensão da Rota do Ouro. Em relação à autenticidade, foi considerada reduzida – erosão e soterramentos existentes na rota; o tecido urbano não representa a vida do período do ouro – reflete mais o sec XIX, onde numerosas construções transformadas no sec XX – autencidade das construções privadas foi afetada; o "Forte" não foi considerado como fazendo parte da Rota do Ouro; e globalmente a autenticidade no que conserne a ligação com a Rota do Ouro não foi atendida. Outra questão levantada, refere-se a análise comparativa. Aferiu-se que as comparações feitas com Salvador, São Luis, São vicente Ubatuba e Anfgra dos Reis, Goa, Macau e Angra do Heroismo, nenhuma dessas é comparavel a Paraty no que diz respeito à arquitetura vernacular e a beleza do sítio. Assim, recomendou-se uma comparação mais aprofundada entre Paraty e Angra do Heroismo, isso mostraria similitudes, onde a forma e o desenvolvimento de Paraty já estão representados.

[113] Conferir documento: WHC-09/33.COM/8B. Convention concerning the rotection of the world cultural and natural heritage world heritage committee. Thirty-third session. Seville, spain., 22 – 30 june 2009.

1.5.3 Valor universal excepcional: atributos e limites

A UNESCO (2011)[114] preparou um manual de pesquisa (FIGURA 06) por reconhecer a necessidade e a demanda por melhores informações pertinentes ao processo de indicação (identificação e inventário) de um bem. O objetivo era fornecer recursos para ajudar os Estados-membros a alcançarem boa qualidade em suas nomeações para a Lista do Patrimônio Mundial. Ele apoia-se em uma estratégia para atenuar o desequilíbrio presente na Lista do Patrimônio Mundial.

Figura 6: Manual de pesquisa: preparando a nomeção para o Patrimônio Mundial



Fonte: Manual UNESCO, 2011.

A própria Convenção do Patrimônio Mundial foi criada para reconhecer “os bens patrimoniais de valor universal excepcional”, e que fazem parte do patrimônio da humanidade. Por isto, merecem proteção para que ocorra a transmissão desse valor para as gerações futuras. As Diretrizes Operacionais definem que o valor universal de excepcionalidade está expresso no **significado** do bem, que transcende as fronteiras regionais e nacionais, e são igualmente importantes para todas as gerações (presentes e futuras), uma vez que delegam sentidos a vida dos seres humanos. Por vez, o “valor universal excepcional” é caracterizado como o foco principal da nomeação, o que é avaliado, o que transmite o significado do bem

[114] MANUAL UNESCO, 2011. No manual, afirma-se que desde que a Convenção do Patrimônio Mundial foi adotada em 1972, a Lista do Patrimônio Mundial evoluiu continuamente e está crescendo de forma constante. Com este crescimento, uma necessidade crítica surgiu para orientações aos Estado Partes sobre a implementação da Convenção. Várias reuniões de peritos e os resultados do processo de relatórios periódicos têm identificado a necessidade de uma formação mais focada e o desenvolvimento de capacidades em áreas específicas em que os Estados Partes e gerentes de Patrimônio Mundial possam se apoiar (Resource Manual: Preparing World Heritage Nomination, 2010). Disponível em:

<http://whc.unesco.org/en/activities/643/#documents> acessado em janeiro de 2011.

(declaração de significância) e o motivo da sua inscrição na Lista do Património Mundial. Revela ainda, o que precisa ser mantido por meio da conservação, proteção e manejo (MANUAL UNESCO, 2011).

A FIG.07 exemplifica as propriedades do valor universal de excepcionalidade. Primeiramente, sugere-se a compreensão de quais são os valores referentes ao bem proposto. Isso resultará na definição de quais os critérios do Patrimônio Mundial podem ser aplicados a ele. Posteriormente, deverá haver uma análise global comparativa para validar esses valores. E, deverão ser confirmados os critérios que formatarão a base de sua nomeação, pautada na Declaração do valor universal de excepcionalidade do bem patrimonial.

Figura 7: Propriedades do valor universal de excepcionalidade



Fonte: Manual UNESCO, 2011.

De tal forma, a “declaração do valor universal de excepcionalidade” deverá prover seu alicerce em três bases (vide FIG.08). A primeira deverá atender pelo menos um dos dez critérios[115] estabelecidos nas Diretrizes Operacionais para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial. A segunda será a resposta sobre as condições de autenticidade, seguido da avaliação da integridade necessária. Por fim, deverão ser apresentados os requisitos para sua conservação, proteção e gestão (MANUAL UNESCO, 2011).

Figura 8: Alicerces da Declaração do valor universal de excepcionalidade

[115] Há dez critérios para a inscrição Patrimônio Mundial identificados nas Diretrizes Operacionais. Critérios (i) a (vi) dizem respeito a bens culturais, e são, portanto, avaliada por ICOMOS, e os demais critérios (vii) a (x) dizem respeito a propriedades naturais e são avaliados pela IUCN. Enquanto muitas propriedades só podem atender a alguns critérios naturais ou culturais, outras poderão tê-los misturados e conhecer alguns critérios naturais, bem como culturais, e estas indicações serão de propriedades mistas e avaliadas por ambos IUCN e ICOMOS (UNESCO,2011)



Fonte: Manual UNESCO, 2011.

A compreensão da dimensão do valor universal de excepcionalidade e de seus atributos, dos denominados bens naturais e culturais, são responsáveis pela transmissão deste valor. Portanto, a "declaração de significância" será o foco da proteção, e das ações em prol à gestão do bem. Esses atributos podem ser conferidos, aliás, nas qualidades físicas, e em outros fatores associados; exemplo disso são os processos naturais ou agrícolas, os arranjos sociais ou as práticas culturais, que moldam e representam as distintas paisagens (traduçãoda autora, UNESCO, 2011)[116]

Os conceitos de excepcionalidade, integridade e autenticidade, critérios impostos pela UNESCO para inserção de Bens na Lista do Patrimônio Mundial, foram discutidos por CONTI (2010)[117], no seminário realizado pela UNESCO em Brasília no ano de 2010. O palestrante apresentou uma interessante reflexão sobre o que implicaria a inscrição de um sítio na Lista do Patrimônio Mundial. E então, prosseguiu dizendo que seria um ato de *generosidade*, uma vez que o bem será compartilhado por toda a humanidade, e representará um valor para todo o conjunto de seres humanos. Frisou que para a inscrição de um sítio como patrimônio mundial

[116] *Attributes might be physical qualities or fabric but can also be processes associated with a property that impact on physical qualities, such as natural or agricultural processes, social arrangements or cultural practices that have shaped distinctive landscape*s (UNESCO, 2011)

[117] CONTI, Alfredo. Simpósio Técnico Científico da Arquitetura e do Urbanismo Brasileiros do século XX. Diversidades e desafios da preservação. Consultor-relator da UNESCO sobre Brasília patrimônio da humanidade. 2010.

é necessário que se atendam basicamente a três aspectos ou três questões, o primeiro pertinente ao "valor universal de excepcionalidade", seguido dos critérios de "integridade e autenticidade" e do "desenvolvimento de um plano de gestão" em prol a sua conservação e proteção.

> O primeiro é demonstrar que o sítio tem um valor universal excepcional. Há uma série de critérios adotados pelo Comitê de Patrimônio Mundial nos quais se baseia a verificação do valor universal excepcional. Mas, é a primeira condição. Não se pode inscrever um sítio na lista de Patrimônio Mundial se não se constata que tenha evidentemente um valor que exceda a fronteira do país. O segundo aspecto é cumprir com as condições de integridade e autenticidade. O que significa integridade? Que dentro do limite que se propõe, a zona que se propõe a ser inscrita como patrimônio da humanidade, tem que estar todos os atributos, tem que estar todos os componentes físicos, que demonstrem esse valor universal excepcional. E quanto a autenticidade, quero dizer que estes atributos não podem ter passado por mudanças muito drásticas no passar do tempo, que conservem justamente certa originalidade, que não haja uma reconstrução, que não há uma réplica desses elementos físicos que determinam esse valor universal excepcional. E a terceira condição para inscrever um sítio como patrimônio mundial é cumprir ou demonstrar que existe uma adequada proteção, uma proteção através de instrumentos legais e jurídicos, de um marco administrativo para a proteção, e uma adequada gestão de sítio. Quer dizer que todas as ações que se realizam sobre esse lugar, vão atentar, é claro, para preservar seus valores, e não alterá-los ou destruí-los. Isso para colocar um marco (CONTI, 2010.p.30)[118]

Pode-se constatar que o valor universal de excepcionalidade vai além dos limites de reconhecimentos regionais ou de um país e, se expande como um valor significativo e pertinente a toda humanidade. A integridade será concebida nos diversos elementos (tangíveis e intangíveis) que confirmam o seu valor de excepcionalidade, e que são alusivas às singularidades de expressões e manifestações culturais advindas do bem patrimonial. E a autenticidade, está associada aos termos de originalidade e veracidade, confirmaria a manutenção dos valores e o seu conjunto de significados. Vale ressaltar que o Comitê do Patrimônio Mundial passa a adotar (exigir) a *declaração de valor universal excepcional*[119], que reúne os três princípios

[118] Palestra realizada dia 04 de novembro de 2010 sobre: "Arquitetura e Urbanismo do Século XX na América Latina: Cidades e Especificidades" In: Simpósio Técnico Científico da Arquitetura e do Urbanismo Brasileiros do século XX. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/simposio/ > acessado em setembro 2011.

[119] O projeto de Declaração de Valor Universal Excepcional deve especificar por que se deve considerar que o bem é merecedor da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial. Pode ser porque é um vestígio único de um tipo particular de construção, ou de habitat, ou de concepção urbana. Pode ser porque é um vestígio particularmente belo, ou antigo, ou rico, testemunho de uma cultura, de uma forma de viver ou de um ecossistema desaparecido.

(excepcionalidade, autenticidade e integridade), para referenciar qual a importância do reconhecimento de um bem patrimonial para a humanidade. Essa justificativa será o motivo merecedor da inscrição na Lista do Patrimônio Mundial, alegando quais atributos e componentes repousam esses valores.

Essa abordagem pode ser apreendida nas "Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial", (2008)[120], instrumento que reforça a necessária participação da população local no processo de indicação de um bem na Lista, pois se julga essencial para que as comunidades partilhem com o Estado Parte a responsabilidade de sua manutenção. As definições dadas aos valores de excepcionalidade, autenticidade e integridade são as seguintes:

Valor universal excepcional: significa uma importância cultural e/ou natural tão excepcional que transcende as fronteiras nacionais e se reveste do mesmo caráter inestimável para as gerações atuais e futuras de toda a humanidade.

Autenticidade: descreve a autenticidade como o principal fator de atribuição de valores e fundamental nos estudos sobre patrimônio cultural - referencia a Declaração de Nara (1994). Entende que os bens satisfazem as condições de autenticidade e os seus valores culturais se estiverem expressos de modo verídico e credível através de uma diversidade de atributos, entre os quais considera: forma e concepção; materiais e substância; uso e função; tradições, técnicas e sistemas de gestão; localização e enquadramento; língua e outras formas de patrimônio imaterial; espírito e sentimentos; e outros fatores intrínsecos e extrínsecos.

Integridade: é uma apreciação de conjunto e do caráter intacto do patrimônio natural e/ou cultural e seus atributos. Estudar as condições de integridade exige, portanto, que se examinem em que medida o bem possui todos os elementos necessários para exprimir o valor universal excepcional. Avalia se possui uma dimensão suficiente para permitir a representação completa das características e processos que transmitem a sua importância. E se sofre efeitos negativos decorrentes do desenvolvimento e/ou da falta de manutenção.

Pode integrar conjuntos de espécies endêmicas ameaçadas, ecossistemas particularmente raros, paisagens excepcionais ou outros fenômenos naturais (Orientações Técnicas, 2008).

[120] Orientações Técnicas para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, 2008. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/guidelines> acessado em dezembro de 2011. Edição: Lisboa, Julho de 2010.

O arquiteto Galvão Junior (2010)[121], conselheiro do ICOMOS Brasil, apresenta uma tentativa complementar para a definição dos critérios de autenticidade e integridade. Considera que a autenticidade seria qualidade ou condição de algo ou alguém significante de si mesmo ou de referências culturais. Um bem cultural, para ele, deverá ser autêntico e representar, identificar, e (re)constituir o patrimônio cultural dentro de um determinado contexto. Deverá ter "legitimidade", fé pública – reconhecimento. E "integridade", como qualidade ou condição de algo íntegro, puro, inteiro, completo, inconsútil (GALVÃO, 2010)

Há outra tentativa de se explicar a amplitude desses conceitos na cartilha elaborada pelo IPHAN Nacional "Patrimônio Mundial: fundamentos para seu reconhecimento" (2008)[122]. Pretendia-se por meio de sua divulgação, estimular processos de formulação de candidaturas nacionais para a Lista Indicativa do Patrimônio Mundial. Em que um dos aspectos a ser considerado, é a justificativa do Valor Universal Excepcional do bem designado. A cartilha explica que o processo de condidatura envolve a indicação dos critérios atribuídos ao bem (conforme estabelece a Convenção), a explicação das razões/motivos correspondentes e deverá ressaltar em que medida os valores de autenticidade e de integridade estão presentes. Ela orienta sobre a necessidade de se apresentar as devidas comparações com outros bens semelhantes, e a descrição das justificativas de sua importância. Esse bem deverá mostrar de que forma o seu reconhecimento irá contribuir para se obter uma Lista do Patrimônio Mundial mais equilibrada, credível e diversificada, atendendo as proposta da "Estratégia Global" (IPHAN, 2008).

Com um contraponto, o IPHAN reconhece a necessidade de uma melhor demarcação conceitual sobre o valor universal de excepcionalidade. Aponta que nem sempre é possivel se obter a definição clara sobre qual argumento e raciocínio está sendo posto pela UNESCO, o que torna ainda mais difícil justificar e convencer o "valor universal excepcional" do bem proposto (IPHAN, 2008). Esse

[121] Texto apresentado ao ICOMOS Brasil, em Brasília, janeiro de 2011, com base em sua dissertação de mestrado intitulada Patrimônio Cultural Urbano, Preservação e Desenvolvimento, 2000.

[122] IPHAN, 2008. Documento preparado pela Assessoria de Relações Internacionais do Gabinete da presidência do IPHAN. Baseado nos textos da Convenção do Patrimônio Mundial de 1972, assim como das Diretrizes Operacionais para a aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, do Comitê do Patrimônio Mundial, editada pelo Centro do Patrimônio Mundial da UNESCO, 2005/2008 e no documento "*Global Strategy for a Balanced, Representative and Credible World Heritage List*", de 1994.

posicionamento também foi retratado por Galvão Junior (2000)[123] sobre o reconhecimento e a escolha dos bens patrimoniais. Critica que o "valor de excepcionalidade" é um critério muito subjetivo e inerente ao crivo de quem o avalia e o considera:

> acrescem aí outras questões, mais ou menos formais, que ficam no *limbo* entre as análises legais e conceituais, como, por exemplo, a discussão bastante comum sobre as diferenças, ou conveniências, quanto aos valores terem ou não a excepcionalidade suficiente para constituir o patrimônio nacional, estadual ou municipal. Cito isso apenas pela recorrência da questão no âmbito do IPHAN, mesmo sendo de certa forma estéril, pois é evidente que não há limiar visível ou possível entre essas categorias, mas somente o arbítrio circunstancial, conforme já vimos antes (GALVÃO JUNIOR, 2000.p.11).

Esse autor reforça o seu posicionamento ao concordar com a jurista Sônia Rabello. Ela concentra esforços no sentido de fundamentar o processo de legitimidade de um bem patrimonial.

> Ainda que o órgão competente trabalhe objetivamente nesses conteúdos, salienta-se que eles não perderão de todo o aspecto de subjetividade, próprio da escolha. Será excepcional e notável aquilo que a administração, no âmbito de sua legalidade e legitimidade, assim o considerar. O que a lei dá é uma diretriz programática, sem conteúdo rígido ou determinado. Encontra-se aí espaço para aplicação discricionária de critérios a serem usados pelo órgão competente em determinado tempo e lugar (GALVÃO JUNIOR *apud* SÔNIA RABELLO, 2000.p.12)

1.5.4 Excepcionalidade, autenticidade e integridade dos itinerários

A Carta dos Itinerários Culturais (ICOMOS, 2008), em conformidade aos princípios da UNESCO, afirma que todo o itinerário cultural deverá responder aos critérios de autenticidade e integridade. Os critérios de autenticidade deverão favorecer de forma verídica e credível o valor tanto no seu meio natural e construído, quanto pelos elementos definidores. A autenticidade representará a significação adquirida e desenvolvida no processo de formação histórico e cultural, e que poderão ser

[123] GALVÃO JUNIOR, José Leme. Texto com base no capítulo de teoria da dissertação de mestrado intitulada "Patrimônio Cultural Urbano, Preservação e Desenvolvimento", de 2000.

verificados pelos vestígios dos elementos (tangíveis e intangíveis) encontrados ao longo de sua(s) via(s).

> Autenticidade
> Esses critérios devem ser aplicados para demonstrar a **significação adquirida**[124] por cada trecho em estudo em relação ao sentido global do Itinerário ao longo do seu desenvolvimento histórico, assim como verificar a autenticidade da sua configuração estrutural através dos vestígios materiais do seu traçado. A autenticidade deve também ser evidente no contexto natural e cultural de cada troço de Itinerário constituindo objeto de análise e de avaliação e nos outros elementos patrimoniais tangíveis e intangíveis inseridos no quadro da funcionalidade histórica do conjunto e do seu meio. Mesmo se alguns troços materiais do Itinerário Cultural não parecem claramente conservados, a sua existência nessas zonas pode ser evidente através da documentação históriográfica, das fontes e dos elementos imateriais conservados e sempre que sirvam para demonstrar o significado dos seus troços no sentido global do Itinerário e demonstrem a sua autenticidade (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, ICOMOS, 2008.p.8)

Já os critérios de integridade deverão comprovar e constatar a vivência histórica e cultural do itinerário, demonstrando que sua essência (razão de sua existência) ainda permanece nos dias atuais, e que assim, testemunham as relações e funções dinâmicas que são essenciais ao seu caráter distintivo.

> Integridade
> A constatação da integridade de um Itinerário Cultural deve basear-se necessariamente num **conjunto de evidências**[125] e de elementos tangíveis e intangíveis que representem um testemunho suficientemente representativo do sentido global do Itinerário, permitindo uma representação completa das características e da importância dos processos históricos que o geraram, e transmitindo a totalidade dos valores do Itinerário e que contribuam para explicar o seu valor unitário como conjunto. É iguralmente necessário observar se se mantém o testemunho das relações e das funções dinâmicas essenciais ao seu carácter distintivo, se o seu tecido físico e/ou as suas características significativas são conservadas em bom estado, e se o impacto dos processos de deterioração está controlado ou se o Itinerário sofre os eventuais efeitos negativos do desenvolvimento, do abandono e da negligência (CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS, ICOMOS, 2008.p.8)

[124] Grifo da autora.

[125] Grifo da autora.

Para apreendermos melhor os conceitos de autenticidade e integridade, tomarei como exemplo a "Rota dos Incensos", (2005)[126], em Israel - *Incense Route - Desert Cities in the Negev*, inscrita como patrimônio mundial em 2005. A Rota do Incenso consolidou-se como uma rede de rotas de comércio. Estendeu-se por dois mil quilômetros para facilitar o transporte de incenso e mirra do Iêmen e Omã, da Península Arábica para o Mediterrâneo. As quatro cidades Nabatean de Haluza, Mamshit, Avdat e Shivta, situadas no deserto de Negev, no sul de Israel, são polos representativos do segmento dessa rota.

Ela foi classificada pela UNESCO na categoria de "Rotas Culturais" por meio dos critérios (iii) e (v): primeiro, por ser considerada um tipo específico e dinâmico de paisagem cultural (iii), seguido de suas condições de autenticidade (v). O seu valor universal de excepcionalidade foi reconhecido devido às cidades Nabatean e suas rotas de comércio formarem um testemunho eloquente da importância econômica, social e cultural do incenso para o mundo helenístico-romano. As rotas também forneceram um meio de passagem, não só para incenso e outros bens de comércio, mas também para as pessoas e ideias. Outro ponto foi a presença de sofisticados sistemas agrícolas espalhadas ao longo da Rota do Incenso no deserto de Negev, que exibiu uma resposta excepcional para um ambiente de deserto hostil, e que floresceu durante cinco séculos.

Sua autenticidade foi reconhecida nos vestígios das cidades, fortalezas e paisagens caravançarás[127], que também expressaram o seu valor universal excepcional, assim como refle e exemplifica a prosperidade do comércio de incenso Nabatean.

[126] Para mais informações: 29COM 8B.50 - Nominations of Cultural Properties to the World Heritage List (The Incense Route - Desert cities in the Negev). Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1107/> acessado em dezembro de 2011.

[127] Estalagens gratuitas para pousada das caravanas nos desertos.

Figura 9: Fotografias da Rota do Incenso



Fonte: Danita Delimont, Samuel Magal, Danita Delimont (respectivamente); ano desconhecido.

A primeira fotografia mostra as ruínas da cidade de Mamshit. A segunda revela uma interessante intervenção alusiva aos costumes da região, em Avdat. A terceira representa algumas especiarias que eram comercializadas na Rota dos Incensos (FIG 09).

Os critérios de integridade, associados aos elementos tangíveis e intangíveis, fornecem um amplo quadro da civilização do deserto Nabatean. Esse se desenvolveu e foi atrelado ao longo de uma rota comercial, que de tal modo, representa o seu significado e denota o seu sentido global. É interessante que a própria limitação regional do desenvolvimento econômico tendo assegurado consideravelmente sua proteção e conservação.

Figura 10: Fotografias da Rota do Incenso



Fonte: GiPi; Hanan Isachar e Dan Porges (respectivamente); ano desconhecido.

As imagens acima confirmam como o deserto de Negev tem assegurado suas tradições (FIG 10). Revela-nos que para além de uma rota comercial, também forneceu um meio de passagem, não só para o incenso e outros bens de comércio, mas para pessoas e ideias (UNESCO, 2011). Essas referências que permanecem em suas vias de comunicação formam um cenário de múltiplas expressões culturais, e ilustram as diversas interelações humanas. As outras duas primeiras fotografias mostram dois *beduínos*, nômades que tradicionalmente moraram nos desertos árabes. A primeira nos revela um dos meios de transporte no deserto Negev e a segunda, a forma artesanal e tradicional de se produzir e comercializar o pão círio. Na última imagem aparece um grupo de turistas da terceira idade (re)conhecendo o patrimônio mundial da humanidade: a Rota dos Incensos no deserto de negev.

1.6 TURISMO, COMUNIDADE E ITINERÁRIOS CULTURAIS

O turismo pode e tem sido uma forte alternativa para os núcleos urbanos preservados. Sua existência e desenvolvimento requer a preservação do patrimônio cultural, considerado como matéria-prima da atividade turística. De tal modo, a

permanência, a qualidade e os valores atribuídos aos bens patrimoniais de um determinado destino turístico[128], natural, histórico ou sociocultural, deverão ser conservados. SIMÃO (2006)[129] considera que poucos subsetores da economia desfrutam de tamanha versatilidade e flexibilidade para adaptar-se às condições próprias de cada território e de cada população como o turismo. Exatamente por isso, é que se fala de turismo e de oportunidade estratégica para o desenvolvimento local com frequência cada vez maior, conforme aponta a opinião do grupo internacional de especialistas do Centro Internacional de Formação (OIT, 2004)[130]. A autora, SIMÃO (2006), afirma que os itinerários culturais apresentam-se, dentre outras dimensões, como objeto (produto[131]) potencial para o fomento da atividade turística, em que os "atrativos turísticos podem ser definidos como elementos do produto turístico que determinam a escolha do turista para visitar uma localidade específica ao invés de outra" (Michelon, 2007.p.6).

RESS (2001)[132] pontua alguns efeitos do turismo em relação aos itinerários culturais. Apontando-o como um possível recurso para o desenvolvimento econômico dos lugares (que compõem os caminhos): o benefício que o turismo cultural pode trazer com base nos itinerários e serviços complementares é sem dúvida uma parte da solução para os problemas econômicos, negligência e da pobreza de nossas muitas comunidades, ao mesmo tempo em que só considera este envolvimento positivo, na medida em que traga benefícios não só econômicos, mas sociais, defendendo um plano de gestão voltado à sustentabilidade local com pleno envolvimento da(s) comunidade(s):

> comunidades e países podem se beneficiar de serviços através da criação de rotas culturais sustentáveis, é importante para isso primeiro saber como os habitantes de cada região potencialmente rica em possibilidades para a atividade turística valorizam seus bens culturai,s pois isso poderá resultar, se não for gerida de forma correta

[128] Entende-se por destino turístico: todo lugar (região, cidade, vilarejo, complexo turística) que possuem atrativos e infraestrutura turística capaz de atrair e receber os turistas.

[129] SIMÃO, Maria Cristina Rocha Simão. **Preservação do Patrimônio cultural em cidades**. Belo Horizonte: Autentica, 2006. 125 p.

[130] A importância do setor turismo nos processos de planejamento estratégico de desenvolvimento dos territórios. Centro Internacional de Formação da OIT.In: **Turismo e desenvolvimento local sustentável: elementos para um debate**. Notícias Delnet. Número 24. Abril – Maio 2004.

[131] Produto pode ser definido como tudo que pode ser oferecido a um mercado para satisfazer uma necessidade ou desejo dos consumidores (KOTLER; KELLER, 2006).

[132] RESS, Carlos Mesen, 2001. **Patrimonio Intangíveis dos Itinerarios Culturais em um contexto universal.** *El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales*, 2001.p.1-3.

> e planejada, recursos efêmeros (RESS, 2001.p.3. tradução da autora)[133]

O envolvimento das comunidades nas questões que envolvem o patrimônio é fundamental. Elas são guardiãs dos bens patrimoniais da humanidade, tanto culturais como naturais[134]. Essa missão atribuída às comunidades faz com que elas sejam responsáveis, pela manutenção, conservação, preservação e transmissibilidade dos valores atribuídos, quanto da significância do patrimônio cultural, para todas as gerações. De tal forma, pode-se perceber que a credibilidade, a conservação, a capacidade dos Estados-membros e a comunicação (os 4C´s dos objetivos estratégicos para a inserção de bens na Lista do Patrimônio Mundial – Declaração de Budapeste) estão intrinsecamente ligadas ao papel da comunidade.

1.6.1 Turismo cultural

O Turismo Cultural tem sido apontado como uma das formas de se abordar o desenvolvimento sustentável de um lugar. Aqui, entende-se que a sustentabilidade depende fundamentalmente de planejamento e da maneira como se levam em conta os quatro princípios que a sustentam: ambiental, econômico, sociocultural e político-institucional (MTur, 2007)[135]. Essa modalidade considera os elementos culturais como o principal motivador da atividade turística, em que o turismo assume o papel de fomentador de recursos culturais, financeiros e sociais, para atrair os visitantes. Segundo o Ministério do turismo, a "pluralidade da cultura brasileira tem sido aclamada pelos governos e pela sociedade como uma das principais características do patrimônio do País, ao lado dos recursos naturais, o que pode significar para o

---

[133] Texto na íntegra:*comunidades y pueden servicios paises beneficiados gracias al establecimiento sostenible de rutas culturales ellos, es Importante en esto es, primero saber hacer a los habitantes de cada región potencialmente rica en posibilidades de establecer una actividad turística, del valor de sus bienes culturales y lo efímeros opaco pueden resultar no si administran de manera Inteligente y programada (RESS, 2001)*

[134] A nosso ver não cabe mais a utilização dicotômica entre os termos culturais e naturais onde ambos são complementares quando se trata dos "itinerários culturais".

[135] Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade/Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

turismo a possibilidade de estruturação de novos produtos" (MTur, 2008)[136]. Como exemplo, em Minas Gerais, a principal função turística concentra-se em atrativos "histórico-culturais", conforme revela o mapa de "tipologias" dos municípios turísticos brasileiros (FIGURA 11).

Figura 11: Tipologia dos municípios turísticos



Fonte: Estatísticas básicas do turismo. Brasília, DF: EMBRATUR, [2002?]

O patrimônio cultural de um país é constituído pelo seu conjunto de bens culturais. O turismo cultural exerce um papel importante de valorização desses bens, na medida em que o reconhecimento enquanto atrativo turístico possa promover o

[136] Ministério do Turismo. Turismo cultural: orientações básicas. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

entendimento existencial de um bem patrimonial. Para isso, seria necessária uma interpretação contextualizada e dinamizadora entre o passado, o presente e o futuro.

> Hoje entendemos que, além de servir ao conhecimento do passado, os remanescentes materiais de cultura são testemunhos de experiências vividas, coletivas ou individualmente, e permitem aos homens lembrar e ampliar o sentimento de pertencer a um mesmo espaço, de partilhar uma mesma cultura e desenvolver a percepção de um conjunto de elementos comuns, que fornecem o sentido de grupo e compõem a identidade coletiva (RODRIGUES, 2001.p.17)[137].

A concepção "civilizatória[138]" de um bem patrimonial expande-o para além dos seus limites geográficos, em que o mesmo possa alcançar a dimensão de patrimônio comum da humanidade.

As discussões sobre o alcance das transformações culturais tornou-se uma preocupação global. A "diversidade cultural" é tida como *chave* para o desenvolvimento sociocultural, em resposta ao "esgotamento" das heranças culturais, dos recursos naturais, e pela necessidade da erradicação da pobreza no mundo. Sua valorização promoveria sociedades mais justas, estimularia uma relação mais equilibrada entre o homem e a natureza, e ofertaria uma maior qualidade de vida ambiental. Já o turismo, articularia os vetores de crescimento, posto que "os processos de desenvolvimento do turismo ancorados na sustentabilidade sociocultural representam uma ação eficaz para enfrentar situações de desigualdade e desequilíbrio econômico e regional" (MTur, 2007, p.36). Acredita-se que o turismo cultural deverá facilitar as condições das comunidades tradicionais, para que essas possam ser incluídas e integradas com equidade, ou seja, igualdade na diferença (MTur, 2007).

Torna-se dever do planejador das atividades turísticas atenuar para os impactos[139] promovidos pelo turismo. Essas medidas deverão constar no planejamento e em sua manutenção, minimizando-os. Não obstante, o contato entre o turista e as comunidades receptivas deverá favorecer e promover o intercâmbio cultural,

---

[137] RODRIGUES.Marly.*Preservar e consumir:o patrimônio histórico e o turismo*. In:Turismo e patrimônio cultural / organização Pedro Paulo Funari, Jaime Pinsky. – São Paulo: Contexto, 2002. 2ªed. – (Coleção Turismo Contexto)

[138] Entende-se aqui a função do patrimônio cultural enquanto testemunho do processo civilizatório da humanidade.

[139] O impacto ocorre quando uma ação ou um conjunto de ações incide sobre determinado aspecto no ambiente, originando uma transformação no seu comportamento ao longo do tempo (MTur, 2007).

desfavorecendo a sobreposição de valores. O estado de conservação do bem deverá estar em constante avaliação, assim como a conservação e a preservação dos recursos culturais deverão estar assegurados para as gerações seguintes, uma vez que essas condições afetam diretamente a "sobrevivência" do turismo cultural, de sua oferta turística.

O conceito de turismo cultural "compreende as atividades turísticas relacionadas à vivência do conjunto de elementos significativos do patrimônio histórico e cultural e dos eventos culturais, valorizando e promovendo os bens materiais e imateriais da cultura" (MTur, 2008). Como se pode perceber, é indissociável a relação entre o patrimônio cultural e sua dinâmica no cotidiano das comunidades, pois são essas que lhe conferem os valores que são repassados pelo turismo cultural.

Sendo assim, o turista dessa modalidade busca "vivenciar" o patrimônio cultural de um lugar. O Mtur (2008) define que essa relação implicaria em duas formas: a primeira refere-se ao conhecimento, aqui entendido como a busca em aprender e entender o objeto da visitação; a segunda corresponde a experiências participativas, contemplativas e de entretenimento, que ocorrem em função do objeto de visitação (MTur, 2008, p.17).

Turismo e a paisagem cultural

O Turismo exerce influência na (re)construção da "paisagem cultural" dos lugares. Devido tanto ao desenvolvimento econômico, quanto social e ambiental gerado pela exploração da atividade. Ele "transforma" a paisagem cultural em um produto, em um atrativo turístico. A conservação e preservação devem ser respeitadas, a capacidade de carga dos lugares deve ser observada, ocasionando a promoção, valorização e melhorias na qualidade de vida das comunidades. É como assinala Aguiar (2007)[140] em sua apresentação para o ICOMOS em Portugal, 2007:

> como instrumento de preservação, a inscrição no Patrimônio Mundial de sítios enquanto "Paisagens Culturais" teve importantes efeitos na interpretação, apresentação, e gestão desses territórios. Os

[140] AGUIAR, José; com apoio de Rita Gonçalves: Paisagem Cultural: um conceito em (re)evolução. In: PATRIMÔNIO PAISAGISTICO: OS CAMINHOS DA TRANSVERSALIDADE, APAP 2007. ICOMOS – Portugal, 2007. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf> Acessado em setembro 2011.

> processos de candidaturas conduziram a uma melhor percepção dos seus valores nas comunidades locais, muitas vezes devolvendo (ou dando novo) orgulho, permitindo o reviver e o reabilitar de tradições ancestrais. Por vezes fez despontar novos problemas e perigos, como o turismo intrusivo e desregulado, assim como processos de desenvolvimento urbano descontrolados. Em outros casos conduziu as comunidades para modelos sustentáveis nos usos dos solos, criando economias locais que integraram os processos agrícolas tradicionais e fazendo reviver as artes e os ofícios (AGUIAR, 2007 apud ROSSLER, 2006.p.18) [141]

1.6.2 Paisagem cultural e a participação das comunidades

A Carta de Bagé ou Carta da Paisagem Cultural (2007)[142], um importante instrumento fruto do seminário "Semana do Patrimônio, Cultura e Memória na Fronteira", realizado no Rio Grande do Sul, no Brasil, em 2007, aproximou no país as discussões internacionais sobre paisagens culturais. A definição de paisagem cultural (Artigo 1º)[143] presente na Carta está intimamente delimitada aos parâmetros de patrimônio cultural expresso em nossa Constituição Federal (1980). Considera "paisagem cultural" como o meio natural ao qual o ser humano imprimiu as marcas de suas ações e formas de expressão, resultando em uma soma de todos os testemunhos inerentes da interação do homem com a natureza e, reciprocamente, da natureza com homem, passíveis de leituras espaciais e temporais (BAGÉ, 2007). Este conceito, também nos remete às definições de SANTOS[144] (2006) que considera a paisagem como um conjunto de formas, que num dado momento, exprime as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre o homem e a natureza. As "paisagens culturais de fronteira", (BAGÉ, 2007)[145],

---

[141] ROSSLER, M. – World Heritage Cultural Landscapes: A UNESCO flagship Program 1992-2006. Em: Landscape Research, Vol 31, Nº 4, 333. Routledge,2006.

[142] CARTA DE BAGÉ, ou CARTA DA PAISAGEM CULTURAL, 2007. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf> acessado em dezembro de 2011.

[143] **Artigo 1º** – Carta de Bagé: o patrimônio cultural é formado por bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as criações científicas, artísticas e tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artisticoculturais, os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (CARTA DE BAGÉ, 2007)

[144] SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção. São Paulo: Edusp, 2006.

[145] **Paisagem cultural de fronteira**: as fronteiras de países vizinhos com paisagens análogas apresentam manifestações culturais similares. Tais paisagens devem ser consideradas como pontos de união e não de separação de povos vizinhos e, portanto, irmãos (CARTA DE BAGÉ, 2007).

definidas pela Carta de Bagé, as aproximam da ideia contida nos itinerários culturais, embora as paisagens sejam apenas uma das partes que representam os itinerários.

Um ponto de destaque da Carta é a determinação da participação deliberativa das comunidades residentes (de resolver após exame ou discussão), para se alcançar a certificação e reconhecimento de uma *paisagem cultural brasileira*. Essa titulação será concedida pelos órgãos de patrimônio cultural, após aprovação dos conselhos consultivos, e de forma conjunta com outros órgãos públicos, organismos internacionais, organizações não governamentais e a sociedade civil, resultando em um termo de compromisso e de cooperação para a gestão compartilhada de sítios de significado cultural. PAULA (2005)[146] afirma que para se obter esse nível de participação da comunidade local, é preciso adotar estratégias de planejamento e gestão compartilhada do processo de desenvolvimento. Por sua vez, cada paisagem cultural brasileira receberá um selo de chancela[147] pertinente a sua qualidade. Por fim, deverá ser assegurado um plano de gestão compartilhada que vise sustentabilidade econômica e social:

> Artigo 8 - Deverão ser adotados procedimentos para garantir assistência a usuários da paisagem como turistas e visitantes, bem como a assegurar às populações que nela existam de forma equilibrada, condições de sustentabilidade, oferecendo alternativas econômicas para novas ou tradicionais formas de utilização dos recursos econômicos e dos modos de produção; (CARTA DE BAGÉ, 2007, p.4)

È válido percebermos o esforço da delegação brasileira ao propor à UNESCO (na ocasião da 34ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, para a criação do "centro regional de formação para gestão do patrimônio", no Palácio Gustavo Capanema, no Rio de Janeiro) em 2010, o acréscimo de um "05'C" (**C**ooperação) aos objetivos estratégicos da Lista do Patrimônio Mundial. O Objetivo era incentivar os demais países a realizarem ações conjuntas para capacitar pessoas para atuarem na preservação do patrimônio mundial. Sem pretensões expressas, esta iniciativa

[146] PAULA, 2005. Tais estratégias permitem à comunidade local, através da experiência prática, o aprendizado necessário para que ela seja capaz de identificar potencialidades, oportunidades, vantagens comparativas e competitivas, problemas, limites e obstáculos ao seu desenvolvimento, a partir dos quais poderá escolher vocações, estabelecer metas, definir estratégias e prioridades, monitorar e avaliar resultados, enfim, a capacitação requerida para planejar e gerenciar, de forma compartilhada, o processo de desenvolvimento local. PAULA, Juarez de, 2005. Disponível em: <biblioteca.sebrae.com.br> acessado em dezembro de 2011.

[147] Regulamentado pela Portaria do IPHAN nº 127, de 30/04/2009.

apresentava-se oportuna ao “selo” da Chancela da Paisagem brasileira. Uma vez que esse processo necessita de interações entre múltiplos agentes para a sua salvaguarda e, de tal forma, quanto maior o número de pessoas capacitadas em prol à preservação do patrimônio, maior a probabilidade dos planos, de “gestão compartilhada”, tornarem-se cada vez mais efetivos, qualificados e adequados ao desenvolvimento humano (social e econômico) e compatíveis às realidades e peculiaridades dos locais.

Qualificação das paisagens culturais: "espírito do lugar"

Nessa mesma ideia de “qualificação dos lugares”, outro importante instrumento foi a “Declaração de Foz do Iguaçu” (2008)[148], que apresentou uma reflexão sobre a noção de "espírito do lugar".

> A noção de "espírito do lugar" está ligado à interação de elementos materiais e imateriais dos ambientes naturais e / ou construídos pelo homem. É essencial, uma vez que, por sua própria definição um "lugar" não é qualquer espaço, mas um espaço caracterizado por sua identidade única. Neste sentido, o "espírito" é o sopro de vida que expressa essa identidade, o resultado da relação entre uma determinada cultura e o lugar em que está inserido (DECLARAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, 2008.p.1. traduzido pela autora)[149].

Esse pensamento “solidifica” o elo entre o homem e a natureza, metaforicamente presente no “espírito do lugar”. E assim, reflete a soma dos elementos tangíveis e intangíveis denotando uma totalidade, um conjunto harmônico entre os diversos componentes que dialogam entre si. Torna-se a “ambiência expressa” que compõem a identidade do(s) lugar(es) percebida por meio do “espírito”, de sua “energia vital”. É a expressão de uma cultura em suas múltiplas manifestações, únicas e singulares: o “espírito” é o sopro vital que expressa essa identidade, é o resultado da relação

[148] Os presidentes e membros dos Comitês nacionais do ICOMOS da Argentina, Brasil, Chile, México e Paraguay, conjuntamente com o vicepresidente de ICOMOS para América se reuniram na cidade de Foz do Iguaçu, Brasil, nos dias 29, 30 e 31 de maio de 2008, com o objetivo de refletirem sobre a noção de “Espírito do Lugar”, tema central da XVI Assembléia Geral do ICOMOS ocorrida em Québec, octubro de 2008. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/outras_noticias/Declaracion_de_Foz_do_Iguacu_2008.pdf> acessado em dezembro de 2011.

[149] Texto na íntegra*: La noción de “Espíritu del Lugar” está vinculada a la interacción de componentes materiales e inmateriales de los entornos naturales y/o construidos por el ser humano. Se trata de un aspecto esencial, ya que, por su misma definición un “lugar” no es cualquier espacio, sino un espacio caracterizado por su singular identidad. En este sentido, el “espíritu” es el aliento vital que expresa tal identidad, resultado de la relación entre una determinada cultura y el sitio en que se desarrolla*.

que se desenvolve entre uma determinada cultura e o lugar (DECLARAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, 2008). Entre os elementos que delimitam o "espírito do lugar", é atribuído ás comunidades o principal papel, pois partem delas a atribuição dos significados do patrimônio cultural. A Declaração considera o "espírito do lugar" como:

> as **características do meio**[150] geográfico e o meio ambiente natural. Patrimônio natural reconhecido através dos significados atribuídos pelas comunidades. A relação entre as comunidades e o meio ambiente naturalmente expressa nas paisagens culturais, cidades, áreas urbanas e rurais. Locais apropriados para os seres humanos, como espaços abertos e cenários rurais vida da comunidade e manifestações espirituais. Os espaços construídos, que expressam uma forma especial para atender às necessidades para o desenvolvimento da vida humana. Os componentes materiais que afetam a identidade de determinados espaços urbanos, tais como pavimentos, arborização, sinalização, iluminação e mobiliário urbano. As funções e vocações que, ao longo do tempo, desenvolveram nos espaços configurados pelos seres humanos. Os processos sociais que são evidentes na produção e reprodução de bens culturais. As contribuições sucessivas vindas da diversidade cultural que caracteriza a América Latina (DECLARAÇÃO DE FOZ DO IGUAÇU, 2008.p.1-2. traduzido pela autora)

Reconhecer o "espírito do lugar" é importante, sobretudo, por representar a identidade cultural do lugar. Sua preservação implicará na permanência (sobrevivência) das manifestações culturais presentes, e assim, na expansão da diversidade cultural da humanidade, que reconhece as singulares expressões e atribuições de significados de uma comunidade para outra. Sua principal ameaça "coincide" com a especulação imobiliária, que propõe, na maioria das vezes, usos incompatíveis com o patrimônio histórico-cultural local, e assim, fragilizam (ou eliminam) os elementos construtivos e simbólicos que representam o "espírito do lugar".

Estas considerações também foram apresentadas em Quebec, no mesmo ano, 2008, resultando na Declaração de Québec (2008)[151] sobre a preservação do "*Spiritu Loci*[152]", que o considera um meio inovador e eficaz de contribuir para o

---

[150] Grifo da autora.

[151] DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: *sobre a salvaguarda do espírito do lugar*. ICOMOS. 2008. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/component/content/article/1/573-salvaguarda-do-espirito-do-lugar?format=pdf> acessado em dezembro de 2011.

[152] Considera o *Spiritu Loci* (espírito do lugar) como o conjunto de bens materiais (sítios, paisagens, edificações, objetos) e imateriais (memórias, depoimentos orais, documentos escritos, rituais, festivais, ofícios, técnicas,

desenvolvimento social sustentável no mundo. Desmistifica, de uma vez por toda, a dicotomia entre o patrimônio material e imaterial: não se separa mais o espírito e o lugar, pois neste veio de trocas é que conseguiremos perceber a (inter)relação do homem com o meio ambiente natural e cultural.

> O espírito constrói o lugar e, ao mesmo tempo, o lugar constrói e estrutura o espírito. Os lugares são construídos por diferentes atores sociais, tanto por aqueles que os criam como por aqueles que os utilizam, ambos participando ativamente da construção de seu sentido. Considerado na sua dinâmica relacional, o *espírito do lugar* incorpora, assim, um caráter plural e polivalente, podendo possuir diferentes significações e singularidades, mudar de sentido com o tempo e ser compartilhado por diferentes grupos (DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: salvaguarda do espírito do lugar. 2008.p2.).

1.6.3 Itinerários e a promoção da "diversidade cultural"

Outra fundamental questão que incide sobre o reconhecimento dos itinerários culturais, e ao mesmo tempo associa-se aos critérios estabelecidos pela UNESCO para a inscrição de bens patrimoniais na Lista do Patrimônio Mundial, consiste na identificação do valor universal de excepcionalidade, autenticidade e integridade.

Os Itinerários Culturais ampliam a dimensão no campo da preservação do patrimônio cultural e tornam-se um instrumento cada vez mais reconhecido e valorizado por manter em seu âmbito de existência a diversidade cultural e a aproximação do diálogo intercultural da humanidade. Estas questões foram debatidas e estão presentes no Relatório Mundial da UNESCO, (2009)[153], que reforça o sentido de se investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural. O relatório apresenta a diversidade cultural como um fator de (inter)ligação entre os países. Se expressa em um cenário onde a globalização produz uma série de influencias na relação entre o homem e o seu meio ambiente, de forma em que tenciona os conflitos de valores e proporciona interferências na (des)construção da significância dos lugares.

---

valores, odores), físicos e espirituais, que dão sentido, valor, emoção e mistério ao lugar (DECLARAÇÃO DE QUÉBEC, 2008)

[153] RELATÓRIO MUNDIAL da UNESCO, **investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural**, 2009. Referência: CLT.2009/WS/9.40p.

> Para alguns a diversidade cultural é intrinsecamente positiva, na medida em que se refere a um intercâmbio da riqueza inerente a cada cultura do mundo e, assim, aos vínculos que nos unem nos processos de diálogo e de troca. Para outros, as diferenças culturais fazem-nos perder de vista o que temos em comum como seres humanos, constituindo assim a raiz de numerosos conflitos. Este segundo diagnóstico parece hoje mais crível na medida em que a globalização aumentou os pontos de interação e fricção entre as culturas, originando tensões, fraturas e reivindicações relativamente à identidade, particularmente a religiosa, que se convertem em fontes potenciais de conflito. Por conseguinte, o desafio fundamental consistiria em propor uma perspectiva coerente da diversidade cultural e, assim, clarificar que, longe de ser ameaça, a diversidade pode ser benéfica para a ação da comunidade internacional (RELATÓRIO MUNDIAL DA UNESCO, 2009.p.3).

O ponto fundamental no meu entendimento sobre o que a UNESCO estaria propondo com a promoção da diversidade cultural, assimilaria ao estímulo à capacidade de desenvolvimento humano por meio do reconhecimento, valorização e proteção cultural, que assim, assegurariam os seus valores e significados. A maior ênfase estaria nas comunidades tradicionais que mantêm (mesmo que "fragilmente") o *espírito do lugar*, suas crenças, as múltiplas e distintas expressões e manifestações culturais, tangíveis ou não, mas que são representativas, sobretudo, dos bens patrimoniais e referências para toda humanidade.

A tentativa de valorização da diversidade cultural seria uma maneira de coibir os vetores econômicos que tratam a cultura como mercadoria, e que de forma avassaladora subjugam e desvalorizam as peculiaridades e singularidades presentes nos regionalismos culturais (com força ainda maior e destrutiva nas comunidades menos desenvolvidas economicamente), e promovem (com o auxílio de alguns mecanismos provenientes da globalização) as tendências de *homogeneização* dos espaços, e a *turistificação*[154] dos lugares. Desta forma, estimulam a presença de *lugares comuns*, onde os considero com ausência de *espírito*. Neles, percebe-se um enorme desrespeito e desarmonia em relação a sua história e identidade, e que desconsideram (ou não reconhecem) o alcance da diversidade cultural na promoção de benefícios e melhorias na qualidade de vida das comunidades. Em busca de se reverter essa situação, o *turismo cultural* tem

[154] Nesse sentido, a *turistificação* representa a forma como o turismo dialoga com o território. A atividade turística gera transformações no ambiente: sociais, culturais, econômicas, políticas, físicas e ambientais, inclusive, tende a produzir novos cenários com a inserção de equipamentos de lazer, meios de hospedagens, restaurantes, cafés,etc. Recomenda-se aqui, que essa interação deva ser avaliada e adequada com a realidade e as demandas *específicas* de cada lugar, produzindo assim, benefícios para a comunidade.

sido avaliado como uma alternativa positiva para o desenvolvimento turístico qualitativos nos municípios, pois consegue aliar a promoção à preservação de bens culturais.

Proteger a diversidade cultural não consistiria em garantir a perpetuação indefinida de determinada fase da diversidade, mas em assegurar que ela possa continuar a desenvolver-se. Pressuporia uma razoável capacidade de aceitar e manter o intercâmbio cultural, sem o considerar, no entanto, uma imposição do destino. (RELATÓRIO MUNDIAL DA UNESCO, 2009, *apud* LÉVI-STRAUSS "Raça e História", 1952)[155].

> A diversidade cultural – vista como processo dinâmico, no qual o diálogo intercultural desempenha o papel de gestão da mudança cultural – é chamada a tornar-se poderoso instrumento de impulso para a renovação das estratégias da comunidade internacional, a favor do desenvolvimento e da paz, baseado no respeito aos direitos humanos universalmente reconhecidos. Apesar de ser, por vezes, considerada secundária, desempenha um papel central nas políticas de cooperação e de coesão internacionais, em conformidade com os esforços feitos pela comunidade internacional para alcançar os objetivos de desenvolvimento do Milênio (RELATÓRIO MUNDIAL DA UNESCO, 2009.p.25).

O ano internacional para a aproximação das culturas - *International Year for the Rapprochement of Cultures* (FIGURA 11, primeira imagem da esquerda para direita), celebrado em 2010, contou com o total apoio da ONU e UNESCO. O objetivo norteava a promoção e inserção da diversidade cultural nas tomadas de decisões políticas, tanto a nível local, como nacional, regional e internacional. Visava sensibilizar um maior número de interessados, tanto a sociedade civil como os diversos atores e parceiros que atuam no campo da preservação do patrimônio, pois constataram, sobretudo na última década[156], os efeitos positivos da diversidade cultural nos empréstimos, transferências e intercâmbios entre as culturas. A UNESCO considera que a "diversidade cultural" é uma força motriz do desenvolvimento, não só em relação ao crescimento econômico, mas também como um principal meio de promover a vida intelectual, emocional, moral e espiritual, e

[155] O antropólogo francês Claude Lévi-Strauss sustentava que a proteção da diversidade cultural não deveria limitar-se à manutenção do *status quo,* pois é a própria diversidade que deve ser salva e não o conteúdo histórico que cada época lhe conferiu (RELATÓRIO MUNDIAL DA UNESCO, 2009).

[156] Na sequência da adopção da Declaração Universal da UNESCO sobre a Diversidade Cultural em Novembro de 2001, a Assembléia Geral das Nações Unidas proclamou 21 de maio como o Dia Mundial da Diversidade Cultural para o Diálogo e o Desenvolvimento. Resolução 57/249. (UNESCO, 2011).

que, portanto, indispensável para erradicar a pobreza e ao desenvolvimento sustentável (UNESCO, 2011)[157].

Figura 12: Exemplos de *slogans* da promoção da Diversidade Cultural



Fonte: UNESCO, *Cultural Diversity*, (?).

A UNESCO considera que a diversidade cultural deva ocupar um papel central no desenvolvimento de projetos culturais no Brasil, com especial ênfase nos indígenas e afrodescendentes. Declarou que o país ao tentar enfrentar seu problema mais urgente, a desigualdade social, vem descobrindo a forte influência da cultura para mudar essa realidade (UNESCO, 2011).

A representação da UNESCO no Brasil na área da cultura atua em quatro dimensões: diversidade cultural, patrimônio mundial, acesso à cultura e desenvolvimento. Baseado no segundo desafio de desenvolvimento da cultura no país foi estruturado o seguinte objetivo estratégico de médio prazo (que se estende de 2008 a 2013): instrumentos e métodos para inserção da cultura e do patrimônio no desenvolvimento sustentável concebidos almejando novas estratégias de gestão sustentável do patrimônio cultural incorporada pelos gestores públicos; novos conhecimentos sobre o patrimônio imaterial aportado e incorporado às práticas de gestão; e novos insumos para promoção e proteção da diversidade cultural brasileira, disponibilizados. No entanto, nos produtos apresentados em busca do alcance destes objetivos, preveem-se "planos de gestão para centros históricos", "projeto do centro de formação em patrimônio mundial", "estudo sobre trocas internacionais de bens e serviços culturais brasileiros", "estudo sobre a legislação da cultura e seus impactos na economia da cultura", (dentre outros), mas não contemplam estudos sobre itinerários culturais. A nosso ver, isto significa e representa uma grande lacuna de conhecimentos sobre os alcances conceituais dos itinerários. Consideramos que o fomento das atividades que envolvem o campo do

[157] UNESCO, 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/culture/> acessado em dezembro de 2011.

patrimônio cultural, como exemplo, os itinerários, ajudaria sim, o país a alcançar os resultados esperados pela UNESCO no desenvolvimento cultural no Brasil.

Os próprios estudos e pesquisas sobre os itinerários culturais, ao mesmo tempo em que atuam na promoção do (re)conhecimento dos bens patrimoniais envolvidos, apresentam estratégias de gestão sustentável e proteção do patrimônio cultural da humanidade. Suscitam a “diversidade cultural”, não só ao longo de sua via(s), como em toda região e país. O conceito dos itinerários ao adentrar nas diversas dimensões que envolvem o patrimônio cultural, amplia-se para além das fronteiras de sua delimitação.

A falta de estudos sobre os itinerários culturais demonstra a visão reducionista em qual o instrumento tem sido abordada pelo Comitê do Brasil na UNESCO. E assim, revela a necessidade de um maior aprofundamento nos estudos nessa área, que apontem o potencial e alcance dos itinerários enquanto um rico instrumento de preservação do patrimônio cultural.

Toda esta trajetória apresentada levou-nos a concluir que o instrumento itinerário está para o desenvolvimento social e econômico, assim como a diversidade e o nosso patrimônio cultural esta para o refinamento humano, alimento do nosso intelecto e *espírito*. No próximo capítulo apresentaremos uma percepção sobre os itinerários na realidade brasileira, em um estudo de caso sobre a Estrada Real. Busca-se então, compreender a amplitude desse instrumento de preservação do patrimônio cultual.

CAPÍTULO II - A ESTRADA REAL: UM ITINERÁRIO CULTURAL?

O segundo capítulo apresenta uma análise sobre os itinerários culturais baseando-se na metodologia de identificação proposta pelo ICOMOS. O objetivo é conhecer a abrangência desse instrumento e dos termos que envolvem a indicação de *bens culturais* nessa categoria, verificando-os no Caminho do Ouro da Estrada Real.

Esse processo investigativo, teórico-metodológico, foi subdividido em três partes. A primeira apresenta uma "caracterização primária" com informações gerais sobre o Caminho do Ouro seguido de algumas "descrições complementares". A segunda busca apresentar uma percepção e análise sobre a Rota, mas, para isso, fez-se necessário traçar um recorte geográfico-espacial. Aprofunda-se, na última parte, o conhecimento sobre a categoria dos itinerários culturais apresentando um estudo de outra Rota similar: o "Caminho Real de Tierra Adentro".

2.1 IDENTIFICAÇÃO DE UM ITINERÁRIO CULTURAL

Segundo a Carta Internacional dos Itinerários Culturais, ICOMOS, 2008, a categoria "itinerário", permitiu um avanço e abriu novas perspectivas no campo da preservação. Ela se insere em um contexto natural e/ou cultural. Sua caracterização é pautada pela presença de elementos, tanto "físicos[158]", quanto "substantivos[159]". Esses interagem entre si e completam a significação e o sentido que transcendem sua escala territorial. Permite assim, uma leitura dinâmica do processo interativo que ocorre entre o homem e o meio ambiente, revelando, especialmente, quais os valores são atribuídos aos bens patrimoniais existentes ao longo de um "determinado caminho[160]".

[158] **Elemento físico:** é a via de comunicação em si, como instrumento material ao serviço de um projeto desenhado ou resultante de atividade humana para cumprir um objetivo específico (CARTA ICOMOS, 2008)

[159] **Elementos substantivos:** são as manifestações patrimoniais tangíveis relativas à sua funcionalidade enquanto rota histórica, assim como elementos culturais intangíveis que testemunham o processo de comunicação e diálogo entre os povos residentes ao longo dos seus percursos (CARTA ICOMOS, 2008)

[160] Além da sua função como via de comunicação ou de transporte, a sua existência e o seu sentido enquanto Itinerário Cultural propriamente dito explica-se unicamente pela sua utilização histórica com um fim concreto e determinado e por ter favorecido a criação dos elementos patrimoniais associados a esse fim e que, sendo o resultado da sua própria e singular dinâmica, refletem a existência de influências recíprocas entre grupos culturais diversos durante um longo período da história (CARTA ICOMOS, 2008).

A Carta considera os “valores culturais” presentes nos itinerários como um patrimônio comum, aberto, para além de suas delimitações e fronteiras. Desse modo, exige esforços unificados de equipes multidisciplinares com visões complementares para sua compreensão e gestão, visto que os itinerários revelam-se por meio de marcos referenciais, físicos e simbólicos. Esses componentes são concernentes de manifestações pluralistas, como marcos arquitetônico, histórico, natural, gastronômico, costumes, danças, tradições, etc.

Embora o conceito de “itinerário” adentre na dinâmica do movimento e na ideia de trocas, com continuidade no espaço e no tempo, não é uma simples via histórica de comunicação que abriga elementos patrimoniais. Os itinerários deverão representar fenômenos históricos singulares, responsáveis pela contribuição do entendimento do nosso processo civilizatório. De tal forma, são existenciais, e não podem ser criados pela imaginação, e/ou vontade de se estabelecer conjuntos de bens através de uma associação de elementos com características comuns (CARTA ICOMOS, 2008). Além disso, deverão alcançar um valor superior à soma dos elementos constitutivos que delegam a sua importância cultural e realçam o intercâmbio e o diálogo entre países ou regiões (ORIENTAÇÕES TÉCNICA, 2010).

Entretanto, o grande desafio consiste em considerar a “diversidade cultural” presente ao longo de sua(s) via(s) para além de manifestações individuais, reunindo-as num sentido de pertencimento comum, o que reforçará os princípios de sua existência histórica enquanto um itinerário cultural.

Outro ponto que aproxima os itinerários da concepção contemporânea dos valores do patrimônio para a sociedade se firma no seu entendimento enquanto um recurso para a promoção do desenvolvimento social e econômico durável (ICOMOS 2008). É um importante instrumento no fomento da sustentabilidade regional e turística dos lugares e municípios envolvidos. Posiciona-se como um canal indutor para o resgate de valores, diálogo, intercâmbio cultural e demais princípios que envolvem a conservação e preservação do patrimônio histórico cultural. Os itinerários explicam e salvaguardam as relações significativas diretamente associadas ao seu meio cultural e histórico, no ambiente natural, ou criado pelo homem (ICOMOS 2008).

> Os critérios de criação de um itinerário cultural devem ter em atenção os valores culturais, a memória histórica, a história, o patrimônio cultural e natural, e a pluralidade de identidades de um território. Os itinerários culturais devem promover os intercâmbios e os contatos

> não estereotipados entre os locais e os visitantes, respeitar o meio ambiente e seguir os princípios do desenvolvimento sustentável, procurando assim, evitar os impactos negativos da atividade. (PÉREZ, 2009.p.245)[161]

2.2 METODOLOGIA INVESTIGATIVA PARA A IDENTIFICAÇÃO DA ROTA CULTURAL DO CAMINHO DO OURO

O Comitê Internacional de Rotas Culturais - *CIIC International Committee on Cultural Routes* - criou um padrão de identificação de Rotas Culturais - *identification record*[162], a fim de auxiliar a caracterização e posteriores indicações da categoria Itinerário Cultural na Lista do Patrimônio Mundial da Humanidade, UNESCO.

Tendo como base o roteiro de identificação de rotas culturais do ICOMOS, propõe-se, aqui, um estudo sobre a "Rota do Caminho do Ouro da Estrada Real", buscando uma melhor compreensão da amplitude proposta por essa metodologia, assim como levantar as potencialidades desse trecho enquanto um itinerário cultural.

A caracterização primária envolve o nome da rota, tipo de uso, localização e limites geográficos (regiões e/ou estados que atualmente estão incluídos), sua natureza física, seu caminho, área aproximada, descrição dos meios de transporte e formas de locomoção utilizada para viagens e a distinção da principal artéria da via. Na segunda parte, apresenta uma descrição complementar, revelando as representações simbólicas de sua existência, seu contexto histórico, seu período de utilização, pontos de abastecimentos, sua importância, representatividade e significado (valor simbólico da Rota). Por fim, na terceira parte, há uma avaliação sobre o estado de conservação do bem, o grau de envolvimento das comunidades e autoridades competentes por sua gestão, medido em um trecho do Caminho do Ouro em Ouro Preto e, uma comparação com outra rota de natureza similar, o "Caminho Real de Tierra Adentro", México.

---

[161] PÉREZ, Xerardo Pereiro. Turismo Cultural. Uma visão antropológica – El Sauzal (Tenerife. España): ACA y PASOS, RTPC. 2009. 307p.

[162] Disponível em: < http://www.icomos-ciic.org/INDEX_esp.htm> acessado em 2012.

2.2.1 Caracterização primária

As categorizações, apresentadas nessa caracterização, correspondem aos itens da metodologia do ICOMOS que objetivam identificar os dados primários da Rota Cultural.

Nome da Rota: Caminho Velho ou Caminho do Ouro

Tipo de uso: negócio/comércio, gestão política e administrativa do território.

Usos secundários: Com decorrer dos séculos, ao longo desse caminho, nasceram vilas, arraiais, povoados e diversos pontos de parada para os viajantes que faziam o percurso da Estrada Real. Como era proibido se fazer o trajeto por outra via, o caminho foi usado por imperadores, soldados, mercadores, tropeiros, bandeirantes, mineradores, músicos, aventureiros e intelectuais, que além de produtos, carregavam ideais, como o de se transformar o Brasil em uma república independente (SANT'ANN, 2011)[163].

> São muitos os caminhos e são muitos os olhos que passam pelos caminhos, alguns cabisbaixos vão apenas medindo o tanto que já foi andado e o que ainda têm por andar... Perscrutam os chãos, os verdes, os ares, os perfumes, as cores, os sons. Estão abertos, integralmente abertos para a terra brasileira. São olhos que aqui, nesta terra abençoada encontraram continuamente com o que se extasiar, o que admirar a cada pessoa, a cada momento (CARVALHO, 2011 *apud* NOGUEIRA, 2005, p. 153)[164]

Com o fim desse ciclo econômico e a industrialização, o caminho ficou por muito tempo "adormecido", o que ajudou sua conservação e possibilitou hoje o surgimento de projetos de recuperação para explorar seu potencial turístico (SANT'ANN, 2011).

Regiões/estados atualmente incluídos no itinerário: hoje, a Estrada Real delineada em quatro "Caminhos", passa por 199 cidades em três estados brasileiros, 169 em Minas Gerais, 22 em São Paulo e 08 no Rio de Janeiro. No "Caminho Velho" (Ouro Preto a Paraty), encontram-se 88 municípios. No "Caminho Novo" (Ouro Preto ao Rio de Janeiro), 54 municípios. "Caminho dos Diamantes" (Ouro Preto a

---

[163] SANT'ANN, Adriano Lins. Estrada Real: esse caminho vale ouro! Disponível em: <http://www.brasilviagem.com/materia/?CodMateria=2> acessado em dezembro de 2011.

[164] CARVALHO, Francisco de Assis. Memória toponímica de Saint-Hilaire pelo Caminho Velho da Estrada Real. 1º Simpósio brasileiro de cartografia histórica. Paraty, maio de 2011.

Diamantina), 50 municípios e no “Caminho Sabarabuçu” (Ouro Preto a Sabará), 07 municípios (IER, 2012).

Natureza física da rota: terra. Existem trechos do Caminho em pedra, em terra e em asfaltado. Apesar da confirmação dessa Rota desde a era Colonial, recomenda-se um estudo histórico mais profundo para avaliar se alguma secção sofreu alteração em relação ao traçado original. Este estudo se baseia no mapa do IER, que se utilizou de critérios como acessibilidade e segurança dos turistas para a circulação no Caminho.

Segmentos ilustrativos da Rota do Ouro nas cidades de Paraty, Rio de Janeiro, e de Ouro Preto, Minas Gerais.

O “Caminho do ouro ou Caminho Velho[165]” de Ouro Preto, Minas Gerais, a Paraty, Rio de Janeiro, contempla ao todo 88 municípios, segundo consta no mapa do IER (FIGURA 13). A ordem oficial para sua abertura, em plena Mata Atlântica, partiu do Governador Geral do Rio de Janeiro, Salvador de Sá, no período Brasil Colonial (CARDOSO, 2012)[166].

[165] Conferir descrição histórica no capítulo: “O Caminho Velho” (p.21-55). SANTOS, Márcio. As estradas reais: introdução ao estudo dos caminhos do ouro e do diamante no Brasil. Belo Horizonte: Estrada Real, 2001.

[166] CARDOSO, Monique. Estrada Real a rota dos bandeirantes em busca do ouro das Gerais. Revista Relíquia, maio de 2012.

Figura 13: Mapas do percurso do “Caminho Velho” disponíveis pelo IER





Fonte: Instituto Estrada Real, 2012

O Caminho do Ouro, na região de Cunha, abrigava a casa de registro do ouro, a famosa Casa dos Quintos, instituída em 1703, onde eram cobrados os impostos sobre o comércio do metal. Essa via estreita, cercada de mato, também foi

responsável pela formação de cidades como Caxambu, São João Del-Rey, Carrancas, Prado, Congonhas do Campo, Sabará. Aberta sobre uma antiga trilha dos índios Guaianás pelos bandeirantes, a Estrada Real, pavimentada com pedras assentadas a custa de sangue e suor dos escravos, considerando até hoje alguns trechos intactos, dando acesso a uma região que seria, em poucas décadas, a maior área produtora de ouro do mundo. O Caminho do Ouro foi largamente utilizado até cerca de 1750 (CARDOSO, 2012). O relato de um viajante em 1822, sobre a mina de ouro de Aiuruoca, que foi descoberta em 1706, ilustra parte do Caminho do Ouro:

> O rio Ayuruoca, que desce, disseram-me, do morro do Garrafão, corre rapidamente no fundo do vale, e é, à margem deste rio, entre montanhas e matas, que fica situada a cidade do mesmo nome. O resto do vale é cortado por pastagens e capões de mato, pinheiros majestosos, ora aconchegados uns aos outros, ora esparsos, distinguem-se pelas formas esquisitas, e cores escuras, entre os diversos vegetais que os rodeiam. Para acabar de embelezar a paisagem, despenha-se uma cascata, a meia encosta de uma das montanhas que cerca o vale, e espraia-se no meio da floresta sombria formando uma toalha prateada. SAINT-HILAIRE. Segunda Viagem do Rio de Janeiro a Minas Gerais-1822 (CARVALHO *apud* SAINT-HILAIRE, 1974, p.28).

Caminho do Ouro em Paraty

Alguns trechos do Caminho do Ouro em Paraty, levantados no estudo realizado pelo IPHAN, em 2004, denominado *O caminho do Ouro em Paraty e sua Paisagem* encontram-se calçado de pedra, em excelente e bom estado de conservação, por cerca de 75% do seu percurso (FIGURA14). Os 25% remanescentes desse trecho estão perfeitamente identificáveis tendo, porém, sofrido diferentes níveis de erosão natural. São 8.700 m calçados em pedra seca, alguns trechos no século XVIII outros, no século XIX, quando houve manutenção e reforma geral. Os trechos do século XVIII são compostos por pedras mais toscas, mais arredondadas e menos resistentes. Já no século XIX o calçamento foi composto por rochas de formato mais retilíneo, obtidas por explosão controlada, as maiores medindo mais de um metro de lado, entremeadas por areia grossa e outras menores que dão uniformidade ao conjunto. O calçamento original foi construído em pedra seca (técnica de construção em pedra sem a utilização de argamassa), com trechos entre três e até dez metros de largura, sustentado por muros de arrimo de até cinco metros de altura, que

acompanham as curvas de nível da serra. O Marco de Sesmaria (marco de pedra para indicar limite de propriedade), o sistema de escoamento de águas pluviais com suas guias e drenos, bueiros, e especialmente uma galeria de pedra cobrindo um vão de sete metros e meio, denominado viaduto, com guarda-corpo e pingadeiras para proteger a estrutura da construção, atestam a excelência da cantaria, técnica que constitui uma especialidade portuguesa (DOSSIÊ, 2004).

Figura 14: Vestígios do Caminho do Ouro, Paraty



Fonte: Dossiê IPHAN, 2004

Caminho do Ouro em Ouro Preto

Até o presente momento, não foi levantado um estudo sistemático sobre a reminiscência do traçado do "Caminho do Ouro" em Ouro Preto. No entanto, percebem-se alguns vestígios que confirmam sua existência, como por exemplo, a trilha a "Trilha do Chafariz" que ligava Ouro Preto a Glaura (distrito do município). O Chafariz de Dom Rodrigo (2007)[167] foi construído no século XVIII em alvenaria de pedra, para servir as tropas e os viajantes que transitavam pela Estrada Real. O entorno do bem se caracteriza por uma região de transição entre campo rupestre (encosta acima) e mata atlântica (encosta abaixo). Antes da abertura da estrada, toda a região possuía cobertura vegetal tipo mata atlântica; com a abertura da estrada, houve alteração da parte de cima da encosta, surgindo a cobertura própria de cerrado (DOSSIÊ, 2007). O chafariz possui um pequeno largo em sua entrada, construído com rochas quartzíticas. A construção, que possui uma placa talhada

[167] DOSSIÊ, Chafariz de Dom Rodrigo. Decreto Nº 654 de 10 de abril de 2007. Inscrição sob o Nº 13 no Livro do Tombo dos Bens Históricos, Artísticos e Arquitetônicos e sob Nº 12 no Livro do Tombo dos Bens Arqueológicos, Paleológicos, Etnográficos e Paisagísticos.

datada de 1792, continua em funcionamento. Apresenta uma pintura nas cores, branco e amarelo, e legitima a existência do “Caminho do Ouro” (FIGURA 15).

Figura 15: Vestígios do Caminho do Ouro, Ouro Preto

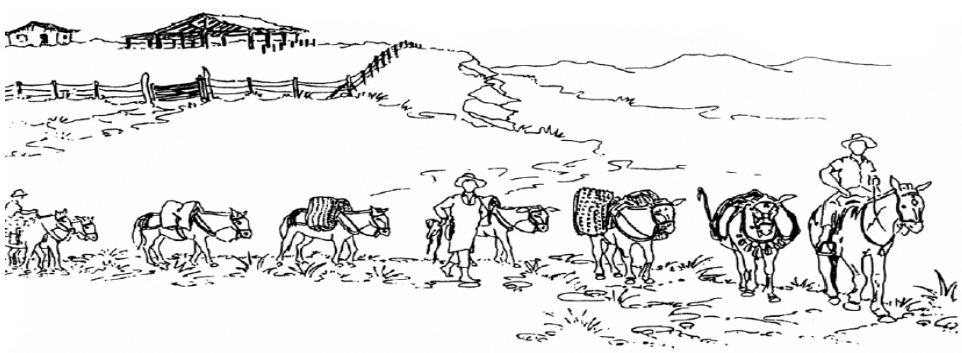


Fonte: Dossiê, 2007

Área aproximada: a Estrada Real tem 1,6 mil quilômetros de extensão e mais de 80 mil quilômetros quadrados de área de influência (IER, 2012).

Meios de transporte e formas de locomoção utilizada para viagens: a Estrada Real foi o lugar de viajantes, cientistas, bandeirantes, escravos, tropeiros, boiadeiros, inconfidentes e representantes da Coroa, hoje imortalizados pela memória do povo que habita suas margens (GOMES, 2007). O Caminho era feito a pé, a cavalo, individualmente ou em grupo, por pessoas e animais (FIGURA 16). Os viajantes não costumavam viajar da aurora ao crepúsculo, mas só do alvorecer até o meio-dia, ou no máximo até duas ou três da tarde. O resto do dia era dedicado à instalação do acampamento, à caça no mato e à pesca no rio, se houvesse algum por perto, a fim de arranjar carne ou peixe para a alimentação (DOSSIÊ, 2004).

Figura 16: Croqui ilustrativo meio de transporte Estrada Real



Fonte: Dossiê IPHAN, 2004

Periodicidade em tempo, uso e duração das viagens históricas e atuais ao longo do Caminho do Ouro: segundo COSTA (2005, p.88)[168], pelo *Caminho Velho,* a duração da travessia de São Paulo a Ouro Preto ou a região do rio das Velhas era cerca de 74 dias de viagem. Saindo do Rio de Janeiro, passando por Paraty, a travessia durava cerca de 70 dias, isso compreendendo "35 dias de jornada e 38 de paradas." Nos dias de hoje possui cerca de 1.600 km de extensão e passa por 199 municípios nos estados de Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo (IER, 2012). O trajeto continua a ser utilizada por diversos viajantes, que a utilizam para diferentes fins, como turismo, negócios, e mesmo como simples via de circulação entre as cidades que compõem o caminho. Isso faz com que o "caminho do ouro" permaneça por gerações, mantendo sua utilidade como via de comunicação. Os turistas aproveitam para vivenciar essa antiga rota utilizando diversos meios de transporte: a cavalo, de carro, de bicicleta, etc. Como exemplo, podemos citar o Anestor da Cunha Germano, que fez o "Caminho do Ouro" a pé, no período entre os dias 10/02 a 04/03/2010. Ele conheceu as cidades Baependi, Carrancas, Caxambu, Congonhas, Cruzeiro, Cunha, Entre Rios de Minas, Guaratinguetá, Itamonte, Itanhandu, Lagoa Dourada, Lorena, Ouro Preto, Paraty, Passa Quatro, Pequeri, Pouso Alto, Prados, São Brás do Suaçuí, São João Del Rei, São Lourenço, São Sebastião do Rio Verde, Tiradentes.

> Trata-se de uma empreitada solitária a pé, partindo de Ouro Preto/MG com destino a Paraty/RJ. O referido trajeto foi concluído no prazo de 22 dias de caminhada, sendo que na maioria das vezes foi preciso montar acampamento à beira da estrada. Apesar do elevado grau de dificuldade da trilha, tais como as grandes altitudes e a escassez de água potável, digo que todo sacrifício foi recompensado pelas inúmeras belezas naturais encontradas neste trajeto da Estrada Real. Tanto que toda essa experiência me rendeu o livro "Memórias de Um Desafio" (GERMANO, 2010)[169]

No depoimento de um viajante que utilizou a bicicleta como transporte consta que foram gastos sete dias para a finalização do percurso do "Caminho do Ouro". Ele considerou essa experiência singular em sua vida:

> Foram sete dias de muuuita chuva, barro, suor, subidas, mas muitas alegrias, prazer, montanhas maravilhosas e paisagens fantásticas!

[168] COSTA, A. G. (org). Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

[169] GERMANO, Anestor da Cunha. Viajante que percorreu o "Caminho do Ouro" em 2010 e escreveu um depoimento no "diário dos viajantes" do IER.

> Um povo acolhedor e vivências inesquecíveis! Sensação ímpar que todos os amantes da natureza e do *moutain bike* deveria de experimentar!!Fiz e recomendo. E sempre que houver oportunidade farei novamente!! (SOUZA, 2011)[170]

Propõem-se pelas vias de comunicação da Estrada Real proporcionar um diálogo entre o passado e o presente. Ainda mantêm-se, em alguns trechos, os calçamentos remanescentes da construção de certas vias, mas a grande parte foi extinta e ou substituída por outro tipo de pavimentação como, por exemplo, o asfalto, que em determinando período histórico foi considerado sinônimo de "progresso", e, desse modo, impulsionou a abertura de grandes rodovias no país. Esse fato torna a comunicação proposta de difícil leitura para aqueles que buscam conhecer, ou reconhecer, o processo de formação histórica dos lugares.

Principais artérias da estrada: são grandes rodovias federais e estaduais como: MG 440, BR 383, BR 265, MG 347, BR354, SP171 e RJ165.

Pontos principais da estrada: são trechos entre as cidades de origem e destino (Ouro Preto – Paraty), que compõem o Caminho do Ouro e também servem de apoio para os viajantes. São locais que possuem infraestrutura de abastecimento, reparos e descanso (TABELA 04). São eles:

Tabela 4: Roteiros Planilhados - Caminho do Ouro

- **Ouro Preto – Glaura**
- **Glaura – Santo Antônio do Leite**
- **Santo Antônio do Leite – Lobo Leite**
- **Lobo Leite – Congonhas**
- **Congonhas – Pequeri**
- **Pequeri – São Brás do Suaçuí**
- **São Brás do Suaçuí – Entre Rios de Minas**
- **Entre Rios de Minas – Casa Grande**
- **Casa Grande – Lagoa Dourada**
- **Lagoa Dourada – Prados**
- **Prados – Tiradentes**
- **Tiradentes – São João Del Rei**

[170] SOUZA, Jiuliano de. Viajante que percorreu o "Caminho do Ouro" em 2011 e escreveu um depoimento no "diário dos viajantes" do IER.

- **São João Del Rei – São Sebastião da Vitória**
- **São Sebastião da Vitória – Caquende**
- **Capela do Saco – Carrancas**
- **Carrancas – Traituba**
- **Traituba – Cruzília**
- **Cruzília – Caxambu**
- **Caxambu – São Lourenço**
- **São Lourenço – Pouso Alto**
- **Pouso Alto – Itamonte**
- **Itamonte – Itanhandu**
- **Itanhandu – Passa Quatro**
- **Passa Quatro – Vila do Embaú**
- **Vila do Embaú – Guaratinguetá**
- **Guaratinguetá – Cunha**
- **Cunha - Paraty**

Fonte: Dados da rota ©2009 TerraVision Geotecnologia e Geoinformação.

2.2.2 Descrição Complementar

Sinais, marcas, símbolos de identificação do caminho a ser seguido: são vestígios físicos que comprovam a existência do “Caminho do Ouro”, as marcas reminiscentes do passado. Aqui se incluem os centros urbanos, as vilas, fazendas, locais de devoção e outros elementos que se constituíram ao longo do caminho, como, por exemplo, as imagens 17 e 18.

Figura 17: Centros urbanos da Estrada Real



Fonte: IER, 2012 e MATTAR, Raul, 2011 (respectivamente)

Figura 18: Marcas reminiscentes do passado da Estrada Real



Fonte: MATTAR, Raul, 2011

O IER desenvolveu totens de identificação que se encontram espalhados ao longo dos caminhos da Estrada Real (FIGURA 19). Ao todo ela está sinalizada com 787 placas rodoviárias na sua área de abrangência e com 1.926 totens em seu eixo principal (IER, 2012).

Figura 19: Sinalização e identificação da ER



Fonte: IER, 2012

Pontos de quarentena e outros motivos para as condições de entrada e de saída ou de trânsito: Encontram-se diversos pontos de "encontro e parada" ao longo da Estrada Real. Os vilarejos e fazendas também ofertavam suportes aos viajantes. Como exemplo, o chafariz construído em 1749 localizado em Tiradentes (FIGURA 20). Sua construção tinha três funções: na parte da frente, abastecer com água potável a população, à direita servir como suporte para as lavadeiras locais e à esquerda servir de bebedouro aos animais. Sua fachada é em estilo barroco e guarda uma rara imagem de São José de Botas e um Brasão de armas do Reino de Portugal (IER, 2012).

Figura 20: Exemplo de locais de abastecimento ER



Fonte: IER, 2012

As barreiras de controle eram comuns no período colonial, também se constituíam em lugares em que os viajantes sofriam um exame de acordo com as regras do fisco:

> (...) tinham o pagamento de um imposto de passagem, apresentavam os passaportes quando se passava duma província a outra, os fardos e as malas eram examinados, a fim de ver se levavam de contrabando ouro ou diamantes, ou se era exata com a guia a quantidade que transportavam, muitas vezes os viajantes tinham de apresentar também uns bilhetes de permuta ou bilhetes que eram dados nas casas de permuta para pequenas quantidades de ouro em pó; enfim, tais registros eram, nos pontos de passagem duma província para outra, verdadeiras alfândegas interiores, inconvenientes porque constituíam reais barreiras entre as províncias, numa época em que o governo devia ao contrario aproximá-las umas das outras (DOSSIÊ, 2004).

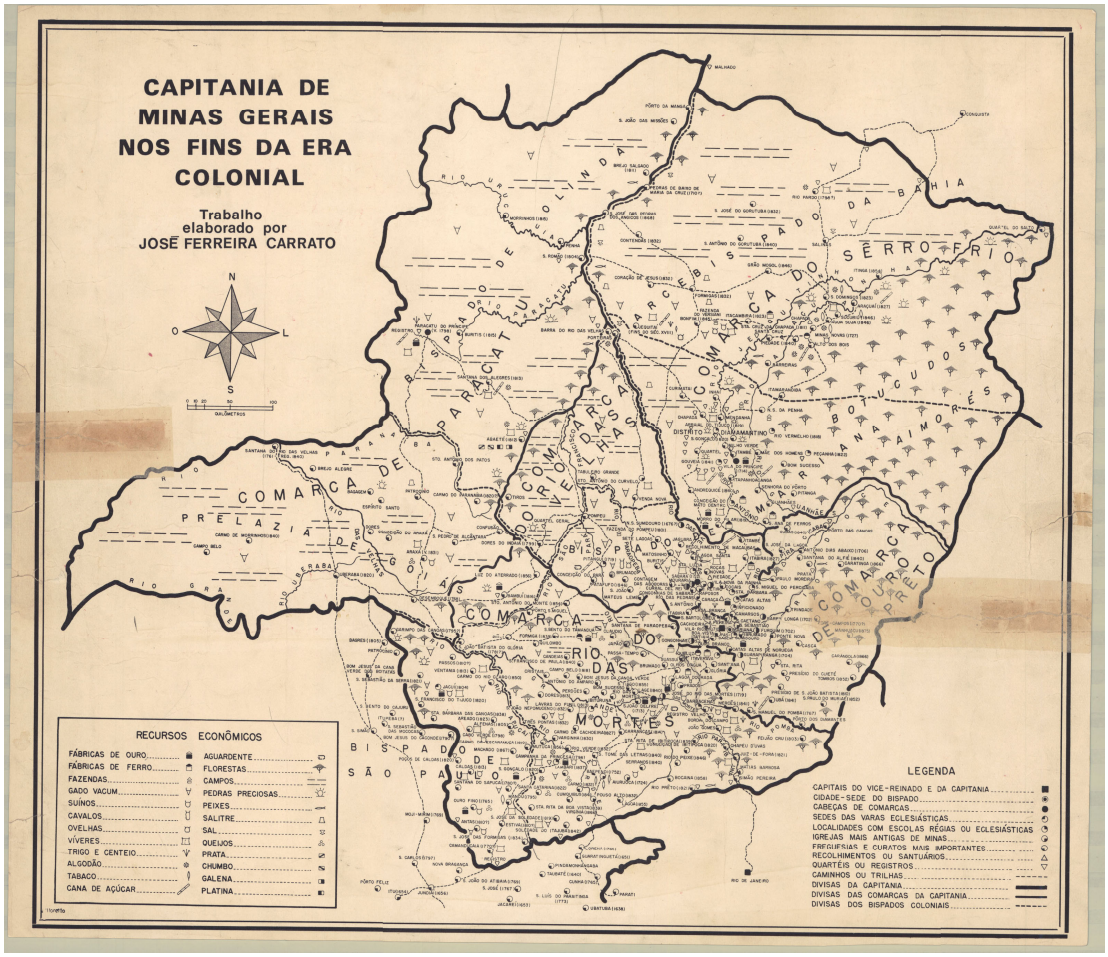
Outra medida tomada para controlar o escoamento do ouro, foi a criação da chamada Casa do Registro do Ouro ou Casa dos Quintos. A Casa dos Quintos de Paraty foi criada por uma Carta Régia, em 1703, e instalada na estrada da Serra do Facão, com função de cobrar pedágio e imposto sobre ouro e outras mercadorias (DOSSIÊ, 2004).

Contexto histórico e fatos da configuração da rota: O *Caminho Velho ou Caminho do Ouro* foi a primeira via aberta oficialmente pela Coroa Portuguesa durante o ciclo do ouro do Brasil colonial no século XVII, e que dava acesso às regiões das Minas (FIGURA 21). No ano de 1799, a rainha Dona Maria I (1734-1816) designou José Vieira Couto, quem conhecia bem o interior do Brasil, para empreender uma viagem para a comarca do Serro do Frio, situada ao norte de Minas Gerais, com a finalidade de "dar uma exata relação dos metais desta comarca e dos interesses régios que dos mesmos se poderiam esperar" (GOMES, 2007, p.5)[171]. Esse relato sobre a Capitania de Minas Gerais descrito por ele, encontra-se hoje disponível para consulta no acervo da Biblioteca Nacional (COUTO, 1799)[172].

[171] GOMES, Flávia Roncarati. As fontes documentais nos relatos e descrições de viagens do mineralogista José Vieira Couto: os caminhos para as minas e a Estrada Real (século XIX). Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura. 2007.

[172] COUTO, José Vieira. Memória sobre a capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas: sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil: sobre o comércio e exportação dos metais e interesses régios. Com um apêndice sobre os diamantes e nitro natural. Tejuco, de 1799. 51 p.

Figura 21: Capitania de Minas Gerais nos “Fins da Era Colonial”

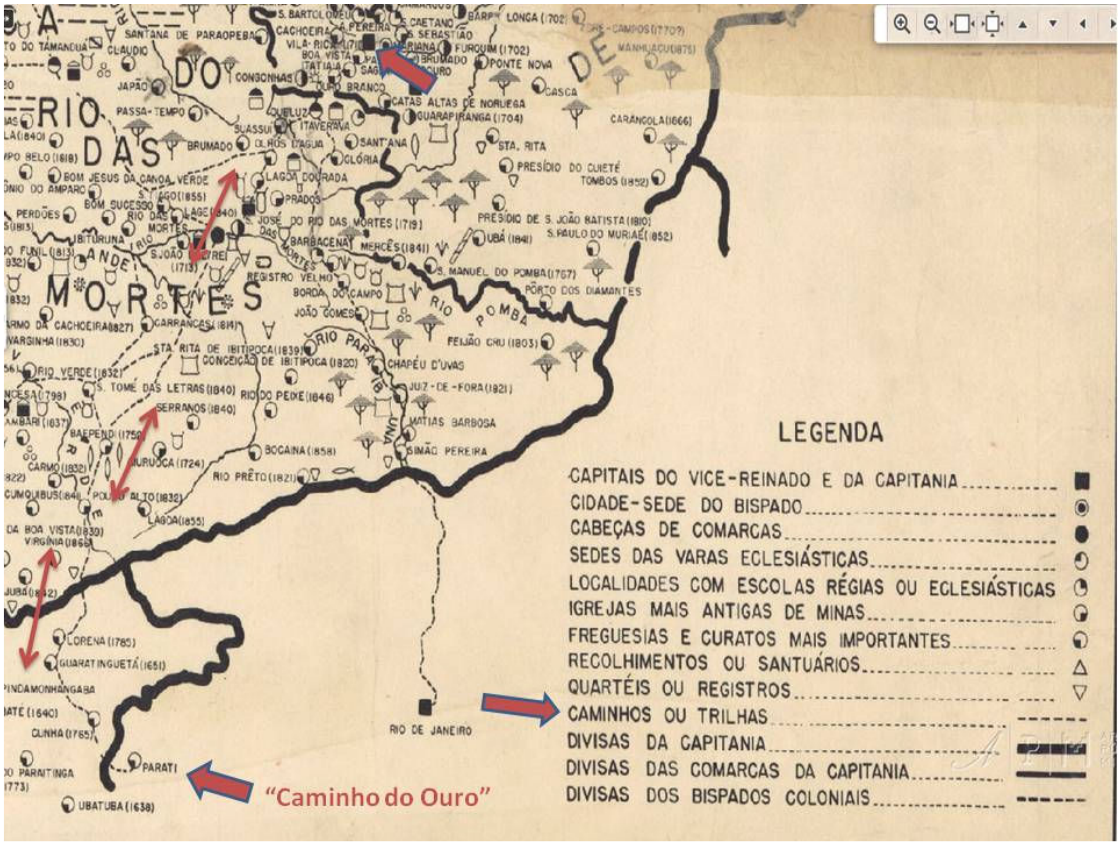


Fonte: Coleção de documentos cartográficos do arquivo público mineiro - APM

A intenção ao se criar a “Estrada Real” era fiscalizar a circulação das riquezas e mercadorias que transitavam entre Vila Rica (capital da colônia e local de extração de ouro e diamante – atual Ouro Preto) e o litoral do Rio de Janeiro, Paraty, por onde saíam os navios para Portugal e chegavam da Europa os alimentos, produtos manufaturados e ferramentas para o abastecimento da região mineradora, no denominado “Caminho do Ouro” (FIGURA 22). Toda a circulação de riquezas, mercadorias e pessoas só poderia ser feita por este trajeto e, por isso, passou a ser chamada de Estrada Real (DOSSIÊ, 2004)[173]. Essa confirmação histórica faz com que esse trajeto passa ser considerado um itinerário, em que se trata de um caminho que foi traçado expressamente para atingir um fim ou de uma via que utilizou, inteiramente ou em parte, caminhos já existentes e que serviram a diversos fins (ICOMOS, 2008).

[173] DOSSIÊ, IPHAN. O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem. Janeiro de 2004.

Figura 22: Caminho do Ouro demarcado na “Era colonial”



Fonte: Arquivo Público Mineiro, Adaptado pela autora, 2012.

Período de utilização histórico: Período do “Ciclo do Ouro” do Brasil Colonial. Com a descoberta do ouro em Minas Gerais, na última década do século XVII, a velha trilha dos Guaianás, até então chamada de Caminho da Serra, no trecho Paraty-Cunha, ou Caminho Velho, passou a ser conhecida como Caminho do Ouro, Trilha do Ouro e, por fim, Estrada Real. A velha trilha transformou-se em estrada oficial, única via por onde a Coroa portuguesa autorizava o transporte das riquezas extraídas. Todo o transporte de ouro e de metais preciosos das "minas gerais" passou a ser feito por este caminho até Paraty, e, por via marítima, daquele porto fluminense à cidade do Rio de Janeiro, de onde seguia para o exterior. O Caminho sofreu novas modificações com a inovação da tecnologia, como o piso de pedra e algumas obras de infraestrutura que melhoraram seu traçado, como a construção de rústicas pontes sobre os cursos d'água. Durante o século XVIII sua história esteve

sempre ligada à circulação e ao controle das riquezas minerais provenientes das Minas Gerais (TOLEDO, 2005)[174] .

Importância da Rota: O “Caminho do Ouro” da Estrada Real, que desponta de um ato administrativo da Coroa Portuguesa no território brasileiro, representa um período significativo do nosso processo civilizatório. A Estrada Real representa um fenômeno importante da urbanização brasileira. Ela ocupa um papel de destaque no processo de ordenamento e crescimento das cidades, além de simbolizar um importante registro cultural do país.

Valor simbólico da Rota: O “Caminho do Ouro” da Estrada Real trouxe uma importante contribuição para a nossa cultura, sobretudo, a mineira. Dessa forma, tradições, festas, danças, culinárias foram desenvolvidas, transmitidas e compartilhadas ao longo do caminho e para além de suas fronteiras (FIGURA 23).

Figura 23: Referências do patrimônio imaterial da ER



[174] TOLEDO, Francisco Sodero. Aspereza do Caminho do Ouro. Revista UNIVAP, São José dos Campos, v. 1, p. 1-78, 2005.



Fonte: MATTAR, Raul, 2011

Rituais importantes: Algumas festas representam importantes rituais, sobretudo para as comunidades, como as festas religiosas, de Semana Santa, do Rosário, do Divino, Juninas, gastronômicos e populares musicais (RODRIGUES, 2008)[175].

Valor sugestivo: um Itinerário Cultural representa-se "superior à soma dos seus elementos constitutivos", ou seja, "é enriquecido por diversas culturas às quais se acrescentou um valor de conjunto" (ICOMOS, 2008). Esses valores devem ser partilhados em um sentido comum, relativos à existência da Rota. Dentre os elementos que compõem os itinerários, devem-se destacar apenas os que estão "ligados à sua finalidade específica e às influências surgidas da sua dinâmica funcional histórica" (ICOMOS, 2008). No Caminho do ouro da Estrada Real encontram-se diversos elementos que comprovam sua existência e dinâmica. Esses, admitidos por meio dos vestígios materiais ou imateriais, pretendem representar o período histórico colonial. No entanto, o valor sugestivo da Rota torna-se mais evidente nos núcleos históricos preservados ao longo do Caminho, em que o

[175] RODRIGUES, Éder Romagna. A Oferta Turística da Estrada Real: uma proposta de hierarquização, 2008. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

conjunto de manifestações culturais presentes, busca transmitir o seu significado para o país.

Dinâmica da Rota: os Itinerários Culturais, constituídos fisicamente e por bens patrimoniais, firmam-se em um traçado histórico, no entanto, **"**implica em um fator de dinamismo que age como um fio condutor através do qual agiram as influências culturais recíprocas" (ICOMOS, 2008). Dessa forma, tornam-se um objeto complexo e dinâmico envolvidos numa série de bens culturais que confirmam sua existência. Esse fato potencializa os "itinerários" enquanto instrumento de preservação e promoção cultural, ainda mais se estiver aliado ao "turismo cultural", em que a oferta turística não contempla (apenas) um destino específico e/ou monumentos isolados e, sim, a diversidade cultural. Os turistas dessa categoria buscam conhecer o território de uma forma mais ampla e profunda, em que os bens, sob um denominador comum, consigam conduzi-los em um caminho definido e delimitado (Ramírez, 2011) [176].

Como exemplo, um prato saboreado especialmente pelos mineiros que hoje é considerado típico da culinária brasileira, o *feijão tropeiro*, representa parte da cultura alimentar no Brasil, uma herança cultural advinda do período colonial, que foi promovida pelos viajantes denominados "tropeiros". Essa tradição pode ser observada na Figura 24:

> O hábito de se consumir feijão com farinha, o popular "tutu de feijão", especialmente em Minas Gerais, descende dos tropeiros na época do Brasil Colônia e Imperial, pois, como a tropa levava dias para chegar ao seu destino, o feijão era, então, fervido com bastante sal e com banha de porco, que ao esfriar tornava-se uma massa sólida, conservando o alimento. Na hora do preparo, essa massa ia para a frigideira, derretendo a banha e refogando os grãos com cebola, alho, cheiro-verde, salsa e pimenta. Adicionava-se a farinha de mandioca até que ficasse untada, dando origem ao legítimo feijão tropeiro (SOUZA, 2002 *apud* LOPES, 2001.p.35)[177]

[176] Ramírez, Javier Hernández. Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerários culturales. *PASOS Revista de Turismo y Patrimonio Cultural*. Volumen 9, Número 2, 2011. Texto na íntegra: "*A diferencia de etapas pasadas en las que lo habitual era que la oferta la constituyera un destino específico -ya fuera éste un paraje, localidad, monumento del pasado o espacio para el placer-, en la actualidad la oferta se diversifica al comercializarse un territorio completo que, bajo un denominador común, trata de conducir a los visitantes siguiendo un recorrido definido y delimitado* (Ramírez, 2011).

[177] Revista Brasil Alimentos, nº 15, agosto de 2002, SOUZA apud LOPES, A D. Assim comiam os desbravadores. Jornal Gazeta Mercantil, edição de 24/08/2001, p.14.

Figura 24: Acampamento de viajantes em Sabará, 1891.



Fonte: Mônica Chaves Abdala. Revista do Arquivo Público Mineiro, nº119 – Sabores da tradição.

2.2.3 Avaliação da Rota

Para a avaliação do Caminho do Ouro da Estrada Real, optou-se por fazer um estudo de uma *parte* da rota, tendo em vista a extensão da mesma. Decidiu-se então por Ouro Preto, uma vez que a cidade é o ponto comum de todos os Caminhos da Estrada Real e possui um grande valor como patrimônio mundial, sendo o primeiro bem cultural brasileiro reconhecido pela UNESCO em 1980.

O percurso proposto do trecho avaliativo do Caminho do Ouro possui aproximadamente 35 km. Inicia-se na Praça Tiradentes em Ouro Preto, segue para São Bartolomeu e finaliza em Glaura, ambas distritos do município.

Para melhor descrever essa área de abrangência, foram identificados quatro setores com características distintas quanto ao estado de conservação e ameaças (FIGURA 25). Cada um desses setores apresentam diferentes elementos constitutivos. Buscou-se, no entanto, identificar, por meio de uma análise perceptiva, quais seriam

os marcos notáveis e o elo em cada setor com o Caminho do Ouro. Essa subdivisão está ilustrada na figura 28:

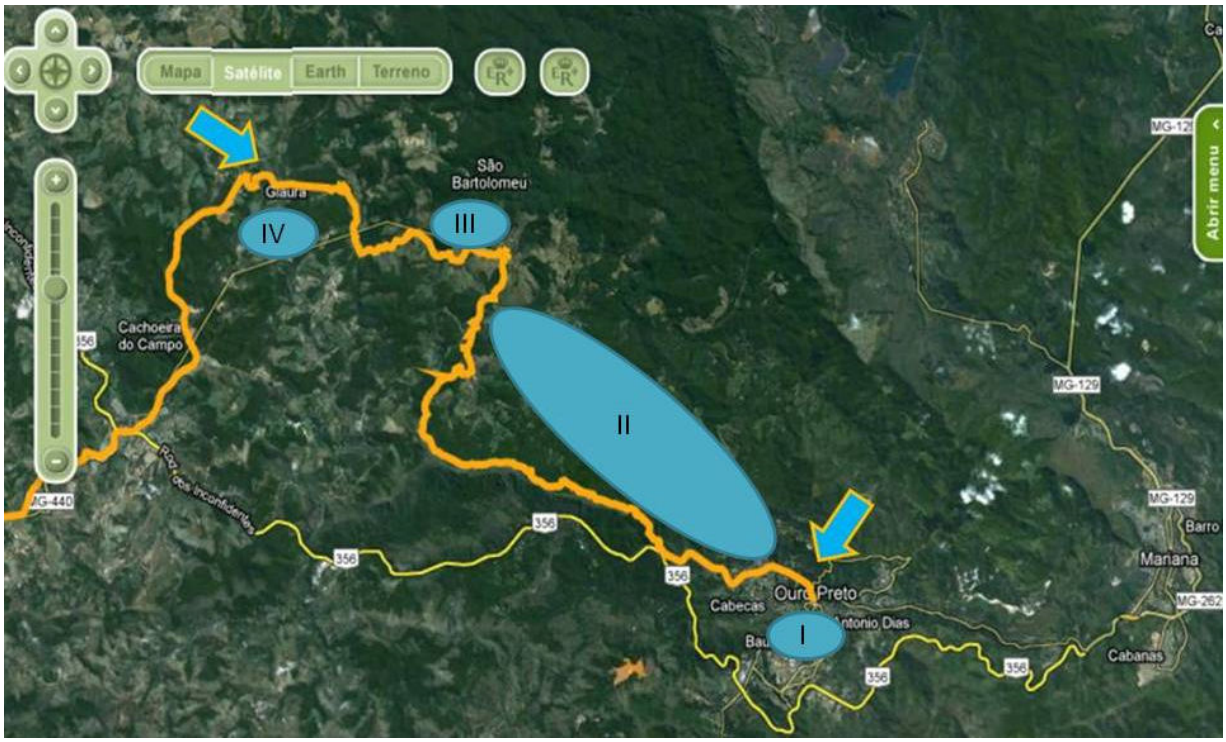
I – Centro histórico da Praça Tiradentes

II – Trecho até São Bartolomeu

III - São Bartolomeu

IV - Glaura

Figura 25: Rota de estudo do Caminho do Ouro



Fonte: IER, adaptado pela autora, 2012.

Esse percurso foi adaptado a partir do “roteiro planilhado” da ER, (ANEXO B), e pode ser resumidamente descrito da seguinte forma:

1. Inicie a rota proposta na Praça Tiradentes;
2. Siga em frente na Rua Padre Rolim;
3. Continue em frente até ter acesso à estrada: BR 356;
4. Faça uma curva à direita na placa indicativa da Estrada Real: São Bortalomeu e Glaura – trecho não asfaltado. (A partir daqui, seguir os totens indicativos

do IER. Haverá uma curva acentuada à esquerda na estrada, por onde se encontra a opção de trilha a pé);

5. Siga em frente até o vilarejo São Bartolomeu;
6. Curva à direita no final da rua principal;
7. Seguir em direção a Glaura (placa indicativa);
8. A rota se finaliza em Glaura, na Praça principal da Igreja Matriz.

Descritivo dos setores: Segundo o IBGE, censo 2010, a população de Ouro Preto e distritos totalizam 70.281 habitantes, em uma área de 1.246 km^2, o bioma é a Mata Atlântica, e a economia se baseia na indústria, principalmente siderúrgica, seguida dos serviços. Historiadores afirmam que o Caminho do Ouro da Estrada Real simboliza o período da história do Brasil denominado "ciclo do ouro", que ocorreu durante os séculos XVII e XVIII, quando a exploração do ouro dominava a atividade econômica no país.

SETOR I – Praça Tiradentes

A Praça Tiradentes foi considerada o marco inicial dessa "rota de estudo" devido a sua importância histórica. O autor Sylvio de Vasconcellos (1951)[178], contextualiza o histórico da cidade de Ouro Preto narrando que a Vila Rica, assim denominada anteriormente, resulta de vários arraiais concêntricos, com certo isolamento/independência e interligados por meio da "estrada tronco", conforme ilustra a figura 26. O mesmo autor cita que os dois arraiais mais importantes consolidaram-se no entorno das igrejas de Antônio Dias e Nossa Senhora do Pilar. Os arraiais eram constituídos no vale do Rio Tripuí, por onde deságuam os córregos que descem da serra, uma vez que proporcionavam condições favoráveis para o plantio de subsistência.

[178] VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura Particular em Vila Rica.* Belo Horizonte: [s.n.], 1951. 194p.

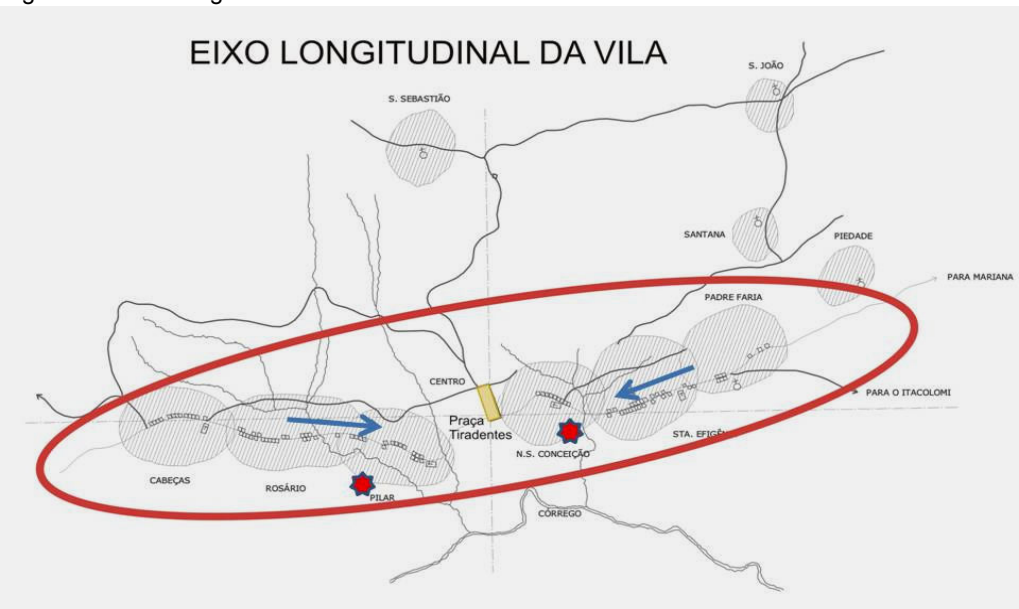
Figura 26: Estrada Tronco de Ouro Preto/MG



Fonte: Sylvio de Vasconcellos, 1997. Adaptado por Flávia Possato, 2010.

Dentre os caminhos percorridos entre os arraiais, o mais importante e mais transitado era a “estrada tronco”, que dava acesso à entrada e saída da vila, ligando as Igrejas Pilar e Antônio Dias em uma configuração linear. Ao longo do desenvolvimento dos arraiais esse eixo longitudinal passou a ser povoado em seus extremos, de um lado o Morro de Pascoal da Silva, no Padre Faria e no Alto da Cruz, e do outro em torno da igreja do Rosário e Pilar, ambos se deslocando para o centro. A figura 27 revela que a Praça Tiradentes, nesse momento, passa ser a centralidade, ou seja, a esfera principal de união dos eixos longitudinais.

Figura 27: Eixo Longitudinal da Vila



Fonte: Sylvio de Vasconcellos, 1997. Adaptado por Flávia Possato, 2010.

Justifica-se dessa forma, considerar a Praça Tiradentes como um marco importante do processo de desenvolvimento histórico do lugar. A Praça mantém-se como uma forte referência simbólica de Ouro Preto. Os casarões e monumentos presentes ao seu arredor ilustram o período do *ciclo do ouro* ocorrido no Brasil colonial (FIGURA 28).

Figura 28: Praça Tiradentes, Ouro Preto



Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

Pode-se também perceber na Praça Tiradentes um forte vestígio do traçado (via física) do Caminho do Ouro através de sua própria composição espacial, ou seja, a via que era utilizada desde a época colonial para ligar a Igreja das Mercês até a saída da cidade, figura 29. Essa via foi destinada a um fim concreto: circulação, tanto dos bandeirantes, quanto dos tropeiros e moradores - entrada e saía da cidade. Denominada hoje Rua Padre Rolim, ela mantém sua função e utilização histórica, abriga uma série de monumentos históricos que confirmam sua existência. Logo, proporciona condições de compor parte de um Itinerário Cultural, conforme determina a Carta dos Itinerários Culturais, ICOMOS, 2008: “a via de comunicação

para configura-se em um “itinerário cultural”, além de sua existência histórica, ela também deverá ter favorecido a criação de elementos patrimoniais”.

Figura 29: Praça Tiradentes (a) e a Igreja Nossa Senhora das Mercês (b), Ouro Preto

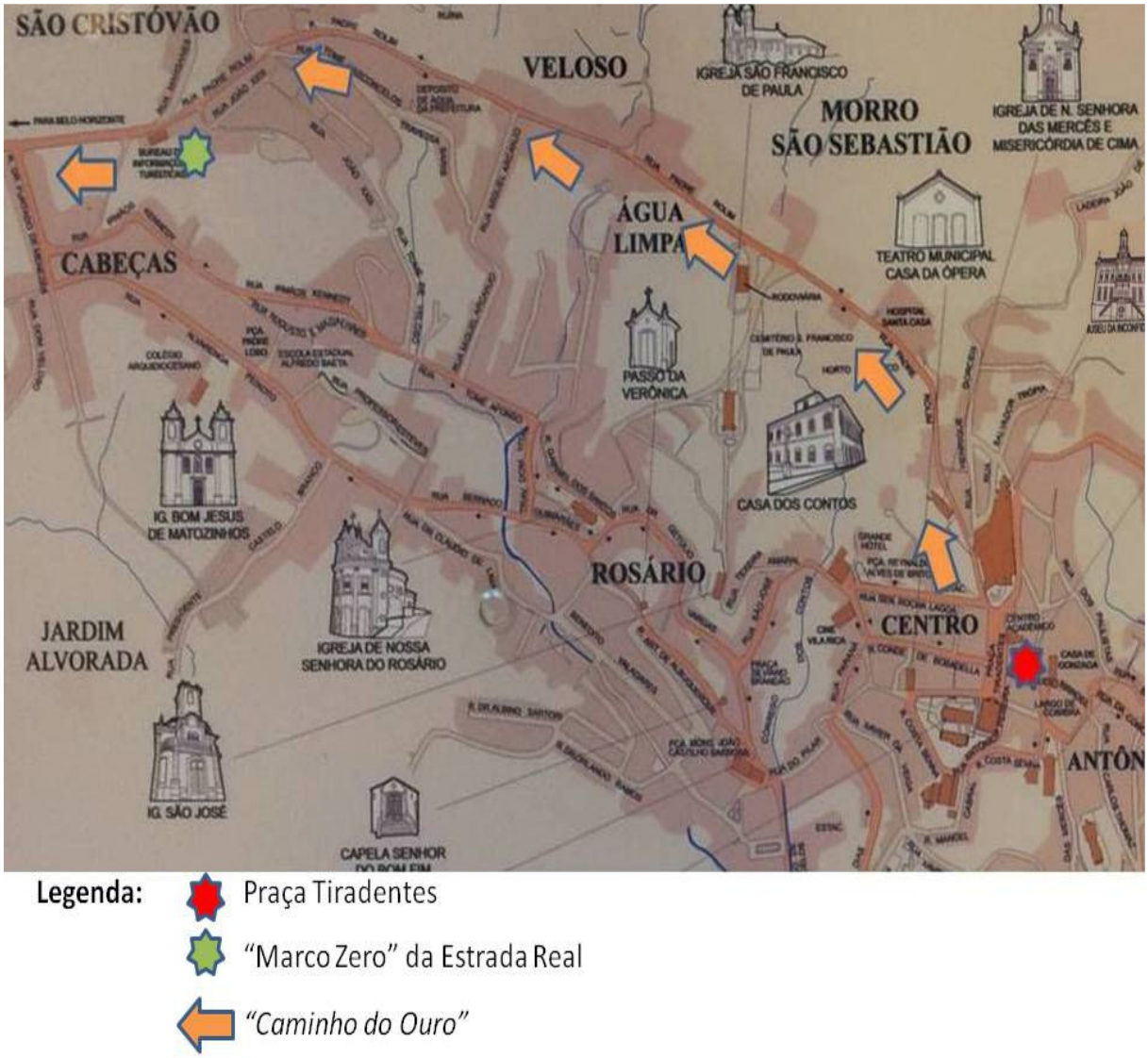


Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

O conjunto de elementos, tangíveis e intangíveis, que compõem a Praça Tiradentes, proporciona um grande apoio na interpretação do Caminho do Ouro, por isso, considerou-se indispensável iniciar a “rota proposta” por ela, figura 30. Pode-se, igualmente, perceber ao longo da Rua Padre Rolim, algumas referências do período do ouro, como o antigo “palácio dos governadores”, construído entre 1741 e 1748, e que hoje abriga o Museu de Ciência e Técnica da Escola de Minas da Universidade

Federal de Ouro Preto (UFOP), e a Igreja Nossa Senhora das Mercês, que teve sua construção iniciada em 1733 (FIGURA 29b).

Figura 30: Caminho ilustrativo do setor I - Ouro Preto



Fonte: Mapa Turístico de Ouro Preto adaptado pela autora, 2012.

O curioso é que o IER não considera a Praça Tiradentes como referência da Estrada Real. Instalaram o "marco zero" ao lado de um posto de informações turísticas. Essa iniciativa demonstra, a nosso ver, a falta de comprometimento histórico com o significado da Estrada Real. Também se torna evidente o forte interesse do IER na promoção do turismo de massa, pois o "marco zero" está localizado, estrategicamente, ao lado do ponto de embarque e desembarque de passageiros de

veículos coletivos (ônibus de excursão) que não podem circular pelas vias da cidade (FIGURA31).

Figura 31: Marco Zero da ER em Ouro Preto



Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

SETOR II - Trecho até São Bartolomeu

Inicialmente, esse trecho apresenta certas dificuldades em associá-lo com a ER. A BR 356, que se localiza dentro do traçado do Caminho do Ouro, parece-nos desvinculá-lo de sua associação histórica. Para minimizar esse impacto, seria necessário disponibilizar aos viajantes informações geográficas complementares da região. Aqui, o atrativo natural apresenta-se como a característica principal desse setor (FIGURA 32).

Figura 32: Trecho até São Bartolomeu, Ouro Preto



Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

Adentrando ao trecho de “estrada de terra”, uma nova ambiência é constituída, além disso, é proporcionada uma oportunidade para se vivenciar uma experiência mais direta com o meio ambiente. Ao longo dessa via formam-se panoramas que se aproximam de um cenário “bucólico” e “romântico”, que, no entanto, não está em

bom estado de conservação. Percebe-se ainda, a falta de valorização do Caminho do Ouro, tanto por parte da população, quanto dos órgãos competentes por sua conservação e gestão, uma vez que suas encostas são consideradas depositários de lixos e entulhos, conforme aponta a figura 33.

Figura 33: Trecho até São Bartolomeu, Ouro Preto



Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

As iniciativas traçadas pelos órgãos responsáveis pela preservação do patrimônio do município parecem-nos não alcançar esse trecho. Outro exemplo pode ser percebido por meio da arquitetura vernacular, que sem o auxílio para sua conservação, apresenta-se descaracterizada, como mostra a figura 34. Essa imagem também demonstra a desvalorização da técnica tradicional. Esses fatores aliados a uma inadequada estratégia de divulgação (*marketing*) afetam a demanda do turismo cultural para a Rota.

Figura 34: Exemplo da arq. vernacular no trecho até São Bartolomeu



Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

SETOR III - São Bartolomeu

O traçado urbano de São Bartolomeu revela-nos que o vilarejo desenvolveu-se a partir de um eixo (via) principal. O que tudo indica, essa via (física) é o Caminho do Ouro da Estrada Real, em que os elementos patrimoniais foram incorporados. Em função das características morfológicas ambientais presentes, percebe-se que a forma orgânica de crescimento manteve-se preservado (FIGURA 35).

Figura 35 - Vista panorâmica de São Bartolomeu, Ouro Preto



Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

Além disso, encontram-se outras referências histórico-culturais, como a Igreja Nossa Senhora das Mercês, figura 36, algumas construções típicas do século XVIII em que se observa a construção de uma “bica” que possivelmente servia de abastecimento de água para os viajantes, figura 37, e a Igreja Matriz de São Bartolomeu.

Figura 36 - Igreja N.Sª das Mercês

Figura 37 - Construções século XVIII





Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

SETOR IV - Glaura

Em Glaura é finalizada a Rota de estudo proposta, no marco de número 25 da ER, instalado próximo à praça principal da cidade, figura 38. Na Praça também se encontra a Igreja Matriz de Santo Antônio, que foi fundada em 1764 e tombada pelo IPHAN em 1962. Outras duas Capelas, Nossa Senhora da Conceição e Nossa Senhora das Mercês, igualmente compõem os atrativos arquitetônicos da cidade, junto aos exemplares vernaculares da época colonial.

Figura 38: Glaura, Ouro Preto



Fonte: CARDOSO, Marcelo 2012.

Destaca-se na cidade o bem cultural “Ponte Ana de Sá”, (FIGURA 39), por ser um singular exemplo das técnicas construtivas desenvolvidas no século XVII: “as pontes primitivas, erguidas no princípio da exploração aurífera, eram, em geral, feitas de madeira, bastante rudimentares” (PORTAL DO PATRIMÔNIO, 2007)[179].Hoje, a Ponte está inscrita sob o Nº 07 no Livro do Tombo dos Bens Históricos, Artísticos e Arquitetônicos, Decreto Nº 652 de 10 de abril de 2007.

Figura 39: Ponte Ana de Sá



Fonte: ALKMIM, Paulo André, 2006.

No entanto, em Glaura, percebe-se que ocorreram algumas intervenções no patrimônio histórico arquitetônico, que, a princípio, nos parece mais uma tentativa dos órgãos de preservação em “maquiar” o passado, do que propriamente de conservação. Ocorreram na cidade certas intervenções pontuais, estratégicas, que

[179] PREFEITURA DE OURO PRETO. Ficha técnica referente ao dossiê de tombamento das Pontes de Ana de Sá. (2007) Disponível em: <http://www.ouropreto.mg.gov.br/patrimonio/index/exibe_bens.php?idbens=14> acessado em março de 2012.

ofertam visibilidade, como exemplo a figura 40. Essa iniciativa remete-nos a tentativa de se criar uma “harmonia estilística do período colonial”, como ocorreu no centro histórico de Ouro Preto[180].

Figura 40: Casarão revitalizado em Glaura



Fonte: Glaura.com, 2011.

2.3 ESTADO DE CONSERVAÇÃO DO BEM

Para a avaliação do estado de conservação dos bens patrimoniais do Caminho do Ouro foi necessário um recorte espacial. Desse modo, optou-se por um estudo em Ouro Preto. Essa análise perceptiva da rota ocorreu por meio de uma *pesquisa de campo*, envolvendo turistas e moradores. Foram entrevistados 100 turistas e 50 moradores durante o feriado nacional do dia 21 de abril (2012), em que se presta uma homenagem a Tiradentes[181]. Na ocasião, foram feitas cinco perguntas para cada público. Apresentaremos, aqui, o resultado referente ao “estado de conservação” da Estrada Real, da atuação das autoridades competentes na sua gestão e conservação e, de como os moradores consideram a oportunidade de atrair/gerar negócios na cidade pela promoção da Estada Real.

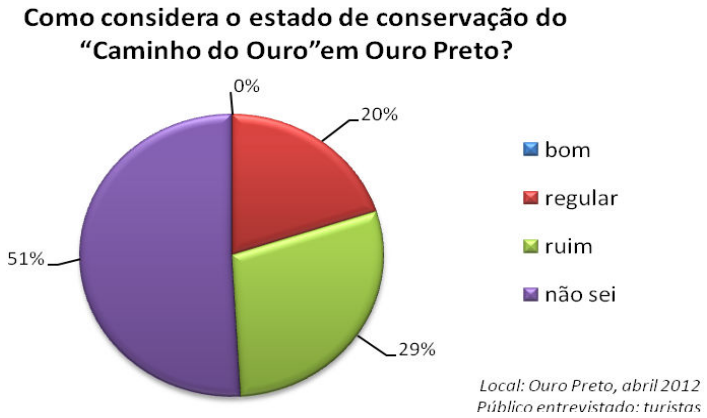
[180] Para mais informações, recomenda-se a leitura do capítulo: “Nas encruzilhadas do desenvolvimento: a trajetória da preservação do patrimônio em Ouro Preto”, p.131-152. CASTRIOTA, 2009.

[181] Tiradentes ficou conhecido como herói nacional e um mártir da Inconfidência Mineira, e a data em que ele foi executado, 21 de Abril, é feriado nacional.

Entrevista com os turistas

Buscou-se, nesse momento, se obter um posicionamento de como os turistas consideram o "estado de conservação" do Caminho do Ouro (GRÁFICO 08). A maioria não conseguiu fazer essa avaliação. Entende-se que a maior parte dos entrevistados não identificou trechos do Caminho do Ouro em Ouro Preto, ou que esse quesito deveria ser analisado por técnicos especialistas. Ninguém o considerou bom. Os demais dividiram a opinião entre regular e ruim.

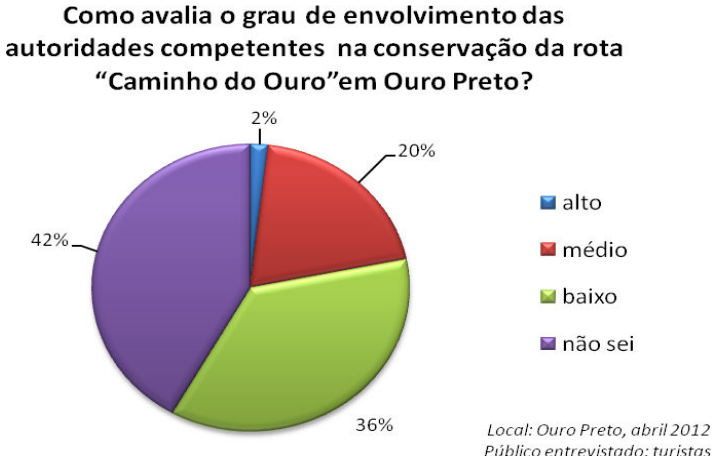
Gráfico 8: Avaliação do estado de conservação do Caminho do Ouro



Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

Em relação ao grau de envolvimento das autoridades competentes na conservação do Caminho do Ouro em Ouro Preto, (36%) considerou baixo o envolvimento das instituições públicas na preservação da Rota (GRÁFICO 09)

Gráfico 9: Grau de envolvimento das autoridades competentes na conservação do Caminho do Ouro

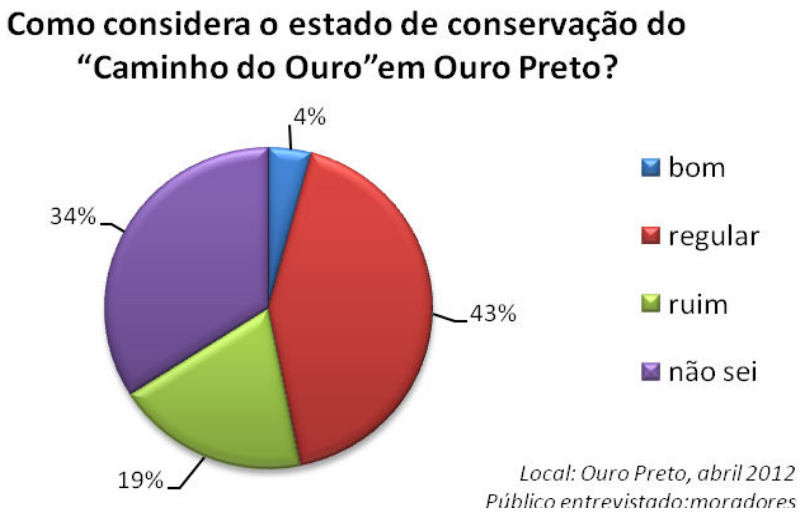


Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

Entrevista com os moradores

O estado de conservação do Caminho do Ouro também foi avaliado pelos moradores da cidade, em que 43% dos entrevistados o consideraram regular, seguido de 19%, com ruim (GRÁFICO 10).

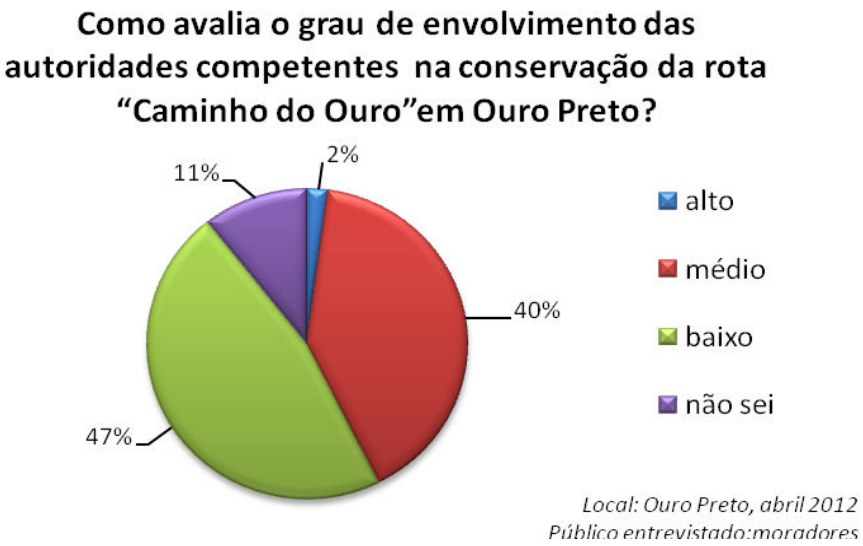
Gráfico 10: Estado de Conservação do Caminho do Ouro – morador



Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

O grau de envolvimento das autoridades competentes na conservação do Caminho do Ouro foi avaliado pela maioria como baixo (47%) (GRÁFICO 11). Percebe-se, assim, que a comunidade considera que o poder público poderia investir mais em iniciativas de preservação do patrimônio cultural local. Em relação a essa pergunta, quando era feita às pessoas da comunidade envolvidas direta ou indiretamente com o setor público, percebia-se certa hesitação, o que pode ter influenciado o resultado médio, (40%).

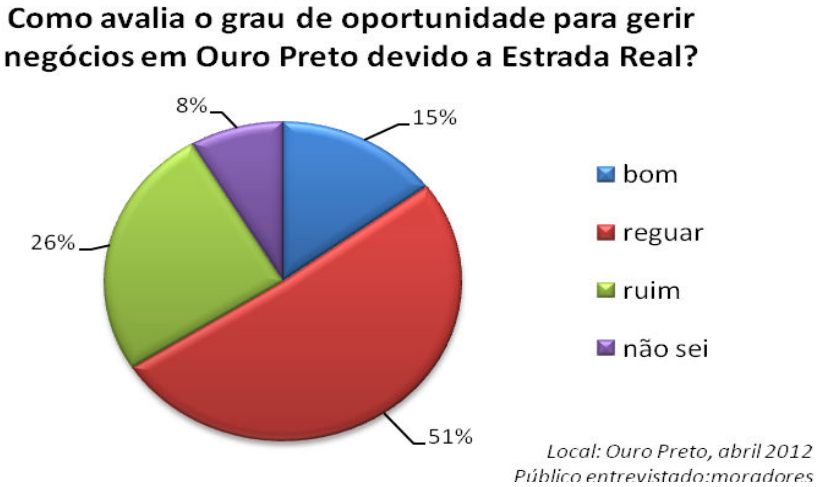
Gráfico 11: Grau de envolvimento das autoridades no estado de conservação do Caminho do Ouro



Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

Na última pergunta, buscou-se avaliar como os moradores consideram o grau de oportunidade para gerir negócios em Ouro Preto promovido pela Estrada Real. A maioria disse considerar regular, (51%), gráfico 12. No entanto, um depoimento de um comerciante local nos chamou bastante atenção: "no início, houve uma grande expectativa com a Estrada Real, cheguei até a participar de uma reunião, mas nada aconteceu aqui, agora, a expectativa é zero!" (MORADOR, 2012)[182].

Gráfico 12: Grau de oportunidade para gerir negócios em Oro Preto devido a ER



Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

[182] Informação verbal de um morador entrevistado. 2012.

2.4 ROTA COMPARATIVA: "CAMINHO REAL DE TIERRA ADENTRO"

O Caminho Real de Tierra Adentro[183] no México foi reconhecido como patrimônio mundial da humanidade na categoria rota cultural em 2010; ajustou sua admissão na Lista do Patrimônio Mundial com base nos critérios em que sua inscrição foi proposta e justificada nos itens (ii) e (iv)[184]. Apresenta-se como uma das mais importantes Rotas Culturais na história da humanidade, uma vez que se constitui de um sistema dinâmico e aberto de comunicação, associado ao "Caminho Real Espanhol Intercontinental - *Spanish Intercontinental Camino Real*" (compõe uma parte do Caminho Real Intercontinental espanhol da Cidade do México para Santa Fé - hoje capital do estado norte-americano do Novo México).

Em uma breve descrição histórica, o Caminho Real de Tierra Adentro foi instituído inicialmente no norte do México para atender às necessidades de escoamento da mineração durante o período colonial espanhol; no entanto, acarretou o desenvolvimento gradual de várias rotas que ligavam o que hoje é a Cidade do México às áreas mais remotas do norte, tendo a Prata como sua força motriz de enriquecimento. Ao longo dessas vias foram descobertas e exploradas novas minas e assim, cidades, vilas, fortes, fazendas, monumentos, pontes, passam a existir, em resposta às crescentes necessidades. Esse cenário passou então a configurar o caráter de cada seção do Caminho Real de Tierra Adentro, que é aliado à propagação do dogma católico e da língua hispânica. No território mexicano, sua extensão chegou a cerca de 2.600 quilômetros, em vias utilizadas por mais de 300 anos, interligando diferentes culturas ao longo de sua(s) via(s). Essa amplitude é desvendada nos múltiplos monumentos/locais que relacionados com a utilização da Rota, que testemunham sua existência e consolidam marcos referenciais do Caminho Real de Tierra Adaptor entre os quais se incluem: os diversos centros históricos, como o Centro histórico da Cidade do México, que se tornou Patrimônio Mundial em 1987; trechos do Caminho Real como o encontrado entre Aculco e San Juan Del Rio; colégios como o antigo colégio de São Francisco; conventos como o

[183] Para mais informações, checar os Documentos WHC-10/34.COM/8B e WHC-10/34.COM/INF.8B1.Add. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/list/1351> acessado em agosto de 2011.

[184] Para maior detalhamento dos ítens, consultar as Orientações Técnicas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial em: Inscrição de rotas do patrimônio na Lista do Patrimônio Mundial. Edição: Lisboa, Julho de 2010.

de São Francisco em Tepeji Del Rio; capelas; templos; santuários; pontes como a *Ponte de Atongo*; antigas fazendas como a *Chichimequillas*; hospitais; prefeituras; a *Serra Órganos*; cavernas como de *Las Mulas de Molino*, cemitério e a importante *Mina de Ojuela*. Ao todo, foram incluídas 60 propriedades no processo de reconhecimento do Caminho Real de Tierra Adaptor. Esse Caminho Real iniciou o seu declínio com o advento das ferrovias que se transformaram no canal condutor da Prata.

O Caminho Real de Tierra Adentro se baseou no conceito de Rotas Culturais, na dinâmica do movimento e na ideia de trocas, com continuidade no espaço e no tempo; refere-se a um todo, no qual a rota tem um valor superior à soma dos elementos constitutivos que lhe dão a sua importância cultural. Além disso, realça o intercâmbio e o diálogo entre regiões; revela-se multidimensional, com aspectos diferentes que desenvolvem e completam o seu objetivo inicial, que pode ser religioso, comercial, administrativo ou outro (critério ii). Assim, a identificação dessa Rota Cultural fundamenta-se num conjunto de forças e de elementos materiais que são testemunho de sua importância (critério iv). Um dossiê[185] detalhado sobre o Caminho Real de Tierra Adentro foi apresentada à UNESCO, servindo de base à inscrição da mesma como Rota Cultural.

Critérios para sua validação

Para se validar a candidatura, basearam-se em dois critérios da UNESCO de exepcionalidade, o (ii) e o (iv), a saber:

Critério (ii): o Caminho Real de Tierra Adentro[186] se tornou uma das rotas mais importantes que ligavam a Coroa espanhola às suas possessões na América do Norte. Ao longo do trecho sul da rota, apresenta uma série de lugares que se correlacionam ao trabalho das minas e haciendas[187], militares, comerciais, para a

[185] Dossiê Caminho Real de Tierra Adentro, 2009. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1351.pdf> acessado em dezembro de 2011.

[186] Embora o Caminho Real tenha sido usado ativamente como uma rota de comércio por 300 anos, principalmente para o transporte de prata extraída das minas de Zacatecas, Guanajuato e San Luis Potosí, e mercúrio importado da Europa, motivada e consolidada pela indústria de mineração, também fomentou a criação de laços sociais, culturais e religiosas, em particular entre as culturas espanhola e ameríndia. (UNESCO, 2011)

[187] A forma como os colonizadores espanhóis elaboraram o uso das terras no tempo em que estiveram no continente americano, era denominada como haciendas, grandes extensões de terra controladas por

evangelização e a estrutura administrativa projetada para controlar o imenso território desde a metrópole espanhola, que foram adaptadas ao ambiente, com materiais e práticas que refletem o intercâmbio técnico local ao saldo de ideias religiosas e culturais (UNESCO, 2011)

Figura 41: Imagens referentes ao Caminho Real de Tierra Adentro



Fonte: Dossiê apresentado à UNESCO, 2009.

As imagens, (FIGURA 41), mostram um intercâmbio importante de valores humanos, durante um período de tempo ou dentro de uma área cultural do mundo, sobre a evolução da arquitetura ou tecnologia, monumental artes, do planejamento urbano ou desenho paisagístico. O Caminho Real de Tierra Adentro foi decisivo para o transporte de todas as mercadorias e as pessoas que empreenderam a viagem da cidade de México, capital da *España Nueva*, até a cidade de Santa Fé, capital do *Reino de Nuevo* México (hoje Estados Unidos). É hoje exemplo do desenvolvimento da arquitetura civil, militar e religiosa da época. Nessas Rotas estão conservadas de maneira extraordinária, tangíveis e intangíveis evidências culturais, produtos do trabalho e de produção nas minas e nas fazendas, do intenso comércio de

representantes da elite hispânica. SOUSA, Rainer. Disponível em:<http://www.brasilescola.com/historia-da-america/as-haciendas.htm> acessado em dezembro de 2011.

mercadorias, do domínio militar, do poder civilizador do evangelismo e da estrutura administrativa projetada para controlar o imenso território de domínio espanhol. A aplicação da engenharia industrial e de estradas permitiu a apropriação e ocupação territorial do espaço, além de lhe conceder uma característica de personalidade das áreas ocupadas. Durante o processo de pacificação, conquista e colonização do território, o choque de culturas entre os nativos e os espanhóis, provocou uma súbita alteração da ordem ancestral da vida. A introdução de novas espécies de animais e vegetais, bem como de dispositivos e da própria organização social espanhola, originou uma reação de suprema importância para os índios que motivou a criação de extraordinária pictografia, que revela o impacto cultural do Caminho Real. A Relação do homem com o ambiente natural e o estudo detalhado de sua topografia, obrigou a engenharia a criar estradas seguras e controláveis para os diferentes tipos de transportes utilizados na época, bem como a construção de infraestrutura necessária para facilitar o tráfego das mercadorias, como pontes, pavimentos, atalhos e etc. Desta forma foi configurado o caráter de cada estrada da Rota Cultural do Caminho Real de Tierra Adentro.

Critério (iv): um conjunto de monumentos ao longo da parte sul do Caminho Real de Tierra Adentro, incluindo exemplos de construção, conjuntos arquitetônicos e tecnológicos, que ilustra uma etapa significativa na história da humanidade – a exploração colonial espanhola pela prata e as transformações associadas às paisagens rurais e urbanas (UNESCO, 2011). Logo, esse conjunto de elementos materiais, associado a todas as suas expressões tangíveis e intangíveis, produzem o testemunho e revelam a sua importância para a humanidade, uma vez que representa um período significativo da história e no nosso processo civilizatório (FIGURA 425).

Figura 42: Imagens referentes ao Caminho Real de Tierra Adentro





Fonte: Dossiê apresentado à UNESCO, 2009.

As comunidades culturais existentes ao longo do Caminho Real de Tierra Adentro, na parte inteira que corresponde ao México e até mesmo além de suas fronteiras, têm valores cujo apoio material e espiritual têm sido preservados não só como uma herança construída dentro de um grande arco temporário com uma variedade inigualável e riqueza, mas também com um sentido de responsabilidade na sua utilização para promover o desenvolvimento humano e para estabelecer pontes para outras expressões culturais, sem diminuir a sua identidade.

A linguagem, as tradições, o patrimônio edificado, as bibliotecas e os históricos arquivos, as manifestações artísticas no campo da pintura, música, arquitetura, a criação de paisagens, a fusão de influências culturais, remete a um processo civilizatório único no mundo, digna de preservação, um exemplo da capacidade dos seres humanos como construtores de estradas, sentidos, valores e identidade. Reafirma-se desse modo, que a junção de todos estes elementos (materiais e

imateriais) presentes na *Rota Cultural do Caminho Real de Tierra Adentro* expressa seu valor universal de excepcionalidade.

Autenticidade

O caminho Real de Tierra Adaptor reflete, como se pode perceber, um período histórico e um exemplo no processo de desenvolvimento regional e econômico mundial[188], revelado, por conseguinte nas "marcas" e influências (construções, caminhos, técnicas desenvolvidas, costumes, tradições, etc) deixadas ao longo da expansão territorial da coroa espanhola, e continuam a validar as expressões culturais que lhes deu origem.

O Caminho Real de Tierra Adentro responde aos critérios de autenticidade na apreensão tanto do seu ambiente natural como cultural, sobretudo no que se refere aos seus elementos definidores, avaliados como distintos componentes de ordem material e imaterial:

> • Em suas vias (estradas), os estudos foram realizados de forma a representar os critérios para avaliar o seu significado sobre o sentido global da Rota Cultural (ver critérios II e IV) ao longo de seu desenvolvimento histórico, bem como para verificar a autenticidade de sua configuração estrutural através dos vestígios em seu layout.
> • A autenticidade se torna evidente no contexto natural da Rota Cultural, bem como nos outros elementos do patrimônio tangível e intangível, integrados dentro na funcionalidade do conjunto histórico e em seu ambiente.
> • Também se levou em conta que, para efeitos da sua avaliação comparativa, a duração temporária e importância histórica que seus diferentes trechos tiveram em relação ao conjunto da Rota, onde se contatou não haver sérios problemas de alteração. (Dossiê Caminho Real de Tierra Adentro, 2009)

Os atributos de autenticidade foram avaliados de acordo com os parâmetros:

a) Layout e representações do Caminho Real (constatação histórica);
b) Permanência e alterações da base histórica (para avaliar se mantêm o seu significado original);

[188] O Caminho Real de Tierra Adentro foi conectado, através de Cidade do México, com trechos do Caminho Real Intercontinental atingindo domínios espanhóis nas Filipinas, na Florida, das Antilhas e da América do Sul. Cidade do México estava ligada por terra até o porto de Veracruz, no Golfo do México, ao serviço do comércio europeu e por terra para o porto de Acapulco, na costa do Pacífico mexicano, o link para o comércio asiático. (UNESCO,2011, tradução da autora).

c) Obsolescência e revitalização do Caminho Real (resgate cultural);

d) Expressões populares fundamentadas na dinâmica imaterial (reconhecimento, expressões e manifestações culturais advindas da comunidade).

As confirmações destes atributos fez-se presente nos diversos trechos pavimentados em pedra decorrente do século XVIII; nas áreas urbanas desenvolvidas ao longo do Caminho e nos diversos marcos referenciais que retratam e confirmam o seu uso e presença no imaginário coletivo. A UNESCO admite que alguns trechos que foram substituídos por asfalto e/ou sofreram intervenções modernas (que renunciam à presença e ambiência do Caminho Real), demandam maiores esforços de resgate cultural. Todavia, adverte que deverão ser implementados programas de preservação do patrimônio e salvaguarda dos valores culturais em busca de conter este processo de descaracterização e risco de desaparecimento dos "vestígios do passado", que corporificam a sua legitimidade para as novas gerações (como exemplo as pedras de pavimentação que dão amostra específica do uso). A criação do turismo rural, de aventura, e de agro-ecoturismo com viagens feitas por guias especializados usando meios de transporte de baixo impacto nos permite recordar e viver a sensação da estrada e a compreender o seu significado dentro da história da humanidade (DOSSIÊ Caminho Real de Tierra Adentro, 2009).

As comunidades culturais existentes ao longo do Caminho Real de Tierra Adentro, em toda a parte que corresponde ao México e até mesmo além de suas fronteiras, têm valores cujo apoio material e espiritual têm sido preservados, não só como uma herança construída dentro de um grande arco temporário e com uma variedade inigualável de riquezas, mas também com um sentido de responsabilidade na sua utilização para promover o desenvolvimento humano e para estabelecer pontes para outras expressões culturais, sem diminuir a sua identidade. A linguagem, as tradições, o patrimônio edificado, as bibliotecas e os arquivos históricos, as manifestações artísticas no campo da pintura, música, arquitetura, o criação de paisagens, a fusão de influências culturais, nos remetem a um processo civilizatório único no mundo, digna de ser preservada como um exemplo de ser humano como construtor de estradas, de sentidos, de valores e de identidade (DOSSIÊ Caminho Real de Tierra Adentro, 2009)

Integridade

A integridade do Caminho Real de Tierra Adentro é confirmada para sua validação como um Itinerário Cultural, percebendo-se nas evidências dos elementos materiais e imateriais a sua constituição e a importância dos processos históricos, como testemunhos “vivos” do seu significado global, que transmitem a totalidade do seu valor unitário como um todo.

A Rota também foi identificada levando em conta seu contexto geográfico e histórico, seu ambiente natural e cultural, tanto urbano quanto rural, e seus correspondentes valores característicos do ambiente, suas relações com a paisagem, a sua funcionalidade específica ao serviço de uma finalidade concreta e certa, a sua duração temporal, a sua configuração estrutural, e sua dimensão simbólica e espiritual, o que contribuirá para identificar e explicar o seu significado (DOSSIÊ, 2009).

As tipologias encontradas ao longo da estrada são diversificadas de acordo com a localização do sítio que representa esse valor: encontramos *haciendas* (agrícolas, de gado, de benefício e dedicada à produção de mezcal); vilas de espanhóis; cidades; minas; missões; capelas; paróquias; catedrais; conventos; santuários; colégios; bibliotecas; noviciados, hospitais, cemitérios, sítios de arte rupestre; seções da estrada; pontes; sinalização naturais da estrada; aduaneira; edifícios do poder civis; presídios; praças; mercados; feiras, etc. compondo também como diversas manifestações do patrimônio imaterial alusivos ao Caminho Real, assim como a introdução de novos animais e espécies vegetais; a língua espanhola; os costumes; a gastronomia e a fertilização cultural cruzada (Dossiê, 2009).

Perante a amplitude dos elementos incorporados ao bem cultural, a UNESCO recomenda que deva ser explicitado na justificativa da candidatura, de que maneira os componentes individuais refletem a dinâmica da Rota Cultural, afim de que as contribuições individuais possam ser mais bem refletidas e compreendidas, particularmente no caso de existirem bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial (UNESCO, 2011).

2.5 CONCLUSÃO

Na metodologia desenvolvida pelo ICOMOS de identificação de um itinerário cultural, embora objetive a descrição e o conhecimento sobre a Rota proposta, parece-nos que os campos abordados não conseguem delimitar a amplitude de valores, agentes e atores que envolvem (ou deveriam) essa categoria.

Como se pode observar, os pontos levantados são pontuais e remete-nos à metodologia investigativa proposta pelo instrumento, já ha tempo disponível, dos inventários. Esse levantamento sistemático de informações proposto dificulta a interpretação e a leitura do "fio condutor" entre os elementos constitutivos da Rota Cultural e torna-se reducionista a proposta de reconhecimento dos Itinerários, presente na "Carta dos Itinerários Culturais", 2008. Embora a qualidade da "identificação" e do nível de informações da rota dependa da capacidade técnica dos profissionais envolvidos, mostrou-se visível a necessidade de sua aplicação por uma equipe multidisciplinar, que consiga avaliar o itinerário em suas diversas amplitudes e dimensões.

Percebe-se, também, a necessidade de um campo específico que justifique claramente a "integridade" e "autenticidade" da rota proposta, embora se induza essa análise associada ao "estado de conservação" do bem cultural. Essa subdivisão poderia favorecer a análise avaliativa e conceitual sobre os itinerários.

Outra questão que nos parece importante, e que essa metodologia também não destaca, refere-se à composição da(s) *paisagem cultural* ao longo da via histórica. Essa deveria ser apresentada e descrita, inclusive, com projeções de cenários e impactos, devido às influências diretas e indiretas que interferem e interagem no seu processo de construção, formação e sobrevivência.

Embora os critérios propostos por essa metodologia não tenham sido avaliados em profundidade, sobretudo por demandar um estudo em diferentes áreas do conhecimento, foi possível perceber que, apesar da Estrada Real possuir elementos constitutivos que nos remetem a um período significativo do processo de formação da história e cultura brasileira, ela não poderia ser classificada como um Itinerário Cultural.

Dentre os diversos fatores que comprovam essa afirmação, destacam-se a falta de estudos consistentes sobre a Estrada Real, inclusive, relativo ao pré-requisito de autenticidade em relação à utilização histórica de sua(s) via(s); o desinteresse (ou pouco interesse) do setor público em preservá-la e promovê-la; da desarticulação dessa proposta com as comunidades envolvidas, e, sobretudo, da falta de uma gestão compartilhada entre as iniciativas públicas e privadas, que poderiam qualificar e aumentar o seu potencial, não só turístico, como provedor de benefícios para a qualidade de vida e desenvolvimento humano, como se comprovará, mais uma vez, no capítulo seguinte: A *Estrada "não Real"*.

CAPÍTULO III - A ESTRADA "NÃO REAL": MARKETING E TURISTIFICAÇÃO

No terceiro capítulo apresenta-se o *Projeto Estrada Real* e algumas propostas / atividades que são desenvolvidas pelo Instituto Estrada Real. Busca-se, todavia aferir quais os critérios e valores prevalece nessa gestão política. Procurou-se, também, conferir como os turistas e moradores de Ouro Preto percebem a Estrada Real.

Contudo, finaliza-se o assunto apresentando o *Sistema de Turismo* como uma possível metodologia investigativa para se desenvolver o turismo sustentável ao longo do Caminho do Ouro da Estrada Real.

3.1 A ESTRADA REAL

Marcio Santos, no livro Estradas Reais, Introdução aos estudos dos Caminhos do Ouro e do Diamante no Brasil, 2001, define que "Estradas Reais" são antigos caminhos oficiais de ocupação do território colonial, surgidas nos séculos XVII e XVIII, de acesso a regiões depositárias de ouro e diamante das Minas Gerais – estradas públicas de propriedade da Coroa portuguesa e depois do governo imperial brasileiro189. No entanto, o mesmo autor revela que sem um estudo da origem colonial dos caminhos para as minas, não se chegará a uma compreensão sistemática do que foi a Estrada Real (SANTOS, 2001, p.16). Ele acredita que o conceito 'Estrada Real', já historicamente impreciso e de difícil delimitação, tornou-se uma peça maleável, sujeita às mais diferentes versões e interpretações modernas (SANTOS, 200. p.15).

> Os caminhos que no passado constituíam a chamada Estrada Real foram modificados e degradados ao longo de três séculos de urbanização e um século de industrialização. Longos trechos foram cobertos por rodovias modernas ou por largas estradas ainda não pavimentadas, mas que dão passagem a ônibus e caminhões. Outros trechos se perderam, desaparecendo em meio a pastagens e matas secundárias. Outros, ainda, se converteram em vias urbanas

189 Sobre Sistema de circulação e o controle do território, ver artigo: *Estradas Reais no século XVIII: a importância de um complexo sistema de circulação na produção territórial brasileiro.* STRAFORINI, Rafael. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. X, núm. 218 (33), 1 de agosto de 2006.

> das periferias das grandes cidades que cresceram ao longo ou nas imediações dos antigos caminhos (SANTOS, 2001. p.14).

Nesse contexto é que o "Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real[190]" foi projetado, sem o amparo de pesquisas científicas e planejamento territorial voltado ao desenvolvimento turístico sustentável do Estado e localidades envolvidas. O Decreto-lei que regulamenta o Programa conduz a um amplo conceito sobre o que considerar a respeito da Estrada Real, descrevendo-a como caminhos e suas variantes construídas nos séculos XVII, XVIII e XIX, no território do Estado (Art.2º, DECRETO 41.205). Tal descrição deixa uma vasta margem interpretativa, sem delimitar o que seria de fato a "Estrada Real". Os objetivos desse Programa consideram o fomento da atividade turística nas dimensões econômicas, sociais, ambientais e culturais; no entanto, o que se percebe dentre as estratégias desenvolvidas na Estrada Real é o nítido predomínio do vetor financeiro sobre os demais. Assim, naquele Decreto se citam como objetivos:

> I - possibilitar o incremento da arrecadação do Estado e dos municípios mineiros;
> II - incentivar o investimento privado no território do Estado;
> III - promover a alteração do perfil de distribuição de renda e elevar o nível de emprego da população do interior do Estado;
> IV - promover e divulgar a atividade turística interna e de lazer no Estado;
> V - resgatar, preservar e revitalizar os pontos de atração turística e de lazer já existentes, bem como os sítios arqueológicos, espeleológicos e paleontológicos e as paisagens naturais não exploradas, interligados pela Estrada Real (Art.3º, DECRETO 41.205).

Quando se pesquisa o Programa, pode-se ver que não houve o envolvimento e participação efetiva das comunidades locais neste processo, nem tampouco, foram apresentadas e debatidas as projeções econômicas e sociais que impactariam nos lugares em função da exploração da atividade turística. Dessa forma, podemos perceber que os objetivos presentes nesse Programa simbolizam meros termos normativos para a aprovação do Decreto, que necessitam de políticas públicas,

[190] DECRETO 41.205, de 08/08/2000, do Estado de Minas Gerais. Regulamenta a Lei nº 13.173, de 20 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real.

articulações técnicas, instrumentos, dentre outro suportes para a sua correta operacionalização e articulação entre os atores envolvidos.

Atualmente, não se percebem avanços significativos na melhoria da qualidade de vida das comunidades e do Turismo no estado de Minas Gerais em virtude dos empreendimentos envolvidos com a Estrada Real. Um trabalho crítico sobre as políticas de exploração turística da Estrada Real adotadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais, no período de 1999 a 2003[191], aponta o fato de a Secretaria de Estado do Turismo, que deveria ser responsável pela gestão do Programa, ter "transferido" essa responsabilidade, por meio de uma parceria do governo estadual, com uma entidade – Instituto Estrada Real, que figurava como um dos representantes da iniciativa privada junto ao "Conselho Consultivo da Estrada Real", conforme determinava o Decreto nº41205/00 (GUERRA, Adriano; *et al*. p.17). Com isso, o Estado tornou-se omisso da responsabilidade de regulamentar e fiscalizar o Programa, e ainda, desarticulou e desativou o *Conselho Consultivo da Estrada Real* após a posse do governador Aécio Neves, em 2003. Ao mesmo tempo, esse ato atribui "plenos poderes", ao Instituto Estrada Real, para deliberar e gerir todos os recursos e atividades.

> Após a posse do governador Aécio Neves, o Conselho Consultivo da Estrada Real foi desativado e desarticulado, e aquele grupo de colegiado nunca mais se reuniu, por imponência da Secretaria de Estado do Turismo que já deveria tê-lo convocado, contrariando o que estabelece o Decreto nº 41.205/00, que criou e regulamentou o seu funcionamento, configurando um flagrante desrespeito a todas as instituições que o compõem (GUERRA, Adriano; *et al*. p.20).

3.2 O INSTITUTO E O PROJETO ESTRADA REAL

O Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), que trabalha para contribuir com o desenvolvimento sustentável e a competitividade das indústrias instaladas no Estado, vinha desempenhando esforços para a implantação de um projeto turístico, vislumbrando o fomento das atividades industriais com um caráter sociocultural em defesa do patrimônio histórico, cultural e natural. Para tal

[191] GUERRA, Adriano; OLIVEIRA, Eduardo Henrique; SANTOS, Marcelo; SAADI, Allaoua UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. **Estrada Real:** análise crítica das políticas de exploração turística da Estrada Real adotadas pelo Governo do Estado de Minas Gerais período de 1999 a 2003. 2003.

gestão, fundou em 1999 o Instituto Estrada Real (IER), uma entidade não governamental sem fins lucrativos, incumbida de valorizar o patrimônio histórico-cultural, estimular o turismo, e estruturar o território da Estrada Real (RODRIGUES, 2008[192] *apud* IEL, 2003)[193]. Confiou ao Instituto a responsabilidade pelo desenvolvimento e execução de projetos de capacitação, qualificação, sinalização, mobilização social, conscientização e divulgação do antigo caminho colonial e demais atividade para transformá-lo em um produto turístico, um destino reconhecido no Brasil e no exterior, e que fosse capaz de gerar divisas e sustentabilidade para as comunidades locais. (ER, 2005)[194]. Hoje, o Projeto Estrada Real passa por 199 municípios – 169 em Minas Gerais, 22 em São Paulo e nove no Rio de Janeiro – e tem 1,6 mil quilômetros de extensão e mais de 80 mil quilômetros quadrados de área de influência (IER, 2012)[195]. Vislumbra criar oportunidades de lucrativos negócios, de mais empregos e renda, e contribuir de forma efetiva para a redução das desigualdades sociais do país (IER, 2012). Ideologicamente, os princípios estão de acordo com o desenvolvimento turístico sustentável; no entanto, o que se apura pelas atuações do IER é a nítida priorização de ações e investimentos voltados apenas ao *marketing* promocional turístico. Essa ação se mostra inadequada na medida em que as políticas em prol do desenvolvimento regional do turismo devem buscar o equilíbrio entres os vetores financeiros, sociais, culturais e ambientais, e não sobrepor o econômico aos demais, como tem atuado o IER. É interessante como o reflexo dessa política de atuação é transferido a sua logomarca.

Inicialmente, a ideia da *logo Estrada Real* consistia na *diferenciação da região turística com a criação de uma marca corporativa*. A marca corporativa constitui uma excelente estratégia de posicionamento de *marketing* e uma forma de estabelecer uma identidade territorial que, por um lado, pode diferenciar a oferta turística no mercado e, por outro, estimular o desenvolvimento de produção artesanal local que

[192] Rodrigues, Éder Romagna. A oferta turística da Estrada Real: uma proposta de hierarquização. Belo Horizonte, 2008. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

[193] INSTITUTO ESTRADA REAL (IER). Perfil do potencial Turístico da Área de Influência da Estrada Real. Belo Horizonte: Instituto Estrada Real, 2003. 100p.

[194] Estrada Real: Brasil. São Paulo: Empresa das Artes, 2005.

[195] IER, 2012.

fortaleça a identidade regional (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007. p.74)[196] Contudo, atualmente, é intrigante como a *logo Estrada Real,* que deveria exprimir não só a ideia de corporativismo, mas de sustentabilidade na promoção da Regionalização do Turismo qualificado, passou a construir uma imagem com pouca representatividade conceitual, voltada expressamente para o consumo quantitativo de produtos industriais.

A *Logo Estrada Real* aparece, assim, apenas em campanhas promovidas pelo IER que não se propõem a retratar as realidades e especificidades dos locais – artesanato, gastronomia, músicas, etc. Este posicionamento é uma constatação de que do IER não se preocupa em envolver as comunidades em suas políticas de atuação, que se posicionam marginalizadas dos processos e benefícios socioeconômicos promovidos pela atividade turística. Acredita-se, assim, que o IER deveria direcionar os seus investimentos em busca da qualificação do turismo ao invés de sua quantificação. Suas ações continuam a priorizar o valor econômico em detrimento dos demais, ou seja, dos valores sociais e culturais. Assim, suas iniciativas estimulam o turismo de massa com retornos econômicos em curto prazo.

Altos investimentos financeiros foram destinados ao Instituto Estrada Real. Como exemplo podemos citar a captação de 10.000.000,00 milhões da FUNDESE - Fundo de Fomento e Desenvolvimento Socioeconômico do Estado, para investimentos exclusivos em empreendimentos da Estrada Real (GUERRA, et al. *apud* Decreto nº43.539/03)[197], do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, de US$ 3,4 milhões para a criação de uma rede da cadeia produtiva do turismo, do BDMG - Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, de R$ 3,9 milhões (REIS, 2006)[198], do Projeto Estruturador Estrada Real[199] no período 2004-2007 em R$ 116.390.296,00 (MARTINS *apud* SETUR MG), além dos diversos investimentos diretos do Governo de Minas, sendo que somente em 2008, cerca de R$ 6,5 milhões (SETUR, 2012).

[196] Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007.

[197] GUERRA, Adriano; OLIVEIRA, Eduardo Henrique; SANTOS, Marcelo. Estrada Real – análise crítica das políticas de exploração turística da Estrada Real adotadas pelo governo do estado de Minas Gerais no período de 1999 a 2003. Monografia de especialização. IGC/UFMG. 2003.

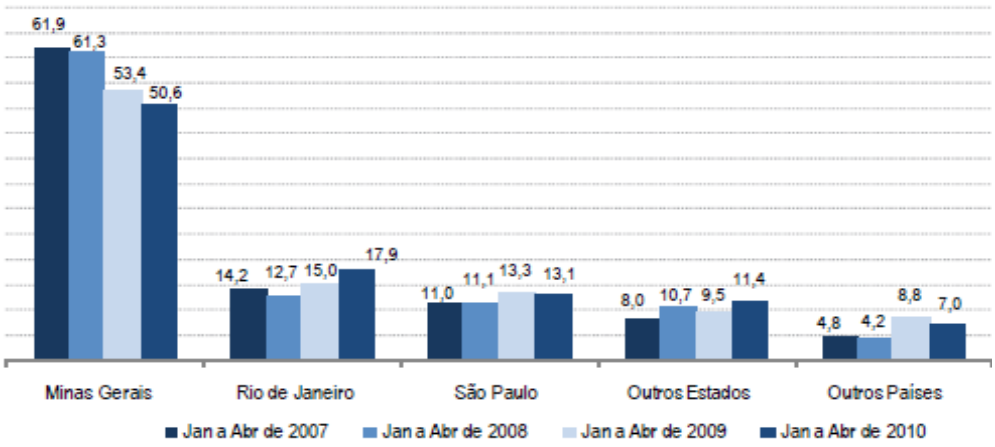
[198] REIS, Mauricio Campos Wanderley. Instituto Estrada Real. Patrimônio: Lazer & Turismo - Revista Eletrônica – UNISANTOS. Janeiro de 2006.

[199] Ações do Projeto Estruturador de Destinos Turísticos Estratégicos do Governo de Minas Gerais, criado pela Secretaria de Turismo de Estado.

Essa perspectiva valida a interpretação da fragilidade de uma política pública quando ela está sendo implementada com o foco principal voltado para os seus resultados econômicos, em detrimento de fatores sociais, históricos, ambientais e culturais (GUERRA *et al*, 2003). O Instituto, com o objetivo de fomentar a atividade turistica no Estado, não cumpre de fato a interlocução necessária entre a população e as iniciativas públicas e privadas, e não utiliza o *marketing* como um instrumento de resgate cultural das localidades, de preservação dos ambientes naturais e socioculturais.

Mais um motivo condizente com a necessária revisão das políticas desenvolvidas pelo IER, vem da percepção dos Indicadores da Estrada Real[200]. A maior parte dos turistas que procuram a Estrada Real é procedente do mercado interno e são motivados pelo "lazer". O turismo doméstico representou 93,0% do fluxo de visitantes na região. Os estados de Minas Gerais (50,6%), Rio de Janeiro (17,9%) e São Paulo (13,1%) continuaram sendo os principais emissivos de turistas para a região, com 81,6% do total. Já o fluxo de estrangeiros na Estrada Real foi responsável por 7,0% do total (GRÁFICO 13).

Gráfico 13: Origem dos Turistas na Estrada Real – 2007 a 2010



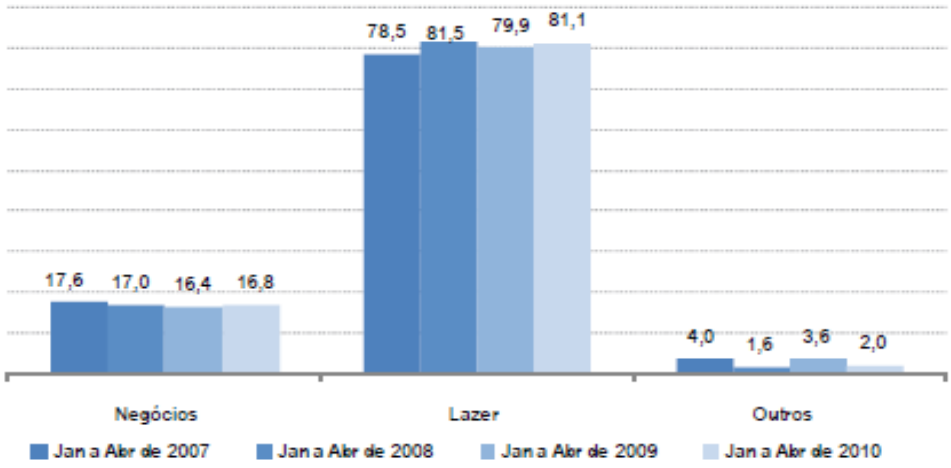
Fonte: Pesquisa Indicadores Estrada Real/IER - FIEMG

Entre janeiro e abril de 2010, o turismo de lazer foi o principal motivo da demanda por UH's - Unidade Habitacional (81,1%), mostrando aumento de 1,2 p.p. na

[200] Indicadores Estrada Real. Ano 5 – Nº 04 – Abril de 2010. A Pesquisa Indicadores Estrada Real tem como objetivo identificar o fluxo de turistas nos meios de hospedagem na área de influência da Estrada Real. Os resultados apresentados neste relatório devem ser interpretados como indícios do setor na Estrada Real. Em abril participaram da pesquisa 65 empresas localizadas em 23 municípios da Estrada Real.

comparação com o mesmo período do ano anterior (79,9%). O turismo de negócios representou 16,8% da demanda total (GRÁFICO 14).

Gráfico 14: Motivação dos turistas na Estrada Real – 2007 a 2010



Fonte: Pesquisa Indicadores Estrada Real/IER - FIEMG

Logo, a aplicação do capital do IER deveria visar o aumento da capacidade produtiva dos municípios estimulando o lazer, e tornando as cidades equiparadamente competitivas, uma vez que a maior motivação dos turistas que buscam a “Estrada Real” concentra-se em atividade relacionadas ao lazer.

Dessa forma, o IER poderia promover algumas iniciativas e ações que certamente trariam bons resultados para o desenvolvimento cultural dos municípios, ao mesmo tempo em que fomentariam a atividade turística. Os empreendimentos nessa área deveriam partir da leitura da significação do patrimônio histórico e cultural, propondo medidas como: o incentivo e promoção dos artistas e artesões; o planejamento, programação, organização, amparo, incentivo às atividades culturais, ambientas e esportivas de caráter educacional, proporcionando recreação em benefício da população e visitantes; a documentação das artes populares; a promoção de programas culturais de interesse da população e consequentemente dos turistas; o auxílio na administração das praças de esporte e demais unidades de lazer; o estabelecimento junto às secretarias de cultura e turismo de um calendário específico para a Estrada Real com atividades de recreação e lazer (incluído diversificados eventos), com o fornecimento de subsídios para a publicação e divulgação; o incentivo e auxilio para os municípios desenvolverem pareceres técnicos sobre a viabilidade desses programas, projetos e ações de lazer em busca

do fomento da atividade turística; a promoção de seminários, feiras, exposições, concursos, festas populares, encontros, palestras e debates sobre assuntos de interesse para o crescimento do turismo sustentável nos municípios; o estimulo a expansão da infraestrutura turística municipal. De tal forma a manter o relacionamento com outras entidades públicas e privadas para impulsionar o crescimento (desenvolvimento qualitativo) do turismo.

Assim, as políticas voltadas ao turismo pertinentes a Estrada Real deveriam prioritariamente salvaguardar e proteger o patrimônio histórico cultural das localidades envolvidas e promover, sobretudo, o sentido revelador de sua unicidade. Nesse sentido, a modalidade do turismo voltado para o "lazer" nos parece ser uma das alternativas, visto que ao mesmo tempo em que valoriza e promove a diversidade cultural, busca manter os fenômenos e as relações históricas singulares da "Estrada Real".

No entanto, hoje, o que se percebe são promoções de municípios isolados, que com o apoio do IER, competem entre si, como foi o caso do concurso das "Sete Maravilhas da Estrada Real", organizado pelo Instituto (FIGURA43), que *a priori* tinha como objetivo divulgar detalhes e belezas menos conhecidas do circuito. É interessante percebermos no próprio depoimento do presidente do IER a desconexão do elo cultural entre os municípios envolvidos com a Estrada Real e o claro posicionamento da atual gestão insistindo em rasas estratégias de *marketing* voltadas somente a captação de turistas por meio do apelo visual:

> Vários turistas visitam os municípios, mas, às vezes, não se identificam com a Estrada Real. Por isso, fizemos uma difícil seleção prévia de 21 atrações de Minas, Rio de Janeiro e São Paulo para chegarmos às sete maravilhas. Nossa intenção é mostrar que no caminho das 199 cidades da Estrada Real, com 80 mil quilômetros quadrados de área, há uma série de atrações naturais e culturais - entrevista do diretor-geral do Instituto, Baques Sanna, concedida ao jornal Estado de Minas em 31 de janeiro de 2012.

Figura 43: Vencedores do concurso 07 maravilhas da Estrada Real



Fonte: IER, 2012

Este fato ilustra a tentativa de se projetar uma imagem no mercado para captar turistas, o que poderia ter sido uma iniciativa plausível se fosse condizente com a realidade das propostas que envolvem o turismo sustentável. No caso da Estrada Real, o que o IER tem ofertado aos municípios estimula a "turisficação" do espaço urbano e da cultura, pois suas atividades não beneficiam o turismo cultural, nem tampouco as comunidades locais, um desafio a ser desmistificado como aponta Maria da Glória Lanci da Silva[201]:

> (...) as imagens das cidades turísticas, sejam elas parciais ou intencionalmente totalizantes, "falsificadas" ou "autênticas", divulgam e cristalizam paisagens e identidades culturais selecionadas pelo mercado. O objetivo imediato da propaganda continua sendo manter, através das representações, um valor simbólico suficientemente forte para atrair turistas. Para a população e governos locais, porém, impõe-se o desafio de desmistificar, mais do que essas imagens, o processo pelo qual elas são produzidas e continuamente reelaboradas, tomando para si o controle das decisões sobre a "turisficação" do espaço urbano e da cultura (LANCI DA SILVA, 2004)

As fragilidades encontradas, hoje, acarretam numa falta de credibilidade, tanto nos investidores, que demandam dados estatísticos para análises socioeconômicas, quanto na população, que não entende as políticas de proteção, conservação e

[201] LANCI DA SILVA, Maria da Glória. A imagem da cidade turística: promoção de paisagens e de identidades culturais. *Arquitextos*, São Paulo, 05.053, Vitruvius, out 2004. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/543>.

preservação do patrimônio histórico e cultural. Essa realidade também afeta os pesquisadores, uma vez que as informações e dados disponíveis sobre a Estrada Real não são consistentes.

Uma resposta para reverter esta situação partiria de investimentos em pesquisas científicas que retratassem as reais fragilidades e potencialidades da Estrada Real, seguido de um efetivo planejamento turístico, em consonância com os princípios da sustentabilidade turística, econômica, ambiental, social e cultural do Estado e em toda sua abrangência, de forma a minimizar os impactos negativos desta atividade, buscando estratégias de *marketing* que valorizem as operações turísticas em prol do desenvolvimento regional turístico qualificado[202]. Segundo a UNEP - *United Nations Environment Programme*, Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente, o Turismo deverá ser promovido fundamentado aos princípios do "*desenvolvimento do turismo sustentável*", de forma a satisfazer as necessidades dos turistas e das regiões hospedeiras, protegendo e melhorando as oportunidades para o futuro, visando o ordenamento de todos os recursos de forma que as necessidades econômicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas, ao mesmo tempo em que mantém a integridade cultural, processos ecológicos, diversidade biológica e sistemas de apoio da vida (GOMES, Mariana Elias *apud* SCHARER, 2003, p. 328)[203].

3.3 A DIMENSÃO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL: "*ESTRADA NÃO REAL"*

A Estrada Real hoje, objeto de mídia especulativa, ronda o imaginário daqueles que buscam uma conexão do turismo associado ao desenvolvimento regional. A proposta embutida em qualquer itinerário cultural ou mesmo em um circuito turístico tem por princípio proporcionar o equilíbrio sustentável dos destinos pertinentes, nos

[202] O conceito de sustentabilidade deve ser entendido como princípio fundamental na reformulação do planejamento turístico nacional. Face à sua relevância como elemento orientador do modelo de desenvolvimento turístico desejado. As relações entre turismo e sustentabilidade devem ser abordadas por meio dos princípios que norteiam o entendimento dos seus distintos campos. Para o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, esses princípios são os seguintes: sustentabilidade ambiental; sustentabilidade econômica; sustentabilidade sociocultural; sustentabilidade político-institucional. (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

[203]GOMES, Mariana Elias. Patrimônio cultural e turismo: estudo de caso sobre a relação entre o órgão ARP Schinitger e a população local de Mariana, MG. Trabalho apresentado no III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, Bahia, 2007.

níveis tanto econômico quanto social, ambiental e cultural. Para tanto, as cidades e lugares envolvidos devem apresentar um plano de gestão territorial compartilhado, com especial atenção voltada às questões relacionadas ao patrimônio e a cultura que objetive (ou deveriam), sobretudo, melhorias na qualidade de vida das comunidades envolvidas no linear das políticas de proteção patrimonial. Como evidencia o ICOMOS, os Itinerários Culturais exigem uma coordenação transversal a fim de garantir a integridade das ações no domínio da proteção, da preservação, do uso, conservação e ordenamento do território e do turismo (ICOMOS, 2008).

O interessante da perspectiva do envolvimento de várias cidades ao longo de uma rota turística, ou melhor, ao longo de um caminho, é observada pelo surgimento de uma "força motriz" integrada à sua identidade representativa, e que passa a ser estimuladora do desenvolvimento regional. Esta perspectiva é ratificada quando observamos o esforço de diversos municípios para serem inseridos em rotas, itinerários, circuitos turísticos, bem como no "Projeto Estrada Real". Ao vislumbrarem a incorporação dos "benefícios positivos" que a atividade turística poderia promover.

Atualmente, a Secretaria de Estado de Turismo declara haver 47 circuitos turísticos em Minas Gerais distribuídos nas regiões: Central, Zona da Mata, Sul de Minas, Triângulo Mineiro, Alto Paranaíba, Centro Oeste de Minas, Noroeste de Minas, Norte de Minas, Vale do Mucuri, Rio Doce. Todos os Circuitos devem ser certificados pela SETUR MG e atrelados a uma *Associação de Circuitos Turísticos*[204] - entidades sem fins lucrativos que caracterizam a política pública de Regionalização do Turismo de Minas Gerais implantada pelo Governo de Minas em 2003 por meio de Decreto de Lei n° 43.321 (SETUR, 2012)[205]. A SETUR MG pontua algumas ações e benefícios promovidos por estas associações, como a sinalização turística rodoviária, cursos de capacitação e melhoria dos serviços turísticos que incluem sensibilização, mobilização, elaboração de planos estratégicos voltados ao desenvolvimento, roteirização, vislumbrando a promoção dos destinos turísticos no estado (SETUR, 2012). Todavia, o crescente "interesse dos municípios" pela incorporação nos circuitos é cada vez mais estimulado pelas possibilidades de arrecadação financeira.

[204] As associações abrigam um conjunto de municípios de uma mesma região, com afinidades culturais, sociais e econômicas que se unem para organizar e desenvolver a atividade turística regional de forma sustentável, consolidando uma identidade regional. Hoje, de acordo com a Resolução 008/2008, Minas Gerais conta com 42 Associações de Circuitos Turísticos certificados, envolvendo todas as regiões do Estado. (SETUR, 2012)

[205] SERTUR, 2012. Secretaria de estado de Turismo de Minas Gerais. Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/> acessado em março de 2012.

Um exemplo recente o ICMS TURISTICO[206], aprovado no dia 18 de junho de 2010, por meio do Decreto nº 45.403, que dispõe sobre a regulamentação e distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS e do IPI-Exportação pelo critério "turismo" da Lei Robin Hood. De acordo com o atual secretário de Estado de Turismo de Minas Gerais, Agostinho Patrus Filho, 63 municípios mineiros[207] serão contemplados com os recursos do ICMS Turístico, previstos em R$ 10 milhões de reais. "Esta é uma forma da política pública ser executada na ponta, nas cidades – que detêm o conhecimento de suas reais necessidades e sabem em quais ações o benefício será melhor aplicado para o desenvolvimento do turismo ", afirmou o secretário. (SETUR, 2012)

Mas, o que se afere em relação a esta distribuição é o privilégio a cidades mais desenvolvidas (principalmente tecnicamente) em detrimentos das menos qualificadas, e a formação de polos regionais centralizadores que se tornam catalisadores dos recursos financeiros destinados ao fomento da atividade turística. Este fato mostra uma apropriação inadequada dos recursos públicos, que deveriam atender prioritariamente os municípios com maiores carências de investimentos. Além disso, percebe-se que a falta (ou pouca) de fiscalização da destinação desses recursos acaba por "maquiar" a realidade dos circuitos. Os investimentos em mídia promocional ao mesmo tempo em que vinculam uma dada cidade ao circuito aumentam a competitividade turística entre elas, favorecendo de certa forma, a disparidade econômica e social.

Tomarei como exemplo ilustrativo, o Circuito dos Diamantes[208] (FIGURA 44). Esse circuito turístico envolve as seguintes cidades: Alvorada de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Diamantina, Felício dos Santos, Gouveia, Monjolos, Presidente Kubitschek, Rio Vermelho, Santo Antonio do Itambé, São Gonçalo do Rio Preto, Senador Modestino, Gonçalves, Serro.

---

[206] **ICMS TURÍSTICO** - A inclusão do critério Turismo no Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) em Minas Gerais é resultado de esforço coletivo entre as Associações de Circuitos Turísticos, por meio da Federação de Circuitos Turísticos, e Setur/MG. Os Decretos nº 45403/2010 e 45625/2011 e a Resolução SETUR nº 06/2010 regulamentam a Lei nº 18.030, de 12 de janeiro de 2009, que dispõe sobre a distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação do ICMS pertencente aos Municípios. O recurso oriundo do ICMS Turístico poderá ser investido em ações, programas e projetos voltados para o desenvolvimento turístico dos municípios. (SETUR, 2012)

[207] Conferir Índices Definitivos - ICMS Turístico 2011 (SETUR, 2012)

[208] Demais informações consultar o site: <http://www.circuitodosdiamantes.com.br/>

Figura 44: Circuito dos Diamantes - MG



Fonte: SETUR MG, 2012.

Gonçalves foi a única cidade do circuito beneficiária do ICMS Turístico em 2012, uma vez que atendeu a todos os critérios para o repasse financeiro: possuir participação em um circuito turístico (reconhecido pela SETUR nos termos do Programa de Regionalização do Turismo no Estado de Minas Gerais); ter elaborado e implementado uma política municipal de turismo; possuir Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e o Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR) constituídos e em funcionamento. Aqui poderíamos nos perguntar: será, então, que os quatro critérios obrigatórios estipulados pela SETUR MG são de fato suficientes para a tomada de decisão e análise das reais necessidades de investimento de recursos públicos na área do Turismo? O ICMS Turístico tem cumprido seu papel de fomentador da atividade turística?

Acredito que ainda há um longo desafio pela frente. Por exemplo, os municípios que pertencem ao mesmo circuito, como Datas e Monjolos, deveriam ter prioridades nos repasses do ICMS Turístico param se equipararem a destinos turísticos mais reconhecidos, como o caso de Diamantina – patrimônio mundial da humanidade. Esse fato “validaria” o instrumento enquanto uma estratégia de desenvolvimento local em busca de uma melhor qualificação e competitividade turística.

Evidencia aqui, que os municípios menos capacitados dificilmente conseguirão captar esse recurso por carência técnica e operacional para cumprirem com as exigências do Estado. A maior parte dos municípios só consegue a captação dos empenhos previstos pela Lei Robin Hood – ICMS Cultural e agora o ICMS Turístico, através do pagamento de consultorias externas (empresas particulares, ONGs e

Instituições), mantendo uma continua relação de dependência, não habilitando seus órgãos internos. Enquanto não houver uma maior sensibilização da necessidade de se incorporar ao turismo diretrizes voltadas á educação (não só de qualificação profissional, mas sensibilização ambiental, patrimonial, social, etc), os impactos negativos do quadro retratado acima não serão minimizados, e as políticas públicas continuarão operando na contramão do turismo sustentável promovendo a desigualdade, inclusive, *entre* as nossas cidades. Sugere-se então, que as entidades responsáveis por essa gestão ofertem aos municípios condições para que se seja mantida uma estrutura mínima para gerir esses repasses. Sendo essa uma forma do Estado promover, por meio de capacitação, por exemplo, a estruturação técnica e normativa do município.

3.3.1 Circuitos Turísticos x Estrada Real

Este quadro é igualmente compartilhado no caso do Projeto Estrada Real, que mantêm os denominados "núcleos da Estrada Real"[209]. Como exemplo, o núcleo de Diamantina representa 15 localidades: Alvorada de Minas, Couto de Magalhães de Minas, Datas, Felicio dos Santos, Gouveia, Monjolos, Diamantina, Presidente Kubitschek, Sabinópolis, Santo Antônio do Itambé, Santo Hipólito, São Gonçalo do Rio Preto, Serra Azul de Minas, Serro e São Gonçalo do Rio das Pedras. Da mesma forma, o município representante do núcleo polo é beneficiado perante aos demais, tanto em nível de informações, quanto de investimentos financeiros, uma vez que atrai maior visibilidade para si. Porém, a grande questão que apresento em relação à aglomeração de municípios em um mesmo projeto, como no caso dos Circuitos e da Estrada Real, diz respeito à omissão do Estado no que compete ao seu papel de regulamentá-los e fiscalizá-los. As cidades envolvidas necessitam de um maior aporte, tanto econômico quanto nas demais esferas do desenvolvimento. As iniciativas tomadas estão sendo operadas em sentidos contrários ao programa de Regionalização do Turismo (em prol da sustentabilidade turística), e a própria proposta de distribuição da parcela do ICMS Turístico de descentralização de

[209] Hoje, o IER considera 10 núcleos da Estrada Real: Diamantina, Serra do Cipó, Santa Bárbara, Ouro Preto, São João Del Rei, Carrancas, Juiz de Fora, São Lourenço, Paraty, Lorena.

recursos com repasses diretos aos municípios (para promover o desenvolvimento turístico local, tornando-os mais competitivos).

Dessa forma, nos questionando sobre a atual gestão territorial dos circuitos turísticos mineiros, parece-nos possível denominarmos a "ESTRADA não REAL", na qual a dimensão do desenvolvimento turístico desponta frágil frente às especulações midiáticas. No caso apresentado, praticamente as mesmas cidades fazem parte tanto do Circuito dos Diamantes, quanto do Projeto Estrada Real, o que demonstra que o turismo está sendo estimulado e desenvolvido mais em função de estratégias de *marketing* (divulgação para o retorno financeiro imediato) do que em relação ao desenvolvimento humano (em busca do turismo sustentável na promoção de melhorias na qualidade de vida das comunidades envolvidas), uma vez que não há registros de avanços qualitativos nesta região.

3.4 O DIAGNÓSTICO DO PRODUTO TURÍSTICO – ESTRADA REAL

Em outubro de 2006, a empresa Expertise realizou uma pesquisa sobre o Projeto Estrada Real. O objetivo era identificar o potencial da Estrada Real como roteiro turístico e conhecer as oportunidades e ameaças que o projeto apresentava, demonstrando o posicionamento perante o seu público-alvo. Pautaram enquanto metodologia de pesquisa para a fase qualitativa, a coleta de dados primários por meio da realização de grupos de discussão e realização de entrevistas em profundidade. Na fase quantitativa, os dados primários foram coletados por meio da utilização de 576 questionários semiestruturados. Objetivava-se apurar se a Estrada Real de fato teria potencial para ser um roteiro turístico? O que seria necessário investir para a realização do Projeto ER? Quais seriam os conhecimentos e a atuação do Instituto Estrada Real? E qual seria o significado da Estrada Real como um destino turístico?

Depois de um extenso estudo, assinalou-se que a Estrada Real tem grandes oportunidades para se tornar um roteiro turístico abrangente, mas, para que esse potencial se torne realidade, é necessário um trabalho efetivo dos profissionais envolvidos no projeto para reverter alguns cenários críticos que foram identificados, tais como o baixo conhecimento do projeto junto ao público-alvo; a imagem difusa da

Estrada Real; e a ausência de uma proposta mais assertiva para o turismo na região.

Nesse estudo considerou-se fundamental a identificação dos anseios e significados do público-alvo para que fossem traçadas estratégias que respondessem às expectativas do mesmo. Assim, buscaram responder à indagação se a Estrada Real, da maneira como é percebida pelo público alvo, corresponderia então às suas necessidades. A resposta encontrada foi que a imagem que o público estudado tem da Estrada Real é um pouco difusa em função do baixo conhecimento e, mesmo entre aqueles que sabem da sua existência, há uma divergência entre o seu conceito (EXPERTISE, 2006).

A segmentação do público entrevistado partiu de três vertentes. A primeira das cidades, Belo Horizonte (35%), Rio de Janeiro (30%) e São Paulo (35%). A segunda, do relacionamento com a ER, "ouviu falar, mas não visitou" (8%), "ouviu falar e visitou" (9%), "nunca ouviu falar" (83%). E a última, das experiências que buscam em suas viagens: ecoturistas (41%), cultura (46%); história e outros – (13%) (EXPERTISE, 2006).

Nessa pesquisa foi definido ainda que "ecoturistas e turismo de aventura" são os turistas que buscam paisagens e locais que permitam entrar em contato com a natureza e podendo ser atraídos também por esportes mais radicais. Os turistas que buscam "cultura" requerem contato com aspectos culturais das comunidades: gastronomia, estilos de vida, valores, crenças, etc. Os demais turistas buscam locais que permitam vivenciar momentos importantes da "história", e há ainda, os que buscam atividades diversas, sem foco nos interesses específicos dos segmentos já citados.

Conforme aponta o quadro 05 pode-se aferir que, de modo geral, a Estrada Real não apresentou um *recall*[210] significativo entre os entrevistados, percebendo-se que a diferença entre os segmentos se dá somente quando analisado por cidade no seguinte panorama: os mineiros demonstram um *recall* bastante positivo, enquanto os cariocas e paulistas apresentaram resultados menos favoráveis. De maneira

[210] O índice de recall infere sobre a qualidade do conhecimento e imagem da Estrada Real (EXPERTISE, 2006). O direito à informação e o direito à segurança são um dos direitos básico dos consumidores previsto nos termos da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor). Desta forma, o Recall, ou chamamento, é o procedimento gratuito pelo qual o fornecedor informa o público e/ou eventualmente o convoca para sanar os defeitos encontrados em produtos vendidos ou serviços prestados (PROCON PA).

ampla, mais de 50% das pessoas que já ouviram falar da Estrada Real a visitaram, índice este que foi influenciado em sua maior parte, pelo público mineiro, que possui o maior interesse em conhecer e retornar à ER. Apesar de a Estrada Real não despertar grande interesse para ser visitada ou "revisitada", ela não possui um índice significativo de rejeição. Aqueles que possuem maior interesse de viajar pela ER pertencem aos segmentos "ouviram falar da ER" e "Outros Turistas".

Quadro 5: Contato com a Estrada Real

Contato com a Estrada Real					
Cidades	Recall	Já visitou	Vontade de conhecer/retornar		Rejeição Geral
			Geral	1º	
Geral	16%	9%	2%	1%	3%
BH	92%	66%	11%	3%	2%
SP	4%	1%	1%	0%	4%
RJ	15%	5%	3%	1%	1%
Ouviu falar mas nunca visitou	100%	0%	15%	3%	4%
Ouviu falar e já visitou	100%	100%	16%	5%	1%
Nunca ouviu falar	0%	0%	0%	0%	3%
Eco-turistas	16%	10%	2%	0%	2%
Turistas (Cultural)	16%	8%	2%	1%	5%
Outros Turistas	20%	7%	5%	1%	2%

Fonte: Expertise, 2006

A pesquisa destacou que ter ouvido falar da ER não significa ter conhecimento sobre a ER, onde o quadro 06 mostra que 38% dos entrevistados não possuem conhecimento sobre a ER. Dentre os que ouviram falar da Estrada Real, a televisão foi o principal meio pelo qual tomaram conhecimento (34%), seguido pelo boca a boca (19%), viagens a algumas cidades que fazem parte do percurso (10%), outras mídias - jornais, estudo/educação, revista (10%). A pesquisa mostrou ainda que mesmo entre aqueles que afirmam conhecer a ER, percebe-se que quase metade (42%) não a conceituam de maneira correta, mas, indicaram um aumento neste percentual dos turistas que já visitaram a ER (75%), seguido de outros turistas (70%) e do público mineiro (64%).

Quadro 6: Conhecimento sobre o significado da Estrada Real

Frases	Geral
Estrada Real é uma estrada que a família real utilizava para realizar suas viagens pelo país e que hoje foi tombada como Patrimônio da Humanidade, só podendo ser visitada com autorização prévia;	14%
Estrada Real é uma estrada que une as cidades históricas do país.	19%
Estrada Real é o caminho que os tropeiros faziam para levar as riquezas retiradas do país até o porto para serem enviadas a Portugal e que hoje reúne cidades e parques para serem visitados.	58%
Estrada Real é um conjunto de estradas que ligam regiões até então inacessíveis para que turistas possam conhecê-las.	5%

Fonte: Expertise, 2006

É importante explicitar que a pesquisa considerou três segmentos em relação ao grau de conhecimento da ER: “conhecem o Projeto”; “ouviram falar sobre o Projeto”; e “desconhecem o Projeto”. O primeiro grupo de entrevistados e turistas que apresentam *recall* e **conhecimento satisfatório** acerca da Estrada Real conhece sua origem histórica e as cidades que estão incluídas no roteiro, mas a define como um produto turístico para fomentar a inclusão somente em Minas Gerais no circuito do turismo do país. Fazem parte desse grupo, principalmente aqueles que residem em Minas Gerais ou já visitaram o estado.

> Este público se mostra bastante capaz de conceituar historicamente a Estrada Real, ressaltando ainda, sua importância e funcionalidade na história do Brasil. Como exemplo, neste grupo, um turista estrangeiro que visitava uma das cidades da Estrada, a definiu como “um conjunto de várias estradas do Século XVII, no qual foi transportado o que foi tirado das minas de Minas Gerais para as portas do litoral. E, num outro sentido, foi transportar as mercadorias para as cidades do interior”.
> Já em relação ao caráter turístico da Estrada Real atual, nota-se que, a grande maioria dos entrevistados demonstra conhecer seu trajeto, afirmando que a mesma se inicia em Diamantina e vai até Ouro Preto, onde se parte em dois caminhos: um que se destina ao Rio de Janeiro e outro à Paraty. Ainda, esses entrevistados definem ser o projeto de grande importância para MG, na medida em que se torna um atrativo para o ingresso do estado na rota turística do país (EXPERTISE, 2006).

Em relação à sua imagem, esse grupo associou a Estrada Real a: gastronomia mineira, paisagens montanhosas, diferentes formações rochosas, estradas de terra, cidades históricas, Tiradentes, Ouro Preto, esculturas de Aleijadinho, Barroco, Brasil Colônia, arquitetura imperial, construções antigas, igrejas e religiosidade, esportes

de aventura e ecoturismo. Relacionaram que o tipo de turista que frequenta a Estrada Real seriam aquelas pessoas praticantes do ecoturismo e turismo de aventura, ou aqueles que buscam história e cultura, por identificarem as cidades históricas. Ainda, há aqueles que afirmam ser um destino com tantas atrações que pode ser frequentado por turistas diversos.

O segundo grupo, aqueles que **ouviram falar sobre o Projeto**, compõem um público que apresenta *recall* acerca do projeto, mas demonstram conhecer pouco ou quase nada sobre a ER, no que diz respeito à sua origem e representatividade atual. Percebe-se que esse grupo formado em sua totalidade por paulistas e cariocas, teve contato superficial com algum tipo de mídia sobre o projeto, mas que, no entanto, não foi passado nenhum tipo de informação mais aprofundada sobre o mesmo.

O último grupo são aqueles que não apresentam *recall* algum sobre a ER, a grande maioria reside em São Paulo ou fora do país e não foram atingidos por nenhum tipo de comunicação sobre o projeto da ER. Todavia, demostram um total desconhecimento acerca das origens e conceito do projeto, inclusive, em relação ao nome “Estrada Real”, em que afirmaram ser a primeira vez que o escutaram.

Sobre o conceito e imagem da Estrada Real em São Paulo, muitos remetem à época do Brasil Colônia e aos caminhos percorridos por Dom Pedro, alegando também conhecer a sua trajetória (Paraty-Minas), apenas pela visualização do mapa da Estrada. Contudo, não são capazes de dizer quais cidades fazem parte do roteiro, tendo a imagem de uma estrada mais antiga, que percorre alguns vilarejos e antigas fazendas de Minas Gerais, e que não oferece muita infraestrutura para o turista. Ainda, alguns entrevistados paulistas acreditam que a Estrada Real se refere ao antigo caminho que ligava São Paulo a Santos, por onde o Imperador passava para se encontrar com a Marquesa de Santos. Por outro lado, há outros que já pontuam o lado histórico da Estrada Real, pensando ser um caminho que percorre as cidades históricas, passando também por Ouro Preto e, sendo um local buscado por aquelas pessoas interessadas em antiguidades, em conhecer as histórias do país, seu passado. Vale ressaltar que alguns entrevistados, que possuem apenas essa imagem “histórica” da Estrada Real, alegam que não a visitariam, por acreditar ser um programa para pessoas mais velhas. Ainda, há aqueles que não conhecem nada mais concreto a respeito da Estrada Real. Com relação à imagem, esse grupo associa a ela a: comida mineira, paisagens de gruta, montanhas e serras, estrada de

terra, natureza, história, cultura, passado, casarões antigos, vilarejos, fazendas, ecoturismo.

Em relação aos entrevistados e turistas que **desconhecem a Estrada Real**, foi encontrado maior dificuldade para tecer associações a respeito do nome “Estrada Real”: quando estimulados, esses entrevistados e turistas apenas conseguem imaginar que seja uma estrada que leva a cidades históricas. Pensam também ser um local onde se podem fazer trilhas de carro, por ser uma estrada. No município do Rio de Janeiro, houve participantes que já interpretaram o nome como sendo de alguma cidade do interior específica, de grande importância histórica. Com relação à imagem, esse grupo associa a Estrada Real a: estrada de terra e asfaltada, arquitetura colonial e antiga, ecoturismo.

A pesquisa também abrangeu os empresários envolvidos com o Projeto e constatou que dentre os responsáveis por restaurantes, estes comerciantes mostraram-se, na sua maioria, grandes conhecedores do projeto Estrada Real. A única exceção diz respeito às informações históricas, restritas apenas aos roteiros e cidades envolvidas. Enquanto uns se mostram mais cautelosos em relação ao andamento do projeto, o reconhecimento da sua dimensão é unanimidade, bem como o ganho que o mesmo poderá agregar no turismo e nos negócios, caso obtenha êxito. No setor responsável por pousadas e hotéis, entrevistaram-se quatro empresários do ramo hoteleiro nas localidades pesquisadas, que demonstraram grande conhecimento, tanto histórico quanto turístico. Também apresentaram interesse pelo projeto, com a consciência de que é uma empreitada de longo prazo e que seu sucesso está diretamente relacionado a investimentos em infraestrutura, informação e conscientização da população e do empresariado local, mas de uma forma geral, apontam um aumento expressivo do turismo em todas as regiões pesquisadas com o advento da Estrada Real.

Em relação à logomarca desenvolvida para o Projeto (FIGURA 45), observou-se que o nível de lembrança espontânea é ainda relativamente baixo entre os públicos pesquisados. Apenas alguns que conhecem melhor o projeto, são capazes de descrevê-la com clareza, afirmando a terem visto nos marcos e placas nas estradas, bem como em jornais e materiais de comunicação em hotéis, guias e postos da Polícia Militar. Ainda, quando estimulados, há aqueles que dizem já terem visto a logomarca, sem serem capazes de detalhar onde. Entre aqueles que a conhecem, a

avaliam positivamente pontuando ser capaz de remeter ao seu significado. Entre os empresários, a lembrança e o conhecimento de produtos que levam o nome da Estrada Real ainda não é muito grande. Dentre os que já tiveram contato com algum material, destacam mapas, adesivos, camisetas, cachaça, bonés, café Fino Grão e linha de chocolate da marca Doce Cacau.

Figura 45: Logomarca da Estrada Real



Fonte: Instituto Estrada Real, 2012

Continuando na percepção dos entrevistados, as cidades que fazem parte da Estrada Real, de modo espontâneo, 48 cidades foram citadas como pertencentes à Estrada Real, com destaque para Ouro Preto (60%), Diamantina (41%), Mariana (38%), Paraty (31%), São João Del Rei (27%) e Tiradentes (25%). Quando estimulados, os percentuais sobem para: Ouro Preto (70%), Diamantina (64%), Mariana (56%), Paraty (55%), Tiradentes (54%), e São João Del Rei (50%). De modo geral, Belo Horizonte (49%), Petrópolis (42%), Paraty (32%) e Ouro Preto (29%) são as cidades que possuem maior índice de pessoas que já as visitaram e, comparativamente, Belo Horizonte (6%) e Petrópolis (3%) são as que menos despertam vontade de retornar. Considerando tanto o índice de “falta de vontade de conhecer”, quanto “falta de vontade de retornar” às cidades estimuladas, observa-se que ambos são baixos, porém, comparativamente Aiuruoca (7%) e Milho Verde (6%) possuem maior índice de falta de vontade conhecer. Ainda há uma parcela dos entrevistados que, mesmo de modo estimulado, não associam nenhuma das cidades à Estrada Real.

No quadro 07, em uma analise comparativa entre os segmentos das cidades, se aferiu que os mineiros são aqueles que mais cidades citaram pertencer à Estrada Real, tanto de modo espontâneo quanto estimulado, além de apresentarem índices mais elevados de conhecimento. Os paulistas, de modo espontâneo, demonstraram significativa falta de conhecimento das cidades que compõem a Estrada Real como

também de modo estimulado. As principais cidades citadas, tanto de modo espontâneo quanto estimulado, foram Ouro Preto, Diamantina e Paraty. Uma parcela dos cariocas (12%), de modo espontâneo, também demonstrou desconhecimento das cidades que compõem a Estrada Real, e apresentaram índices maiores de visita à Petrópolis (87%), cidade que está no seu estado. São, dentre os segmentos das praças pesquisadas, os que mais possuem falta de vontade de retornar à um destino conhecido, com destaque para Belo Horizonte (9%) e Petrópolis (7%).

Quadro 7: Análise comparativa entre os segmentos das cidades da Estrada Real

Cidades	Cidades que fazem parte da ER (espontâneo)	Cidades que fazem parte da ER (estimulado)	Já visitou	Não tem vontade de retornar	Não tem vontade de conhecer
BH	Ouro Preto (86%) Diamantina (56%) Mariana (54%) São João del Rei (40%) Tiradentes (36%)	Ouro Preto (94%) Diamantina (85%) Mariana (83%) Tiradentes (79%) São João del Rei (75%)	Ouro Preto (92%) Mariana (77%) Serra do Cipó (70%) Tiradentes (68%) Diamantina (65%)	Não rejeitam nenhuma (81%) Ouro Preto (6%) Congonhas (4%) Mariana (2%) Tiradentes (2%)	Não rejeitam nenhuma (82%) Aiuruoca (8%) Cachoeira Paulista (4%) Serro (3%) São Tomé das Letras (3%)
SP	Não sabe (57%) Paraty (29%) Ouro Preto (14%) Diamantina (14%) *Base inferior a 30 casos	Paraty (56%) Diamantina (44%) Ouro Preto (33%) Não sabe (33%) *Base inferior a 30 casos	Belo Horizonte (41%) Nenhuma (36%) Paraty (24%) Ouro Preto (19%) Petrópolis (18%)	Não rejeitam nenhuma (86%) Belo Horizonte (5%) Congonhas (2%) Circuito das Águas (2%)	Não rejeitam nenhuma (77%) Aiuruoca (10%) Milho Verde (7%) Serra do Cipó (4%)
RJ	Paraty (35%) Ouro Preto (31%) Diamantina e Mariana (23%) São João del Rei e Tiradentes (15%) *Base inferior a 30 casos	Paraty (50%) Ouro Preto (46%) Tiradentes e Diamantina (35%) Mariana e Petrópolis (27%) São João del Rei (23%) *Base inferior a 30 casos	Petrópolis (87%) Paraty e Belo Horizonte (49%) Ouro Preto (27%) São João del Rei (23%) Tiradentes (21%)	Não rejeitam nenhuma (77%) Belo Horizonte (9%) Petrópolis (7%) Paraty (3%) Circuito das Águas, Tiradentes e Congonhas (2%)	Não rejeitam nenhuma (80%) Congonhas (4%) Milho Verde (3%) Aiuruoca, Serra do Cipó, Carrancas, Tiradentes, Mariana e Belo Horizonte (2%)

Fonte: Expertise, 2006

Fez-se questão de frisar que os entrevistados quando eram questionados se de fato já haviam visitado a Estrada Real, poucos conseguiram afirmar com precisão; a maioria disse que já estivera em várias cidades do circuito, mas não sabia dizer se passou pela Estrada em si, pois a desconhecia ou não sabia o seu trajeto específico. No entanto, há outros que, pelo fato de já terem ido a estas cidades, consideram que

já estiveram na Estrada Real. De tal modo, aferiu-se no resultado da pesquisa, que não há um conhecimento mais aprofundado acerca das cidades constituintes do roteiro da Estrada Real, bem como seria necessário uma definição mais clara do percurso que tal caminho traça no mapa. Foram apontadas duas causas que influenciam na má percepção dos caminhos reais: a primeira a ausência de uma comunicação mais incisiva sobre o projeto, seguida da hipótese de que haveria certa dificuldade na compreensão do mapa ilustrativo da Estrada Real (divulgado pelo IER), fato recorrente dos grupos da fase qualitativa. Tal dificuldade diz respeito à concepção do mapa, que inclui várias cidades que, aparentemente, não estão na rota da Estrada propriamente delimitada por um traço mais forte. Assim, gera, conforme aponta a Figura 46, a dúvida: todas as cidades aparentes no mapa realmente fazem parte da Estrada Real? Ou tais cidades estão listadas no mapa a fim de orientar o turista? (EXPERTISE, 2006).

Figura 46: Mapa ilustrativo da Estrada Real



Fonte: Expertise, 2006

Outro enlace da pesquisa, aferido dos grupos de discussão e turistas *in loco*, diz respeito aos atrativos turísticos. Concluiu-se que ainda existe um enorme potencial a ser explorado, inclusive, bastante diversificado, na gastronomia regional, nas diferentes culturas, nas práticas de ecoturismo e turismo de aventura, na hospitalidade e receptividade dos mineiros, no resgate da história do Brasil e nas belezas naturais. Dentre as atividades históricas, percebeu-se que apenas o caráter "histórico" da Estrada Real vem sendo divulgado ou, pelo menos, é a principal (se não a única) associação que os entrevistados fazem com o projeto, e que as atividades de ecoturismo, turismo de aventura e atividades culturais são pontos que possuem uma conotação negativa, devido a pouca oferta de atividades associadas aos turistas. O que nos chama atenção é que todas as cidades possuem um caráter histórico referente à sua formação, mas o que se conclui do resultado desta pesquisa é que o presente patrimônio histórico[211] da ER não está sendo explorada pelas estratégias de *marketing* e divulgação do IER, nem tampouco, a diversidade cultural existente ao longo dos caminhos.

Os autores destacaram que na visão do empresariado, o projeto Estrada Real, se bem conduzido, tem grande potencial para se tornar um roteiro turístico, inclusive reconhecido internacionalmente. A pesquisa pontua a importância do mesmo não somente para os centros turísticos mais conhecidos do público, como também o resgate e o desenvolvimento cultural e econômico que poderá proporcionar aos demais municípios, distritos e vilarejos que compõem o caminho. Apesar de alguns empresários já conseguirem identificar retornos e ações concretas do IER em algumas localidades, este público está consciente de que a Estrada Real é um projeto em longo prazo (EXPERTISE, 2006). Esta conscientização pode ter sido concebida por meio de ações promovidas pelo IER, no intuito de mobilizar comerciantes e iniciativas privadas para se tornarem investidores da Estrada Real. A contradição é que as ações do IER não têm desencadeado o desenvolvimento turístico compatível e equilibrado com as demandas dos municípios, ainda com menor expressividade nos distritos e vilarejos mais carentes, trazendo descréditos

[211] Carlos A.C. Lemos, no livro "O que é patrimônio histórico", da Editora brasiliense (1981) nos chama atenção que não é apenas feito de "pedra e cal", o patrimônio histórico e cultural de uma sociedade. Neste conceito mais amplo, estão elencadas também outras duas categorias que devem ser consideradas: Os elementos relacionados a natureza, o meio ambiente e o conhecimento que gera a capacidade de sobrevivência e, o que Lemos aponta como mais importante e tema central de seu livro, a reunião de bens culturais que englobam toda sorte de coisas, objetos, artefatos e construções obtidas a partir do meio ambiente e do saber fazer, o que ele denomina de artefato. QUE E PATRIMONIO HISTORICO, O; LEMOS, Carlos A.C.; Ed. Brasiliense, 1981.

ao Projeto e, assim, diluindo seu sentido coorporativo e sua unicidade como um todo.

Contudo, a título de análise, foram selecionadas durante a pesquisa oito cidades e regiões que consideradas importantes e representativas do potencial turístico da ER de acordo com a percepção do público pesquisado: Paraty, Ouro Preto, Petrópolis, Diamantina, Tiradentes, São Thomé das Letras, Serra do Cipó e São João Del Rey. Utilizando-se para isso, índices de visitação e de atributos relacionados à vontade de retornar e conhecer.

3.4.1 Síntese do potencial turístico das cidades em relação à Estrada Real

A mesma pesquisa realizada pela empresa Expertise, 2006, gerou uma síntese do potencial turístico das principais cidades que compõem a Estrada Real e que possuem um turismo já consolidado no mercado interno: Paraty, Ouro Preto, Petrópolis, Diamantina, Tiradentes, São Thomé das Letras, Serra do Cipó e São João Del Rei. Aqui, avaliou-se a associação "espontânea" e "estimulada" desses municípios, o que proporciona uma análise sobre o grau de competitividade entre os destinos turísticos da Estrada Real. Além disso, foram levantadas quais atividades turísticas atraem mais os turistas em cada região, por meio de sua associação como o esporte de aventura, o ecoturismo, a cultura e história. Conclui-se esse diagnóstico turístico apresentando os pontos positivos e negativos de cada lugar, a saber:

Paraty aparece com 31% por meio da associação espontânea com ER; em relação à associação estimulada, 55%. Associação a esportes de aventura: 13%; associação ao ecoturismo: 15%; associação à cultura e história: 24%. Pontos Positivos segundo os entrevistados: praias, aparência e conservação, aspectos históricos, natureza, cachoeiras, eventos culturais, opções de lazer e pontos turísticos, tranquilidade, a culinária, arquitetura, hotéis e pousadas, ecoturismo e o clima bom. Pontos Negativos: falta de agito na cidade, falta de hospitalidade e poucas opções de comércio.

Ouro Preto, associação espontânea com ER: 60%; associação estimulada ER: 70%; associação a esportes de aventura: 4%; associação ao ecoturismo: 8%; associação a cultura e história: 55%. Pontos positivos: aspectos históricos,

arquitetura, a aparência e conservação, população ser hospitaleira, jovem, educada, opções de lazer e pontos turísticos, natureza, tranquilidade, culinária, eventos culturais, igrejas, museus, minas de ouro, boca a boca, as obras do Aleijadinho e receptividade da comunidade; Pontos negativos: muitos turistas já conhecem a cidade e alegam que preferem visitar outros lugares. Consideraram a cidade "parada", sem movimento e com muitos morros. Segundo os turistas *in loco*: falta preocupação com a conservação de alguns monumentos históricos, pouca opção e informação de hotéis e pousadas de melhor nível e que ofereçam estacionamento aos hóspedes, poucas opções de agências bancárias de turistas de fora do estado, pouca opção de restaurantes mais acessíveis, falta de higiene e limpeza de locais públicos.

Petrópolis; associação espontânea com ER: 8%; associação estimulada ER: 25%; associação a esportes de aventura: 11%; associação ao ecoturismo: 16%; associação a cultura e história: 30%; Pontos positivos segundo os entrevistados: museus, clima, natureza, aparência e conservação da cidade, aspectos históricos, comércio, tranquilidade, boca a boca (indicativo de satisfação entre os que já viajaram), opções de lazer e pontos turísticos, arquitetura, culinária, hotéis e pousadas e ecoturismo. Pontos negativos: muitos turistas já conhecem a cidade e alegam que preferem visitar outros lugares. Outros alegaram que não tem agito e que a cidade é muito fria.

Diamantina, associação espontânea com ER: 41%; associação estimulada ER: 64%; associação a esportes de aventura: 14%; associação ao ecoturismo: 11%; associação a cultura e história: 19%; Pontos positivos: opções de lazer e pontos turísticos, aparência e conservação da cidade, aspectos históricos, festividades, como carnaval e outras festas típicas, arquitetura, cultura, culinária, natureza, cachoeiras, artesanato, tranquilidade, a estrutura da cidade, a hospitalidade da comunidade e o patrimônio histórico. Pontos negativos: segundo os entrevistados: falta de agito e de cachoeiras na cidade. E para os entrevistados *in loco:* infraestrutura deficitária em relação a informações ao turista e sinalização de pontos turísticos na cidade, através de placas na rua.

Tiradentes, associação espontânea com ER: 25%; Associação estimulada ER: 54%; associação a esportes de aventura: 2%; associação ao ecoturismo: 5%; associação a cultura e história: 50%; Pontos positivos: aspectos históricos,

população - ter educação e ter amigos, culinária, aparência e conservação, os eventos culturais, tranquilidade, natureza, cachoeiras, estrutura da cidade, aconchego, igrejas, passeio de Maria Fumaça, museus e arquitetura; Pontos negativos: falta de agito, os produtos são muito caros e falta de atrações turísticas. Já os turistas *in loco*: ausência de opções de lazer mais comuns, como cinema, cidade que "explora" o turista, pelos altos preços cobrados por pousadas e restaurantes, além do comércio em geral ser gerida por "estrangeiros" e não por comerciantes regionais.

São Tomé das Letras, associação espontânea com ER: 4%; associação estimulada ER: 15%; associação a esportes de aventura: 9%; associação ao ecoturismo: 6%; associação a cultura e história: 12%; Pontos positivos: energia, fenômenos e casos que sabem sobre a cidade, opções de lazer e pontos turísticos, população ser hospitaleira e alegre, tranquilidade, cachoeiras, aparência e conservação, natureza, ecoturismo, arquitetura, aspectos históricos e cachoeiras; Pontos negativos: a cidade tem muita religiosidade e esoterismo, falta de atrações turísticas, aspectos gerais da cidade (muita droga, sujeira, mal cheiro, desorganizada) e o acesso à cidade é ruim.

Serra do Cipó, associação espontânea com ER: 8%; associação estimulada ER: 24%; associação a esportes de aventura: 22%; associação ao ecoturismo: 21%; associação a cultura e história: 2%; Pontos positivos: abrange as duas esferas que necessitam ser mais exploradas no roteiro ER. Segundo os entrevistados: natureza, cachoeiras, conservação da cidade, atividades esportivas e ecoturismo, proximidade de Belo Horizonte, tranquilidade, nome sugestivo, clima, boca a boca (indicativo de satisfação entre os que já viajaram), hotéis com bom atendimento, preço justo e que aceitam cachorros de estimação, opções de restaurantes e a área de camping; Pontos negativos: alto índice de rejeição. Segundo os entrevistados: a cidade deve ter muita serra, ser parada, sem agito, além de ser distante e desabitado. Já os turistas *in loco:* Informações disponíveis na internet sobre o acesso, cidade, infraestrutura e atividades são muito precárias; falta infraestrutura para estrangeiros, em termos de estabelecimentos bilíngues, como hotéis, pousadas, restaurantes e bares, para se comunicar e receber melhor este público; muitas pousadas não aceitam reservas de apenas um ou dois dias no fim de semana; restringem as reservas à pacotes; e há queixas sobre poucas opções de restaurantes nas cidades.

São João Del Rei, associação espontânea com ER: 27%; associação estimulada ER: 50%; associação a esportes de aventura: 3%; associação ao ecoturismo: 6%; associação à cultura e história: 21%; Pontos positivos: aspectos históricos, pessoas serem hospitaleiras e educadas, arquitetura, tranquilidade, aparência e conservação, igrejas, aspectos históricos, natureza, nome sugestivo, culinária, energia e casos que sabem sobre a cidade, opções de lazer e pontos turísticos, opções de bares, procissões e festas religiosas; Pontos negativos: falta de agito, conservação do patrimônio histórico e de opção de comércio na cidade (EXPERTISE, 2006).

Os pontos negativos da Estrada Real traçados por essas oito cidades indicam a necessidade de investimentos em infraestrutura e equipamentos e serviços turísticos. Presumo que para atender às necessidades básicas dos municípios envolvidos na ER, o IER deveria promover parcerias com órgãos públicos e privados em busca da promoção de melhorias nas ruas, estradas e demais vias de acesso, rodoviárias, aeroportos (incluindo outros transportes coletivos - para o destino e dentro dele), abastecimento de água e energia, sistemas de esgotos, coleta de lixo, telecomunicações, políticas de preservação dos recursos naturais, ambientais, culturais e históricos. Por sua vez, essa base poderia servir de apoio e suporte para o conjunto variado de serviços e equipamentos que abrangem a organização e promoção da ER: meios de hospedagens; serviços de alimentação; recreação e entretenimento; e outros serviços turísticos (agência de viagens e turismo; transportadoras turísticas; informações turísticas; locadoras de imóveis; locadoras de veículos; comércio turístico; casas de câmbio; instituições bancárias; locais de convenções e exposições; etc). Mas, ao contrário do que se poderia pensar, seis anos após esta pesquisa, as mesmas demandas continuam presentes nos municípios, o que me leva a questionar, mais uma vez, as políticas de desenvolvimento turístico aplicadas pelo IER.

3.4.2 Perfil dos turistas que frequentam a Estrada Real

A pesquisa também traçou um perfil dos turistas que frequentam as cinco regiões mais procuradas da Estrada Real: Diamantina, Ouro Preto, São João Del Rey, Serra do Cipó e Tiradentes. Em Diamantina, a maior parte dos visitantes da cidade é

formada por famílias, casais e grupos de excursão. São oriundos principalmente de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte. As principais atividades que buscam são o turismo histórico-cultural, sendo a maior procura por igrejas, museus e conjunto arquitetônico como um todo; informações e curiosidades históricas sobre o ex-presidente JK, em virtude das comemorações de seu centenário; Vesperata, evento seresteiro que ocorre bimestralmente na cidade. Ainda são poucas as pessoas que procuram a cidade visando atividades de ecoturismo. As principais experiências buscadas norteiam o conhecimento, diversão, satisfação e interação.

Em Ouro Preto, os autores consideram que os turistas possuem diversos perfis, sendo formados por grupos de estudantes, jovens, famílias, empresários e 3ª idade. Maior quantidade turistas de São Paulo e Rio de Janeiro; consideram pouca a quantidade de belorizontinos que visitam a cidade, sendo que boa parte costuma praticar o turismo de "passagem", ou seja, permanece por apenas 1 dia e não costuma se hospedar. Indicam um grande número de estrangeiros, principalmente europeus. Há uma grande procura por igrejas, museus e arquitetura barroca; passeio de trem de Ouro Preto a Mariana; eventos do calendário local como o Festival de Jazz e a Festa do 12; bares, restaurantes e Turismo de Negócios. Buscam, sobretudo, conhecimento, diversão, satisfação, prazer, interação e bem-estar.

Em São João Del Rei, a maioria é formada por grupos de estudantes, além de casais e famílias. Grande parte desses visitantes faz parte de grupos de excursão. Nos últimos anos houve um aumento significativo de turistas da 3ª idade. Maior parte oriunda de São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte, em menor quantidade, da região Sul do país. Atividades que buscam: visitas às igrejas, museus e conjunto arquitetônico, ao Solar dos Neves e ao Cemitério onde está enterrado o ex-presidente Tancredo Neves e passeio de Maria Fumaça para Tiradentes. Principais experiências buscadas: conhecimento, satisfação, prazer, curiosidade e bem-estar.

Na Serra do Cipó, o perfil dos turistas da Serra varia de acordo com a época do ano. Nos fins de semana a maioria de visitantes é composta por casais e famílias de classe A/B. Já nos feriados e férias escolares, o predomínio é de jovens. Houve um incremento de turistas da 3ª idade nos últimos anos. A maioria dos visitantes é de Belo Horizonte e Região Metropolitana, sendo que muitos costumam ir a Serra apenas para passar o dia, sem se hospedar. Em menor quantidade, provenientes de

São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília. As atividades: contato com a natureza; belas paisagens; visitas a cachoeiras, rios e montanhas; *trekking*; esportes de aventura; bares e restaurantes. Visam satisfação, prazer, bem-estar e descanso.

Em Tiradentes, são, em sua maioria, pessoas de maior poder aquisitivo e com nível cultural acima da média. Há grande presença de jovens, adultos e, nos últimos anos, de turistas da 3ª idade, com o perfil variando de universitários a empresários. A maioria dos visitantes é de Belo Horizonte e de São Paulo; o número de visitantes estrangeiros é expressivo, principalmente de franceses e holandeses. As atividades variam entre visitas a igrejas, museus e conjunto arquitetônico; caminhadas; cavalgadas; bares e restaurantes; compras, principalmente de artesanato local; eventos como os festivais de cinema e o festival gastronômico e o encontro de motociclistas. Procuram satisfação, prazer, diversão, interação, descanso e conhecimento (EXPERTISE, 2006).

De modo geral, percebe-se que a Estrada Real possui alto potencial atrativo para o perfil de família voltado para casais com e sem filhos. Logo, podemos aferir que a demanda por lazer ocupa a principal vertente no campo das atividades que busca esse grupo, como diversão, interação, prazer, bem-estar, festivais, danças, gastronomia, visitações a monumentos histórico-culturais, artesanato, dentre outros.

Contradizendo minha percepção inicial, a pesquisa conclui que, no geral, os turistas entrevistados *in loco* nas cidades da Estrada Real estavam bastante satisfeitos com sua viagem: tanto os turistas que já tinham ido anteriormente a estes destinos, quanto os que os estavam conhecendo pela primeira vez, afirmaram estar contentes com a infraestrutura das cidades e com o que elas oferecem em termos de lazer e atividades históricas, culturais e esportivas. Além desses quesitos, também elogiaram a hospitalidade e receptividade dos nativos, o que contribui para a construção da imagem de cidades preparadas turisticamente (EXPERTISE, 2006). A nosso ver, no entanto, a situação é outra: a infraestrutura turística da maior parte das cidades históricas é precária, não se encontrando disponíveis, por exemplo, um quesito básico, que são os guichês públicos informativos. É nítida a falta de valorização da atividade turística, refletida na desqualificação dos guias de turismo, na falta de manutenção da maior parte dos equipamentos de lazer (parques, praças, estádios, etc), nas dificuldades de acessos, na carência de placas de sinalização indicativas e explicativas, faltam eventos e festivais que valorizem a cultura local.

Podemos perceber que, no cenário atual, há uma total desconexão dos municípios com a ER, não configurando seu sentido e totalidade.

Essa discrepância entre a "realidade satisfatória" dos turistas e a opinião da pesquisadora pode ser explicada, em parte, pelo fato da Estrada Real, hoje, ao concentrar suas estratégias de comunicação e *marketing* voltadas para a captação do turismo em grande escala, opera o denominado *turismo de massa* e esse público, na sua maioria, não exige uma boa estruturação dos lugares visitados, tão pouco, conseguem avaliar criticamente a qualificação dos atrativos turísticos.

Igualmente, a conclusão dessa pesquisa despertou nossa atenção ao indicar a *comunicação* como ponto primordial para a promoção turística da Estrada Real, ao tentar responder a seguinte indagação: "o que temos que fazer para que a Estrada Real se concretize como um roteiro turístico que atraia e motive os turistas a visitá-la? É necessário investir em *comunicação*" (EXPERTISE, 2006). De tal forma, fica ainda mais evidente, a nosso ver, o posicionamento do Instituto Estrada Real em investir cada vez mais em *marketing* promocional e desconsiderar a demanda por investimentos que melhorem a estruturação e qualificação do turismo na Estrada Real. A nosso ver, um plano de gestão territorial, adequado às reais necessidades e demandas dos municípios que compõem os caminhos, seria de extrema importância para que se fosse promovido o turismo sustentável nas regiões.

É curioso percebermos como o IER concentra esforços em direções contrárias aos princípios do próprio Ministério do Turismo do país, que já em 2007 propôs o Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil, que indica diretrizes políticas e operacionais para orientar o processo do desenvolvimento turístico, com foco na regionalização.

> O que se espera é que cada região turística planeje e decida seu próprio futuro, de forma participativa e respeitando os princípios da sustentabilidade econômica, ambiental, sociocultural e político-institucional. O que se busca com o Programa de Regionalização do Turismo é subsidiar a estruturação e qualificação dessas regiões para que elas possam assumir a responsabilidade pelo seu próprio desenvolvimento, possibilitando a consolidação de novos roteiros como produtos turísticos rentáveis e com competitividade nos mercados nacional e internacional. Para tanto é necessário perceber o turismo como atividade econômica capaz de gerar postos de

> trabalho, riquezas, promover uma melhor distribuição de renda e a inclusão social.[212] (Ministério do Turismo, 2007)

Neste sentido, regionalizar seria construir um ambiente democrático e participativo entre poder público, a iniciativa privada, o terceiro setor e a comunidade, e o papel que o IER tem desempenhado atualmente, como gestor da Estrada Real, concentra-se em estratégias voltadas apenas ao *marketing* promocional, não envolvendo de fato a participação das comunidades locais, não cumprindo com êxito a função articuladora entre as iniciativas públicas e privadas para garantir uma melhor qualidade de vida das populações, que deveriam ser as maiores beneficiarias do desenvolvimento da atividade turística nas regiões, ao invés de serem "marginalizadas" deste processo, como tem ocorrido.

3.5 DIAGNÓSTICO EM TRECHO

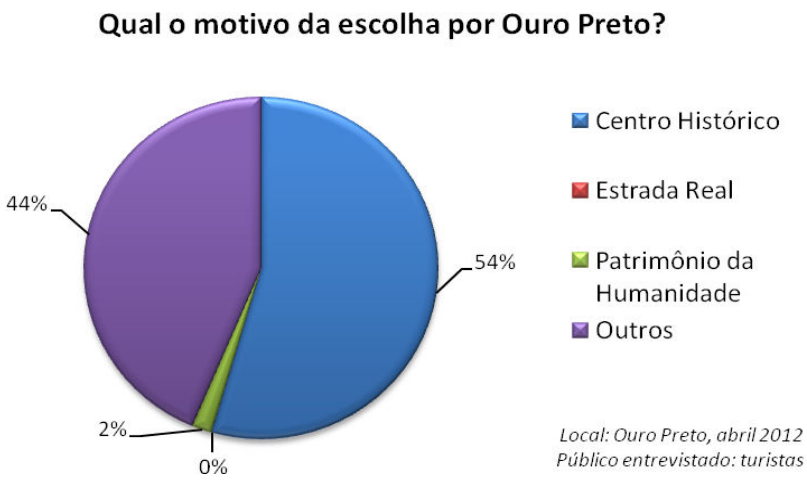
Na pesquisa realizada em Ouro Preto, no dia 21 de abril de 2012, pela autora, foi possível se obter um panorama geral sobre a capacidade da Estrada Real em atrair turistas para a cidade, de forma "espontânea" e "estimulada". Também, buscou-se avaliar o grau de envolvimento desses turistas e moradores com a Estrada Real.

Entrevista com os turistas

A primeira pergunta feita aos turistas objetivava apontar se a *Estrada Real* seria um motivador da viagem para Ouro Preto. Aferiu-se pelo resultado que a Estrada Real, hoje, não pode ser considerada um atrativo turístico, uma vez que não tem despertado interesse nos turistas (nenhum entrevistado alegou ter ido a Ouro Preto por causa da ER). O fator de maior motivação foi o fato de a cidade possuir um "centro histórico", seguido de "outros" motivos como visitação de parentes e amigos. A titulação "patrimônio da humanidade" parece-nos, atrai turistas internacionais (GRÁFICO 15).

[212] Ministério do Turismo. Coordenação Geral de Regionalização. Programa de Regionalização do Turismo - Roteiros do Brasil : Turismo e Sustentabilidade/ Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 126 p. : il.

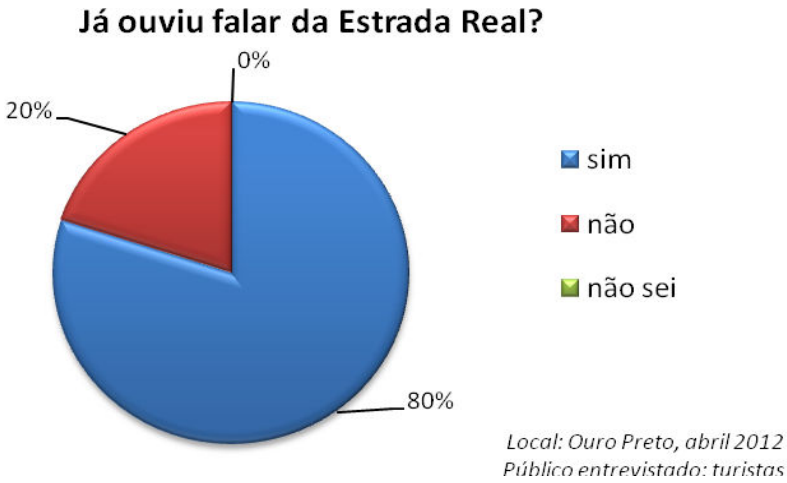
Gráfico 15: Motivo da escolha por Ouro Preto



Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

Na segunda pergunta, buscou-se avaliar se os turistas conheciam a Estrada Real. E, se assim, as estratégias de divulgação sobre a ER alcançavam de fato os turistas. A maior parte dos entrevistados alegou já ter ouvido falar sobre a Estrada Real (80%), gráfico 16.

Gráfico 16: Ouviu falar sobre a Estrada Real

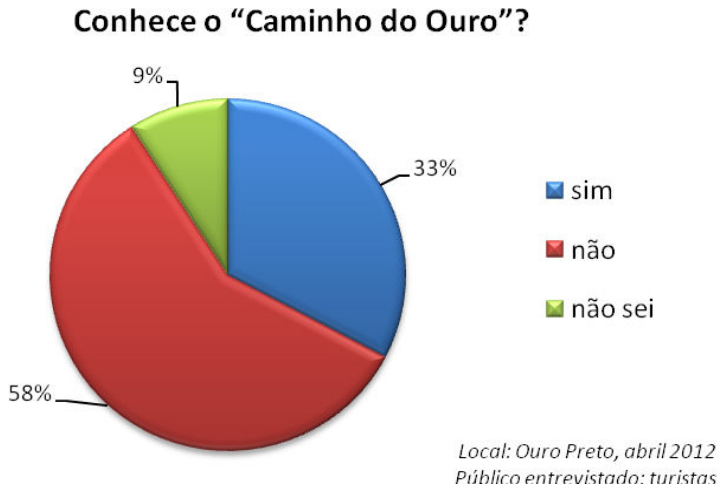


Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

No entanto, curiosamente, quando foram perguntados sobre o “Caminho do Ouro”, a maioria nunca tinha ouvido falar sobre a rota (GRÁFICO 17). Esse fato ilustra a falta de informações consistentes sobre a Estrada Real. Percebe-se, na pergunta anterior, certa divulgação, ao mesmo tempo, pode-se induzir por essa resposta, que as estratégias utilizadas, sobretudo pelo IER, não têm conseguido atingir o turismo

cultural. Caso contrário, esse público certamente estaria mais interessado em conhecer os Caminhos da ER, uma vez que os bens histórico-culturais são os atrativos dessa categoria.

Gráfico 17: Reconhecimento do Caminho do Ouro

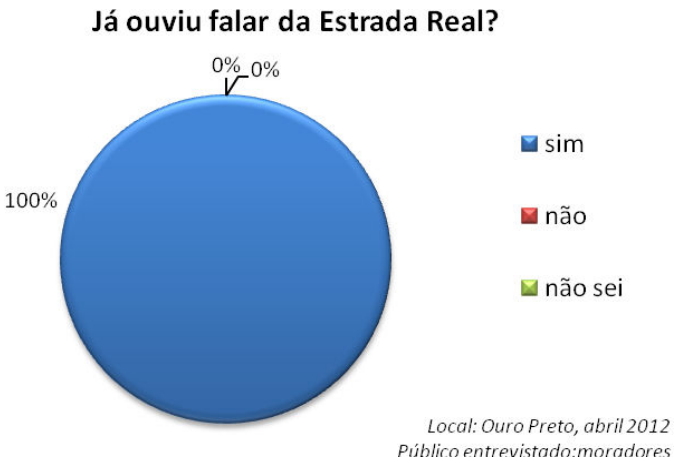


Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

Entrevista com os moradores

Essa pesquisa revelou que os moradores de Ouro Preto entrevistados já ouviram falar sobre a Estrada Real, conforme mostra o gráfico 18. Infere-se assim, que houve uma boa campanha de divulgação da ER na comunidade, mas, que ao mesmo tempo, gerou uma alta expectativa de fomento da atividade turística que não tem sido alcançada, como observamos na entrevista realizada com os turistas, em que não houve motivação/interesse pela Estrada Real.

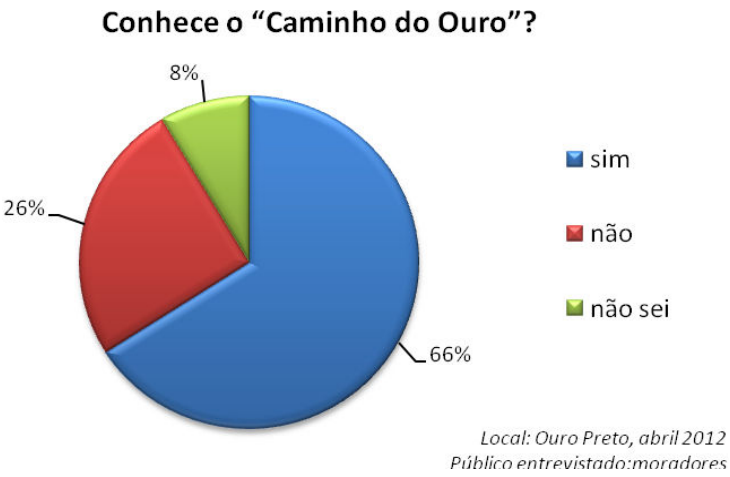
Gráfico 18: Já ouviu falar da Estrada Real – morador



Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

Foi feita a mesma pergunta aos moradores: se eles conheciam o Caminho do Ouro. A grande maioria respondeu que “sim” (66%) (GRÁFICO 19). É curioso analisarmos que ao mesmo tempo em que todos os entrevistados alegam ter conhecimento sobre a Estrada Real, 26% desses desconhecem o Caminho do Ouro. Esse fato constata, mais uma vez, que as informações que o IER oferece sobre a ER não são suficientes ou adequadas.

Gráfico 19: Conhece o Caminho do Ouro – morador



Fonte: CARDOSO, Flávia, 2012.

3.6 METODOLOGIA INVESTIGATIVA SISTUR: UMA ALTERNATIVA POSSÍVEL

A falta de um diagnóstico, de um dossiê técnico sobre a Estrada Real, impossibilita uma análise aprofundada sobre as reais necessidades, demandas e potencialidades do Caminho do Ouro. Dessa maneira, faz-se necessário uma pesquisa sistêmica, realizada por uma equipe multidisciplinar, que aborde tanto a parte quantitativa, quanto qualitativa desses caminhos. Esse estudo que envolveria um processo complexo de coleta e elaboração de informações possibilitaria *tomadas de decisões* mais assertivas, tanto do poder público quanto das iniciativas privadas investidoras. Permitiria, inclusive, se obter uma visão mais clara e crítica sobre o produto turístico proposto pelo IER. Em decorrência, estimularia estratégias de gestão e valorização do patrimônio cultural da Estrada Real. A nosso ver, o sistema de Turismo – SISTUR é uma metodologia investigativa que, se adequadamente aplicada nesse caso, desvendaria os desafios do desenvolvimento turístico sustentável ao longo do Caminho do Ouro da Estrada Real.

Sistema de Turismo aplicado

Mario Carlos Beni (2006)[213] desenvolveu um modelo teórico referencial para aplicação em pesquisas direcionadas ao turismo nomeado SISTUR – Sistema de Turismo, que avalia o turismo transversalmente à luz da Teoria Geral dos Sistemas e o classifica enquanto um *sistema aberto*. Como explica o autor, cada variável em um sistema específico interage com outras variáveis desse sistema; essas, por sua vez, se interligam por meio de trocas e interações e, assim, o Sistema Turístico consegue ilustrar parte da dinâmica do lugar. Morgan (1996)[214] esclarece que o conceito de "sistema aberto" reverencia os princípios biológicos de análise dos sistemas orgânicos, em que os organismos se comunicam em um processo contínuo de trocas com o seu ambiente para sua própria sobrevivência.

> O conceito de "sistema aberto" foi elaborado através do uso de princípios biológicos por Von Bertalanffy (1950, 1968) e muitos outros. Os sistemas orgânicos, seja uma célula do organismo complexo, seja uma população de organismos existem, num

[213] BENI, Mario Carlos. **Analise estrutural do turismo.** 11ª. ed. rev.e atualiz. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

[214] MORGAN, Gareth. **Imagens da organização:** São Paulo: Atlas, 1996.

> contínuo processo e trocas com os seus ambientes. Essa troca é crucial para a manutenção da vida e da forma de sistema, uma vez que a interações com o ambiente é fundamental a automanutenção. Os sistemas vivos são "sistemas abertos" (MORGAN, 1996.p.4).

Assim, um *sistema* seria um conjunto de elementos ou componentes independentes que interagem para atingir um objetivo. Os próprios elementos e as relações entre eles determinam o seu funcionamento. Bauer (1999)[215] avança nas observações sobre a teoria dos sistemas abertos quando aponta a *autopoiesis*[216] no processo de interação entre as variáveis, teoria criada pelos biólogos chilenos Humberto Maturana e Francisco Varela que acabaram por revolucionar a Ciência na década de 1980, ao afirmarem ser a vida *produtora de si própria* e não dependente de condicionantes externos (BAUER, 1999). O mesmo autor elucida que o sistema produz informações a partir de uma estrutura organizacional interna: "os sistemas vivos trocam energia com seus ambientes (são termodinamicamente abertos), mas são organizacionalmente fechados" (BAUER, 1999) e, assim, atuam em um processo contínuo de auto-organização em resposta às influências externas do ambiente, como demonstra sua explicação:

> se são fechados, como se dá então a adaptação ao ambiente externo? Por meio daquilo a que chamamos auto-organização - a constante produção e atualização de sua organização, em congruência, sim, com as mudanças ambientais - mas sempre procurando orientar esta auto-organização segundo premissas internamente determinadas (BAUER, 1999.p.3).

Fica claro então, que, devido ao fato do SISTUR ser um "sistema aberto", ele realiza uma série de trocas com o ambiente. Dessa forma, as diversas variáveis que o compõem, se comunicam entre si e estruturam o conjunto de relações ambientais, organizacionais e operacionais que correspondem aos operadores desse Sistema. O "Conjunto das Relações Ambientais", classificado como RA, é composto por quatro variáveis, sendo a primeira ecológica, seguida da social, econômica e cultural. Já o "Conjunto da Organização Estrutural", OE, é definido por meio dos componentes da superestrutura e infraestrutura. O terceiro e último conjunto é o das "Ações

[215] BAUER, R. **Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações**. São Paulo: Atlas; 1999. 253p.

[216] A *autopoiesis* afirma que o sistema nervoso não processa informações vindas do ambiente, nem tampouco constrói representações deste ambiente em sua memória; ao invés disto, ele cria referências do ambiente e lhes atribui padrões de comportamento como uma forma de expressar de sua própria lógica interna de organização. Assim, o sistema irá procurar interagir com o ambiente externo sempre de acordo com uma lógica que prioriza a afirmação de sua identidade - ainda que para isto deva estar permanentemente atualizando-a. (BAUER, R., 1999).

Operacionais", AO, determinado pela oferta e demanda do mercado, por meio das variáveis de produção, consumo e distribuição.

Em relação à sua extensão, Beni considera o SISTUR interdependente, mas nunca autossuficiente, pois é o reflexo de toda intervenção e inter-relação no ambiente. Essa afirmação explica o fato de a expansão do SISTUR ocorrer em função das variáveis dos conjuntos, no entanto, as possibilidades de crescimento não decorrem das disponibilidades quantitativas dos recursos naturais e/ou atrativos turísticos, mas da qualidade ofertada por esses recursos.

Contrariando a ideologia do SISTUR, que propõe uma interação equilibrada entre suas variáveis, o que se tem observado, no entanto, na disputa pelo mercado turístico, é o favorecimento de certos subsistemas em detrimento de outros. O sistema capitalista de governança[217] atual privilegia o interesse econômico em relação ao ecológico, social e cultural. As políticas municipais relativas ao turismo apoderam-se do modelo capitalista de consumo e cultivam o "*turismo de massa".* Essa categoria adquire uma sobreposição em relação, por exemplo, ao "turismo cultural", devido ao montante de recursos financeiros, imediatistas, que proporciona. O *turismo de massa* além de vislumbrar a maior parte dos investidores da área, "não exige" dos municípios uma (alta)qualificação dos recursos e atrativos turísticos, uma vez que essa demanda move-se, prioritariamente, por estratégias de *marketing* promocional, e não necessariamente pela qualificação turística. Esses fatos podem ser a razão pela qual a maioria dos municípios e dos empreendedores da área continua privilegiando o turismo que atrai uma quantidade excessiva de pessoas para um mesmo lugar.

3.6.1 Proposta de análise da Estrada Real pelo SISTUR

Propõe-se aqui uma leitura interpretativa da metodologia do SISTUR, abordando o conjunto das relações ambientais, organizacionais e operacionais. A finalidade seria

[217] O Banco Mundial, no documento *Governance and Development*, 1992, define governança como o exercício da autoridade, controle, administração, poder de governo. É a maneira pela qual o poder é exercido na administração dos recursos sociais e econômicos de um país visando o desenvolvimento, implicando ainda a capacidade dos governos de planejar, formular e implementar políticas e cumprir funções. GONÇALVE, Alcindo. XV Congresso Nacional CONPEDI, Manaus, 2006. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/> Acessado em maio de 2012.

demonstrar, por meio da compreensão das suas variáveis, alguns pontos fundamentais para o desenvolvimento turístico qualitativo e sustentável da *Estrada Real*.

Beni defende que o atrativo turístico ou componente do patrimônio turístico, juntamente com o mapeamento, são suficientes para definir o *espaço turístico* de qualquer lugar (BENI, 2006, p.59). O mesmo autor esclarece que os *atrativos turísticos* podem ser transformados em *recursos turísticos* e esses sim, estimulam o fomento na área do turismo. Considerando que os recursos naturais e culturais são matéria-prima do turismo, sua exploração deve ser aliada à sua preservação e os impactos deverão sempre ser avaliados em prol da qualidade da atividade turística e sua permanência. Assim, o conjunto das relações do SISTUR deverá operar de forma a trazer diálogo e equilíbrio entre as variáveis desse Sistema.

Conjunto das relações ambientais, organizacionais e operacionais do SISTUR

3.6.1.1 Conjunto das Relações Ambientais: RA

O Conjunto das Relações Ambientais, classificado como RA, abrange quatro subsistemas, sendo o primeiro o ecológico, seguido do social, econômico e cultural.

Subsistema Ecológico

Beni afirma que o principal elemento desse subsistema ecológico é a contemplação e o contato com a natureza. Sabe-se que o turismo interfere no meio ambiente e traz consequências que podem ser avassaladoras tanto para a flora e a fauna, quanto para a transformação das paisagens. Como exemplo, o aumento do lixo é um forte ponto que deverá ser combatido. Propõe-se o desenvolvimento de "programas de proteção e conservação da natureza" para moradores e turistas e o incentivo de projetos turísticos, como o *ecoturismo*, que promovam a interação do

homem com a natureza respeitando a "capacidade de carga"[218] dos atrativos turísticos associados a Estrada Real, uma vez que percebe-se a necessidade desse tipo de investimentos, como pode ser observado ao longo do trecho percorrido do Caminho do Ouro.

Subsistema Social

O turismo fixou pelas raízes da mobilidade humana, do ir e vir, do conhecer e deixar-se ser conhecido. Fundamentalmente, o conceito de turismo remete ao deslocamento e, dessa maneira, reflete a busca do homem por novos horizontes culturais. Beni define as "comunidades autóctones" como sendo o ponto de confluência de um coletivo humano que está envolvido com o turismo, e as subdivide em três grupos: os turistas, os prestadores de serviços turísticos e os denominados receptores de turismo, compostos pelos proprietários e/ou administradores dos equipamentos turísticos (BENI, 2006, p.85). O autor elucida que a inter-relação entre esses grupos é fortemente demarcada pela lei de mercado, entre a oferta e demanda por produtos turísticos e, desse modo, o subsistema econômico orienta as tomadas de decisão nos municípios. Consequentemente, os *receptores de turismo* convergem seus interesses na especulação imobiliária para aquisição de bens patrimoniais que, anteriormente, pertenciam a uma parcela da comunidade, que passa a não participar mais da dinâmica de desenvolvimento turístico local[219]. Assim, o mesmo autor sugere que os municípios devam implementar programas de qualificação e avaliação do grau de permeação social no processo de ocupação turístico recreativo nas áreas de destinação turística, do grau de participação das comunidades nas iniciativas turísticas, do nível de

[218] Entende-se por "capacidade de carga" como o número máximo de visitantes que o atrativo turístico pode absorver sem causar impactos, tanto ambientais, quanto sociais: "o máximo de uso que se pode fazer dele sem que causem efeitos negativos sobre seus próprios recursos biológicos, sem reduzir a satisfação dos visitantes ou sem que se produza efeito adverso sobre a sociedade receptora, a economia ou cultura local" (OMT, 2001). *Cultural Heritage and Tourism Development, A report on the international conference on Cultural Tourism*, Madrid, pp.85-102.

[219] Esse fenômeno também e conhecido como "gentrificação". Neil Smith afirma que *gentrificação* é um processo de reestruturação urbana e de lutas de classe, um produto social de um modo específico de produção, e tem-se, com efeito, uma produção espacial que se manifesta sob as formas de apropriação, utilização e ocupação de uma dada área, num momento específico que se revela no uso, como produto da divisão social e técnica do trabalho e que, no seio do processo capitalista, produz uma morfologia espacial "fragmentada" e hierarquizada, contribuindo para um aprofundamento da divisão social do espaço urbano. Neil Smith. *Gentrification and Uneven Development*. Economic Geography. 1982.

relacionamento entre as comunidades receptoras e os turistas. Por exemplo, em Ouro Preto, o posto de informações turísticas localizado na Praça Tiradentes que foi montado especificadamente para auxiliar os turistas sobre a Estrada Real, funciona apenas de segunda a sexta-feira, em dias úteis, ou seja, não fica disponível/aberto durante os finais de semanas e feriados, uma proposta completamente desconectada das necessidades e demandas da atividade turística. Campanhas de valorização do patrimônio local também estimulam um dialoga harmonioso entre a população e os turistas.

Subsistema Econômico

A atividade econômica voltada ao turismo compreende um conjunto de serviços disponíveis no mercado que estabelece a cadeia de sua produção, distribuição, consumo e valor. Beni considera fundamental a análise das alternativas de utilização dos recursos existentes para a produção turística nos destinos turísticos, de modo que a circulação de renda gerada pela atividade possa ser distribuída. Ele aponta a necessidade de se considerar à evolução do fluxo turístico no local por meio dos motivos, dos períodos de expansão e retração dos fluxos de turistas, assim como deve ser balizada a lógica do comportamento econômico dos viajantes e das empresas e agentes públicos que operam nas localidades emissoras e receptoras (BENI, 2006). Dessa forma, o turismo impulsiona o desenvolvimento econômico dos municípios, não só em função do efeito multiplicador das atividades correlacionadas, mas também pelo aumento nos índices de crescimentos da demanda interna e receptiva, revelado pela geração de empregos e renda para o setor público, impostos diretos e indiretos. Beni explica que o desenvolvimento do turismo pode ser avaliado por meio de certos indicadores que apontam os avanços da atividade. Desse modo, para se obter informações sobre o *subsistema econômico*, seria necessária a avaliação de algumas variáveis que o autor considera informações básicas sobre o desenvolvimento do turismo, tais como: “o tráfego de turistas, balanço turístico, uso da capacidade instalada de alojamento e pessoal empregado no setor” (BENI, 2006, p.287). Como exemplo, a criação e incentivo de cooperativas com produtos artesanais de Oro Preto e região impulsionariam o acesso e consumo desses produtos, além de fomentar o turismo local trazendo um retorno financeiro

para a comunidade receptora, principalmente aos pequenos produtores como no caso dos vilarejos de São Bartolomeu e Glaura.

Subsistema Cultural

No *subsistema cultural* consideram-se recursos turísticos culturais, os produtos diretos produzidos pelas diversas manifestações culturais nos municípios. Beni afirma que o turismo contribui para salvaguarda das civilizações e os valores culturais que pertencem à herança da humanidade. Desta forma, classifica os bens culturais associados ao consumo turístico em: "o acervo dos monumentos históricos e o registro dos legados que expressam os valores da sociedade; os museus e as galerias de arte; as manifestações populares e o folclore e a cultura popular" (BENI, 2006, p.92). Um exemplo ilustrativo seria o "Toque dos Sinos[220]" em Minas Gerais, considerando que essa manifestação "constitui referência cultural representativa da síntese entre a materialidade e a imaterialidade do patrimônio" (DOSSIÊ, IPHAN, 2009).

3.6.1.2 Conjunto das Relações Organizacionais: OE

O Conjunto da Organização Estrutural, OE, é definido por meio dos componentes da superestrutura e infraestrutura.

Subsistema da Superestrutura

Beni (2006, p. 101) correlaciona o subsistema da superestrutura a uma "complexa organização, tanto pública, quanto privada, que permite harmonizar a produção e a venda de diferentes serviços do SISTUR". O autor explica que a "política de

[220] O Toque dos Sinos em Minas Gerais é uma forma de expressão sonora produzida pela percussão dos sinos das igrejas católicas, para anunciar rituais religiosos e celebrações, como festas de santos e padroeiros, Semana Santa, Natal, casamentos, batizados, atos fúnebres e marcação das horas, entre outras comunicações de interesse coletivo (Dossiê de Registro, IPHAN, 2009).

turismo[221]" consolida-se dentro de um sistema econômico misto de mercado, anotando que, ao lado do poder Estatal, existem outros centros de decisões constituídos de organizações e instituições privadas que interferem diretamente no SISTUR (BENI, 2006). Ele coloca que o Plano Nacional de Turismo[222] é o articulador entre as políticas básicas do setor e o Sistema Nacional de Turismo, a Ordenação Jurídico-Administrativo, a determinação das Ações Normativas e Executivas, que atuam em conformidade ao *feedback* produzido pelo Mercado. Compreende-se assim, que a "política oficial do Turismo e sua ordenação jurídico-administrativa, manifestam-se no conjunto de medidas de organização e de promoção dos órgãos e instituições oficiais, e estratégias governamentais que interferem no setor" (BENI, 2006, p. 101). O autor recomenda que todos os programas gerados a partir do Plano Nacional de Turismo apoiem-se em políticas de preservação do patrimônio, e que os órgãos e entidades envolvidos, de caráter público ou privados, devam considerar a conservação dos recursos e atrativos turísticos, minimizando os impactos ambientais, sociais e culturais procedentes da exploração da atividade turística (BENI, 2006).

Tal entendimento indica que deveria ser mais bem definida a estrutura institucional que envolve hoje a Estrada Real, no que compete aos órgãos públicos, como o Ministério do Turismo, a Secretaria de Turismo (MG), as Secretarias de Turismo Municipais e, privados, como exemplo, o Instituto Estrada Real. Deveriam ser traçadas (ou mais bem definidas) linhas de competências e níveis de hierarquização, uma estrutura privada de entidades de classe que atuem no Sistema de Turismo. Seria importante também serem criadas áreas de estímulo e fomento ao turismo receptivo; políticas de incentivo e apoio ao turismo, visto que o IER deveria pautar suas ações no "Programa de Regionalização do Turismo[223]".

---

[221] Entende-se por "política de turismo", o conjunto de fatores condicionantes e de diretrizes básicas que expressam os caminhos para atingir os objetivos globais para o Turismo do país; (...) Ela deverá nortear-se por três grandes condicionantes – o cultural, o social e o econômico. (BENI, 2006, 11ªed, p.103)

[222] O Plano Nacional de Turismo orientará a alocação de recursos e quantificará as metas a alcançar (BENI, 2006, 11ªed, p.104)

[223] O Programa de Regionalização do Turismo propõe a estruturação, o ordenamento e a diversificação da oferta turística no país e se constitui no referencial da base territorial do Plano Nacional de Turismo. Dentre as principais ações, encontram-se: "inventário da oferta turística", "planejamento e gestão regional do turismo", "estruturação e gestai dos 65 destinos indutores" e a "gestão das instâncias de governança regionais". Plano Nacional de Turismo – PNT 2007/2010. Ministério do Turismo.

Subsistema da Infraestrutura

Já no que se refere ao *subsistema da infraestrutura,* analisa-se as condições básicas necessárias de apoio aos equipamentos e serviços turísticos, tais como o sistema de acesso aos destinos turísticos, viário e transporte e a infraestrutura urbana, que permite a qualificação da habitação social e o relato das condições de vida das comunidades (BENI, 2006). Vale ressaltar que os turistas utilizam os mesmos serviços e equipamentos disponíveis para a população local. Beni propõe uma subdivisão na infraestrutura, classificando-a em duas categorias, geral e específica. A primeira consiste na rede viária de transportes, no sistema de telecomunicações, de distribuição de energia, de água, de captação de esgoto, dentre outros serviços públicos básicos. A segunda, a infraestrutura específica, correlaciona-se com a demanda, ou seja, com a necessidade de investimentos de acordo com atividade turística proposta (BENI, 2006).

Desta forma, a qualidade da infraestrutura geral adquire relação com o investimento do poder publico no local, na busca de melhorias nas vias de acesso, pavimentações de ruas, energia e iluminações públicas, dentre outras medidas relacionadas aos serviços urbanos, saneamento básico, sistema viário e de transporte, sistema de segurança, equipamentos sociais, sistema de comunicações que são antecedentes aos investimentos específicos nos equipamentos turísticos. O autor deixa claro que o regime de parceria do poder público com a iniciativa privada é fundamental no processo de desenvolvimento desse subsistema, que necessita de recursos financeiros em prol da qualificação dos destinos turísticos.

> A implantação do equipamento receptivo, abrangendo alojamento e outras instalações turístico-receptivas, atividade típica da iniciativa privada, tem de ser estimulada nos países em desenvolvimento com o decisivo apoio do poder público, que lhe deve assegurar acesso a financiamentos a longo prazo e incentivos fiscais (BENI, 2006, p. 135).

Dessa maneira, em parcerias públicas e privadas, deveria existir um “plano de ação comum”, que envolvesse investimentos em infraestrutura (geral e específica), dos núcleos históricos da Estrada Real. Esse precisaria abranger o sistema de transportes (terminais e serviços), o sistema de comunicações, o sistema de segurança, o sistema médico-hospitalar, o sistema educacional, o sistema de

divulgação e informações turísticas, que, inclusive, fosse capaz de avaliar os equipamentos turísticos, recuperando-os ou inserindo-os nos locais necessários.

3.6.1.3 Conjunto das Ações Operacionais: AO

O Conjunto das Ações Operacionais, AO, traz consigo a relação entre a oferta e a demanda do mercado turístico, por meio das variáveis de produção, consumo e distribuição. No estudo relacionado ao mercado de turismo, Beni (2006, 11ª ed; p 163) afirma que "a melhor maneira de estudar o mercado turístico é por meio da sua segmentação". Essa forma de análise permite-nos criar grupos homogênios, em que cada um consiga demonstrar os seus canais de distribuição, motivações e outros fatores. O autor considera o motivo da viagem o principal indicador dessa segmentação.

Subsistema da Oferta

Pode-se definir a oferta básica em turismo como o conjunto de equipamentos, bens e serviços relacionados à atividade turística, como: alojamento, alimentação, recreação e lazer, de caráter artístico, cultural, social ou de outros tipos, que são capazes de atrair os turistas (BENI, 2006). Beni, igualmente aponta que os conjuntos dos recursos naturais e culturais, que constituem a matéria-prima da atividade turística, são os principais meios de promoção dos fluxos turísticos, ou seja, que provocam afluência de turistas. Logo, deveriam ser inventariados os atrativos (naturais, histórico-culturais, manifestações e usos tradicionais e populares) e todos os equipamentos e serviços turísticos da Estrada Real. Após esse levantamento, propõe-se uma análise da oferta turística da ER. Esses dados permitiriam a criação (definição) de uma *tipologia turística* que fosse adequada para cada local/região. Assim, as estratégias de *marketing* seriam ajustadas para a captação de cada público-alvo.

Subsistema da Demanda

Em relação a este subsistema, Beni conduz a noção de demanda em turismo a partir da motivação do turista pela viagem e considera que as necessidades/expectativas de consumo dos bens e serviços turísticos estão relacionadas ao padrão de vida e da classe social pertencente. Beni (2006, p. 225) diz que "para os turistas serem alojados convenientemente nos locais de destinos e de estada criam-se demanda de *equipamentos receptivos*, que são de várias categorias em função do poder aquisitivo dos consumidores". Dessa maneira, os bens e serviços relacionados ao turismo devem estabelecer uma relação (ligação complementar) entre si. Para captarmos a demanda da Estrada Real, o primeiro passo seria, nesse caso, um estudo panorâmico sobre a demanda do turismo no Brasil, considerando-se entre outros: estratificação socioeconômica; demanda por tipos de turismo (ecológico, cultural, alternativo, praia, etc); fluxo turístico receptivo nacional ou fluxo turístico interno; fluxo turístico emissivo; para enfim, sobrepormos essas informações com a realidade da demanda direta de turistas para o destino ER.

Subsistema da Produção

Beni correlaciona o *subsistema de produção* de bens e serviços turísticos ao volume projetado da oferta. Ele aponta que "o conceito da oferta de turismo tem uma conotação mais ampla que a simples produção de bens e serviços, pois abrange instalações e equipamentos", e revela que os "insumos básicos dessa produção denominam-se recursos e atrativos turísticos" (2006, p.181) e, assim, determinam o volume da oferta do destino turístico. Sinaliza que no SISTUR, "os fatores de produção são combinados para resultar em uma unidade do produto turístico[224], que se expressa no mercado como bens e serviços vendidos através de demanda diversificada" (BENI, 2006, p.181). O subsistema de produção do SISTUR possui uma relação de dependência entre os produtos e serviços ofertados como a promoção do transporte, agente de viagens, alojamento e outros serviços, que dependem da motivação do turista para consumi-los. Aqui deveria ser desenvolvido

[224] O "produto turístico" tem as seguintes características gerais: está baseado no fator tempo; é irrecuperável se não for usado; não pode ser acumulado; não pode ser transportado nem transferido; sua matéria-prima não se agrupa; é extremamente dinâmico e instável; pelos gostos, preferências, moda; e opcional na escala de necessidades do consumidor, razão por que sua demanda é extraordinariamente elástica. (BENI, 2006, p.182).

o “*Produto Turístico Estrada Real*”, respeitando os princípios do turismo sustentável, em que os agentes envolvidos fossem estimulados para sua *promoção*, ao mesmo tempo em que essa proposta fosse adequada para gerar *motivação* nos turistas para o consumo, diferente da proposta que IER apresenta hoje no mercado.

Subsistema do Consumo

O subsistema de consumo busca avaliar as características, bem como o comportamento dos consumidores em virtude das causas que influenciaram nas tomadas de decisões na hora da escolha pelos destinos turísticos. Beni faz referência a esse subsistema, ao processo de decisão de compra no turismo, em relação ao investimento necessário para se alcançar uma satisfação pessoal, material ou imaterial. Ele afirma que, na compra de um serviço turístico, a satisfação é um quesito difícil de ser mensurado: “o turista está comprando uma ilusão, uma expectativa, adquire uma experiência desde que sai de casa até regressar a ela; por isso sua decisão é tomada com alguma cautela e renuncia” (BENI, 2006, p. 262).

O autor lista alguns fatores que exercem inspiração em potenciais consumidores / turistas durante as fases no processo de decisão de compra, de onde destaco três dentre as nove apresentadas, sendo a primeira um “estímulo inicial”, que pode estar fundamentado em desejos e necessidades provocados pela publicidade e promoção de um país, de um centro de polarização turística, um hotel, uma destinação em geral, por uma literatura especializada de turismo, ou por sugestões e informações de outros viajantes; seguido do estabelecimento de uma “referência conceitual” (turismo cultural, esportivo, ecoturismo, etc), ou seja, a pré-escolha de um conjunto de produtos oferecidos ao consumidor que corresponda às suas expectativas, consideradas suas características pessoais e socioeconômicas e, por fim, a análise do “custo *versus* benefício”, tangível e intangível, que ele possa obter (BENI, 2006). Sendo assim, deveria ser proposta uma pesquisa que levantasse os principais motivos e motivações de viagens, para que a Estrada Real conseguisse se estruturar para atender às expectativas da demanda turística, produzindo um *estímulo inicial*, pautado em uma *referência conceitual* e em uma proposta adequada em relação ao *custo e benefícios* da viagem.

Subsistema da Distribuição

Esse subsistema atua no sentido de aproximar os produtos e serviços turísticos do consumidor final. O processo de distribuição é compilado em uma estratégia de *marketing*, a fim de "assegurar o melhor escoamento possível no mercado" (BENI, 2006, p. 193). Beni alega que a estratégia de distribuição visa, dentre outros fatores, controlar a eficiência dos canais disponíveis para assegurar a promoção adequada do produto turístico pelos intermediários (BENI, 2006). O autor explica a estrutura de distribuição turística, de acordo com o quadro 08, que ilustra a relação dos principais grupos de necessidades correlacionando-os com empresas de turismo capazes de satisfazê-los (BENI, 2006, *apud* KRIPPENDORF, 1971, p.202).

Quadro 8: Estrutura de Distribuição Turística

PRINCIPAIS GRUPOS DE NECESSIDADES	EMPRESAS DE TURISMO
Deslocamento	Transportadoras e locadoras que ofertam serviços de transporte diversos.
Alojamento	Dormitórios, como os hotéis, motéis, pousadas, camping, hotéis-fazenda, etc.
Alimentação	Estabelecimentos comerciais que suprem a necessidade de consumo alimentício, desde os encontrados nos alojamentos, até os restaurantes, supermercados, lanchonetes, bares, padarias, etc.
Lazer e entretenimento	Instalações de lazer e entretenimento promotoras de recreação e distração, como os cinemas, teatros, bares, boates, etc.
Saúde	*Spas*, termas, balneários, policlínicas, etc
Informações e organização de viagens	Agências de viagens e operadoras de turismo, transportadoras, hotéis, organizações corporativas, associações de guias, etc.

Fonte: Elaborado pela autora (autora *apud* Beni, 2006, quadro 8.1, p. 202)

Portanto, indica-se aqui, a elaboração de uma estratégia de *marketing* apropriada para a Estrada Real, que seja capaz de produzir/aumentar informações adequadas para cada setor da atividade turística.

CONCLUSÃO

A trajetória de reconhecimento dos *itinerários culturais* levou-nos a percepção da dimensão e da importância do patrimônio cultural para a humanidade. Os bens culturais que abrangem essa categoria, “cada vez mais ameaçado, não apenas pelas causas tradicionais de degradação, mas também pela evolução da vida social e econômica” (UNESCO, 1972, p.1) exigem mecanismos e instrumentos capazes de lidar com as múltiplas dimensões e valores que envolvem sua preservação.

É nesse sentido que torna-se fundamental as reflexões acerca do patrimônio cultural. Essa discussão remeteu-nos ao questionamento: quando estamos falando de preservação, o que exatamente estamos pretendendo preservar? A resposta a essa pergunta nos levou ao conceito de *paisagem cultural*, que dialoga simultaneamente com as dimensões materiais e imateriais do patrimônio, buscando entender a complexa relação entre o homem e o meio. Com isso, retoma-se o desafio de se avaliar novos mecanismos de preservação como foi a proposta dessa dissertação ao apresentar o instrumento “itinerário cultural”.

Essa discussão colocou-nos frente ao universo das relações humanas, existenciais, de identidade e de memória, levando-nos a compreensão de que o conjunto de manifestações culturais representa o nosso processo civilizatório. Esse entendimento foi fundamental para se admitir a importância da *diversidade cultural* e da interação entre diferentes culturas no processo de desenvolvimento social e humano.

E assim, entende-se que os instrumentos de preservação do patrimônio deverão, além de reconhecer os bens culturais de uma comunidade, promovê-los e valorizá-los. Percebeu-se que os bens culturais representam e testemunham as diversas manifestações dos indivíduos, e esses instrumentos são capazes de amplia-los para um universo coletivo; em que, a *declaração de significância* de um dado bem cultural deverá justificar o “pra que” e o “por que”, ou seja, a relevância de se preservar as referências culturais de uma determinada comunidade/lugar.

É importante perceber que o valor de *excepcionalidade* proposto pela UNESCO, ao mesmo tempo em que se pretende promover a diversidade cultural, torna-se um critério excludente; e a nosso ver, deveria ser revisto, apresentando alternativas com visões menos “eurocêntricas”. Esses fatos puderam ser claramente observados por

meio da análise representativa dos bens inscritos na Lista do Patrimônio Mundial apresentada nesse estudo.

Embora tenha sido comprovado a pouca expressividade da categoria itinerário cultural no panorama mundial e a “Rota do Ouro em Paraty e sua Paisagem Cultural”, indicada pelo Brasil na Lista Indicativa, em 2004, e não ter alcançado o reconhecimento como patrimônio mundial, esses fatos ilustram a falta de estudos representativos sobre as Rotas Culturais. Apesar da tentativa demonstrada do ICOMOS na promoção dos itinerários, ainda são poucos os estudos acadêmicos que procuram entender a amplitude desse instrumento na perspectiva da preservação do patrimônio cultural. Espera-se que a metodologia de identificação de uma rota cultural apresentada neste trabalho consiga trazer novos horizontes nesse campo do patrimônio.

Muito embora o itinerário possa ser considerado e transformado em um produto turístico, esse não deverá ser seu único fim. Sua base conceitual revela uma amplitude complementar ao turismo, para além da promoção de destinos turísticos, apesar de termos assinalado em relação à influência que o reconhecimento da UNESCO exerce nesses lugares. É um instrumento com potencial de valorização da diversidade cultural, dos direitos humanos, que pode ser utilizado como um veículo de promoção e acesso à cultura. A nosso ver, o itinerário cultural é considerado um mecanismo de preservação capaz de articular o desenvolvimento social, ambiental, econômico e político dos municípios envolvidos, por aproximar os três campos ligados à ideia da sustentabilidade: do conhecimento, da força de lei e dos agentes, e assim, reforça o envolvimento das comunidades. De tal forma, o valor econômico não deverá prevalecer, mas dialogar com os demais valores culturais, ambientais, políticos e sociais, complementares ao seu amplo sentido.

Além da condição ambiental e de todo processo de qualidade de vida e aprendizado com os múltiplos saberes que deverão ser admitidos por meio das Rotas Culturais, essas deverão confirmar os valores e os significados dos bens culturais existentes ao longo de sua(s) via(s) histórica. Da mesma forma, sua avaliação só será admitida em um contexto dinâmico. Torna-se, igualmente, um objeto de influências recíprocas entre diferentes grupos culturais em constantes transformações. Ainda assim, o conjunto de elementos materiais e imateriais que compõem uma rota cultural, a

nosso ver, faz com que ela consiga representar o contínuo processo de evolução do planeta.

Mesmo a Estrada Real possuindo certos fatores que poderiam levá-la a caracterização de um itinerário cultural, fato percebido por meio da aplicação da metodologia de identificação do ICOMOS, a forma como ela hoje se apresenta e é administrada inviabiliza qualquer possibilidade desse reconhecimento. Primeiramente, faltam estudos consistentes que confirmem a veracidade dos caminhos reais, considerando que a questão referente à *constatação histórica* é o principal quesito de identificação de um itinerário cultural, que o difere, inclusive, de uma rota turística elaborada. Além disso, seria necessário um *plano de gestão compartilhado* entre as iniciativas públicas e privadas, que fosse compatível com o turismo qualificado, valorizando o potencial turístico: cultural, histórico, ecológico, gastronômico, social e de lazer da Estrada Real. Acredita-se, assim, que seria possível ocasionar benefícios para as comunidades envolvidas, ao mesmo tempo em que se promoveria o turismo sustentável no país.

Considera-se, aqui, que uma boa gestão envolveria os princípios conceituais presentes nos itinerários culturais aos benefícios do turismo e, assim, refletiria, sobretudo, em melhoras na qualidade de vida da população e na distribuição de renda para os diversos setores da economia local. E as ações propostas inibiriam, principalmente, a pressão mercadológica de *turistificação* dos lugares.

Outra questão a ser considerada, “mesmo não promovendo transformações reais nos territórios, o Projeto Estrada Real conseguiu criar expectativas nas comunidades de que ele seria a saída para a estagnação econômica” (BESSA, 2011, p.91). Essa perspectiva é sustentada por meio das estratégias de *marketing* promovidas pelo Instituto Estrada Real, que busca relacionar a Estrada Real ao *turismo de massa*, desqualificado, que não contribui de forma positiva para o desenvolvimento sustentável dos municípios envolvidos.

Espera-se que esse estudo possa contribuir para o conhecimento e aprofundamento do instrumento *itinerário* como uma forma de preservação do patrimônio cultural e que essas considerações apresentadas possam reforçar a necessidade de se construir um diagnóstico consistente sobre a realidade de um bem cultural, para que os projetos propostos, como o caso do Projeto Estrada Real, possam trazer respostas positivas sobre as fragilidades e potencialidade dos lugares.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, José. *Cidade antiga, problemas novos: como a conservação encara(ou) as intervenções em patrimônio urbano*. In CENTROS HISTÓRICOS E VIDA CONTEMPORÂNEA. IHRU – INSTITUTO DA HABITAÇÃO E REABILITAÇÃO URBANA. Lisboa, novembro de 2009.

AGUIAR, José; GONÇALVES, Rita: *Paisagem Cultural: um conceito em (re)evolução.* In: PATRIMÔNIO PAISAGISTICO: OS CAMINHOS DA TRANSVERSALIDADE, APAP 2007. ICOMOS – Portugal, 2007. Disponível em: <http://icomos.fa.utl.pt/eventos/apap2007.pdf> Acessado em setembro 2011.

ARAÚJO, Guilherme Maciel. *Paisagem cultural: um conceito inovador.* In: CASTRIOTA, Leonardo Barci.(b) Paisagem cultural e sustentabilidade. Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009. p.25-45.

BAUER, R. Gestão da mudança: caos e complexidade nas organizações. São Paulo: Atlas; 1999. 253p.

BENI, Mario Carlos. *Análise estrutural do turismo*. 11ª. ed. rev.e atualiz. São Paulo: Ed. SENAC, 2006.

BESSA, Altamiro Sérgio Mol. *A construção das paisagens turísticas nos descaminhos da Estrada Real*. Tese doutorado. Universidade de São Paulo, 2011.

CARDOSO, Monique. *Estrada Real a rota dos bandeirantes em busca do ouro das Gerais*. Revista Relíquia, maio de 2012.

CARREÑO, Alberto Martorell. *Paisajes e itinerarios culturales: conceptos independientes que enriquecen la teoría y la práctica de la conservación cultural*. The CIIC Cientific Magazine, 2003.p.1-16.

CARSALADE, Flávio, 2009. Entrevista concedida ao IEPHA/MG em 22 de Julho de 2009.

CARVALHO, Francisco de Assis. *Memória toponímica de Saint-Hilaire pelo Caminho Velho da Estrada Real*. 1º Simpósio brasileiro de cartografia histórica. Paraty, maio de 2011

CASTELLO, Lineu. *A percepção de lugar: repensando o conceito de lugar em arquitetura-urbanismo.* Porto Alegre: PROPAR-UFRGS, 2007.

CASTRIOTA, Leonardo Barci. In: SEMINÁRIO – PAISAGEM CULTURAL: UM CONCEITO EM CONSTRUÇÃO. Realizado na escola de Arquitetura UFMG, 05 de dezembro de 2011.

CASTRITOTA, Leonardo Barci. (a) *Patrimônio Cultural: conceitos, políticas e instrumentos*. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009

CASTRIOTA, Leonardo Barci. (b) *Paisagem cultural e sustentabilidade*. In_____: paisagem cultural e técnicas agrícolas tradicionais: preservação e Sustentabilidade no serro (MG). Belo Horizonte: IEDS; UFMG, 2009.p.11-24.

CHOAY, Françoise. *A Alegoria do Patrimônio*. São Paulo: Estação Liberdade, UNESP, 3ª edição, 2006.

CLAVAL, P. *A Geografia Cultural*. 2.ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2001.

CLAVAL, Paul. *O papel da nova geografia cultural na compreensão da ação humana*. In: CORRÊA, Roberto Lobato, ROSENDAHL, Zeny (org). Matrizes da Geografia Cultural. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

CONTI, Alfredo. *Diversidades e desafios da preservação*. In: Simpósio Técnico Científico da Arquitetura e do Urbanismo Brasileiros do século XX sobre Brasília patrimônio da humanidade. UNESCO, 2010.

COSTA LINO, Fernanda. *A Preservação do Patrimônio Cultural Urbano: fundamentos, agentes e práticas urbanísticas*. Tese de doutorado: São Paulo, 2010.

COSTA, A. G. (org). *Os Caminhos do Ouro e a Estrada Real*. Belo Horizonte: Editora da UFMG; Lisboa: Kapa Editorial, 2005.

COUNCIL OF EUROPE. *Convenção de Faro*. 2005. Disponível em: <http://conventions.coe.int/Treaty/EN/Treaties/Html/199.htm> acessado em dezembro de 2011.

COUNCIL OF EUROPE. *Convenção Europeia da Paisagem*. Florença, 2000. p.1-9. Disponível em:<http://www.coe.int/t/dg4/cultureheritage/heritage/landscape/versionsconvention/portuguese.pdf> Acessado em dezembro de 2011.

COUTO, José Vieira. *Memória sobre a capitania de Minas Gerais, seu território, clima e produções metálicas: sobre a necessidade de se restabelecer e animar a mineração decadente do Brasil: sobre o comércio e exportação dos metais e interesses régios. Com um apêndice sobre os diamantes e nitro natural*. Tejuco, de 1799. 51 p.

CRISTOFOLETTI, Antônio. *As perspectivas do estudo geográfico*. In_____: Perspectivas da Geografia. São Paulo: Difel, 1982.

CURY, Isabelle. *Instituto do Patrimonio Historico e Artistico Nacional* (Brasil). Cartas patrimoniais. 3.ed., rev. e aum. Brasília: IPHAN, 2004. 407p.

DECRETO 41.205, de 08/08/2000, do Estado de Minas Gerais. Regulamenta a Lei nº 13.173, de 20 de janeiro de 1999, que dispõe sobre o Programa de Incentivo ao Desenvolvimento do Potencial Turístico da Estrada Real.

DIAGNE, Hamar Fall. *Heritage Intangible et Routes Culturelles dans le contexte universel.* El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales, 2001.

ESTRADA REAL: BRASIL. São Paulo: Empresa das Artes, 2005.

FAIRCLOUGH, Graham. *Cultural landscape, sustainability, and living with change?* p. 23-26.2002

GALVÃO JUNIOR, José Leme. *Patrimônio Cultural Urbano, Preservação e Desenvolvimento*. In: ICOMOS BRASIL. Texto sobre autenticidade e integridade. 2000. p1-21. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/pdfs/Autenticidade_JLGJ_270111textosonecajaneiro_2011.pdf> acessado em novembro 2011.

GOMES, Flávia Roncarati. *As fontes documentais nos relatos e descrições de viagens do mineralogista José Vieira Couto: os caminhos para as minas e a Estrada Real (século XIX).* Fundação Biblioteca Nacional. Ministério da Cultura. 2007.

GOMES, Mariana Elias. *Patrimônio cultural e turismo: estudo de caso sobre a relação entre o órgão ARP Schinitger e a população local de Mariana, MG*. In III ENECULT – Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, na Faculdade de Comunicação/UFBa, Salvador, Bahia, 2007.

GUERRA, Adriano; OLIVEIRA, Eduardo Henrique; SANTOS, Marcelo. *Estrada Real – análise crítica das políticas de exploração turística da Estrada Real adotadas pelo governo do estado de Minas Gerais no período de 1999 a 2003*. Monografia de especialização. IGC/UFMG. 2003.

ICOM. *International Council of Museums*. Disponível em <http://icom.museum/> acessado em setembro de 2011.

ICOMOS. *International Council on Monuments and Sites*. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/> acessado em setembro de 2011.

ICOMOS. *Carta de Bagé, ou Carta da Paisagem Cultural*. In: SEMINÁRIO SEMANA DO PATRIMÔNIO: CULTURA E MEMÓRIA NA FRONTEIRA, em Bagé, RS, 2007, p.1-5. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Bage_PaisagemCultural.pdf> Acessado em dezembro de 2011.

ICOMOS. *Carta dos Itinerários Culturais*. Quebec. 2008. p.1-12. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/002_001.html> acessada em agosto de 2011.

ICOMOS. *Carta para a conservação de sítios de valor do patrimônio cultural da Nova Zelândia.* In: Reunião Geral Anual, em 4 de Outubro de 1992, Nova Zelândia. p.1-7. Disponível em: <http://quintacidade.com/biblioteca/cartas-do-patrimonio/> Acessado em novembro de 2011.

ICOMOS. *Carta Turismo Cultural*. In: Seminário Internacional de Turismo Contemporâneo e Humanismo, em Bruxelas, 1976, p.1-3. Disponível em: <http://www.icomos.org/docs/tourism_es.html> acessado em setembro de 2011.

ICOMOS. *CIIC annual meeting report.* 2003. Disponível em: <http://www.icomos-ciic.org/CIIC/reportZimbaweSUMARIO.htm> Acessado em novembro 2011.

ICOMOS. DECLARAÇÃO DE QUÉBEC: sobre a salvaguarda do espírito do lugar. 2008.p.1-3. Disponível em: <http://www.iepha.mg.gov.br/component/content/article/1/573-salvaguarda-do-espirito-do-lugar?format=pdf> acessado em dezembro de 2011.

ICOMOS. *Declaração de Xi'na sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural.* Xi'na (China), 2005. p.1-4. Disponível em: <http://www.international.icomos.org/charters/xian-declaration-por.pdf> acessado em dezembro de 2011.

ICOMOS. *Revisão Carta de Burra*. Austrália, 1999. p.1-18. Disponível em: <http://www.icomos.org/australia/burra.html> Acessado em novembro de 2011.

INDICADORES ESTRADA REAL. Ano 5 – Nº 04 – Abril de 2010

INSTITUTO ESTRADA REAL (IER). *Perfil do potencial Turístico da Área de Influência da Estrada Real*. Belo Horizonte: Instituto Estrada Real, 2003. 100p.

INTERNATIONAL CENTER FOR THE STUDY OF THE PRESERVATIONS AND RESTORATION OF CULTURAL PROPERTY. Disponível em: <http://www.iccrom.org/> acessado em setembro de 2011.

INTERNATIONAL SCIENTIFIC COMMITTEE ON CULTURAL ROUTES (CIIC). 1998. Disponível em: <http://www.icomos.org/index.php/en/> acessado em agosto de 2011.

INTITUTO ESTRADA REAL. Disponível em: <http://site.er.org.br/> acessado em 2012.

IPHAN. *Carta de Brasília*. In: Documento regional do Cone Sul sobre autenticidade, 19995. p1-4. Disponível em: < http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=265>

IPHAN. *Carta de Burra*. In: Conselho Internacional de Monumentos e Sítios, ICOMOS, 1980. p1-5. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Burra_1980.pdf> Acessado em setembro de 2011.

IPHAN. *Conferência de Nara*. In: Conferência sobre autenticidade em relação a convenção do Patrimônio Mundial, UNESCO, ICCROM e ICOMOS, 1994. p.1-3. Disponível em: <http://www.icomos.org.br/cartas/Carta_de_Nara_1994.pdf>

IPHAN. *Declaração do México*. In: Conferência Mundial sobre as políticas culturais. ICOMOS, 1985. p.1-8.Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=255> acessado em novembro de 2011.

IPHAN. DOSSIÊ: *O Caminho do Ouro em Paraty e sua paisagem*. Rio de Janeiro de 2004.

IPHAN. *Recomendação Europa*. 1995.p.1-15. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/portal/baixaFcdAnexo.do?id=266> acessado em novembro de 2011.

IUCN - International Union for Conservation of Nature. Disponível em: <http://www.iucn.org/> acessado em setembro de 2011.

KOTLER, Philip; KELLER, Kevin Lane. *Administração de Marketing*. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2006.

KRESTEV, Todor. *Une Approche des Itinéraires Culturels du Sud-Est Européen.* El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales, 2001.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. *Meio Ambiente: patrimônio cultural da USP*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Imprensa Oficial do Estado de São Paulo/Comissão de Patrimônio Cultural, 2005.

LANCI DA SILVA, Maria da Glória. *A imagem da cidade turística: promoção de paisagens e de identidades culturais*. *Arquitextos*, São Paulo, 05.053, Vitruvius, out 2004. <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/05.053/543>.

MALHOTRA, Naresh K. *Pesquisa de marketing: uma orientação aplicada*. 3.ed. Porto Alegre: Bookman, 2001, 719p.

MICHELON, Rita. *O processo de comercialização de produtos turísticos*. Porto Alegre, 2007.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Roteiros do Brasil: Turismo e Sustentabilidade /* Ministério do Turismo. Secretaria Nacional de Políticas de Turismo. Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico. Coordenação Geral de Regionalização. – Brasília, 2007. 126 p.

MINISTÉRIO DO TURISMO. *Turismo cultural: orientações básicas* / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed. – Brasília: Ministério do Turismo, 2008.

MORGAN, Gareth. *Imagens da organização*: São Paulo: Atlas, 1996.

ONU - *United Nations Organization*. Disponível em: <http://www.onu.org.br/conheca-a-onu/a-historia-da-organizacao/> acessado em setembro de 2011.

PAULA, Juarez de. 2005. Disponível em: <biblioteca.sebrae.com.br> acessado em dezembro de 2011.

PÉREZ, Xerardo Pereiro. *Turismo Cultural. Uma visão antropológica* – El Sauzal Tenerife. España: ACA y PASOS, RTPC. 2009. 307p.

Ramírez, Javier Hernández. *Los caminos del patrimonio. Rutas turísticas e itinerários culturales*. *PASOS* Revista de Turismo y Patrimonio Cultural. Volumen 9, Número 2, 2011

REIS, Mauricio Campos Wanderley. *Instituto Estrada Real*. Patrimônio: Lazer & Turismo - Revista Eletrônica – UNISANTOS. Janeiro de 2006.

RESS, Carlos Mesen, 2001. *Patrimonio Intangíveis dos Itinerarios Culturais em um contexto universal.* El patrimonio intangible y otros aspectos relativos a los itinerarios culturales, 2001.

Revista Brasil Alimentos, nº 15, agosto de 2002, SOUZA apud LOPES, A D. Assim comiam os desbravadores. Jornal Gazeta Mercantil, edição de 24/08/2001, p.14.

RIBEIRO, R. W. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: Iphan, Copedoc, 2007. 151p.

RODRIGUES, Éder Romagna. *A Oferta Turística da Estrada Real: uma proposta de hierarquização*, 2008. Dissertação (Mestrado) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Tratamento da Informação Espacial.

ROSSLER, M. – *World Heritage Cultural Landscapes*: A UNESCO flagship Program 1992-2006. Em: Landscape Research, Vol 31, Nº 4, 333. Routledge,2006.

SANT'ANN, Adriano Lins. *Estrada Real: esse caminho vale ouro!* Disponível em: <http://www.brasilviagem.com/materia/?CodMateria=2> acessado em dezembro de 2011.

SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos; BRAGA, Paula Marques. *O Programa de Recuperação do Centro Histórico de Salvador e as lições das Cartas Patrimoniais*. Arquitextos, São Paulo, 107.04, Vitruvius, abr 2009. Disponível em: <http://vitruvius.es/revistas/read/arquitextos/09.107/59> acessado em novembro de 2011.

SANTOS, Milton. *A Natureza do Espaço – Técnica e Tempo, Razão e Emoção*. São Paulo: Edusp, 2006.

SANTOS, Milton. *Por uma outra globalizaçao: do pensamento unico a consciencia universal*. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 174 p

SCIFONI, Simone. *A Unesco e o patrimônio da humanidade: valoração no contexto das relações internacionais*. In JACOBI, Pedro e FERREIRA, Lúcia da Costa (orgs.). Diálogos em ambiente e sociedade no Brasil. São Paulo: Anppas/Anablume, 2006, p. 135-153.

SERTUR. *Secretaria de estado de Turismo de Minas Gerais.* Disponível em: <http://www.turismo.mg.gov.br/> acessado em março de 2012.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha Simão. *Preservação do Patrimônio cultural em cidades.* Belo Horizonte: Autentica, 2006. 125 p.

SOUSA, Rainer. Disponível em:<http://www.brasilescola.com/historia-da-america/as-haciendas.htm> acessado em dezembro de 2011.

STRAFORINI, Rafael. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Vol. X, núm. 218 (33), 1 de agosto de 2006.

TOLEDO, Francisco Sodero. *Aspereza do Caminho do Ouro*. Revista UNIVAP, São José dos Campos, v. 1, p. 1-78, 2005.

TURISMO E PATRIMÔNIO CULTURAL / organização Pedro Paulo Funari, Jaime Pinsky. – São Paulo: Contexto, 2002. 2ªed. – (Coleção Turismo Contexto)

UNESCO, 2011. Disponível em: <http://www.unesco.org/new/en/culture/> acessado em dezembro de 2011

UNESCO. *Comitê do Patrimônio Mundial*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/comittee/> Acessado em setembro de 2011.

UNESCO. *Convenção para a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial*. Paris, 2003. p.1-17. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001325/132540por.pdf> acessado em dezembro 2011.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção do patrimônio mundial cultural e natural.* Paris, 1972. p.1-16. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> acessado em setembro de 2011.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais.* Paris, 2005. p.1-31 Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf> acessado em agosto de 2011.

UNESCO. *Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial*. Budapeste, 2002. p.1-2 Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/docs/cul_docs.php> acessado em dezembro 2011.

UNESCO. *Declaração de Québec*. Québec, 2008. p.1-4 Disponível em: <http://www.international.icomos.org/quebec2008/quebec_declaration/pdf/GA16_Quebec_Declaration_Final_PT.pdf> acessado em dezembro de 2011.

UNESCO. *Declaração universal sobre diversidade cultural*. 2002. p.1-7. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf> acessado em outubro de 2011.

UNESCO. *Diretrizes operacionais para a implementação da Convenção do Patrimônio Mundial.* Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/guidelines/> Acessado em setembro de 2011.

UNESCO. DOSSIÊ: *Caminho Real de Tierra Adentro*, 2009. Disponível em: <http://whc.unesco.org/uploads/nominations/1351.pdf> acessado em dezembro de 2011.

UNESCO. *Fundo do Patrimônio Mundial*. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/funding/> acessado em setembro de 2011.

UNESCO. *Orientações técnicas para a aplicação da convenção do Patrimônio Mundial*. 2008.p1-140. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/guidelines> acessado em dezembro de 2011. Edição: Lisboa, Julho de 2010.

UNESCO. *Recomendação salvaguarda da cultura tradicional e popular*. Paris, 1989. p.1-5. Disponível em: <http://www.unesco.pt/cgi-bin/cultura/temas/cul_tema.php?t=9> acessado em novembro de 2011.

UNESCO. RELATÓRIO MUNDIAL. *Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural,* 2009. Referência: CLT.2009/WS/9.

UNESCO. RESOURCE MANUAL*: Preparing World Heritage Nomination*, 2010. Disponível em: <http://whc.unesco.org/en/activities/643/#documents> acessado em janeiro de 2011.

VASCONCELLOS, Sylvio de. *Arquitetura Particular em Vila Rica.* Belo Horizonte: [s.n.], 1951. 194p

APÊNDICE A

DATA	ACONTECIMENTO
1931	Conferência de países Europeus que resultou na Carta de Atenas – primeiro documento internacional relativo a políticas de proteção do Patrimônio.
1945	Criação da UNESCO - *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura).
1946	Criação do ICOM - *International Council of Museums* (Conselho Internacional de Museus).
1948	A IUCN (União Internacional para a Conservação da Natureza).
1954	UNESCO - Convenção para a Proteção da Propriedade Cultural em Caso de Conflito Armado.
1956	UNESCO cria o ICCROM - *International Center for the Study of the Preservations and Restoration of Cultural Property* (Centro Internacional para o Estudo da Preservação e Restauro de Bens Culturais)
1962	UNESCO - Recomendação relativa à salvaguarda da beleza e do caráter das paisagens e sítios.
1964	Carta de Veneza - Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios.
	ICOMOS - *International Council on Monuments and Sites* (Conselho Internacional de Monumentos e Sítios).
1968	UNESCO - Recomendação relativa à preservação dos bens culturais ameaçados por obras públicas ou privadas.
1970	UNESCO - Convenção relativa às medidas a adotar para proibir e impedir a importação, a exportação e a transferência ilícitas da propriedade de bens culturais.
1972	**UNESCO - Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural.**
1976	Carta Turismo Cultural - ICOMOS
1977	Criado o Comitê do Patrimônio Mundial e o Fundo do Patrimônio Mundial, a UNESCO elabora um documento, intitulado Diretrizes Operacionais para a implementação da convenção do patrimônio mundial.
1980	Carta de Burra
1985	Declaração do México
1987	1º Seminário Brasileiro sobre a Preservação e Revitalização de Centros Históricos - ICOMOS Brasil.
1989	UNESCO Recomendação sobre a salvaguarda da cultura tradicional e popular
1992	Revisão das Diretrizes Operacionais para a Implementação da Convenção do Patrimônio Mundial UNESCO (reconhece a categoria paisagem cultural).
	Carta da Nova Zelândia para a Conservação de Sítios de Valor do Patrimônio Cultural.

1994	UNESCO, Documento de Nara sobre a Autenticidade: diversidade cultural e a diversidade do patrimônio – (*WHC-94/CONF.003/16)*
	Relatório sobre a Reunião de Peritos sobre **ROTAS COMO PARTE DO NOSSO PATRIMÔNIO CULTURAL** (Madrid, Espanha, Novembro de 1994)
1995	Recomendação n. º R (95) 9. Conservação Integrada das Áreas de Paisagens Culturais como parte integrante das políticas da paisagem.
	Carta de Brasília – ICOMOS do Cone Sul sobre Autenticidade.
1998	Criação do Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC) – ICOMOS.
1999	ICOMOS Austrália: revisão da Carta de Burra – avaliação dos termos: significância e valor do patrimônio cultural.
	ICOMOS – Carta sobre a arquitetura (patrimônio) vernacular.
2000	Conselho da Europa - Convenção Europeia da Paisagem.
2002	UNESCO: Declaração Universal sobre Diversidade Cultural.
	UNESCO: Declaração de Budapeste sobre o Patrimônio Mundial.
2003	UNESCO Convenção para a Salvaguarda do Patrimônio Cultural Imaterial.
2005	Convenção de Faro sobre o Valor do Patrimônio Cultural
	Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais (unesco)
	Declaração de Xi'na sobre a conservação do entorno edificado, sítios e áreas do patrimônio cultural
	Ata de Reunião do Comitê Científico Internacional sobre Rotas Culturais (CIIC) do ICOMOS. Xi'an (China). 18 e 19 de outubro de 2005.
2007	CARTA DE BAGÉ OU CARTA DA PAISAGEM CULTURAL (Chancela da Paisagem Brasileira)
2008	Declaração de Foz do Iguaçu de 2008, ICOMOS *salvaguarda dos elementos materiais e imateriais.*
	DECLARAÇÃO DE QUÉBEC Sobre a preservação do "*Spiritu loci*"
	CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS ICOMOS
2009	Relatório Mundial da UNESCO, 2009, Investir na diversidade cultural e no diálogo intercultural

ANEXO A

CARTA DOS ITINERÁRIOS CULTURAIS

Elaborada pelo Comité Científico Internacional dos Itinerários Culturais (CIIC) do ICOMOS, ratificada pela 16ª Assembleia Geral do ICOMOS, em 4 de Outubro de 2008, no Québec, Canadá

Tradução para português:
Ana Paula Amendoeira
(Delegada Nacional ao CIIC-ICOMOS e Secretária da Assembleia Geral do ICOMOS-Portugal)
Este texto foi desenvolvido a partir dos textos originais do ICOMOS em inglês, francês e castelhano.

Preâmbulo

Fruto do desenvolvimento das ciências da conservação do património, o conceito de Itinerário Cultural evidencia a evolução das ideias relativas ao conceito de património cultural, do papel crescente dos valores atribuídos ao meio e à sua significação à escala territorial e revela a sua macro estrutura a diferentes níveis. Esta categoria apresenta o modelo de uma nova moral da conservação que considera os valores culturais como um património comum, aberto, para lá das fronteiras e exigindo esforços unificados. Respeitando o valor inerente a cada um dos seus elementos, o Itinerário Cultural enriquece a mensagem espiritual do passado de todos os que o compõem como peças pertencentes a um conjunto que reforça o seu sentido. Ilustra igualmente a concepção contemporânea dos valores do património para a sociedade, enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável.

Esta noção alargada do património sugere novas abordagens de tratamento no interior de um contexto muito mais amplo, afim de explicar e de salvaguardar as relações significativas directamente associadas ao seu meio cultural e histórico, assim como ao seu ambiente natural ou criado pelo homem. Neste contexto, o conceito de Itinerário Cultural é inovador, complexo e multidimensional. Ele introduz e representa uma contribuição qualitativa para a noção do património e a sua conservação.

Os Itinerários Culturais representam processos evolutivos, interactivos e dinâmicos das relações humanas interculturais, realçando a rica diversidade das contribuições dos diferentes povos para o património cultural.

Apesar de serem o resultado de confrontos históricos ou de encontros pacíficos entre os povos, hoje os Itinerários Culturais apresentam uma pluralidade de dimensões partilhadas que para lá da sua função primitiva, oferecem um quadro privilegiado para construir uma cultura de paz inspirada não só em em elos comuns, mas também no espírito da tolerância, no respeito e na estima da diversidade cultural das diferentes comunidades humanas que contribuiram para a sua existência.

A consideração dos Itinerários Culturais como nova categoria patrimonial harmoniza-se com outras categorias consagradas e reconhecidas. Reconhece-as e valoriza-as, enriquecendo o seu significado num quadro integrador, multidisciplinar e partilhado. Não se confunde tão pouco com outras categorias e tipos de bens (monumentos, cidades, paisagens culturais, património industrial, etc) que possam existir no seu seio. Religa-os no seio de um sistema unido e coloca-os em relação, numa perspectiva científica que fornece uma visão plural, mais completa e justa da história. Favorece não só a compreensão e a comunicação entre os povos, mas também a cooperação para a conservação do património.

O conceito de Itinerário Cultural revela-nos o conteúdo patrimonial do fenómeno específico de mobilidade e de trocas humanas que se desenvolveu através das vias de comunicação que facilitaram a sua expansão e que foram utilizadas ou deliberadamente postas ao serviço dum objectivo concreto e determinado. Pode tratar-se de um caminho que foi traçado expressamente para atingir esse fim ou de uma via que utilizou, inteiramente ou em parte, caminhos já existentes e que serviram diversos fins. Mas, além da sua função como via de comunicação ou de transporte, a sua existência e o seu sentido enquanto Itinerário Cultural propriamente dito explica-se unicamente pela sua utilização histórica com um fim concreto e determinado e por ter favorecido a criação dos elementos patrimoniais associados a esse fim e que, sendo o resultado da sua própria e singular dinâmica, refletem a existência de influências recíprocas entre grupos culturais diversos durante um longo período da história.

Portanto, os Itinerários Culturais não são simples vias históricas de comunicação que possuem elementos patrimoinais ou que servem como ligação entre si, mas fenómenos históricos singulares que não podem ser

criados com a imaginação ou a vontade de estabelecer conjuntos de bens através de uma associação de elementos com características comuns.
Por vezes, os Itinerários Culturais surgiram como um projecto traçado *a priori* pela vontade humana que contou com um poder suficiente para atingir um fim determinado (por exemplo, o Caminho dos Incas ou as Estradas do Império Romano). Outras vezes, são o resultado dum longo processo evolutivo no qual intervêm de forma colectiva diferentes factores humanos que coincidem e se dirigem para um mesmo fim (caso do Caminho de Santiago, das rotas das caravanas comerciais de África ou da Rota da Seda). Nos dois casos, trata-se de processos surgidos deliberadamente da vontade humana para conseguir um objectivo específico.
Dada a riqueza e a variedade que podem oferecer as relações mútuas assim como os diferentes elementos directametne associados à razão de ser do Itinerários Culturais (como os monumentos, sítios arqueológicos, cidades históricas, arquitectura vernacular, património intangível, industrial e tecnológico, obras públicas, paisagens culturais e naturais, meios de transporte, saber fazer e aplicação das técnicas tradicionais específicas, etc) o seu estudo e tratamento exigem uma abordagem pluridisciplinar capaz de ilustrar e renovar as hipóteses científicas e de permitir o crescimento dos conhecimentos históricos, culturais, técnicos e artísticos.
Objectivos da Carta:
. Estabelecer os fundamentos conceptuais e a metodologia de investigação próprios da categoria "Itinerário Cultural" relativamente às outras categorias de bens anteriormente estudadas e reconhecidas.
. Apresentar os mecanismos fundamentais para desenvolver o conhecimento, a valorização, a protecção, a conservação e a gestão dos Itinerários Culturais.
. Definir as orientações, os princípios e os critérios principais para uma correcta utilização dos Itinerários Culturais enquanto recurso para um desenvolvimento social e económico durável, respeitando a sua autenticidade e integridade, a sua conservação e o seu sentido histórico.
. Fixar as bases da cooperação internacional indispensável à realização dos projectos de investigação, salvaguarda, conservação e desenvolvimento relativos aos Itinerários Culturais, assim como as orientações relativas ao estabelecimento dos mecanismos para o financiamento dos projectos.
Definição
Um Itinerário Cultural é uma via de comunicação terrestre, aquática, mista ou outra, determinada materialmente, com uma dinâmica e funções históricas próprias, ao serviço dum objectivo concreto e determinado. O Itinerário Cultural deve também reunir as seguintes condições:
a) ser o resultado e o reflexo de movimentos interactivos de pessoas e de trocas pluridimensionais contínuos e recíprocos dos bens, das ideias, dos conhecimentos e dos valores sobre os períodos significativos entre povos, paises, regiões ou continentes;
b) ter gerado uma fecundação mútua, no espaço e no tempo, das culturas implicadas, que se manifeste tanto no seu património tangível como intangível.
c) Ter integrado, num sistema dinâmico, as relações históricas e os bens culturais associados à sua existência.
Elementos definidores: contexto, conteúdo, valor de conjunto partilhado, carácter dinâmico e envolvente dos Itinerários Culturais
1. ***Contexto**:* Os Itinerários Culturais inscrevem-se num contexto natural e/ou cultural, no qual incidem, contribuindo para a sua caracterização e enriquecimento com novas dimensões, no quadro de um processo interactivo.
***2. Conteúdo**:* Devem apoiar-se necessariamente sobre os elementos patrimoniais tangíveis que constituem os testemunhos e a confirmação física da sua existência. Os elementos intangíveis dão ao conjunto dos elementos concretos, um sentido e uma significação.
1.O elemento físico indispensável que determina a existência de um Itinerário Cultural é a via de comunicação em si, como instrumento material ao serviço de um projecto desenhado ou reultante de actividade humana para cumprir um objectivo específico.
2.Outros elementos substantivos são as manifestações patrimoniais tangíveis relativas à sua funcionalidade enquanto rota histórica – tais como paragens, fronteiras, armazéns, albergues, pontos de descanso, hospitais, mecados, portos, construções defensivas, pontes, meios de comunicação e de transporte, estabelecimentos industriais, mineiros ou de outra natureza, como os ligados à produção e ao comércio, reflectindo as aplicações e os avanços técnicos, científicos e sociais das suas diferentes épocas, centros urbanos, paisagens culturais, lugares devocionais, lugares cultuais e sagrados, etc – assim como elementos culturais intangíveis que testemunham o processo de comunicação e diálogo entre os povos residentes ao longo dos seus percursos.
3.*Valor de conjunto partilhado*: O conceito de Itinerário Cultural refere-se a um conjunto de valor superior à soma dos elementos que o constituem e que lhe dão sentido.

1. Um Itinerário Cultural constitui um bem cultural enriquecido por diversas culturas às quais se acrescentou um valor de conjunto, apresentando uma série substancial de características e de escalas de valores partilhados.

2. No quadro da sua identidade global, o valor dos seus conteúdos reside no seu interesse comum, plural e participativo.

3. A sua transcendência de escala permite um elo cultural entre os povos, os paises, as regiões e os continentes.

4. Esta amplitude é importante do ponto de vista terrritorial e do tratamento integral dos diversos elementos patrimoniais que o compõem, mas por sua vez, a diversidade das culturas que ele representa constitui uma alternativa aos porcessos de homogeneização cultural.

4 .Carácter dinâmico: Para além de se afirmar através de um traçado histórico de carácter físico e de elementos patrimoniais, os Itinerários Culturais implicam um factor de dinamismo que age como um fio conductor através do qual agiram as influências culturais recíprocas.

1 A dinâmica da rota não responde às leis naturais ou a fenómenos fortuitos, mas ao processo e aos interesses propriamente humanos, por consequência compreensíveis apenas enquanto fenómenos culturais.

2 Junto dos bens patrimoniais de carácter material ou tangível, este fluxo vital da cultura manifesta-se no espírito e nas tradições que constituem o património intangível dos Itinerários Culturais

3.Através dos Itinerários Culturais entendidos como elementos dinâmicos da comunicação cultural entre os povos, o património pode ser considerado na sua autêntica dimensão espacial e histórica, o que contribui para a conservação integral e durável do conjunto.

5. *Meio:* O Itinerário Cultural está estreitamente ligado ao seu meio, do qual faz parte integrante.

1. O meio geográfico contribuiu para a elaboração do traçado do Itinerário Cultural, condicionando-o e influenciando-o ao longo do tempo.

2. O meio territorial, quer seja natural ou cultural (urbano ou rural), enquadra o Itinerário Cultural, confere-lhe um ambiente particular, caracterizado pelos elementos e os valores de natureza física e imaterial, e é fundamental para a sua compreensão, a sua conservação e o seu usufruto.

3 Um Itinerário Cultural conecta e interelaciona a geografia e os bens patrimoniais mais diversos, para formar um todo unitário. Os Itinerários Culturais e os eu meio incluem várias paisagens naturais ou culturais que são apenas um dos numerosos elementos do Itinerário e não devem ser confundidos com ele. As diferentes paisagens, que apresentam características específicas e distintivas segundo as diferentes zonas, regiões e distritos, contribuem para caracterizar os diferentes troços do conjunto do Itinerário enriquecendo-o com a sua diversidade.

4 A relação com a natureza é paticularmente sensivel em certos troços; noutros, é o ambiente urbano ou rural do meio que predomina; e nas zonas que possuem monumentos afastados doutras construções (como ermidas, mosteiros, fontes, pontes, símbolos comemorativos, etc.) é a relação entre estes e o meio paisagístico que forma o carácter desse troço de Itinerário Cultural

5 A protecção e a conservação dos Itinerários Culturais exigem um conhecimento aprofundado das características históricas, naturais e culturais do respectivo meio. As intervenções a realizar devem inscrever-se neste contexto respeitantdo as suas características definidoras e facilitar a sua leitura sem deformar a paisagem tradicional, quer seja natural, cultural ou mista.

6 É conveniente proceder à delimitação do meio envolvente do Itinerário Cultural, marcando claramente os limites de uma zona tampão, bem definida e regulamentada, que permita preservar, na sua autenticidade e integridade, os valores culturais, materiais e imateriais nele contidos. Esta protecção deve incluir os valores das diferentes paisagens que fazem parte do Itinerário Cultural e que lhe conferem um ambiente característico.

Indicadores específicos

Quanto aos indicadores fundamentais e diferenciados aplicáveis à categoria de Itinerário Cultural, deve ser considerada a estrutura da rede viária e o seu substrato material assim como a informação histórica da sua utilização ao serviço do Itinerário, a existência de manifestações culturais originais, partilhadas ao longo (ou em certos pontos) da via como as práticas, tradiçoes, os usos e costumes partilhados de carácter religioso, ritual, linguístico, de festividade, culinário, etc, a influência recíproca em domínios como a música, a literatura, a arquitectura, as artes plásticas, o artesanato, a ciência, a técnica, a tecnologia, e outros bens materiais e imateriais cuja plena compreensão tenha uma relação com a função histórica do Itinerário.

Classificção dos Itinerários Culturais

Os Itinerários Culturais podem ser classificados da seguinte forma:

. Tendo em conta a sua dimensão territorial: local, nacional, regional, continental ou intercontinental.

. De acordo com a sua dimensão cultural: numa região cultural determinada ou ao longo de diversas zonas geográficas que partilharam ou que continuam a partilhar um processo de influências recíprocas na formação ou na evolução dos seus valores culturais.
. Pelo seu objectivo ou função: social, económico, político ou cultural. Estas características podem ter uma natureza partilhada num contexto multidimensional.
. Pela sua duração temporal: aqueles que já não são utilizados, ou os que continuam a desenvovler-se sob influências de trocas socio-económicas, políticas e culturais.
.Quanto à sua configuração estrutural: linear, circular, cruciforme, radial, ou em rede.
.Quanto ao seu enquadramento natural: terrestre, aquático, misto ou de uma outra natureza física.

Identificação, Autenticidade e Integridade

.Orientações Preliminares

Com vista à identificação e à valorização de um Itinerário Cultural, as indicações seguintes serão retidas como as orientações preliminares, ainda que não conclusivas:
. Expressões de processos dinâmicos sociais, económicos, políticos e culturais que tenham favorecido a existência de trocas entre grupos culturais diversos tendo ligações entre si;
. Características distintivas e partilhadas em diferentes zonas geográficas e culturais com relações históricas;
. Manifestações de mobilidade e relações entre povos ou grupos étnicos de diferentes culturas;
. Traços culturais específicos enraizados na vida tradicional de diferentes comunidades;
. Bens patrimoniais e práticas culturais - tais como cerimónias, festivais e celebrações religiosas representativas de valores partilhados entre diferentes comunidades numa ou em várias regiões culturais e históricas - relacionados com o sentido e funcionalidade do próprio Itinerário.

.Identificação

No processo de identificação de um Itinerário Cultural, será necessário ter em conta a sua funcionalidade específica ao serviço de um fim concreto e determinado, os valores patrimonias tangíveis e intangíveis gerados pela sua dinâmica enquanto resultado das influências culturais recíprocas, a sua configuração estrutural, o seu contexto geográfico e histórico, o seu meio natural e cultural, quer seja urbano ou rural, e os seus valores ambientais característicos, as suas relações com a paisagem, a sua duração temporal, e a sua dimensão simbólica e espiritual, o que contribuirá para identificar e explicar o seu significado.
Os conteúdos intangíveis de um Itinerário Cultural são fundamentais para compreender o seu sentido e os seus valores patrimoniais de carácter associativo. Portanto, os aspectos materiais devem ser considerados como estando sempre em relação com outros valores de natureza intangível.
Do ponto de vista comparativo, deve igualmente ter-se em conta a duração temporal e a importância histórica que compreendem esses diferentes troços relativametne ao conjutno do Itinerário.
No caso de um Itinerário Cultural vivo, devem manter-se as relações e as funções dinâmicas ao serviço do objectivo concreto e determinado que deu lugar à sua existência e que serve para o caracterizar e identificar, mesmo no caso em que os processos que lhe deram origem sofreram uma evolução integrando novos componentes. Esses novos componentes deverão ser avaliados no quadro da sua relação funcional com o Itinerário Cultural, e é possível que bens que possuam um valor patrimonial em si, não possam ser considerados como componentes do Itinerário Cultural por não fazerem parte dele.

. Autenticidade

Todo o Itinerário Cutural deve responder aos critérios de autenticidade, que exprimem o seu valor de forma verídica e credível, no seu meio natural e construído, tanto nos seus elementos definidores, como nos seus componentes distintivos de ordem material e imaterial:
. Esses critérios devem ser aplicados para demonstrar a significação adquirida por cada troço em estudo em relação ao sentido global do Itinerário ao longo do seu desenvolvimento histórico, assim como verificar a autenticidade da sua configuração estrutural através dos vestígios materiais do seu traçado.
. A autenticidade deve também ser evidente no contexto natural e cultural de cada troço de Itinerário constituindo objecto de análise e de avaliação e nos outros elementos patrimoniais tangíveis e intangíveis inseridos no quadro da funcionalidade histórica do conjunto e do seu meio.
. Mesmo se alguns troços materiais do Itinerário Cultural não parecem claramente conservados, a sua existência nessas zonas pode ser evidente através da documentação históriográfica, das fontes e dos elementos imateriais conservados e sempre que sirvam para demonstrar o significado dos seus troços no sentido global do Itinerário e demonstrem a sua autenticidade.
. As técnicas e os métodos empregues para a protecção, a conservação e a gestão dos Itinerários Culturais, quer sejam tradicionais ou recentemente implementados, devem respeitar os critérios de autenticidade.

. Integridade

A constatação da integridade de um Itinerário Cultural deve basear-se necessariamente num conjunto de evidências e de elementos tangíveis e intangíveis que representem um testemunho suficientemente representativo do sentido global do Itinerário, permitindo uma representação completa das características e da importância dos processos históricos que o geraram, e transmitindo a totalidade dos valores do Itinerário e que contribuam para explicar o seu valor unitário como conjunto. É iguralmente necessário observar se se mantém o testemunho das relações e das funções dinâmicas essenciais ao seu carácter distintivo, se o seu tecido físico e/ou as suas características significativas são conservadas em bom estado, e se o impacto dos processos de deterioração está controlado ou se o Itinerário sofre os eventuais efeitos negativos do desenvolvimento, do abandono e da negligência.

. Metodologia

O novo conceito de Itinerários Culturais exige uma nova metodologia na sua investigação, valorização, preservação, conservação, uso e gestão. Dada a sua natureza e envergadura e o seu valor de conjunto, assim como as suas dimensões territoriais, a metodologia pressupõe um sistema de actividades ligadas entre elas e geradas na sua integridade. É fundamental começar pela identificação global do Itinerário e seus diferentes troços e pela relaização de um inventário de bens que ele engloba, acompanhada de um relatório preliminar sobre o seu estado de conservação e protecção que possa servir para a elaboração ulterior de um diagnóstico e a estabelecer um plano estratégico de salvaguarda e conservação. Este plano deve incluir necessariamente medidas direccionadas para a promoção do conhecimento do Itinerário e a sensibilização da sociedade e das instituições públicas. Devem existir também mecanismos que garantam a coordenação das acções e dos instrumentos legais específicos para a protecção, o seu bom uso e a gestão de todos os elementos como partes substantivas do valor e o sentido global do Itinerário.

1. Investigação

O estudo dos Itinerários Culturais pode abranger diversas áreas geográficas, que podem ser muito distantes entre si. Por isso, é conveniente organizar diversas equipas de investigação é necessária nos principais pontos caracterísitcos da rota.

A metodologoia da investigação, assim como o desenvolvimento das medidas e a definição de indicadores para a identificação e estimativa dos valores de um Itinerário Cultural nos seus diferentes troços, não deverá perder de vista o seu valor de conjunto, evitando assim perder o sentido e o significado histórico do Itinerário.

As equipas de investigação que trabalhem sobre esta categoria patrimonial devem ser de natureza multidisciplinar e participativa. Devem ser fixadas regras comuns de trabalho, tendo como príncípio partir da investigação das partes sem perder de vista a totalidade do projecto. Da mesma forma, deverão utilizar-se instrumentos metodológicos em comum, previamente normalizados, para a recolha dos dados. Devem exisitr mecanismos de coordenação que facilitem a comunicação e a cooperação dos diferentes investigadores afim de tornar possivel a transmissão de informações sobre o andamento dos trabalhos de cada equipa.

Os investigadores devem estar conscientes de que o facto de existir uma diversidade de categorias de bens partrimoniais sobre o traçado de um Itinerário Cultural, não quer dizer que esses, em si, façam parte integrante deste último e devam ser objecto específico da sua pesquisa. Os únicos elementos que devemos destacar na investigação científica relativa a um Itinerário Cultural são os que estão ligados à sua finalidade específica e às influências surgidas da sua dinâmica funcional histórica.

2.Financiamento

Dado que a amplitude dos trabalhos necessários para a correcta identificação e valorização dos Itinerários Culturais de uma vasta extensão, o seu financiamento deve ser feito por etapas, o que permitirá obter um nível semelhante na progressão das investigações sobre os seus diferentes troços, bem como nos projectos relativos à sua conservação, utilização e gestão. Aconselha-se o estabelecimento de uma base estimativa conjunta dos valores a conservar permitindo a elaboração de uma escala de prioridades de acção e o estabelecimento de estratégias correspondentes. Tal exige o estabelecimento de mecanismos de financiamento através de acordos de cooperação bilateral ou multilateral, assim como a criação de organismos especificamente consagrados à sua investigação e valorização. Os organismos de integração regional cujas jurisdições coincidem total ou parcialmente com o traçado histórico de um Itinerário Cultural deveriam estudar também a forma de interessar os Estados implicados a fim de obter a sua colaboração. Deve-se procurar também a cooperação das instituições filantrópicas e de pessoas que possam contribuir para esse fim

3.Valorização-protecção-conservação

O Itinerário Cultural exige novos instrumentos de valorização, de protecção e de preservação. Não é suficiente assegurar só uma protecção dos seus componentes patrimoniais de forma parcial ou aleatória. É necessária a realização de inventários rigorosos desses elementos, bem como verificar a sua autenticidade e integridade, afim de poder identificar eventuais impactos negativos sobre os valores do Itineráiro Cultural que constituiriam igualmente um impacto sobre o seu significado. É igualmente necessário controlar os processos de

deterioração e criar uma estartégia contra os efeitos adversos do desenvovlviemnto e da negligência. Tudo isto exige o estabelecimento de um sistema coordenado de medidas legais e de instrumentos adequados que garantam a conservação e a valorização da sua estrutura integral e do seu sistema de valores autênticos no seu conjunto. É fundamental compreender os valores patrimoniais antes de realizar as intervenções susceptíveis de produzir impactos negativos sobre os Itinerários Culturais ou de alterar o seu significado.

4.Utilização durável-relação com a actividade turística

Ao longo da sua utilização, o Itinerário Cultural pode promover uma actividade de interesse social e económico de uma importância excepcional para o desenvolvimento equilibrado.

Deve-se prestar uma atenção especial no sentido de evitar a confusão conceptual entre rotas turísticas, mesmo as de interesse cultural e os Itinerários Culturais. No entanto é preciso reconhecer também que o Itinerário Cultural é uma realidade que pode ter uma grande importância para a coesão territorial e para o desenvolvimento durável. Deste ponto de vista, deve-se encorajar o conhecimento, assim como o bom uso durável dos Itinerários Culturais, adoptando medidas relativas à eliminação dos riscos e à preparação da visita turística. Para este fim, a protecção e a promoção do Itininerário Cultural devem integrar de forma harmoniosa uma infraestrutura suplementar – turística, viária, de informação, de interpretação e de apresentação – com a condição essencial de não atentar contra a autenticidade, a integridade e o sentido dos valores históricos e culturais do Itinerário, como os elementos essenciais a transmitir aos visitantes.

A visita turística deverá ser administrada racionalmente de acordo com os estudos prévios de impacto ambiental, e de uma regulamentação de uso público e de participação social, bem como medidas de controle e de monitorização destinadas a evitar os impactos negativos do turismo.

A promoção turística de um Itinerário Cultural deverá assegurar em todos os casos a participação prioritária da população local e das empresas turísticas locais e regionais. Deve-se evitar que a sua exploração turística seja gerida exclusivamente por grandes empresas multinacionais ou de paises desenvolvidos implicados no traçado histórico do Itinerário.

Tendo em conta que um Itinerário Cultural é um instrumento de cooperação e de compreensão que nos dá uma visão bastante completa sobre o encontro de culturas e de civilizações que estão representadas no seu seio, devemos considerar que, para além da importância relativa dos elementos que formam o conjunto, a promoção de projectos positivos de desenvolvimento em qualquer uma das suas partes contribui para aumentar o interesse no Itinerário e produz um efeito multiplicador sobre o resto.

5. Gestão

"Compreender o significado dos Itinerários culturais" é o princípio fundamental sobre o qual deve repousar a sua gestão. O que implica assegurar o desenvolvimento harmonioso de todas as actividades relacionadas com a sua investigação e valorização, assim como aquelas relativas à difusão pública do seu conhecimento. A gestão dos Itinerários Culturais exige igualmente uma coordenação transversal a fim de garantir a integridade das políticas no domínio da protecção, da preservação, do uso e da conservação, do ordenamento do território e do turismo. É portanto necessário elaborar projectos concertados que visem o desenvolvimento durável no plano nacional – no quadro local, departamental, provincial, etc. – ou internacional, assim como em planos específicos de gestão, adaptados à protecção contra os desastres naturais e todos os riscos susceptíveis de causar impactos negativos sobre a autenticiadade e a integridade dos valores do Itinerário Cultural e logo sobre o seu significado.

6 .Participation Publique

A protecção, a preservação, a conservação, a promoção e a gestão dos Itinerários Culturais exigem a sensibilização e a participação dos habitantes das zonas compreendidas no Itinerário.

Cooperação international

Existem no mundo vários exemplos de Itinerários que, pelo o seu percurso histórico, implicam vários países. Por esta razão, a cooperação internacional é fundamental na investigação, valorização e conservação dos bens que formam os Itinerários Culturais Internacionais.

Quando existam Itinerários Culturais que envolvam países com diversos graus de desenvolvimento, é recomendável que os mais desenvolvidos forneçam meios de cooperação económica, técnica e logística e ajudem à troca de informação, de experiências e de profissionais.

Será desejável que a UNESCO e outros organismos internacionais estabeleçam mecanismos de cooperação (financeiros, técnicos e logísticos) para favorecer a implementação e o desenvolvimento posterior de projectos relativos aos Itinerários Culturais com interesse para mais do que um país.

Os Itinerários Culturais devem ser vistos como símbolos de união entre os povos. Os laços históricos materializados através dos Itinerários Culturais podem servir para promover projectos de cooperação que tenham como fundamento o encontro de povos que no seu passado partilharam determinados valores e conhecimentos.

ANEXO B

Planilhas da Estrada Real
Caminho Velho

Trecho - Ouro Preto - São Bartolomeu - Glaura

Distância Acumulada	Distância Parcial	Símbolo	Descritivo do trecho	Nº da Placa Identificação do Marco
0			Saída de Ouro Preto no centro de informações turísticas que fica na saída da cidade. 1º Marco. Siga em frente na principal.	584
1,19	1,19		Marco à direita. Siga em frente na principal.	585
2,95	1,76		Marco à direita no trevo. Virar à direita sentido São Bartolomeu. Início de estrada de terra e subida.	586
4,36	1,41		Marco à esquerda. Sair da principal e virar à esquerda. Início de trilha. *	589
4,83	0,47		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	590
6,01	1,18		Marco à esquerda. Bifurcação, seguir à esquerda.	591
6,23	0,22		Marco à direita. Seguir em frente na principal.	592
6,65	0,42		Marco à direita. Seguir em frente na principal.	593
7,57	0,92		Atravessar cerca e seguir em frente à direita.	S/M
7,85	0,28		Marco à esquerda. Bifurcação, seguir à esquerda.	594
8,4	0,55		Marco à direita. Seguir em frente na principal. (OBS: Chafariz à esquerda de 1792)	595
8,8	0,4		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	596
10,48	1,68		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	597
10,76	0,28		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	598
11,15	0,39		Marco à direita. Virar à direita saindo da principal, atravessar porteira e seguir em frente. Início de Trilha.	599
11,36	0,21		Marco à direita. Seguir em frente na principal	600
11,39	0,03		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal atravessando porteira.	601
11,43	0,04		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	602
11,79	0,36		Marco à direita. Bifurcação, seguir à direita.	603
12	0,21		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	604
12,07	0,07		Marco à direita. Virar à direita saindo da principal.	605
12,21	0,14		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal atravessando porteira.	606
12,33	0,12		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	607
13,25	0,92		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	S/P
13,41	0,16		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	608
13,48	0,07		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal atravessando ponte.	609
13,78	0,3		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal. Entrada à direita para Rancho Recanto Verde.	610
14,54	0,76		Marco à direita. Virar à direita saindo da principal e depois virar primeira à direita depois da porteira.	611
14,66	0,12		Marco à direita. Seguir em frente subindo sempre à esquerda sentido linha de trem.	612
14,74	0,08		Seguir em frente subindo à esquerda.	S/M
15,33	0,59		Linha de trem. Virar à esquerda e seguir em frente margeando linha de trem.	S/M
15,84	0,51		Marco à esquerda. Sair da linha de trem e virar à na 1° à esquerda e depois subir barranco à direita.	S/P
15,98	0,14		Marco à esquerda. Virar à esquerda e seguir em frente na principal.	S/P
17,1	1,12		Marco à direita. Seguir à direita e depois virar primeira à esquerda. Fim da trilha. À direita acesso à Igreja de São Bartolomeu.	618
17,4	0,3		Último marco de São Bartolomeu. Virar à esquerda para continuar a Estrada Real sentido Glaura.	619
17,59	0,19		Marco à direita. Seguir em frente na principal.	620
17,74	0,15		Marco à direita. Virar à direita.	621
19,68	1,94		Marco à direita. Bifurcação, seguir à direita.	622
20,48	0,8		Marco à esquerda. Seguir em frente na principal.	623
21,53	1,05		Marco à direita. Bifurcação, seguir à direita.	624
22,29	0,76		Marco à direita. Virar à direita saindo da principal.	625
23,44	1,15		Marco à direita. Seguir em frente na principal.	626
23,49	0,05		Marco à direita. Seguir em frente na principal.	627
24,12	0,63		Marco à esquerda. Bifurcação, seguir à esquerda.	628
24,85	0,73		Marco à direita. Virar à direita saindo da principal. Início de trilha. **	629
25,75	0,9		Marco à direita. Seguir em frente na principal atravessando porteira.	630
25,87	0,12		Marco à direita. Seguir em frente na principal. (OBS: Vista para Igreja de Glaura)	631
26,51	0,64		Marco à esquerda. Virar à esquerda e seguir em frente.	632
27	0,49		Fim da trilha. Seguir sempre à direita sentido Igreja Matriz de Glaura.	S/M
27,06	0,06		Marco à esquerda. Virar à esquerda.	633
27,17	0,11		Marco à esquerda. Virar à esquerda.	634
27,2	0,03		Marco à direita. Virar à direita e seguir em frente sentido Igreja Matriz.	635
27,6	0,4		Chegada em Glaura na igreja Matriz ao lado do último Marco.	25

* A partir deste trecho quem estiver de carro seguir na principal em direção a São Bartolomeu, devido a trilha

** A partir deste trecho quem estiver de carro seguir em frente e virar 1º à direita a 90º e depois seguir em frente na principal sentido Glaura, devido a trilha.

OBS sobre os dois trechos de trilha:

1 - Trilha de nível médio, devido trechos de pedra, onde muitas podem estar soltas, e valas. Alguns trechos estão tomados por vegetação.
Para cavaleiros e ciclistas a trilha não é recomendada, seguir a primeira indicação para carro.

2 - Trilha de fácil acesso tanto para cicloturistas, caminhantes e cavaleiros.

Caso não queira percorrer as trilhas, seguir indicação para carro